

LORENA DE OLIVEIRA SOUZA CAMPÊLLO

**O MEIO AMBIENTE EM PRETO E BRANCO: A
MENSAGEM AMBIENTAL NAS PÁGINAS DO
JORNAL GAZETA DE SERGIPE (1972-1992)**

**SÃO CRISTÓVÃO
JANEIRO DE 2007**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

O MEIO AMBIENTE EM PRETO E BRANCO: A MENSAGEM AMBIENTAL
NAS PÁGINAS DO JORNAL GAZETA DE SERGIPE (1972-1992)

Autor: Lorena de Oliveira Souza Campêllo

Orientador: Eliane Oliveira de Lima Freire

Março - 2007
São Cristóvão – Sergipe
Brasil



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

O MEIO AMBIENTE EM PRETO E BRANCO: A MENSAGEM AMBIENTAL
NAS PÁGINAS DO JORNAL GAZETA DE SERGIPE (1972-1992)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Autor: Lorena de Oliveira Souza Campêllo

Orientador: Eliane Oliveira de Lima Freire

Março - 2007
São Cristóvão – Sergipe
Brasil

Campêllo, Lorena de Oliveira Souza

C193m O meio ambiente em preto e branco: a mensagem ambiental nas páginas do Jornal Gazeta de Sergipe (1972-1992) / Lorena de Oliveira Souza Campêllo. - - São Cristóvão, 2007.

212 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

Orientador: Eliane Oliveira de Lima Freire.

1. Meio ambiente. 2. História ambiental. 3. Fontes impressas. 4. Jornal Gazeta de Sergipe. I. Título.

CDU 504:930.2:070(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

O MEIO AMBIENTE EM PRETO E BRANCO: A MENSAGEM AMBIENTAL
NAS PÁGINAS DO JORNAL GAZETA DE SERGIPE (1972-1992)

Dissertação de Mestrado defendida por Lorena de Oliveira Souza Campêllo e aprovada em 27 de fevereiro de 2007 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Eliane Oliveira de Lima Freire

Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Colaboradora)

Maria Augusta Mundim Vargas

Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente

Antonio Lindvaldo Sousa

Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Nome do(a) Orientador(a) – Orientador(a)

Instituição

Nome do(a) Co-orientador(a) – Co-orientador(a)

Instituição

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Nome do(a) Aluno(a) – Autor(a)

Instituição

Nome do(a) Orientador(a) – Orientador(a)

Instituição

Nome do(a) Co-orientador(a) – Co-orientador(a)

Instituição

AGRADECIMENTOS

Agradeço por ter tido paixão suficiente pelo projeto de pesquisa desenvolvido.

Agradeço à mulher forte e batalhadora que tenho ao meu lado todos os dias e em todas as situações: minha mãe, Suzana de Oliveira Campello. Obrigada meu pai, Antônio Fernando Campello: por tudo, mesmo que distante tão cedo.

Obrigada meu irmão Thiago Campello, pela paciência de ter cedido tantas vezes seu espaço para que eu pudesse concluir esse trabalho, pela força e companhia que me fez nas hemerotecas da cidade: um Físico que por alguns meses se transformou em Historiador. Igor Campello e Jô, meus irmãos; agradeço simplesmente pela presença de vocês na minha vida e pela recepção maravilhosa na Ilha.

Agradeço a meu menino, Alisson Couto, por tamanha compreensão (você é especial), pelo amor, pelo carinho, pela companhia e pelo estímulo a outras experiências.

Sou grata as minhas tias Etelvina Campelo, pela pessoa incrível que é; Iara Campelo, pelo estímulo e grande exemplo de luta; Rosana Rabicó, pelas risadas e conversas; Marta Barreto, por ter acreditado em mim; Tia Lili e Lulu, por todo apoio que vêm dando. Obrigada a todas, por tudo.

Agradeço imensamente à Professora Eliane Oliveira de Lima Freire, por ter acreditado na minha competência, por ter investido em mim, por ter me ensinado tanto a respeito de como temos que lidar com os problemas que vão surgindo: de cabeça erguida. Obrigada pela orientação e pela companhia agradabilíssima durante esses anos.

Fernanda Cordeiro e Fernando Ferreira, obrigada pela ‘caminhada’. Foi muito bom tê-los ao meu lado. Najo, Jonasa, Aline e Julieta, obrigada por tudo. Najo, foi muito bom te conhecer.

Aos funcionários do Apes, Ihgs e Bped, que tiveram a paciência de retirar e devolver inúmeras pacotilhas e encadernações das edições do jornal pesquisado. Professor Pedrinho dos Santos, sou grata a você mais uma vez. Sempre obrigada.

Meus agradecimentos ao Prof. Antônio Carlos Barreto, aos Professores Antônio Lindvaldo e Josenildo Guerra, ao Prof. Jorge Carvalho, ao Prof. Lourival, a Prof^a. Isabel Ladeira, ao Departamento de História e de Biologia.

Ao auxílio da CPGD e do Programa de Bolsas da UFS.

Sou grata a todos que, de uma forma ou de outra, me estimulou, me ajudou, que acreditou na viabilidade e na importância da pesquisa realizada.

RESUMO

A influência da mídia foi fator fundamental na percepção e conscientização da sociedade no tocante à crise ambiental. Na medida em que passou a fornecer maiores informações sobre os problemas ambientais enfrentados ela contribuiu na interferência e reorientação das relações humanas e da sociedade com a natureza. A comunicação, somada a outros fatores, foi responsável pelo adição de um forte componente social no processo de percepção ambiental. De fato, sem a cobertura dos meios de comunicação é pouco provável que problemas antigos tivessem entrado na área do discurso público e fizesse parte do processo político. Partindo de tais afirmações, como o meio ambiente tem sido representado na mídia impressa sergipana durante as últimas três décadas? Que tipo de cobertura o jornalismo impresso tem dado à questão ambiental? Foi a partir dessas inquietações e do pressuposto de que o papel do jornalismo impresso é fundamental para a formação de uma opinião crítica e complexa da questão ambiental e de suas possíveis soluções - como é o caso do desenvolvimento sustentável - que nos propomos a analisar em que grau e de que forma o jornal Gazeta de Sergipe divulgou matérias com temáticas ambientais entre os anos de 1972 e 1992, buscando identificar o espaço cedido a tais matérias; o nível de abrangência; as principais temáticas abordadas, percebendo a concepção de meio ambiente divulgada; as principais fontes de informação acionadas; e elaborando por fim um perfil histórico da evolução das temáticas ambientais veiculadas. O objeto de estudo e principal fonte do trabalho proposto é a imprensa escrita, precisamente falando, o conteúdo noticioso de matérias com temáticas ambientais divulgadas pelo jornal Gazeta de Sergipe. Fizemos uso da Análise de Conteúdo e de uma abordagem hermenêutico-dialética como métodos de pesquisa. O jornal Gazeta de Sergipe levou à sociedade sergipana, discussões latentes do período trabalhado (1972-1992). Jornal tradicional do Estado (1948-2003) a Gazeta de Sergipe se sustentou dentro de uma das mais turbulentas páginas da história do Brasil. Podemos afirmar, através da análise quantitativa e qualitativa, que o jornal Gazeta de Sergipe percebeu a existência de uma demanda gradativa por temáticas ambientais e discussões acerca do meio ambiente. A conduta do jornal Gazeta de Sergipe não desfavoreceu questões ambientais que fizeram parte do importante tripé sócio-econômico-ambiental que sustentou a sociedade sergipana durante os 20 anos pesquisados, contudo forneceu uma cobertura isolada às temáticas ligadas ao meio ambiente. Essa postura da imprensa contribuiu para um entendimento fragmentado e parcial da questão ambiental por parte da sociedade.

Palavras-chaves: história, meio ambiente, fontes impressas, jornal Gazeta de Sergipe

ABSTRACT

The influence of the media was a fundamental factor in the society's perception and awareness regarding the environmental crisis. As the media started to provide further information about environmental problems, it contributed to the interference and redirection of human relations and to the relations between society and environment. Communication, allied to other factors, was responsible for adding a strong social component in the process of environmental perception. In fact, without the means of communication coverage is almost certain that old problems had not been brought up into the area of public discourse and had not been part of the political process. Starting from these assertions, how has the environment been represented in printed media in Sergipe during the last three decades? What kind of coverage has the printed journalism given to the environmental question? It was from these concerns and from the assumption that the printed journalism role is fundamental to the formation of complex and critical thinking about the environmental question and its possible solutions – like sustainable development, for instance – that we intend to analyse in what level and how the *Gazeta de Sergipe Newspaper* (*Sergipe Gazette Newspaper*) published articles with environmental themes from 1972 to 1992, trying to identify the space given to these subjects; their depth; the main themes considered; the environment conceptions published; the main information sources consulted; and, at last, elaborating a historical profile of the evolution of environmental themes conveyed. The object of study and the main source of research is the written press, precisely, the news content of articles with environmental themes spread by *Gazeta de Sergipe*. A content analysis and a hermeneutic and dialectic approach were used as methods of research. *Gazeta de Sergipe* brought to the society in Sergipe latent discussions that happened during the chosen period (1972-1992). As a traditional newspaper in this state (1948-2003), *Gazeta de Sergipe* kept itself within one of the most turbulent pages in Brazilian History. We can say, by means of a quantitative and qualitative analysis, that this newspaper realized the existence of a gradual demand for environmental themes and discussions about environment. The conduct of *Gazeta de Sergipe* was not unfavourable to environmental questions that made part of the social, economic and environmental important tripod that had supported the society in Sergipe, during the twenty researched years, however it gave an isolated coverage to the environmental themes. This posture adopted by the press contributed to a fragmented and partial understanding of the environmental question by the society.

Key Words: History, Environment, print sources, *Gazeta de Sergipe Newspaper*.

SUMÁRIO

	Página
NOMENCLATURA	xii
LISTA DE FIGURAS	xv
LISTA DE TABELAS	xvii
 CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	 01
 CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA, COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE	 09
2.1 - História e impressos	11
2.1.1 - O jornal impresso – da marginalidade ao reconhecimento como fonte de pesquisa	12
2.1.2 - Concepções do jornal impresso enquanto fonte de pesquisa	14
2.2 - História Ambiental	17
2.2.1 - Por uma epistemologia da história ambiental	17
2.2.2 - Níveis de estudo da história ambiental	20
2.3 - Comunicação de massa e seu alcance na sociedade contemporânea	22
2.4 - O Poder de influência da mensagem	25
2.5 - Questão ambiental, desenvolvimento sustentável e informação ambiental	27
2.6 - Mídia e meio ambiente na história contemporânea	33
 CAPÍTULO 3 – LIAMES E TRAMAS: TECENDO A PESQUISA	 38
3.1 - Constituição do <i>corpus</i> e opção metodológica	41
 CAPÍTULO 4 – O JORNAL GAZETA DE SERGIPE	 46
4.1 - De Gazeta Socialista a Gazeta de Sergipe	48
4.1.1 - A Gazeta de Sergipe	54
4.2 - Orlando Dantas	63
4.2.1 - Orlando Dantas: antes de tudo, homem!	63
 CAPÍTULO 5 – O QUE AS NOTÍCIAS TÊM A DIZER	 69

5.1 - Espaço cedido, quantidade e frequência - o caminhar das notícias	73
5.1.1 - O formato das notícias	74
5.1.2 - O caminhar das notícias	86
5.2 - Temáticas veiculadas	93
5.2.1 - Poluição	95
5.2.2 - Eventos	112
5.2.3 - Convênio, projeto, estudo	116
5.2.4 - Devastação	127
5.2.5 - Urbanismo	139
5.2.6 - Rio 92	147
5.2.7 - Fauna e flora	157
5.2.8 - Legislação ambiental	163
5.2.9 - Campanhas	168
5.2.10 - Unidades de conservação	171
5.2.11 - Conferência de Estocolmo	176
5.2.12 - Movimentos ambientalistas	180
5.3 - Fontes de informação	181
5.4 - Abrangência territorial das notícias	186
 CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES	 191
6.1 - Conclusões	192
6.2 - Sugestões	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203

NOMENCLATURA

Siglas

ADEMA – Administração de Defesa do Meio Ambiente
AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ALESE – Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe
AMABA – Associação de Moradores e Amigos do Bairro América
ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância
APAS - Áreas de Proteção Ambientais
APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe
APFFER – Associação de Proteção da Fauna, Flora e Extensionismo Rural
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASL – Academia Sergipana de Letras
ASPAM – Associação Sergipana de Proteção Ambiental
BPED – Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória
CCC - Comando de Caça aos Comunistas
CETESB – Centro de Tecnologia e Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo
CMMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAH - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Humano
CODI - Comando Operacional de Defesa Interna
CONDESE – Conselho do Desenvolvimento de Sergipe
DIA – Distrito Industrial de Aracaju
DOI - Destacamento de Operações Internas
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA – Estados Unidos da América
FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FIES - Federação de Indústrias do Estado de Sergipe
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITPS – Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MOPEC – Movimento Popular Ecológico
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrata Socialista
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S. A
PF – Polícia Federal
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PMA – Prefeitura Municipal de Aracaju
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR – Partido Republicano
PRODEMA – Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras no Norte e Nordeste do País
PROVALE – Programa Especial para o Vale do São Francisco
PSB – Partido Social Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PV – Partido Verde
SAMAM – Sociedade Anônima Manuel Aguiar Menezes
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNI – Serviço Nacional de Informação

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro

TAMAR – Tartarugas Marinhas

UDN – União Democrática Nacional

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPAN – União Protetora do Ambiente Natural

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Número	Título	Página
Figura 4.1	Primeira edição da Gazeta Socialista	48
Figura 4.2	Primeira edição da segunda fase da Gazeta Socialista	52
Figura 4.3	Primeira edição com o título Gazeta de Sergipe	55
Figura 4.4	Orlando Dantas com seus pais e irmão	64
Figura 4.5	Orlando Dantas	67
Figura 5.1	Curva de desempenho dos formatos (1972-1976)	77
Figura 5.2	Curva de desempenho dos formatos (1977-1981)	78
Figura 5.3	Curva de desempenho dos formatos (1982-1986)	80
Figura 5.4	Curva de desempenho dos formatos (1987-1992)	80
Figura 5.5	Comparativo da publicação de editoriais e artigos (1972-1992)	84
Figura 5.6	Quantidade de matérias publicadas por ano (1972-1992)	87
Figura 5.7	Quantidade de matérias publicadas por mês (1972-1992)	91
Figura 5.8	Produção Mineral Brasileira – Bauxita, Carvão, Cimento e Rocha Fosfática	103
Figura 5.9	Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Eventos’	113
Figura 5.10	Nível de abrangência dos eventos (1972-1992)	115
Figura 5.11	Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Convênio, Projeto, Estudo’	120
Figura 5.12	Nível de abrangência de convênios, projetos e estudos acerca do meio ambiente (1972-1992)	126
Figura 5.13	Despejo de efluente líquido poluente, por fábrica localizada no Bairro Industrial – Aracaju	132
Figura 5.14	Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Fauna e Flora’	158
Figura 5.15	Nível de abrangência de Projetos e Decretos de Lei (1972-1992)	168
Figura 5.16	Nível de abrangência de campanhas voltadas para o meio ambiente (1972-1992)	170
Figura 5.17	Fontes de informação consultadas pelo jornal Gazeta de Sergipe (1972-1992)	184
Figura 5.18	Nível de abrangência das 608 matérias selecionadas (1972-1992)	187

Figura 5.19 Municípios noticiados (1972-1992)	189
---	-----

LISTA DE TABELAS

Número	Título	Página
Tabela 5.1	Quantidade de matérias selecionadas (por formato) de 1972 a 1992 ..	75
Tabela 5.2	Temáticas ambientais noticiadas no jornal Gazeta de Sergipe (1972-1992)	95
Tabela 5.3	Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Poluição’	97
Tabela 5.4	Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Devastação’	128
Tabela 5.5	Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Urbanismo’	141
Tabela 5.6	Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Rio 92’	149
Tabela 5.7	Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Campanhas’	169
Tabela 5.8	Caracterização das fontes de informação simples	182
Tabela 5.9	Caracterização das fontes de informação compostas	182

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.0 - INTRODUÇÃO

Em maior ou menor intensidade, a depender da nação e do período histórico, os meios de comunicação exerceram um importante papel de interferir e reorientar as relações humanas, formando com isso opiniões e fazendo-se, muitas vezes, um elemento de controle social, político, ideológico e cultural.

Não foram poucos os momentos da história em que a imprensa esteve vinculada a partidos políticos ou grupos de pressão variados. No que se refere ao jornalismo brasileiro, este permaneceu atrelado ao jornalismo de opinião até meados de 1950. A história da imprensa em Sergipe foi também um reflexo do que ocorria na imprensa brasileira, ou seja, um jornalismo que transmitia a história política dos jornais e seus proprietários, ou de grupos que se aglutinavam em torno dos órgãos jornalísticos, defendendo interesses político-partidários ou econômico-sociais deles próprios.

Apesar de muitos jornais da província sergipana, ao definirem seu programa de ação, proclamar o objetivo da neutralidade na luta dos partidos políticos daquela época, Acrísio Tôrres (1993) - estudioso da imprensa sergipana - afirma que esta era uma mera decisão aparente. De acordo com pesquisa minuciosa feita pelo autor em jornais sergipanos editados de 1832 a 1910, muitas contendas foram travadas nestas folhas entre conservadores e liberais, no Império, e entre partidos situacionistas e oposicionistas, na primeira década da República. Dentre o papel e características da imprensa sergipana durante o Império e a República, Acrísio Tôrres (1993) aponta para uma imprensa que tinha como objetivo fazer-se eco da opinião pública, que a todo o momento buscava desacreditar outros jornais, que extremava luta entre oposição e situação, que tinha espírito independente e agressivo, enfim; como eram ligados a facções políticas, conhece-se através destes jornais a história política do período.

Foi na década de 1950 que a comunicação começou a estruturar-se como comércio e com isso, a mídia passou a ter como importante fator de venda e credibilidade, fazendo com que a empresa buscasse a independência editorial. Mas, em regiões com menor densidade econômica e com a centralização do poder político nas mãos de poucos, ocorreu e ainda ocorre a troca de interesses entre os poderes econômico e político e os meios de

comunicação (Melo, 1994). Não obstante, Sergipe, em meio ao contexto abordado, insere-se nesse perfil.

Apesar do esforço dos meios de comunicação na busca da objetividade e da verdade do fato, nós historiadores, devido à própria tradição historiográfica e ao método de pesquisa histórica, não podemos encará-los como imparciais e objetivos, pois o discurso jornalístico é uma espécie de fator ordenador da realidade (Gomes, 2003).

A função de ordenar e hierarquizar conceitos e valores tem sido tomada e exercida pela mídia e em particular pelo discurso jornalístico. Além do que as empresas jornalísticas são possuidoras de conveniências e interesses que vêm a interferir no conteúdo editorial.

Devemos levar em consideração, como destacado por Jensen e Rivers Peterson (1966) que toda sociedade, governantes ou grupos mais poderosos têm feito das comunicações meio de estabilizar a ordem social e consolidar o poder. Dessa forma, o controle é exercido pelos detentores do poder através da persuasão, na qual o discurso é usado para consolidar ideologias.

Esse quadro nos remete a importância do jornalismo, e dentre ele o impresso, na modelização social.¹ O jornal impresso é, portanto, um dos espaços onde os discursos terão seu ponto auge da difusão (Gomes, 2003).

Deste modo, ao deter grande poder de intervir nas relações humanas, os meios de comunicação também o exerce na reorientação das relações da sociedade com a natureza. Sendo assim, o papel da mídia no processo de formação de opinião sobre a problemática ambiental foi e é significativo. Foi também através dela que a sociedade buscou, e ainda busca, rediscutir sua atuação no meio ambiente e novos modelos de sustentabilidade para o desenvolvimento.

Como visto, a comunicação, somada a outros fatores, foi responsável pelo adição de um forte componente social no processo de percepção ambiental. De fato, sem a cobertura dos meios de comunicação, é pouco provável que problemas antigos tivessem entrado na área do discurso público e fizessem parte do processo político. É, pois, fundamental enfatizar que na passagem de problemas ambientais de condições para

¹ Implica na aquisição de atitudes e concepções de vida (Dicionário de Sociologia, 1967).

assunto, e depois para condicionantes da elaboração de políticas públicas, a visibilidade mediática foi importante.

Ato fundamental de toda transformação social, a comunicação apresenta-se então como um importante viés no enfrentamento da crise ambiental, pois transforma-se numa arma que ao ser engatilhada mobiliza a ação pública em prol de inúmeras causas, inclusive socioambiental.

Os meios de comunicação de massa são, além de elementos informativos, elementos formativos, sendo com isso, de suma importância na construção de uma percepção ambiental complexa; na promoção de mudança de hábitos e valores; na mobilização da ação pública em torno da criação de políticas públicas socioambientais efetivas, da luta contra atitudes errôneas de indústrias, do poder público, etc.

Nas últimas décadas o meio ambiente emergiu no discurso político e científico, e junto a essa discussão, tem sido crescente a produção de publicações, documentários e campanhas sobre o meio ambiente. Mas é especialmente através da mídia impressa e televisiva que as questões ambientais têm chegado ao conhecimento de segmentos da sociedade que nunca haviam tido acesso ao tema.

Por ser a principal fonte de informação - juntamente com a televisão - o papel dos jornais é decisivo no processo de formação de opinião sobre a problemática ambiental. A colocação de determinado assunto na pauta das discussões, torna-o objeto a ser esclarecido e objeto presente na nossa realidade. Trata-se de uma educação sistematizada por parte da mídia para aceitarmos a crise ambiental como “situação de fato”, independentemente dos inúmeros pontos de vistas existentes sobre o assunto (Gomes, 2003).

Com o disposto, acreditamos que o modo como notícias com temáticas ambientais são veiculadas e a maneira como a mensagem ambiental é concebida por determinado meio de comunicação, fornecerá sua contribuição para a profundidade do entendimento e envolvimento da sociedade com a questão ambiental.

Dessa forma, sentimos a necessidade de questionar historicamente como tem sido a cobertura do jornalismo impresso sergipano no tocante às questões ambientais? E indo além, como o meio ambiente tem sido apresentado à parcela da sociedade? Como o assunto foi abordado, divulgado e debatido pela mídia? Quais os principais atributos e

funções apontadas pela mídia impressa analisada ao meio ambiente? Os assuntos ligados ao meio ambiente receberam cobertura fragmentada ou sistêmica? Enfim, de que forma a problemática ambiental foi introduzida para a população pela mídia impressa pesquisada?

Para tanto, investigar e analisar de que forma a mídia impressa sergipana - através do jornal *Gazeta de Sergipe* - vem participando do processo de discussão dos problemas ambientais é de fundamental importância. O conhecimento de como o jornalismo impresso sergipano teria transmitido esses fragmentos para a sociedade sergipana é imprescindível, pois a interpretação que temos hoje do meio ambiente e da questão ambiental depende, em grande parte, dos meios de comunicação de massa.

Pesquisar a cobertura da imprensa sobre determinado assunto permite entender como tal assunto refletirá na realidade cotidiana, e mais ainda, a partir das lacunas dessa cobertura permite entender como ele não se refletirá.

O estudo em questão nasceu da linha de pesquisa História Ambiental, desenvolvida no Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), inicialmente através do projeto de iniciação científica *Memórias, lutas e sonhos: as ações dos movimentos ambientalistas em Sergipe*, no qual participei como bolsista Pbic (de abril de 2004 à julho de 2005).²

Possuidor de um caráter interdisciplinar - característica fundamental e diferenciadora do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – o estudo em mãos foi desenvolvido sob a perspectiva da História Ambiental, o qual foi abordado um tipo de interação intangível entre homem e natureza, um tipo de interação exclusivamente humano: a mensagem sobre o meio ambiente divulgada em um meio de comunicação impresso. Ou seja, o estudo de narrativas e discursos sobre o meio ambiente, de diferentes atores sociais ao longo da história.

Com o estudo, poderemos fornecer subsídios para a construção de uma nova postura do jornalismo impresso acerca de temáticas ambientais, possibilitando uma nova forma de entender a questão ambiental e a proposta de desenvolvimento sustentável. No que diz respeito à História iremos fornecer dados e discussões importantes sobre o

² A pesquisa foi coordenada pela Prof^a. Dr^a. Eliane Oliveira de Lima Freire.

desenvolvimento da problemática ambiental no Estado de Sergipe, assim como propostas metodológicas para o uso de fontes impressas na pesquisa em História Ambiental.

A seleção do jornal *Gazeta de Sergipe* como objeto primordial da investigação obedeceu dois critérios básicos: a representatividade quantitativa de suas tiragens à época e o peso simbólico qualitativo, em termos de prestígio, que os jornais possuíam no imaginário popular. Estes critérios foram contemplados pelo periódico por ser um jornal tradicional do Estado; por ter tido uma grande veiculação no Estado no período abordado pela pesquisa (1972-1992); e por sua periodicidade, tratava-se de um jornal diário.

A delimitação temporal do trabalho se faz necessário. O período de tempo a ser trabalhado - 1972 a 1992 - foi definido por ter nos seus extremos, anos em que ocorreram respectivamente duas importantes conferências mundiais: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), ocorrida em Estocolmo (Suécia) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro. A delimitação se justifica pela necessidade de acompanhar a cobertura da imprensa sobre o assunto. Justifica-se ainda pelo fato de que as duas conferências em questão constituem dois importantes marcos na discussão sobre ecologia e meio ambiente, tanto em termos mundiais, como no que se refere à participação do Brasil no debate ambiental. A primeira, considerada o primeiro encontro diplomático entre estados-nações de caráter global sobre a crise do meio ambiente humano, e a segunda, onde se discutiu o desenvolvimento sustentável enquanto concepção de economia política.

A pesquisa não tem espaço estabelecido, pois não estudamos um espaço constituído, mas sim uma fonte que abrange determinado espaço.

O estudo em questão tem como propósito investigar e analisar historicamente a contribuição e o papel do jornal *Gazeta de Sergipe* na divulgação de notícias com temáticas ambientais no período de 1972 a 1992. Contudo, temos que atingir alguns objetivos específicos, que são:

- Identificar a frequência e o espaço cedido às notícias com temáticas ambientais, mapeando e analisando historicamente o caminhar destas ao longo dos 20 anos pesquisados;

- Identificar as principais temáticas abordadas pelo jornal, bem como a abordagem recebida por este;
- Identificar as principais fontes de informação acionadas para a construção das matérias;
- Identificar o nível de abrangência das matérias.

No decorrer do estudo levaremos em consideração a história social e política do jornal pesquisado, bem como a história do seu fundador e proprietário - Orlando Dantas - a fim de melhor contextualizar as posições ideológicas e políticas dos produtores das notícias e das próprias notícias.

Atentando para características da mídia, como: dependência, inexatidão e tendenciosidade, foi importante também questionar o documento a respeito das fontes de informação consultadas para a produção de determinada notícia e suas relações com grupos de poder.

Portanto, a notícia jornalística neste estudo foi vislumbrada como um documento intencional, parcial e subjetivo, que deve ser correlacionado e analisado juntamente com o contexto histórico do período estudado, os jogos de poder do período, as relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, entre outros.

A estrutura do trabalho introduz inicialmente o leitor a uma discussão sobre a relação entre história, comunicação e meio ambiente, onde é abordada a relação entre história e impressos através de uma síntese histórica sobre a mudança do *status* de fonte sofrida pelos impressos na pesquisa histórica, vindo com isso possibilitar seu uso como fonte de pesquisa e como objeto de estudo. O surgimento e a trajetória da história ambiental como linha de pesquisa em História é discutida, assim como seus níveis de pesquisa, onde enfatizamos o nível referente ao trabalho apresentado. Tratamos da posição da comunicação na sociedade contemporânea, abordando em seguida o poder da mensagem como meio de influenciar e formar cidadãos, bem como de representação da realidade. Ainda apresentamos uma breve discussão sobre a questão ambiental, situando-a no seu contexto histórico, social e cultural, remetendo com isso à importância da informação ambiental para o entendimento e consolidação do desenvolvimento sustentável em oposição ao modelo de desenvolvimento atual. Nessa esteira apresentamos o caminhar

da mídia e a produção de notícias com temáticas ambientais ao longo da história do século XX.

No terceiro capítulo apresentamos uma breve revisão da literatura sobre o tema, a escolha metodológica da pesquisa, bem como seu universo de amostragem.

O quarto capítulo trata da história do jornal *Gazeta de Sergipe* e do seu fundador e proprietário, Orlando Dantas. Nesse capítulo mostramos como o jornal estabeleceu sua dinâmica institucional, suas relações com o poder político regional, sua evolução editorial e tecnológica. Correlacionamos ainda a história do periódico e de sua produção, com a história de vida do seu fundador Orlando Dantas, por ser de extrema importância para a compreensão da mensagem ambiental veiculada pelo periódico.

No quinto capítulo apresentamos os resultados, bem como suas discussões através de análise quantitativa e qualitativa do conjunto das matérias selecionadas, permitindo uma avaliação da frequência e do espaço cedido a estas matérias, das temáticas mais abordadas pela mídia, das fontes de informação mais acionadas para a produção das notícias e da abrangência territorial das notícias veiculadas pelo impresso. Em relação à discussão sobre as temáticas mais abordadas, buscamos descortinar a mensagem ambiental veiculada no periódico pesquisado, extraindo aspectos significativos acerca de idéias, valores, intenções, conceitos e preconceitos sobre o meio ambiente e a questão ambiental, manifestados por representantes dos segmentos da sociedade que atuaram no periódico pesquisado. Nesta discussão são evocados, trechos de notícias veiculadas pelo jornal.

Finalmente, no capítulo da conclusão e sugestões, fornecemos um apanhado geral dos resultados alcançados e fazemos algumas sugestões sobre o que nos propomos.

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA, COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

2.0 – HISTÓRIA, COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

História, comunicação e meio ambiente formam o tripé da pesquisa. As diretrizes da pesquisa histórica estiveram presentes durante todo o estudo, mas em se tratando de um estudo interdisciplinar, tivemos que adentrar no mundo dos comunicadores sociais, especificamente dos jornalistas, para não pecarmos em colocações e avaliações errôneas. Percorremos então os caminhos da redação de um jornal, da produção da notícia em todos os seus aspectos; enfim, perambulamos entre a teoria e a prática jornalística.

O cuidado maior residiu na não transformação do estudo em um trabalho basicamente de um comunicador. Precisávamos ter domínio sobre as três áreas para não priorizar uma em detrimento da outra.

Era fundamental que tivéssemos conhecimento sobre a área temática enfocada pelo estudo, o meio ambiente. O domínio conceitual do que vem a ser meio ambiente, o conhecimento das instituições, organizações e legislações ambientais que prevaleceram durante o período abordado e o conhecimento dos atores sociais que atuaram em prol da causa ambiental foi mister para o desenrolar da pesquisa. O aprofundamento sobre certos assuntos abordados pelo jornal também se fez necessário.

Para tanto, foi preciso conhecer primeiramente como o jornal impresso foi visto como fonte de pesquisa para os historiadores desde a escola positivista³ até os dias atuais, com as mudanças ocorridas na historiografia, e o que levou a determinadas mudanças no *status* de fonte. Acreditamos que a relação essencial entre jornalistas e historiadores reside no momento do não aceite e da aceitação do jornal como fonte e objeto de estudo para a pesquisa em história.

Por se tratar de um estudo dentro da linha história ambiental - campo interdisciplinar por “natureza” - fizemos uma abordagem sobre seu surgimento, a que se propõe, sobre o que trata, chegando, enfim, ao nível de abordagem que fizemos uso.

³ Historiografia dominante e combatida pelos historiadores da Escola dos Annales. Na escola positivista conceitos como o de racionalidade, progresso e ordem eram exaltados. A História era feita de forma factual, historicizante e priorizando o político. Uma História nacionalista e chauvinista.

Conhecer como a comunicação de massa age sobre a sociedade contemporânea é de fundamental importância, já que o objeto de estudo trata-se de um jornal impresso. Apresentamos então algumas análises feitas por cientistas sociais e políticos sobre a influência da comunicação de massa na vida dos seres humanos. Aqui lançamos nosso posicionamento acerca das teorias adotadas para aplicarmos ao trabalho. Dando sequência à discussão, abordamos o poder da mensagem jornalística, ou seja, a notícia. Essa abordagem é indispensável, pois trabalhamos com o conteúdo noticioso das matérias com temáticas ambientais, bem como sua mensagem sobre o meio ambiente à sociedade sergipana.

A crise ambiental em que estamos imersos possui um caminho, e foi ele que trilhamos para compreender o que é exatamente a questão ambiental, qual a sua relação com a modernidade, o que ela suscitou no tocante a ações sociais em prol da reversão do quadro, entre outros questionamentos. Dessas insurgências urge a necessidade de se pensar um novo desenvolvimento, e nesse caso nosso enfoque recai sobre o desenvolvimento sustentável. O papel e importância da informação ambiental para a divulgação da situação ambiental e de novas perspectivas se encerram aí.

Nessa esteira pode-se observar o caminho da relação mídia e meio ambiente, melhor dizendo, como e por que o meio ambiente tornou-se pauta nas edições de jornais, nas emissoras de rádio e tv.

2.1 – HISTÓRIA E IMPRESSOS

É através de vestígios⁴ e registros da atividade humana que podemos chegar o mais próximo possível de como sujeitos de determinada época e lugar viveram e pensaram sua existência. O historiador faz uso desses vestígios do passado como fonte para a pesquisa histórica. Não obstante, a pesquisa em história variou no espaço e no tempo o uso de suas fontes.

⁴ Para Marc Bloch (1977) vestígios são marcas perceptíveis pelos sentidos. José Mendes (1993) afirma ser os vestígios uma herança ou sinais do passado.

Foi devido a avanços contemporâneos da investigação histórica que o uso dos impressos para a pesquisa passou por modificações quanto *status* de fonte, sendo recentemente encarado também como objeto de estudo.

Contudo, são raros - senão ausentes - estudos históricos que façam uso do jornal como fonte e objeto para se entender como meio ambiente vem sendo tratado e representado, sendo mais comuns abordagens voltadas para outras linhas de pesquisa, como a história econômica, política e cultural.⁵

2.1.1 – O jornal impresso – da marginalidade ao reconhecimento como fonte de pesquisa

Durante muito tempo inúmeros registros da atividade humana foram desprezados, devido ao excessivo privilégio que a escola positivista cedeu ao documento escrito, sobretudo o oficial. Conforme Jacques Le Goff (1990), o documento - para a escola histórica positivista do fim do século XIX e início do século XX - era o fundamento do fato histórico, apresentava-se por si mesmo como prova histórica, carregava objetividade no lugar da intencionalidade e afirmava-se como um testemunho escrito.

A utilização dos impressos como fonte de pesquisa e como objeto central de estudo na pesquisa histórica vem sendo encarado de forma diferenciada nos últimos anos. Segundo Tania Regina de Luca (2005) - que por sinal faz um belo resgate de estudos que se valeram de jornais como fonte e objeto para o conhecimento da história do Brasil - a história por meio da imprensa ainda engatinha, e isso se deve a inúmeros fatores, dentre eles a tradição de que o historiador deveria buscar a verdade dos fatos nas fontes que fazia uso.

Como já aludido, para a historiografia desse período o estudioso deveria se debruçar em fontes imbuídas de objetividade, neutralidade e fidedignidade; além do que deveriam fazer uso de fontes distanciadas de seu próprio tempo. Pode-se perceber que os

⁵ Ver, por exemplo, *Imprensa e ideologia em São Paulo*, de Arnaldo Contier; *O bravo matutino*, de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado; *Insultos impressos*, de Isabel Lustosa; *A imprensa operária no Brasil*, de M. Nazareth Ferreira; entre outras obras (De Luca, 2005).

jornais, nesse contexto, eram poucos adequados para a recuperação do passado, pois traziam características opostas às buscadas pelos historiadores.

Com a Escola dos *Annales*⁶, em meados de 1930, essa concepção começou a ser criticada, mas de acordo com De Luca (2005) não foi suficiente para o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa. Basta conferir mais adiante a colocação feita por Marc Bloch - um de seus fundadores - acerca dos jornais como fonte de pesquisa.

Para a autora “percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico implica acompanhar (...) a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina” (De Luca, 2005).

Fundamentando-se em uma nova concepção de história – em que o acontecimento histórico se faz a partir das ações dos homens – a Escola dos *Annales* ampliou a noção de documento. É com *La Terre et L'Evolution Humaine* (1922), de Lucien Febvre e colaboração de Leonel Bataillon, que o alargamento do universo das fontes começa a ser percebido. Nessa obra os autores buscaram elementos topológicos, climáticos, botânicos, entre outros, para responderem seus questionamentos.

Segundo Vieira et al. (1989) foram incorporados documentos de naturezas diversas à pesquisa histórica. Atrelado a isso, a relação do historiador com o documento sofreu uma pequena modificação. O documento necessitaria de perguntas adequadas para responder as ansiedades do historiador, bem como a intencionalidade do agente histórico e do pesquisador seria alvo de preocupação.

O historiador Marc Bloch (1977) confirma essa afirmação: “Os documentos só falam quando se sabe interrogá-los”. E ainda: “(...) os questionamentos devem servir de ímã às limalhas do documento”.

Visto como expressão da experiência humana, a noção de documento é alargada e são incorporadas novas linguagens na investigação, como a literatura, relatos de viajantes, cinema, fotografia, etc.

⁶ A “Escola dos *Annales*” surgiu em 1929 com a fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, por Marc Bloch e Lucien Febvre. Este “movimento” promoveu transformações e inovações significativas na produção historiográfica. Os *Annales* propunham o rompimento com a história positivista, baseada nos fatos e grandes homens, e ofertavam em troca uma história-problema, bem como a abertura do historiador às práticas e métodos de outras ciências sociais. Ver A Escola dos *Annales*: a revolução francesa na historiografia, de Peter Burke; e A História em migalhas: dos *Annales* à Nova História, de François Dosse.

Não é nosso objetivo, porém, discutir profundamente todo esse contexto, mas sim esclarecer sinteticamente como o jornal impresso passou de “marginal” a documento histórico valioso para a pesquisa histórica.

Foi na terceira geração dos *Annales*⁷ (últimas décadas do século XX) que a prática historiográfica alterou-se expressivamente. Propondo novos objetos, problemas e abordagens⁸, a terceira geração alterou a própria concepção de documento e sua crítica. É na quarta geração dos *Annales* que emerge a História Nova Cultural⁹ - corrente francesa de 1970 - que irá possibilitar a escolha dos impressos como objeto de estudo para a análise das práticas culturais, não descartando, porém, outras fontes de pesquisa.

2.1.2 – Concepções do jornal impresso enquanto fonte de pesquisa

Le Goff (1990), no capítulo *Documento/Monumento*, da sua obra *História e Memória*, assegura aos fundadores dos *Annales* o mérito de terem dado início a uma crítica em profundidade da noção de documentos. Menciona Marc Bloch, que afirmou a ausência ou presença de determinados documentos dependerem de causas essencialmente humanas, e que com isso não escapam de forma alguma à análise. Faz referência a Samaran, que aponta para a importância de tomar a palavra “documento” no sentido mais amplo do termo. Retoma Paul Zumthor, que defendeu a idéia de que o que viria a transformar o documento (escolha do historiador) em monumento (herança do passado) seria a sua utilização pelo poder.

Enfim, posiciona-se a respeito: “Todo documento é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 1990). Afirma ainda não ser o documento inócuo, objetivo e neutro. O documento é sim:

⁷ Composta por quatro gerações, a terceira geração dos *Annales* apostava em novos recortes disciplinares a partir das diversas práticas e dos diversos objetos históricos. A História se decompõe em práticas parciais e renuncia a visão globalizante.

⁸ Consultar a trilogia: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

⁹ A História Nova Cultural marca a quarta geração dos *Annales*. Tal corrente tem como objetivo trabalhar política, economia e sociedade como dimensões culturais da experiência. Trabalha com temas, objetos e fontes variadas. Uma característica interessante dessa corrente é o uso de documentos escritos não oficiais.

“o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver” (Le Goff, 1990).

Por serem - os documentos - resultantes do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si próprias, não existe um documento-verdade. Por isso, é necessário que se analisem as condições de produção de tais documentos e que se veja o documento como um instrumento de poder (Le Goff, 1990).

Com essa breve retomada da sistematização feita por Le Goff, ao discutir as mudanças na concepção de documento, fica claro o reconhecimento da fonte impressa, precisamente o jornal, enquanto documento passível de se conhecer a história. No entanto, algumas ressalvas foram apontadas por diversos estudiosos.

O jornal, enquanto documento, foi encarado de diversas formas por inúmeros autores. Marc Bloch (1977), em sua *Introdução à História*, concebe os jornais como produtos “deformados” que teriam o intuito de passar determinada imagem para a sociedade. Para o historiador o jornal ainda não teria encontrado seu Mabillon.¹⁰

Jean Glénisson via os procedimentos críticos demandados pelos jornais de forma desanimadora, pois “influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo” (Glénisson, 1986, apud De Luca, 2005). Já Pierre Renouvin - não tão desencorajador - insistia na importância de questionar o documento a respeito das fontes de informação consultadas para a produção de determinada notícia, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros. José Honório Rodrigues encarava o jornal como uma das “principais fontes de informação histórica”, mas apontava para características como dependência, inexatidão e tendenciosidade (De Luca, 2005).

¹⁰ Mabillon foi um dos fundadores da crítica histórica e da diplomática (o estudo dos documentos provenientes de chancelarias medievais).

Ainda d'Alain Croix & Didier Guyvarc'h (1990) atentam que os historiadores devem tratar a imprensa da mesma maneira que qualquer outro documento, com um olhar muito crítico.

São nessas três últimas concepções do jornal como documento que iremos nortear a pesquisa histórica com impressos.

Embora, desde longas datas, os historiadores tenham recorrido à imprensa como fonte de pesquisa, o que se objetivava era o esclarecimento de fatos individualmente considerados. Somente a partir de algumas décadas é que a exploração ordenada da imprensa tem-se processado com mais constância.

Para José M. Amado Mendes (1993) a exploração sistemática dos periódicos permitiu o seu aproveitamento pela história serial, que trabalha com fontes integradas em série.¹¹

Segundo Alzira Alves de Abreu (1996) foi com o alargamento do campo da história nas duas últimas décadas e com a introdução de novas linhas de pesquisa, que os historiadores estreitaram sua relação com os jornalistas, com o jornalismo e com a mídia em geral.

Na medida em que resgata a representação do meio ambiente nas folhas de um jornal impresso sergipano e investiga como este abordou a temática ambiental, o trabalho em questão diz respeito, primordialmente, ao estudo da **história por meio da imprensa**. Mas não para por aí. Acreditamos tratar-se também de uma **história da imprensa**, a partir do momento que, para atingirmos os objetivos do estudo tivemos que trazer à tona toda a história do jornal *Gazeta de Sergipe* e do seu fundador, Orlando Dantas.

Enfim, estabelecendo conexões com as transformações históricas e sociais ocorridas no período abordado (1972-1992), a análise transcendeu tanto o conteúdo noticioso em si quanto as ações individuais dos atores em cena. Indo além, buscamos articular a mensagem ambiental imbuída no jornal e a história do jornal e dos produtores das notícias, com as transformações da sociedade brasileira.

¹¹ Fontes contínuas e homogêneas, ou seja, que não possuem hiatos temporais e que reportam a fatos da mesma natureza (Mendes, 1993).

2.2 – HISTÓRIA AMBIENTAL

Trilhando o mesmo caminho percorrido pelas fontes históricas, a linha de pesquisa história ambiental ou eco-história vem se firmando ao longo dos últimos anos, apesar de ainda necessitar de um maior reconhecimento por pesquisadores das ciências humanas e sociais.

O estudo em mãos trata-se de uma história ambiental. A história da mensagem ambiental transmitida por um meio de comunicação impresso: o jornal *Gazeta de Sergipe*.

2.2.1 – Por uma epistemologia da história ambiental

A escola positivista, baseada nos fatos políticos e na atuação dos grandes homens, não deu margem a outro tipo de investigação histórica que não fosse a História Política. O grupo dos *Annales* combateu essa história factual e historicizante, propondo com isso uma história-problema, a ampliação das fontes e dos métodos de pesquisa e uma abertura maior do historiador às práticas de outras ciências sociais. Com a Escola dos *Annales*, o horizonte para outros objetos e linhas de pesquisa pôde ser ampliado e vislumbrado.

Os *Annales*, de acordo com François Dosse (1992), propuseram o alargamento do campo da história, e ao desertar o terreno político, esta acaba por orientar o interesse dos historiadores para outros horizontes, como a natureza, a paisagem, a população, etc.

Essa abertura forneceu caminhos para desembocarmos na história ambiental, que congrega procedimentos metodológicos de diversas ciências, inclusive das ciências naturais. O caráter interdisciplinar da história ambiental é evocado por José Augusto Drummond (1991) quando este afirma ser a linha “um campo que sintetiza muitas contribuições”.

Outro fator importante que veio a contribuir para a formação das bases de uma futura história ambiental foi a proximidade dos historiadores dos *Annales* com a geografia no início do século XX. Essa aproximação fez com que estes sofressem forte influência da geografia vidaliana¹², abrindo-se com isso para o estudo das paisagens.

Marc Bloch foi o primeiro a escrever uma história agrária.¹³ Partindo das paisagens contemporâneas ele retorna ao período medieval e trabalha em cima das transformações da paisagem rural francesa, integrando também o estudo das populações, das demografias, entre outros. Mas ao mesmo tempo o historiador alertou que o alargamento dos centros de interesse do historiador não deveria provocar a descentralização do homem em favor de um determinismo qualquer. Os fundadores dos *Annales* eram adeptos a uma escritura antropológica, em que o homem era o único objeto de preocupação do historiador.

Foi Emmanuel Le Roy Ladurie que deslocou o território do historiador para zonas em que o homem está descentralizado ou até ausente, com o seu *Histoire du climat depuis l'an 1.000* (1967).

O intuito da história ambiental não é deslocar o homem do seu centro de atenção, mas ligar a história natural à história social e examinar as interações entre ambas. Buscando uma interação equilibrada no mutualismo entre sociedade e natureza, a história ambiental não propõe com isso um determinismo natural unilateral.

Conforme Dosse (1992), a Escola dos *Annales* rompe também com a concepção passadista do discurso histórico e propõe uma história no qual a correlação passado/presente tenha por campo de estudo não somente o passado, mas também a sociedade contemporânea. Essa proposta foi importante para o surgimento da linha de pesquisa discutida, pois esta se encontra fortemente engajada com objetivos políticos e sociais bem definidos, até porque nasceu de um objetivo moral.

Com os anos 60 do século XX, surgem diversas contestações de legitimação do poder em todas as suas formas e o recrudescimento de movimentos sociais diversos, com

¹² Proposta por Pierre Vidal de La Blache, a geografia vidaliana valoriza o meio, o modo de vida, o cotidiano. O objeto primordial da geografia vidaliana era o lugar, a paisagem; a relação do homem com o meio. Fazia parte da escola possibilista que entendia os recursos do meio como possibilidades para a ação humana, posta como elemento da causação na organização do espaço.

¹³ Cf. *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931).

isso os historiadores são chamados às questões do presente. E aí coube a história ambiental.

Para Enrique Leff (2005):

“la historia ambiental permite ver la complejidad ambiental en la historia pasada, y abre al mismo tiempo una acción prospectiva hacia la construcción de una racionalidad ambiental; es un saber que establece el vínculo entre el pasado insustentable y un futuro sustentable”.

Mais do que demonstrado por Dosse (1992) em *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*, linhas de pesquisa nascem dentro de um contexto histórico e social específico. Portanto, a idéia de uma história ambiental surgiu em meados da década de 1970 e é proveniente de problemas do seu próprio tempo, como a explosão de discussões sobre uma crise ambiental global eminente através de conferências mundiais e da atuação de movimentos ambientalistas. Segundo o historiador ambiental Donald Worster (1991), a idéia de uma história ambiental chega numa época de reavaliação e reforma cultural em escala mundial.

Concebida e desenvolvida inicialmente em países como os Estados Unidos da América (pioneiro em questões ambientais e um dos mais produtivos centros da nova história) e a França (desenvolvida por historiadores ligados à revista dos *Annales* e interessados nos fundamentos ambientais da sociedade), a história ambiental tem encontrado espaço em diversos países da América Latina, como Brasil, Chile, Colômbia, México, entre outros.

A história ambiental, portanto, “parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido” (Worster, 1991). Segundo esse mesmo autor, a história ambiental tem como objetivo primordial “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (Worster, 1991). Tem ainda como um dos seus objetivos, incorporar variáveis ambientais aos seus estudos sobre a sociedade

humana, rejeitando a premissa de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais e que as consequências ecológicas das ações humanas podem ser ignoradas.

2.2.2 – Níveis de estudo da história ambiental

A história ambiental compreende três níveis de estudo e de questões que não são estanques, mas fazem parte de “uma investigação única e dinâmica, na qual a natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo” (Worster, 1991).

Iremos diferenciar os três níveis de estudo ambientais para efeito de perceptibilidade. No entanto, enfocaremos seu terceiro nível, o qual diz respeito ao estudo realizado.

O primeiro nível de estudo diz respeito ao entendimento da natureza em si, melhor dizendo, como esta teria se organizado e funcionado no passado.

Esse nível de pesquisa é o mais interdisciplinar dentre os três, já que o historiador ambiental terá de recorrer às ciências naturais para desenvolver seu estudo. Além disso, o tempo histórico¹⁴ é ultrapassado, sendo invadido o tempo geológico ou natural. Outra especificidade dessa abordagem diz respeito à delimitação espacial, pois o historiador rompe com o local, com o regional, abarcando muitas vezes o global.

O segundo nível da história ambiental trata da interação do domínio socioeconômico com o meio ambiente. Segundo Worster (1991), a preocupação desse estudo recai sobre as ferramentas de trabalho, as relações sociais que brotam do trabalho, as diversas maneiras que os povos criaram de produzir bens a partir dos recursos naturais. Trata-se do papel da natureza na moldagem dos métodos produtivos e o impacto destes na natureza.

¹⁴ Para o historiador, o tempo cronológico é o fio condutor das mudanças e continuidades. Aceitar o tempo geológico ou natural é romper com o paradigma das ciências sociais e humanas.

Esse nível de estudo é bastante apreciado por Drummond (1991). O autor cita e reconhece os demais níveis, mas sua ênfase recai exatamente no nível em questão. Essa preferência é perceptível em dois artigos seus¹⁵, onde no primeiro conclama os historiadores a uma revisão dos ciclos econômicos brasileiros, abandonando, entretanto, o viés clássico e observando as conseqüências sociais destes ciclos, não encarando-os isoladamente uns dos outros. No segundo o autor aponta tópicos de interesse para a pesquisa em história ambiental no Brasil.

Propõe então uma retomada do tema dos ciclos econômicos da história colonial e independente do Brasil em enclave ambiental. O objetivo seria identificar, em escala regional e local, “que tipos de sociedade se formaram em torno de diferentes recursos naturais, que permanência tiveram essas sociedades e que tipo de conseqüência elas criaram para os seus ambientes sustentarem outros tipos de sociedade” (Drummond, 1991).

O historiador ambiental Guillermo Castro Herrera (2002) também defende o desenvolvimento de uma história ambiental latino-americana que trabalhe com as transformações produzidas no mundo natural por humanos através de trabalho socialmente organizado, e com o impacto daquelas transformações no desenvolvimento humano.

Percebe-se nesse nível a mudança no que se refere a delimitação temporal e espacial, que fecha-se mais para o local e o regional.

Foi no terceiro nível de estudo apontado por Worster (1991) que norteamos a pesquisa desenvolvida. Tal nível de estudo da História Ambiental diz respeito ao estudo “puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos (grifo meu), leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (Worster, 1991). Para este autor o historiador ambiental “deve ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado de natureza” (Worster, 1991).

Os homens de distintas épocas e lugares carregaram determinada concepção de natureza, influenciando com isso o estudo científico do período, as relações entre os homens e destes com a natureza. Foi partindo desse pressuposto que tive o interesse de

¹⁵ Ver *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*, de 1991 e *Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático*, de 2002.

investigar a concepção de meio ambiente que determinado jornal impresso forneceu para a sociedade sergipana, norteando e influenciando de certa forma o entendimento dessa sociedade sobre o meio ambiente e a questão ambiental, vindo a contribuir, de certa maneira, para uma maior compreensão e abertura para o desenvolvimento sustentável.

É importante ressaltar que a concepção de meio ambiente deve ser estudada nas suas relações com contexto econômico, político e social do período, pois tais idéias refletem a organização das sociedades, os seus tecno-ambientes e suas hierarquias de poder.

Drummond (1991) aponta a grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente, e dentre elas, cita a imprensa - fonte reveladora de informações sobre o estudo dos conceitos e valores atribuídos ao meio ambiente e a natureza.

O estudioso mexicano Enrique Leff (2005) chama atenção para o nível abordado. Ele solicita que os historiadores ambientais voltem os olhares para um nível mais cultural de análise. O autor faz críticas à concepção que vem dominando a história ambiental, em que “el ambiente permanece aun encapsulado em uma idea de impactos sobre la naturaleza” (Leff, 2005).

Para finalizar, vale ressaltar a existência de diversas vertentes de análises dentro de cada um dos níveis citados, sendo que muitas das vezes tais vertentes podem somar-se umas com as outras.

2.3 – COMUNICAÇÃO DE MASSA E SEU ALCANCE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

De acordo com Melvin L. DeFleur & Sandra Ball-Rokeach (1993), foi com o aparecimento e aceitação da imprensa de massa que o ritmo da comunicação humana tornou-se cada vez mais intenso. Dentro dessa perspectiva, em meados do século XX, a sociedade ocidental estava prestes a presenciar a criação de inúmeras técnicas de

comunicação, com isso a comunicação de massa transformou-se em um dos fatos mais expressivos e inescapáveis da vida moderna.

Comunicação designa qualquer processo de transmissão de informação, a passagem de um conteúdo de informação de um emissor para um receptor. Em sociologia, o acento é posto não sobre uma pura transmissão de informações, mas sobre os mecanismos pelos quais a comunicação seleciona as informações, com vista a mudar o estado do sistema. A teoria da comunicação aplica-se bem às comunicações de massas, que consistem em produzir e em difundir mensagens destinadas ao conjunto da sociedade.

A transmissão de informações por especialistas a uma platéia grande e diversificada é definida como comunicação de massa, que, por sua vez, é realizada através dos meios de comunicação de massa, ou seja, meios técnicos e organizacionais complexos que incluem jornais, televisão, rádio, cinema, livros, revistas, entre outros.

De acordo com o *Dicionário do pensamento social do século XX* (1996), a expressão “comunicação de massa” é rotineiramente usada para se referir a uma série de instituições ocupadas com a produção em grande escala e a difusão generalizada de formas simbólicas.

Discussões acerca do papel dos veículos de comunicação de massa em nossa sociedade e do impacto que estes exercem nos aspectos psicológicos, morais, econômicos, políticos, sociais e culturais da vida do homem não estiveram isentos de uma abordagem desinteressada e objetiva.

O primeiro tratamento compreensivo das práticas específicas e dos efeitos dos meios de comunicação modernos, dentro do contexto global da sociedade capitalista, foi desenvolvido pela Escola de Frankfurt. Dentre os estudiosos dessa escola estão Theodor Adorno e Max Horkheimer. O caráter industrial da comunicação de massa e a transformação das massas num mero ‘elemento secundário’ são abordados por estes pensadores políticos e sociais. Ambos estavam voltados para a natureza e no impacto do que chamaram de ‘indústria da cultura’.

Afirmaram que a comunicação de massa estaria fornecendo aos indivíduos, meios imaginários de escape das tristes realidades da vida social e, com isso, debilitando sua capacidade de pensar de forma crítica e independente.

Louis Althusser (1981; 2003) – teórico da tradição crítica e marxista – faz uma avaliação negativa da comunicação de massa e de seu impacto ao encarar a comunicação de massa como um mecanismo usado por grupos sociais dominantes com o intuito de difundir idéias que viessem promover seus interesses e que servissem para a manutenção do *status quo*. Para o estudioso a comunicação de massa faz parte dos ‘aparelhos ideológicos do estado’, que manipulariam o povo ideologicamente.

Estudiosos das décadas de 1950 e 1960 forneceram uma explicação diferenciada sobre a natureza e o significado da comunicação de massa. São eles: Harold Innis e Marshall McLuhan. Para ambos a forma do meio de comunicação tem grande influência na organização social de determinada sociedade. Para Innis a durabilidade no tempo e mobilidade no espaço de determinado meio de comunicação irá ditar a organização de determinada sociedade.

Os meios de comunicação como elementos de controle social, político, ideológico e cultural é abordado por José Marques de Melo (1971). O autor coloca que o controle dos meios de comunicação pela elite detentora do poder político e econômico, como também a expansão dos negócios envolvendo o setor de comunicação fizeram surgir a idéia de que a comunicação de massa é onipotente e o receptor da mensagem, passivo.

Para o autor essa suposta onipotência não é totalmente eficaz, pois no processo de formação das opiniões individuais existem fatores básicos e complementares, que não somente a mídia. Dentre os fatores básicos aponta a educação, a vida familiar e a participação nos grupos primários (a vizinhança, clubes, trabalho, enfim, a vida em sociedade de um indivíduo). Dentre os complementares estariam os meios de comunicação de massa, a propaganda e grupos de pressão (Melo, 1971).

Portanto, a influência dos condicionantes sociais na formação de opinião do receptor é de extrema importância. De acordo com pesquisas realizadas foi constatado que a assimilação de determinada informação está diretamente ligada ao grau de interferência de outras fontes na formação da representação da realidade; ao nível de conhecimento pessoal sobre o assunto discutido; ao grau de organização da sociedade; e à influência dos condicionantes sociais.

Conforme Melo (1971) é importante a consideração de que os meios de comunicação de massas vivem em função do público receptor, com isso deixam-se guiar pela própria Opinião Pública, pois tratam-se de empresas submetidas às leis de oferta e de procura.

Mas, segundo Luís Fernando Angerami Ramos (1995):

“A participação dos grupos sociais no processo de comunicação, e sua (...) atuação na formação da opinião, não deve, no entanto, ser interpretada como sinal de que os meios de comunicação são pouco influentes na incorporação de valores e comportamentos, ainda mais numa sociedade como a nossa, caracterizada pela má distribuição de renda e difícil acesso aos direitos básicos (...)”.

Catharina Bucht & Cecilia Von Feilitzen (2002) concordam com Ramos quando afirmam que a mídia tem um peso muito grande, caso haja outros fatores atuando na mesma direção. A mídia pode ter um peso maior quando não se tem experiência própria, quando o indivíduo não recebe outras informações do ambiente, ou quando esse ambiente não propicia a formação de uma opinião independente.

Ficamos com o pressuposto de que é inocência crer que o indivíduo esteja totalmente à mercê da influência dos meios de comunicação de massa. Mas apesar disso, não podemos desconsiderar a atuação desses meios na estrutura social e cultural.

2.4 – O PODER DE INFLUÊNCIA DA MENSAGEM

Os meios de comunicação de massa exercem um papel amplo e central na formação da opinião pública. A construção do espaço público está intimamente ligada à atuação destes meios e são neles que debates importantes para a sociedade são valorizados,

discutidos, deturpados e por que não, escondidos. A mídia possui, com isso, grande poder na definição da agenda pública (*agenda-setting*) da sociedade em que atua.

Em suma, a mensagem veiculada pelos meios de comunicação contribui para a construção da realidade em que vivemos. É devido ao desempenho dos jornais e de outros meios de comunicação que a sociedade conhece ou ignora, dá o devido merecimento ou desmerece elementos específicos dos cenários públicos, dentre eles a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Como o interesse do estudo desenvolvido reportou-se, particularmente, ao estudo do conteúdo das notícias jornalísticas, faz-se necessário a discussão sobre o que vem a ser mensagem e conseqüentemente sobre o conceito de representação, já que a comunicação de massa possui um papel social de representação da realidade.

Segundo Edgard Morin (1967) a cultura de massa atua como “um corpo complexo de normas, símbolos, mitos e imagens que penetram o indivíduo em sua intimidade, estruturam os instintos, orientam as emoções (...) concernentes à vida prática e à vida imaginária, um sistema de identificações específicas”. A expressão verbal desse sistema de identificações se processa através da mensagem.

Luiz Beltrão & Newton de Oliveira Quirino (1986) afirmam que a busca e transformação da matéria-prima (fato, idéia, situação) em mensagem de difusão coletiva são a razão de ser da comunicação de massa, e ao transformar o fato em mensagem e fornecer-lhe o caráter de informação, a comunicação de massa assume um papel de representação da realidade.

De acordo com Roger Chartier (1990), a representação seria um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através de uma “imagem” capaz de reconstruí-lo em memória e figurá-lo tal como ele é. As mensagens jornalísticas seriam, portanto, um vestígio que indica as práticas constitutivas de qualquer objetivação histórica.

Nesse sentido, a comunicação de massa é um referencial do mundo exterior, um sistema de representações que interage com o conhecimento pessoal direto, adquirido pelo homem por meio de sua formação cultural e seu convívio social. É a partir daí que se formam opiniões sobre o mundo, a sociedade e o meio ambiente.

Na vida coletiva, concepções e símbolos se sobrepõem ao nível dos indivíduos. Chartier (1990) afirma que as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam e que a luta dessas representações é de fundamental importância para se compreender os mecanismos pelos quais determinados grupos impõem, ou tentam impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e seus domínios.

Foucault (1996; 1979) já aludia estar o poder em toda a parte. Para este estudioso o poder provém de todos os lugares, ou seja, tudo é produto de uma relação de poder. Conseqüentemente, a prática discursiva do jornalismo é um espaço de majoração de poder, ele ordena e disciplina.

O estudo da mensagem ambiental veiculada pela *Gazeta de Sergipe* fornecerá subsídios para a caracterização de possíveis representações sociais dos grupos que tiveram acesso e fizeram-se expressar através desse meio de comunicação, ou seja, a sociedade sergipana. Tal estudo permitirá que compreendamos como o meio de comunicação pesquisado vem, ao longo dos anos, divulgando o meio ambiente e concebendo a questão ambiental.

2.5 – QUESTÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFORMAÇÃO AMBIENTAL

O enfoque do modelo industrial de desenvolvimento tem como pressuposto básico a idéia de progresso. Desse modo, a palavra desenvolvimento é comumente usada como seu sinônimo. Nos séculos XVIII e XIX progresso já era concebido como crescimento econômico e este último é encarado pelos economistas teóricos do crescimento como sinônimo de desenvolvimento. No entanto, enquanto o crescimento sugere incrementos quantitativos, o desenvolvimento implica melhorias qualitativas.

Entende-se por progresso movimento um histórico contínuo, gradual (em etapas sucessivas), natural e inexorável, que se move num sentido de tempo unilateral, num avanço progressivo em relação à condição anterior (Nisbet, 1985).

A idéia de progresso está presente no ocidente desde a Grécia Antiga, sendo que este ainda não era tido como um dogma, constituindo-se como tal após a vitória do Cristianismo sobre o paganismo (Nisbet, 1985). Tal vitória proporcionou uma mudança radical na forma de nos relacionarmos com a natureza, agora vista como objeto a ser explorado.

É no século XIII, mediante a secularização do tempo, as descobertas científicas, as inovações tecnológicas e o crescimento do comércio e da população, que a idéia de progresso irá florescer. Os séculos XVIII e XIX marcarão o triunfo da idéia de progresso, que é secularizado tanto em círculos populares quanto acadêmicos. Agora, como um dogma, a concepção de progresso se encontra vinculada à idéia de crescimento econômico e de valorização extrema da ciência. E crescimento econômico, por conseguinte, vinculado a desenvolvimento.

A questão ambiental pode ser encontrada no centro das contradições desse próprio período da história, onde a idéia de progresso era atrelada à dominação ambiental, traduzindo-se esta como solução para o projeto civilizatório urbano-industrial. Um modelo de desenvolvimento que não considerava os limites para a intervenção humana na natureza.

Com o tempo, o significado de desenvolvimento foi acrescido de uma dimensão de valor, onde o progresso em benefício da humanidade passou a ser objetivo. Em relação à natureza, o desenvolvimento iria manuseá-la em prol da humanidade (Caiden & Caravantes, 1988).

Para estes autores o desenvolvimento passou a ser visto como a concentração do talento e da aptidão do homem para melhorar a condição humana. Caminhar de encontro ao desenvolvimento era ser reacionário. Tendo como meta uma sociedade industrial e urbana, o desenvolvimento passou a ser visto como desenvolvimento econômico.

O modelo de desenvolvimento econômico das nações industriais tinha como meta o crescimento econômico e a industrialização, objetivando uma crescente melhoria das condições de vida da humanidade. Nos planos de ação desses governos a variável “custos e benefícios sociais” já era colocada em pauta, mas a variável “custos ambientais” ainda não era cogitada.

Essa idéia alcançou alto grau de aceitação e foi cristalizada na consciência coletiva de tal forma que passou a ser vista como verdade evidente e natural (condizentes ao contexto histórico de cada período). Mas, como afirmam Pádua & Lago (1989), é através da própria dinâmica da mudança histórica que surgem elementos contradizentes com a verdade oficial. O desenvolvimento econômico, refém dessa dinâmica, começou então a ser questionado a partir da segunda metade do século XX, uma vez que atende às necessidades humanas apenas de forma parcial e ainda degenera sua base de recursos. Passou a ser discutível se o processo produtivo realmente estaria preocupado com o bem-estar coletivo.

Como posto, o despertar do mundo para as contradições existentes nas idéias desenvolvimentistas veio somente na década de 60; década que apresentou reações embrionárias de “movimentos de protesto”, ainda que movidos por um romantismo naturalista; aumento de publicações referentes às questões discutidas; o aperfeiçoamento dos meios de comunicação de massa e sua participação na disseminação de informações ligadas às questões ambientais; a explosão educacional; entre outros fatores que vieram contribuir para “abrir os olhos” da humanidade para tal mito. Mito denunciado por teóricos do mesmo desenvolvimento, desencantados com o que parecia uma panacéia.

Nessa esteira emergiu a questão ambiental, promovendo uma grande mudança na visão do mundo, a começar pela percepção das finitudes dos recursos naturais e que com seus indiscriminados usos poderia condenar a existência do homem no planeta. É a partir de 1960 que, segundo Carlos Walter Porto Gonçalves (2004), intervém explicitamente a questão ambiental.

A questão ambiental diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza. Ela reivindica por uma revisão urgente do modelo econômico como o objetivo do aprimoramento desta relação.

Segundo Gonçalves (2004), com a questão ambiental não estamos somente frente a questões de ordem prática e técnica, como nos fazem acreditar, mas diante de questões de claro sentido ético, filosófico e político. Como já dito, a questão ambiental nos impõe a necessidade de repensar a relação homem-natureza.

A sociedade atual em que vivemos torna o desafio ambiental que a acompanha e que a forma, em algo específico. Por meio da questão ambiental é que debatemos a natureza das relações sociais, culturais e políticas que são estabelecidas com a natureza, que por sinal requer valores como solidariedade, generosidade, equidade, liberdade e democracia de “alta intensidade”, como Boaventura de Souza Santos (2002) propõe: uma radicalização da democracia, implicando com isso em ouvir outros e novos protagonistas; forjar novas teorias que tomem como base riqueza e não escassez; agir não só localmente, mas regionalmente, nacionalmente e mundialmente.

O desafio ambiental também coloca na ordem do dia, como pontua Porto-Gonçalves (2004), a reflexão sobre a tradicional compartimentação de saberes e competências por áreas de conhecimento, incitando a união dos diversos campos do saber em prol de uma mesma causa: a questão ambiental. Causa esta que diz respeito ao modo como a sociedade vem se relacionando com a natureza, e, portanto, inviável se for tratada de forma compartimentada e por conhecimentos igualmente fragmentados.

“A questão ambiental é, assim, mais que um campo interdisciplinar, pois nela se entrecruzam o conhecimento técnico-científico; as normas e valores; o estético-cultural, regidos por razões diferenciadas, porém não dicotômicas” (Porto-Gonçalves, 2005).

O papel dos meios de comunicação nessa questão é primordial, pois estes, inclusive os jornais impressos, vêm sendo apontados como importantes aliados no processo de construção de uma nova sociedade.

A forma como estes meios de comunicação vêm se relacionando com o meio ambiente e a problemática ambiental, bem como seus possíveis enfrentamentos - através da informação ambiental - ditará em parte o grau de conhecimento e envolvimento social em prol da questão ambiental.

Dentre os possíveis enfrentamentos da problemática ambiental esteve o ecodesenvolvimento, posteriormente renomeado desenvolvimento sustentável, formulado a partir do crescente processo de conscientização, atrelado ao desenvolvimento do ambientalismo mundial e nacional.

O termo ecodesenvolvimento foi utilizado pela primeira vez pelo secretário-geral da Conferência de Estocolmo, Maurice Strong, para definir uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado. Mas foi Ignacy Sachs (1986) quem formulou os princípios básicos do recém-nascido termo. A partir de tal formulação o desenvolvimento deveria ser guiado por seis aspectos básicos: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida no processo; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e a instituição de programas de educação (Camargo, 2003).

Definido pelo próprio Sachs (1986), ecodesenvolvimento seria o desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente. A proposta aclamava por um exame de qualidade do crescimento, pela mudança qualitativa das estruturas produtivas, sociais e culturais da sociedade, e buscava também conciliar o aumento da produção do Terceiro Mundo com a preservação dos ecossistemas.

Segundo Flávio Lúcio R. Vieira (2004) essas propostas contrariaram as posições apregoadas pelos países desenvolvidos e o termo ecodesenvolvimento foi substituído por desenvolvimento sustentável. O argumento destas nações para a mudança do termo foi, segundo o autor, o de evitar termos que viessem legitimar o discurso dos países periféricos, bem como o discurso de países desenvolvidos.

O conceito e a proposta de desenvolvimento sustentável foram apresentados através do *Relatório Brundtland* (*Nosso Futuro Comum* - 1987), produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD-1987). O relatório citado teve um papel decisivo na divulgação do termo, reconhecendo-o oficialmente, mas foi com a Conferência Rio-92 que o termo foi consolidado, demonstrando o vínculo fundamental que deveria existir entre crescimento econômico e meio ambiente.

O *Relatório Brundtland* (1987) define o desenvolvimento sustentável como sendo a busca do atendimento das necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas. O relatório parte do pressuposto de que os problemas do desenvolvimento e do meio ambiente devem caminhar lado-a-lado e de que isto apresenta uma nova concepção de desenvolvimento que conjuga viabilidade econômica, prudência ecológica e justiça social. Ele também defende uma abordagem

multidimensional do desenvolvimento, integrando à economia dimensões ecológicas, políticas, culturais, éticas e sociais, e sugere a articulação das questões ambientais com os problemas sociais: o “socioambientalismo”.

Estando no centro de todo o discurso ecológico oficial, o desenvolvimento sustentável ainda não obteve um consenso a respeito do seu real significado. São diversas as definições e as críticas ao termo. Vejamos.

Dália Maimon (1996) define desenvolvimento sustentável como uma busca de eficiência econômica, justiça social e harmonia ambiental. Seria para a autora um processo de mudança em que a exploração de recursos e as orientações dos investimentos devem levar em conta as necessidades das gerações futuras.

Quanto às inúmeras definições dadas ao termo desenvolvimento sustentável e explanadas por Camargo (2003) podemos concluir que todas remetem à responsabilidade comum de todos no processo e sinalizam uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais de desenvolvimento.

Quanto às principais críticas ao conceito, uma das mais contundentes diz respeito ao desenvolvimento ser sustentável na sociedade industrial capitalista em que vivemos. Despertando com isso uma questão mais profunda: não seria mais urgente atingir o ponto central do problema? Ou seja, a transformação do nosso modelo de civilização?

Outros problemas são colocados ao conceito de desenvolvimento sustentável. Camargo (2003) e Vieira (2004) apontam alguns: O que deve ser desenvolvido? O que deve ser sustentado? Quais seriam as necessidades do presente? E as necessidades futuras? O conceito se refere às necessidades de quais classes sociais e de quais países? Em que medida a utilização dos recursos deve ser contida hoje para que as gerações futuras não padeçam? Como visto, são inúmeras as questões levantadas em relação ao desenvolvimento sustentável.

O debate é frutífero e o papel do jornalismo impresso nessa celeuma, e em tantas outras envolvendo a questão ambiental, é de fundamental importância, pois é através da informação ambiental que a sociedade fica a par de acontecimentos e discussões acerca do meio ambiente e da problemática ambiental a ser enfrentada.

A imprensa, através da informação ambiental, deu e dará sua fatia de contribuição para a reflexão da relação entre o homem e a natureza. Por conseguinte, essa ampla e irrestrita propagação de informações sobre a questão ambiental torna-se elemento primordial para a efetivação de uma prática interdisciplinar, sistêmica e complexa do questionamento e entendimento da problemática ambiental.

No entanto, segundo Ramos (1995), apesar de desempenhar um papel de elemento de ligação nos esforços para a construção de uma base de entendimento diante das múltiplas leituras sobre o meio ambiente, a comunicação de massa é responsável tanto pela omissão quanto pela difusão aleatória da informação ambiental, às quais são, muitas vezes, produzidas para alcançar objetivos da empresa e não coletivos.

Portanto, cabe a nós questionarmos como tais meios de comunicação de massa – e neste caso o jornalismo impresso – vêm tratando o meio ambiente e a questão ambiental em suas notícias? Como a problemática ambiental tem sido apresentada e discutida nas páginas desses jornais?

Como bem coloca Ramos (1995), a informação ambiental é um elemento fundamental no conjunto das ações interdisciplinares que procuram alcançar uma compreensão sistêmica das relações sociedade-meio ambiente. Deste modo, é função dos meios de comunicação implantar mecanismos que contribuam para o processo de construção da cidadania com base no novo cenário multicultural que se forma.

2.6 – MÍDIA E MEIO AMBIENTE NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Como já visto, foi no século XX, precisamente na década de 1960, que a situação ambiental passou a ser vista com outros olhos, pois os males da degradação ambiental já atingiam os mais diversos setores sociais.

Foram diversos os fatores geradores de uma tomada de consciência em relação aos problemas ambientais, a saber: a crise ambiental passa a afetar pequenos segmentos da burguesia, bem como os mais variados setores sociais; os efeitos do consumismo começam

a ser notados; a realização de testes atômicos; a divulgação de relatórios imbuídos de reveladoras e claras inquietações sobre a situação ambiental do planeta; o surgimento de reações embrionárias de movimentos de protestos; a publicação de livros relevantes sobre a questão ambiental; dentre outros fatores. Mas é com o aperfeiçoamento e evolução dos processos de comunicação que a problemática ambiental adentrou em fatias da sociedade antes não atingidas, sendo amplamente divulgados desastres ambientais e outras notícias.

Foi na década de 60 do século passado que a mensagem ecológica ultrapassou as barreiras dos laboratórios e de círculos fechados de discussões e, através do meio de comunicação eletrônico adentrou milhões de lares do mundo. A partir daí, os veículos de comunicação passaram a ser de grande valia na transferência de inquietações ambientais para a população (Lago, 1991).

De acordo com Samira Crespo (2003) é na mencionada década que, no Brasil, as primeiras informações ambientais irão aparecer, sendo divulgados os efeitos negativos da sociedade urbanizada e do desenvolvimento industrial, através do resultado de pesquisas sobre poluição realizadas em São Paulo.

Nessa fase a questão ainda não atraía a atenção da opinião pública e conseqüentemente dos veículos de comunicação. Além da falta de espaço para debates sobre os problemas nacionais como um todo, devido ao regime político instaurado em 1964, o assunto era tratado pontualmente, atingindo na maioria das vezes setores ligados a entidades ambientalistas.

Segundo Eduardo Viola (2003), mesmo com as primeiras iniciativas de organizações ambientais no país¹⁶, não existia sequer uma preocupação marginal com a problemática ambiental na opinião pública.

Acreditamos que a insistência a esse “não aceite” da temática ambiental pela população pode ser explicado através de dois fatores. O primeiro diz respeito ao contexto político e econômico em que o país encontrava-se inserido, ou seja, o país estava mergulhado num regime ditatorial no qual a burguesia nacional havia se aliado à burguesia internacional objetivando o desenvolvimento da nação, abrindo assim, as portas do país

¹⁶ A União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), fundada em 1955, no Rio Grande do Sul; a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), criada em 1958, no Rio de Janeiro; e a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), fundada em 1971, também no Rio Grande do Sul.

para investimentos e capitais internacionais. Sendo assim, o reconhecimento da importância da problemática ambiental foi adiado em prol do desenvolvimento econômico. É nesse período que o Brasil conhece o maior desenvolvimento industrial de sua história, o tão conhecido milagre do crescimento econômico. Nesse contexto, quem iria contestar tal situação em prol do meio ambiente?

O segundo fator diz respeito ao afastamento das entidades ecológicas de causas sociais e sua posição secundária nos demais movimentos sociais, não angariando com isso maiores legitimações das lutas ambientais na opinião pública. Para Pedro Jacobi (2003) contribuíram para o não envolvimento da maior parcela da população no processo: a ação confinada desses grupos, com um impacto ínfimo sobre a opinião pública; a restrição do ambientalismo, reduzido a um conjunto de pequenos grupos da sociedade civil; e a exclusão de assuntos cruciais como: crescimento populacional, déficit de saneamento, da agenda dessas entidades.

Viola (2003) denomina essa fase do ambientalismo brasileiro de funcional, fase que preservou uma visão estreita da problemática ambiental, restringindo-o basicamente ao combate à poluição e à preservação de ecossistemas naturais. Aponta como uma das razões da não repercussão entre a maioria pobre da população, a desconsideração destes pela situação de penúria social que se encontravam as classes populares.

O período de 1970 é marcado pela confirmação dos cenários apresentados por relatórios científicos (camada de ozônio, desertificações); pela disseminação de ONGs nos países do Norte; pela criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma); pelo “reconhecimento” dos governos no que se refere à problemática ambiental; e pela abertura das ciências para a questão ambiental, com a criação de novas linhas de pesquisa, como é o caso da História Ambiental ou Eco-História. Com a globalização dos problemas ambientais, a imprensa passou a noticiar com mais frequência o meio ambiente, mas ainda sem gerar debates mais profundos na sociedade brasileira.

O impacto da CNUMAD (1972) na mídia foi mínimo, mas existiu; apesar do conteúdo das notícias versarem quase que exclusivamente sobre o posicionamento do Brasil e sua liderança do grupo dos países em desenvolvimento que viam no aumento das restrições ambientais a interferência nos planos nacionais de desenvolvimento.

Não podemos esquecer que, especificamente no Brasil, a anistia política ocorrida em 1979 foi um importante marco para que o meio ambiente viesse a ganhar pauta nos noticiários jornalísticos, pois estes ex-exilados políticos trouxeram em suas mentes ideais ambientalistas, chegando então para somar-se com entidades ambientalistas já estruturadas ou fundar novas entidades a favor da causa.

A década subsequente é marcada pela edição do relatório *Nosso Futuro Comum* (1987), conhecido também como Relatório Brundtland, que trouxe a noção de Desenvolvimento Sustentável. O relatório não repercutiu nos meios de comunicação de modo a mobilizar uma discussão local, mas serviu para alertar a sociedade e governos sobre a necessidade de repensar os significados de desenvolvimento, bem como o uso desenfreado de recursos naturais.

A enxurrada maior de notícias sobre o meio ambiente foi observada na década de 90, com a realização da CNUMAD, a Rio-92. O evento reuniu milhares de representantes de governos de todo o mundo em torno das questões ambientais.

Ramos (1996), fazendo uma comparação com Estocolmo, destaca a participação dos meios de comunicação de massa no evento: sete mil jornalistas na Rio 92 em oposição a mil jornalistas em Estocolmo.

De acordo com Crespo (2003) foi aí que o meio ambiente ganhou a atenção da mídia (resta saber se quantitativamente ou qualitativamente) e que grande parte da sociedade tomou conhecimento de temas ligados à questão.

“A superexposição que o tema obteve por aqui antes, durante e após a Conferência, deslocou definitivamente, para os brasileiros, a problemática ecológica ou ambiental daquela moldura provinciana que colocava o ambientalismo na caixinha da “contra-cultura”, e rapidamente, tanto entre as elites informadas quanto entre a população (através da mídia), meio ambiente começou a ser relacionados a uma série de eventos dramáticos que a pauta dos

chamados problemas globais fez emergir” (Crespo, 2003).

A importância que a mídia passou a ter a partir da Rio-92 (para a divulgação de temas ligados à questão ambiental) não desmerece a relevância das décadas anteriores. É importante observar que houve um crescimento gradativo em relação ao espaço cedido à questão ambiental pelos veículos de comunicação de massa, no entanto, cada meio de comunicação cedeu uma cobertura específica à temática.

André Alves (2002) alerta que celebrar a quantidade não exclui a importância de uma análise precisa sobre a qualidade dessas mensagens. Essa colocação nos remete à afirmação de Crespo (citada acima). O fato de a sociedade passar a relacionar meio ambiente com uma série de eventos dramáticos faz da informação veiculada antes, durante e após o evento, uma informação coerente? Não teria os meios de comunicação, privilegiado em demasia o grupo de notícias ambientais referentes à tragédia?

Foi esse conteúdo noticioso, veiculado pela *Gazeta de Sergipe* durante 20 anos, o objeto de nossa análise. Pois como veículo de comunicação esse jornal proporcionou para a sociedade diferentes leituras sobre o meio ambiente, o que dependeu em demasia da qualidade de suas mensagens.

CAPÍTULO 3

LIAMES E TRAMAS: TECENDO A PESQUISA

3.0 – LIAMES E TRAMAS: TECENDO A PESQUISA

Durante as cinco últimas décadas do século XX houve um crescimento gradativo em relação ao espaço cedido à questão ambiental pelos veículos de comunicação de massa. No entanto, cada meio de comunicação cedeu uma cobertura específica à temática. É justamente sobre a análise de tal cobertura que alguns estudos foram concluídos e outros estão sendo desenvolvidos.

Existem vários trabalhos na área da História em que o jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica, mas infelizmente não conhecemos estudo algum que abordasse, por exemplo, a representação do meio ambiente em determinado jornal, há não ser o que apresentamos como parte das exigências para a titulação de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

São estudos da área da Comunicação Social que vêm dando um grande contributo à abordagem da questão ambiental em jornais brasileiros, é o caso do livro *Meio ambiente e meios de comunicação* (1995), do bacharel em Comunicação Luís Fernando Angerami Ramos, que teve como objetivo investigar de que forma vem se dando a participação da comunicação de massa no processo de discussão dos problemas ambientais. Um estudo sistemático do processo comunicativo que avalia o impacto do noticiário na imprensa escrita e televisiva, sobre a formação da opinião pública relativa à proteção do meio ambiente.

Ramos comparou a influência do jornal impresso e televisivo, nos fornecendo o resultado de uma pesquisa comparativa entre dois jornais impressos (a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) e dois telejornais (o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Manchete*) sobre as notícias divulgadas a respeito da Conferência Rio 92, abordando para tal, matérias de antes, durante e depois do evento. Com isso ele analisa a evolução qualitativa e quantitativa do noticiário em foco, chegando a algumas considerações finais quanto ao tratamento dos meios de comunicações pesquisados às temáticas ambientais: a) os assuntos ligados ao meio ambiente vêm recebendo uma cobertura isolada e fragmentada, b) o interesse econômico tem sido prioritário na mensagem ambiental, e c) a discussão travada

pelos meios de comunicação não é prioridade para os setores que se fazem representar, não refletindo assim seus interesses imediatos. Ramos sugere a formação de uma identidade conceitual da questão ambiental sob o ponto de vista sistêmico e o aperfeiçoamento da qualidade da mensagem ambiental.

Como a imprensa escrita tem abordado a questão ambiental na Amazônia é a questão fundamental da obra *Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas* (2005), da comunicadora Schirley Luft. O estudo traz um interessante diferencial, pois a autora retoma a dinâmica institucional dos jornais analisados, assim como suas relações com o poder político regional. Ao abordar a relação entre imprensa e meio ambiente, mostra como a falta de políticas editoriais mais avançadas prejudica abordagens mais sistemáticas e profundas sobre as questões ambientais. Luft aponta para a necessidade da renovação do conhecimento, para o desafio que pede que o jornalismo trabalhe com o conflito de idéias e não somente com o relato dos fatos e por fim, propõe uma agenda de temas a enfrentar. Pela forma que encara sua fonte de pesquisa, ou seja, a notícia, e pela proposta de um jornalismo mais ativo e compromissado, a comunicadora parece compartilhar da visão do historiador, que não vê o jornalismo como algo imparcial e sim tendencioso.

Um estudo que também merece ser citado é o artigo *Jornalismo e meio ambiente: a cobertura das conferências de Estocolmo 72 e Rio 92 no jornal Diário da Tarde de Ilhéus, Bahia* (2004), de Anaelson Sousa, Betânia Vilas Boas e Eliana Albuquerque. Os autores fazem um resgate histórico da cobertura jornalística impressa das Conferências de Estocolmo e da Rio 92, através da Análise de Conteúdo do jornal *Diário da Tarde*, Ilhéus/BA, buscando avaliar como se deu a abordagem de temas relacionados aos eventos ou direcionados à temática ambiental. O resultado foi uma maior relevância para a Rio-92, que ocupou mais espaço, tanto em âmbito nacional quanto local, demonstrando um maior envolvimento da mídia com o evento apresentado.

3.1 – CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E OPÇÃO METODOLÓGICA

Sendo o objeto do estudo o jornal *Gazeta de Sergipe*, as principais fontes utilizadas para a efetivação da pesquisa foram matérias jornalísticas extraídas de edições do período de 1972 a 1992. Em História, tais documentos podem ser classificados tipologicamente quanto a sua intencionalidade e quanto à forma e ao material. Quanto à intencionalidade do referido documento podemos enquadrá-los como documentos conscientes na medida em que “são testemunhos redigidos por homens que declaram ter assistido ou participado nos fatos relatados ou que se julgam capazes de os narrar com exatidão” (Salmon, 1979). Os documentos mencionados ainda são considerados como escritos e primários, ou seja, que estão diretamente relacionadas com o tema a investigar.

A seleção e coleta das matérias jornalísticas foram realizadas na hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED) e nos acervos do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

Coletou-se uma amostra de fontes, compreendendo peças jornalísticas de todo o tipo. A amostra foi do tipo não probabilística intencional (Berquó, 1981), tendo-se em vista sua melhor adequação ao tipo de pesquisa proposta, pois trata-se de um tipo de amostra que pode ser retirada de determinado universo mediante processo seletivo deliberado, ou seja, as unidades que comporão o corpo amostral são escolhidas intencionalmente pelo pesquisador, de forma a atender seus objetivos e metas de trabalho (Barros, 2001).

Os dados obtidos para a realização desta pesquisa tomam como unidade básica de análise o que se chama de notícia; ou seja, a descrição de um fato que ocupa um lugar delimitado da página de um jornal, com começo, meio e fim, mesmo que se trate apenas de uma manchete, que atraia a atenção do leitor para uma matéria desenvolvida em outra página do impresso.

Foram selecionadas matérias que apresentassem conteúdos noticiosos sobre questões ambientais referentes ao Estado de Sergipe e a nível nacional e internacional, que de alguma forma tenham afetado e/ou influenciado o Estado, sendo que estas apresentassem preocupações ambientais e não somente econômicas.

Das inúmeras edições do jornal *Gazeta de Sergipe*, existentes nos arquivos e hemerotecas consultadas, foram pesquisadas por volta de 6.290 números, dos quais selecionamos 608 notícias com a temática em foco. É importante ressaltar que algumas matérias vieram acompanhadas de uma chamada de capa, portanto não foram computadas como duas notícias. Como visto, houve uma seqüência documental que permitiu o acompanhamento e evolução do jornal acerca da temática abordada.

Dentre as inserções jornalísticas, selecionamos notas (dispostas em colunas), matérias de capa (onde não constava uma complementação com matéria interna), artigos, editoriais e matérias internas (entrevistas, notícias e reportagens). Todas as inserções foram levadas em consideração no momento da tabulação dos dados e análise quantitativa e qualitativa dos resultados.

A análise da mensagem ambiental teve como objetivo extrair aspectos significativos acerca de idéias, valores, conceitos e preconceitos sobre o meio ambiente e a questão ambiental, manifestados por representantes dos segmentos da sociedade que atuaram no periódico pesquisado. Essa análise foi gerada através da estruturação de categorias temáticas para as matérias selecionadas e a análise individual de cada categoria, o que nos permitiu também conhecer a evolução da questão ambiental no Estado de Sergipe.

Para o melhor ordenamento e desenvolvimento da pesquisa as matérias selecionadas foram resumidas, digitalizadas e dispostas em ordem cronológica. Uma tabela central foi elaborada com o objetivo de organizar os dados das notícias e do conteúdo noticioso destas. Criamos os seguintes campos: data, mês, ano, título, número de edição, número de página, caderno, gênero, temática, subtemática, nível territorial, local, tipo de matéria, fonte de informação, responsável pela matéria, imagem e quantidade das imagens. Alguns campos foram criados apenas com intuito de localizar e situar as notícias no tempo e no espaço da folha pesquisada, porém, estes não tiveram utilidade no alcance dos resultados e para a análise dos mesmos.

Dos campos citados acima levamos em consideração apenas alguns para a tabulação e análise dos dados, foram eles: gênero, temática, subtemática, nível territorial, local, tipo de matéria e fonte de informação.

Para identificar o espaço cedido a matérias com temáticas ambientais, o nível de abrangência das notícias, bem como para realizar o mapeando e analisar o caminhar destas notícias entre os anos de 1972 e 1992, fizemos uso dos respectivos campos: gênero; nível territorial e local.

Os campos temática e subtemática foram usados para identificar os principais assuntos abordados pelo jornal e assim auxiliar na elaboração de categorias temáticas. Já na identificação das principais fontes de informação acionadas para a construção das matérias o campo fundamental foi, logicamente, fonte de informação.

Essas informações e a tabulação das mesmas foram de grande valia para conseguirmos analisar quantitativamente a produção de notícias com temáticas ambientais pelo periódico pesquisado, possibilitando, conseqüentemente, a análise qualitativa das mesmas.

No processo de construção da tabela foi feita a leitura exaustiva das matérias selecionadas. Com o intuito de conhecer a mensagem do jornal sobre o meio ambiente partimos então para a elaboração de categorias temáticas para tais notícias, no qual foram levadas em consideração as regras de importância, homogeneidade e pertinência propostas pela Análise de Conteúdo.

De acordo com Maria C. de Souza Minayo (1994) categoria se refere a um “conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si”. As categorias são aplicadas para se estabelecer classificações dos dados encontrados no trabalho de campo.

Categorização, segundo Maria Laura Franco (2003) é definida como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”.

Franco (2003) ressalta que o processo de definição de categorias implica constantes idas e vindas da teoria ao material de análise e vice-versa, pressupondo também a elaboração de várias versões do sistema categórico. Essa observação foi constatada durante a pesquisa, no qual revisitamos as matérias e suas categorias por três vezes. Para a autora a criação de categorias é o ponto decisivo da análise de conteúdo. Método que definiremos adiante.

Na categorização dos dados coletados respeitamos algumas regras colocadas pelo método de Análise de Conteúdo. São elas, segundo Franco (2003): a exclusão mútua, que depende da homogeneidade das categorias, ou seja, um único princípio de classificação deve orientar sua organização (aqui uma matéria não pode ser incluída em mais de duas categorias); a pertinência, que é a adaptação da categoria ao material de análise escolhido; a objetividade e fidedignidade, ou seja, as diferentes partes de um mesmo material devem ser codificadas da mesma maneira; e finalmente, a produtividade, nos fornecendo resultados férteis.

Demos assim, início à leitura estatística das tabelas e dos gráficos construídos. A análise quantitativa dos dados se fez necessária na pesquisa por estarmos trabalhando com dados que pedem quantificação.

A análise das matérias baseou-se no método de Análise do Conteúdo, o qual Laurence Bardin (1979) traduz como:

“um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam uma inferência de procedimentos relativos às condições de produção e/ou recepção dessas mensagens”.

Segundo Franco (2003), o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem - nesse caso a notícia - fornecedora de significados e sentidos. Para a autora torna-se indispensável considerar as condições contextuais dos produtores de tais mensagens, condições que envolvem a evolução histórica da humanidade. Faz-se importante também que um dado sobre o conteúdo de uma mensagem esteja relacionado a outro dado. O dado não existe por si próprio, mas em relação com a série que os precede e os segue (princípio da história serial).

Em resumo, a análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem (Franco, 2003).

Os conjuntos de dados quantitativos e qualitativos não entraram em conflito na pesquisa proposta, ao contrário, se complementaram. Segundo Serapioni (2000) ambas estão relacionadas às mesmas questões: quais as condições que permitem ao pesquisador ter acesso à realidade social? Quais critérios possibilitam estabelecer se os procedimentos e as regras interpretativas são adequados para representar os processos de construção do sentido dos atores?

Obras de autoria de Orlando Dantas foram estudadas, visando uma maior compreensão do seu pensamento em relação à questão ambiental e à política de desenvolvimento econômico no Brasil e em Sergipe, já que este personagem foi proprietário e fundador do jornal estudado. Documentos oficiais que remeteram ao jornal *Gazeta de Sergipe* também foram coletados para análise.

As fontes pesquisadas foram submetidas à análise baseada no método hermenêutico-dialético, proposto por Minayo (1994). Nesse método tanto a fala dos atores sociais quanto os documentos escritos devem estar em concordância com seu contexto para melhor serem compreendidos.

Enfim, a pesquisa foi realizada pautada na premissa de que a linguagem jornalística é forjada no acontecer social, tratando-se assim da experiência de uma classe; de que cada veículo de comunicação é portador de um projeto específico; e de que as idéias colocadas e defendidas pelo jornal analisado não podem ser analisadas em dissonância com o contexto histórico-social do período enfocado.

CAPÍTULO 4

O JORNAL GAZETA DE SERGIPE

4.0 – O JORNAL GAZETA DE SERGIPE

Conhecer a história do jornal *Gazeta de Sergipe* é essencial para o estudo. Deste modo, o objetivo do capítulo que se segue é justamente apresentar o periódico pesquisado, retomando suas origens, ou seja, como, por que, por quem e com que objetivo ele surgiu; e buscando situá-lo no contexto jornalístico da época e mais ainda, no contexto histórico-social do país.

Devemos atentar para a consideração do espaço sociocultural no qual o jornal atuou, ou seja, o Estado onde foi veiculado. Assim, é essencial perceber a dinâmica do periódico em relação a uma dinâmica social mais ampla. Isso será feito no decorrer do capítulo.

A reconstituição da história desse periódico não poderia omitir a história do seu fundador, sua ligação e importância para com o jornal. Assim, buscaremos apresentar ao leitor, o homem, o político, o jornalista, o pesquisador Orlando Dantas; e indo mais além, demonstrar como essas quatro esferas de sua vida influenciou na produção do jornal, principalmente na divulgação de notícias com temáticas ambientais.

A proposta de correlacionar a história do periódico e de sua produção, com a história de vida do seu fundador Orlando Dantas e as notícias com temáticas ambientais veiculadas no jornal é basilar para o momento da análise quantitativa e qualitativa da mensagem ambiental da folha pesquisada, pois essas três esferas desempenharam papel vital na produção das notícias.

O surgimento do jornal *Gazeta de Sergipe* está profundamente ligado à primeira fase de sua edição, quando este tinha por nome *Gazeta Socialista* (1948-1958). Retomemos então essa primeira fase antes de adentrarmos no nosso objeto primordial de estudo.

4.1 – DE GAZETA SOCIALISTA À GAZETA DE SERGIPE

O aparecimento da *Gazeta Socialista* e a linha editorial seguida por ela, em suas primeiras edições, refletiam a insatisfação em relação à situação e aos problemas enfrentados pela classe operária e rural do país ante a intervenção do Ministério do Trabalho e partidos políticos nas organizações sindicais. A folha era contra as leis coercitivas da liberdade individual e coletiva, repudiando com isso o decreto – baixado, em 1947, pelo governo Dutra – que suspendia as eleições sindicais e que até fins de 1948 tinha efetuado intervenção em todos os sindicatos. Defendiam assim, a liberdade e a autonomia dos sindicatos.



Figura 4.1 – Primeira edição da *Gazeta Socialista*

Fonte: *Gazeta Socialista*, Aracaju, 15 de maio de 1948

De acordo com o contexto político sergipano da década de 1940 podemos arriscar a hipótese de que a *Gazeta Socialista* surgiu para defender as causas dos trabalhadores e operários, mas também para difundir os ideais do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e

fazer oposição ao Governador José Rolemberg Leite¹⁷ (aliança Partido Social Democrático – PSD e Partido Republicano – PR), empossado em 1947. Ora, a esquerda democrática, com o seu projeto de socialismo democrático, desligava-se da União Democrática Nacional (UDN) e concorria aos cargos eletivos das eleições de 1946/1947 com candidatos próprios, sendo que Orlando Dantas (fundador e diretor do PSB) disputava o governo do Estado. Ao perder a campanha para José Rolemberg foi eminente a abertura de um veículo de comunicação que levasse aos leitores as idéias do partido e criticasse o governo de Rolemberg.

Essa conclusão, de forma alguma, pesa negativamente no passado da *Gazeta de Sergipe*, pois era regra do jornalismo daquele período fundar jornais de partido, cada qual ‘vendendo seu peixe’ e criticando ações do partido situacionista. Se recorrermos à história, observaremos que as relações amistosas entre imprensa e poder político em Sergipe foi reflexo do que ocorreu na imprensa brasileira desde seus primórdios, ou seja, a criação de vários jornais com o intuito de dar sustentação a grupos políticos locais. Conforme Schirley Luft (2005), os impressos que circulavam na década de 1940 ainda estavam bastante vinculados a partidos políticos.

A *Gazeta Socialista* pretendia representar a classe dos trabalhadores urbanos e rurais e tinha dentre seus objetivos: orientar os militantes socialistas do Estado, informando-os sobre a vida do partido; denunciar as condições de trabalho e de vida dos empregados de usinas e fábricas de tecidos; e analisar os problemas nacionais bem como estudos necessários à formação da cultura socialista.¹⁸

É na sua primeira edição que a comissão estadual do PSB (responsável pela edição da folha) apresenta o jornal negando a própria necessidade de apresentação, vindo a destacar assim suas metas e seu programa.

¹⁷ José Rolemberg Leite nasceu no município de Riachuelo-Se em 19 de 09 de 1912. Além de político, era um grande proprietário rural. Desenvolveu atividades na área de Engenharia e Educação. Foi governador do Estado de Sergipe por duas vezes (1947-51 e 1975-79) e Senador em 1965-70.

¹⁸ Ver edições da *Gazeta Socialista*, Aracaju, de 14 de maio de 1948, 22 de maio de 1948 e 03 de junho de 1948.

Seu dístico dizia: “‘*Gazeta Socialista*’ não precisa de apresentação. Em sendo, com o é, órgão oficial do Partido Socialista Brasileiro em Sergipe, conclue-se daí as diretrizes da sua luta”.¹⁹

Declarava uma posição ostensiva de apoio “ao socialismo democrático contra a ditadura comunista para as Nações e contra a ditadura imperialista para os povos”.²⁰ No plano nacional afirmava: “(...) lutará pelo fortalecimento da democracia como sistema político, preparando as amplas massas para, dentro deste sistema político, guiarem o carro da nossa história para o sistema socialista da produção”.²¹

E concluía seu dístico da seguinte forma:

*“Não entendemos OBJETIVO SOCIALISTA sem a defesa intransigente dos problemas do proletariado e do povo para as soluções permanentes e estáveis, como também não compreendemos DEMOCRACIA sem a participação direta das amplas massas; por isto que a nossa luta é baseada nos anseios do proletariado e do povo”.*²²

A folha suscitaria dos seus leitores “o debate dos nossos problemas, pelas suas colunas de informação; doutrina, divulgação e análise dos fatos”.²³ Mas, mesmo reconhecendo e conclamando as “amplas massas” para a participação dos debates sobre os problemas do país e da sua classe, a folha, segundo Ibarê Dantas (2004), não tinha grande receptividade entre os trabalhadores que se faziam representar. Percebemos esse ‘porém’ em nota intitulada “A leitura do nosso jornal” publicada pela própria redação, onde se dizia:

“Órgão oficial do Partido, esta folha é de grande importancia para a orientação dos militantes socialistas. A sua leitura é fundamental para os membros do Partido bem como para os trabalhadores

¹⁹ *Gazeta Socialista*, Aracaju, 15 de maio de 1948.

²⁰ *Gazeta Socialista*, Aracaju, 15 de maio de 1948.

²¹ *Gazeta Socialista*, Aracaju, 15 de maio de 1948.

²² *Gazeta Socialista*, Aracaju, 15 de maio de 1948.

²³ *Gazeta Socialista*, Aracaju, 15 de maio de 1948.

*e o povo em geral. (...) Acontece porem que tal não vem acontecendo. Temos noticia, através [dos] companheiros dos Grupos, de que diversos são os militantes do Partido que não estão comprando o nosso jornal”.*²⁴

Como o próprio nome justifica, a *Gazeta Socialista* se configurava como mais um jornal de partido do período. Propriedade do PSB de Sergipe - fundado e dirigido por Orlando Dantas - o jornal foi inaugurado em 15 de maio de 1948, na cidade de Aracaju. Sua veiculação e manutenção dependiam, além da compra pela população, da contribuição dos membros e filiados do PSB.²⁵

Com sua redação funcionando na Rua de Geru nº145, a *Gazeta Socialista* tinha como diretores, Orlando Dantas e Antônio Garcia Filho; e como gerente, José Francisco Santos. Todos, integrantes do PSB de Sergipe.²⁶

Em 28 de agosto de 1948 (edição de nº16 do Ano I) Orlando Dantas já não é mais citado como diretor do jornal e seu editorial intitulado *Partido Socialista Brasileiro* é encerrado na sua XV parte. Ocupado demais com o cargo de Deputado Estadual (1948-1951), Orlando Dantas se afasta da *Gazeta Socialista*, contribuindo frequentemente com a publicação de artigos, como foi o caso da sequência intitulada *Aspectos da economia sergipana*, em que abordou temas diversos como o açúcar, o fumo, os minérios, a pecuária, dentre outros.

De acordo com pesquisas realizadas no APES, IHGS e BPED, o jornal circulou de maio de 1948 a junho de 1958, sendo que, de acordo com Dantas (2004), o periódico teria entrado em recesso no ano de 1951, voltando a circular somente em janeiro de 1956. Realmente notamos a ausência de edições entre os anos de 1953 a 1955, mas encontramos no APES e BPED edições de 1951 e 1952, ficando claro que tal jornal não teria entrado em

²⁴ *Gazeta Socialista*, Aracaju, 03 de junho de 1948.

²⁵ Frequentemente o jornal publicava anúncios enfatizando a importância da contribuição de seus membros e filiados para a circulação da folha.

²⁶ Nesse período, faziam parte da Comissão Estadual de Sergipe do Partido Socialista Brasileiro: Orlando Dantas, Antônio Garcia Filho, José de Freitas Leitão, Humberto Rocha, Emilton José dos Santos, Antônio Rodrigues de Oliveira, José Francisco Santos, Antônio Carlos da Conceição, Humberto Moura, Manuel Laudelino de Melo, Manuel Ferreira Santos e Hildebrando Souza Lima.

recesso no ano apontado por Ibarê Dantas e sim em 1953, período em que Orlando Dantas já era Deputado Federal (1951-1954).

A característica chave da fase inicial da *Gazeta Socialista* foi, sem sombra de dúvidas, a sua postura ideológica. A folha cedia um grande espaço para a opinião e limitava-se na maioria das vezes a reproduzir discursos ao estilo *radio press*.

Após três anos de recesso, o retorno da *Gazeta Socialista* coincide com a posse de Juscelino Kubitschek, ambas no mês de janeiro de 1956. Nessa fase Orlando Dantas já não ocupava cargos políticos e encontra-se livre para atuar fortemente no seu jornal.



Figura 4.2 – Primeira edição da segunda fase da *Gazeta Socialista*

Fonte: *Gazeta Socialista*, Aracaju, 13 de janeiro de 1956

Reabrindo com oficinas próprias e modernas (Barreto, 2004), o jornal tinha como diretor, Orlando Dantas; diretor secretário, Durval Lima Santos; e gerente, Hildebrando Souza Lima.

A *Gazeta Socialista* trazia em sua epígrafe: “2ª fase”, demonstrando com isso a sede de mudança na linha editorial da folha. Contudo, afirmava em seu dístico “Novos Rumos” manter a posição ideológica sempre defendida, buscando somente romper a ligação direta que tinha com o PSB.²⁷

A nova fase tinha como programa:

*“A Gazeta Socialista reaparece com um programa de ação amplo, não obstante ser um jornal partidário. (...) proporcionará ao público sergipano um noticiário abundante, imparcial e completo, trazendo, assim, os seus leitores informados do que se passa em todos os setores da vida social, política, econômica e financeira do Estado. Com êste propósito conta com um corpo redacional de primeira ordem, (...) imbuído de espírito público e conhecimentos dos nossos problemas. Será um jornal que espera em Deus impôr-se pelas suas críticas judiciosas, pela justeza dos seus conceitos e, subretudo, pela firmeza de suas atitudes na defesa de reformas econômicas e sociais e das liberdades asseguradas pela nossa Carta Magna (...).”*²⁸

Houve realmente uma reformulação na linha editorial do jornal, a começar pelo aspecto gráfico, o qual ficou mais atrativo, embora ainda não com o formato adquirido nos anos 60 e 70. Suprimiram-se as velhas colunas corridas e sem interrupções por uma diagramação menos cansativa aos olhos do leitor. Alterações no aspecto comercial também foram notadas, pois na sua primeira fase era visível apenas o anúncio da “Manteiga Serigi”. Em sua segunda fase observamos uma avalanche, por assim dizer, de anúncios e propagandas. Em relação ao conteúdo abriu-se um espaço maior para notícias informativas, não esquecendo-se de início a vertente opinativa - característica forte do período. Percebemos a introdução de novas seções, de certa forma mais atrativas ao

²⁷ *Gazeta Socialista*, Aracaju, 13 de janeiro de 1956.

²⁸ *Gazeta Socialista*, Aracaju, 13 de janeiro de 1956.

público geral, como: Literatura, assinada por Luiz de Aquino; Esporte; Pelos Municípios, dentre outras.

4.1.1 – A Gazeta de Sergipe

Existe um impasse no que diz respeito à fundação da *Gazeta de Sergipe*. O grupo que atuou no jornal afirma ter, a *Gazeta de Sergipe*, sido inaugurada em 13 de janeiro de 1956, justamente na data da inauguração da 2ª fase da *Gazeta Socialista*. Segundo entrevista do jornalista João Oliva (jornalista do primeiro time de 1956 da *Gazeta de Sergipe*) concedida ao documentário *Memórias empoeiradas da Gazeta de Sergipe* (2003), a inauguração da *Gazeta de Sergipe* ocorreu nessa data. Na verdade, teria se inaugurado dois jornais em um só jornal. Para nós a segunda fase da *Gazeta Socialista* seria ‘em espírito’ a *Gazeta de Sergipe* (esta última com registro no Diário Oficial. Mas o nome *Gazeta de Sergipe* só foi batizado oficialmente no dia 14 de junho de 1958, com a edição de número 275, do Ano II.



Figura 4.3 – Primeira edição com o título Gazeta de Sergipe

Fonte: *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 14 de junho de 1958

O anúncio da mudança do nome foi publicado no dia 12 de junho de 1958 e informava:

“A Direção de “Gazeta Socialista” comunica aos seus leitores, assinantes e anunciantes, a mudança de nome dêste órgão para “GAZETA DE SERGIPE” a partir da próxima edição, tendo em vista acabar a confusão que muitas pessoas fazem, atribuindo a propriedade de “Gazeta Socialista” ao Partido Socialista Brasileiro, secção de Sergipe, em virtude do nome do jornal e das ligações políticas e ideológicas existentes entre o sr. Orlando Dantas, nosso Diretor Proprietário e aquele partido, do qual é seu Presidente em nosso Estado. Cumpre advertir aos leitores de que a mudança de nome não implica, de forma alguma, na mudança de

*orientação ideológica, pois “GAZETA DE SERGIPE” continuará batendo-se pelos mesmos ideais que têm servido de bandeira na luta encetada desenvolvida vitoriosamente por “Gazeta Socialista” pelo bem maior do nosso Estado e do nosso povo”.*²⁹

De acordo com o Sr. João Oliva³⁰, a mudança de nome atendia a um objetivo de Orlando Dantas: produzir um jornal menos comprometido com o partido e aberto para todas as classes. Pretendia ainda fornecer para os sergipanos um jornal vibrante, atuante, aberto e que penetrasse em todos os setores da vida do Estado.

Senhor João Oliva ainda justificou a mudança de nome para alcançar receptividade do comércio e anunciantes, pois ao parafrasear Orlando Dantas afirmou que “jornal não vive de brisas”. Começamos a perceber, a partir daí, a necessidade do capital oriundo dos anunciantes para manter um jornal com as oficinas abertas. Somente a receita da venda das edições não arcava com todo o custo. Os interesses políticos teriam que conviver com objetivos comerciais.

A imprensa brasileira passou por inúmeras mudanças na década de 1950, transformando-se em empresas comerciais detentoras de poder econômico; introduzindo inovações técnicas, gráficas e editoriais; buscando maior objetividade no fazer e na transmissão da notícia; transformando a sua estrutura como empresa, passando a contar com uma administração e um gerenciamento.

Foi também nessa década que a atividade jornalística sofreu um arroubo de profissionalização, o que veio a contribuir para o surgimento de um jornalismo voltado mais para a informação que para a opinião. O jornalismo crítico começa, com isso, a perder terreno nas redações. Entretanto, Alzira Alves de Abreu (1996) afirma ainda existir, nesse período, uma relação muito forte entre imprensa e história, sendo a primeira um veículo da segunda.

No Brasil, o tipo de jornalismo que havia prevalecido até então era o jornalismo de combate, de origem francesa, que prevaleceu até a década de 1960. Jornalismo

²⁹ *Gazeta Socialista*, Aracaju, 12 de junho de 1958.

³⁰ João Oliva, entrevista ao documentário “*Memórias empoeiradas da Gazeta de Sergipe*”, em 2003.

comprometido com o exercício do poder político, da difusão de idéias, do combate a princípios e da difusão de pontos de vista. De acordo com Abreu (1996) a política da atualidade não estava ausente nesses periódicos, apenas não tinha linguagem objetiva.

Esse tipo de jornalismo foi sendo substituído aos poucos pelo modelo norte-americano, “um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação” (Abreu, 1996). Lins da Silva (1990) atribui a esse movimento de mudança e à inserção do modelo norte-americano, a chegada de jornalistas brasileiros³¹ que teriam vivido nos EUA durante a década de 1940.

Conforme o jornalista Ivan Valença³², a folha começou circulando apenas uma vez por semana, passando, com muito esforço, a circular duas vezes por semana. De acordo com o ex-editor, foi devido a Linotipo³³ e um esforço conjunto que o jornal tornou-se diário.

Informa ainda que o período de dedicação ao jornal era integral e atenta para o fato de que isso teria ajudado na profissionalização da atividade de jornalista em Sergipe, pois nesses tempos, ainda não havia escola de jornalismo no Estado.

Percebemos que avanços tecnológicos aliados a uma postura mais empresarial e menos ideológica (o que ocorreu gradativamente) fizeram com que o jornal passasse a ser o jornal mais lido do Estado.³⁴ Basta observarmos o aumento extraordinário no número de anúncios e propagandas após a mudança do nome e da linha editorial.

Somada a esses dois fatores, a capacidade de articulação entre Orlando Dantas e as lideranças locais foi significativa para o aumento da credibilidade da folha junto ao público leitor.

Reformas no projeto gráfico do jornal sempre alinhada aos avanços tecnológicos também foram significativos para a consolidação da *Gazeta de Sergipe* no Estado. Foram

³¹ Pompeu de Souza, Samuel Wainer e Danton Jobim.

³² Ivan Valença, entrevista ao documentário “*Memórias empoeiradas da Gazeta de Sergipe*”, em 2003.

³³ “Aparelho de composição mecânica, provido de teclas, que se caracteriza pela fundição e composição de caracteres formando linhas inteiras. (...) O surgimento dessas máquinas permitiu às atividades jornalísticas e editoriais uma velocidade muito maior, que já era um imperativo do acelerado ritmo de vida e das exigências da opinião pública no final do século 19” (*Dicionário de Comunicação*, 1978).

³⁴ Em 1964 a *Gazeta de Sergipe* era o único jornal diário do Estado.

efetuadas inúmeras mudanças gráficas ao longo dos anos com o propósito de encontrar o melhor visual para o jornal, de forma a atrair o público leitor. Uma das mudanças percebidas foi a redução do espaço destinado às colunas de opinião.

O jornal incluiu várias colunas, mas manteve algumas colunas da fase anterior, tais quais: “Papel Carbono”, “Coluna Sindical”, “Panorama Político”, dentre outras. Acrescentou somente a seção “A Vida nos Municípios” e “Gazeta nos Esportes”, talvez na tentativa de atrair mais leitores.

A seção esportiva aparentemente foi um laboratório de experiências, que apresentou inicialmente uma série de alterações na diagramação, espaço e no estilo de notícia.

Sobre a produção intelectual no jornalismo das décadas de 1950 em diante, esta década foi marcada pelo debate de idéias políticas pela defesa do nacional-desenvolvimentismo e a *Gazeta de Sergipe* não esteve excluída desse cenário.

O periódico abraçava a ideologia do nacionalismo associado ao desenvolvimentismo (defendida fortemente por João Goulart). Defendia o processo de industrialização no qual empresas estatais teriam que desempenhar papel fundamental e essa postura está presente em diversos artigos sobre a estatização das empresas petrolíferas. Enfim, apoiavam o modelo nacional-desenvolvimentista; detalhe precioso e importante a ser considerado pela pesquisa.

De acordo com Dantas (2004) o jornal apoiava abertamente o governador Sr. João de Seixas Dória (1962-1964), que tentou integrar-se à política reformista de Jango.

Resta saber se a *Gazeta de Sergipe* continuou firme, fornecendo seu apoio ao projeto das reformas de base propostas pelo governo federal, pois dentre tais reformas encontrava-se a reforma agrária, ponto que provocava discórdias na sociedade. Como Orlando Dantas, filho de uma família tradicional e assentada na grande propriedade se portou e direcionou seu periódico nos últimos meses do governo de Jango? Manteve seu direcionamento ou passou a defender os interesses do grande capital interno e externo, como grande parte da sociedade civil? Infelizmente essa discussão não nos cabe no momento.

Com a deposição de João Goulart, a sociedade política e civil brasileira ficou sob o controle dos militares, configurando Estado Autoritário, sendo com isso afetada a autonomia administrativa dos governos (Dantas, 1997). O novo bloco dominante e promotor de um novo modelo de desenvolvimento foi constituído pela tecnocracia civil-militar, pela burguesia local e pelas multinacionais.

Conforme Dantas (2004), o grande objetivo do governo militar era combater a subversão e reorientar a política nacional, desmontando com isso, a estrutura do poder vigente e reprimindo os envolvidos com o governador deposto.

Com a instauração da ditadura militar o modelo econômico vigente no Brasil foi alterado, passando de um modelo nacional desenvolvimentista e redistribuidor de riquezas para outro recessivo e altamente concentrador de riquezas. Uma das suas primeiras medidas foi a devolução das empresas nacionalizadas a seus antigos donos estrangeiros. Atacou ainda o parque industrial do país ao promover a entrada maciça de investimentos estrangeiros, atrelando a nossa economia ao capital externo, promovendo com isso um endividamento externo.

Como então conciliar esse modelo de desenvolvimento econômico com medidas ambientais que começam a ser cobradas e impostas ao governo brasileiro por países desenvolvidos? Na aurora do “milagre econômico” a população brasileira estava, forçosamente ou não, conivente com o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo. A crítica a este modelo de desenvolvimento agressivo não surgiu logo de início e de certa forma os meios de comunicação de massa compactuaram com a escolha do governo.

Somado a isso, a década de 1960 foi uma das mais conturbadas para a imprensa sergipana e quiçá brasileira, não desmerecendo aqui outros momentos repressores da história da imprensa no nosso país.

Nesses períodos de supressão das liberdades democráticas ocorridas no Brasil, a imprensa teve que se submeter aos desígnios dos governos autoritários, tanto pela incapacidade de reagir às imposições destes quanto por tornar-se alvo de perseguições por parte de lideranças locais aliadas ao governo militar e por parte de órgãos repressores do governo. Na maioria das vezes a imprensa se comportou como porta-voz desses governos

como forma de garantir sua sobrevivência, de adaptar-se ao sistema, e por que não de beneficiar-se deste.

É importante colocar que muitas vezes as idéias e políticas divulgadas pelo jornal não coincidia com seu ideal, sua linha ou seu programa de origem. Mas, no que diz respeito à *Gazeta de Sergipe* o observado foi uma adaptação não momentânea (como veremos adiante), mas gradual ao sistema, cominando numa parceria indireta (ou até direta) do jornal com o regime militar. Essa mudança de postura pode ser explicada pela adesão de Orlando Dantas, em 1969, ao partido situacionista do período, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Segundo Dantas (1997), o fundador da esquerda democrática, defensor do socialismo com liberdade, e deputado estadual e federal pelo PSB teria aderido, no auge das repressões, ao partido governista, com o objetivo de renovar a política estadual e apresentar uma chapa paralela dentro da própria Arena, intitulada “Renovação”. Era o grupo dos empresários, que tinham como finalidade o governo do Estado.

Percebemos a defesa de Orlando Dantas a certas medidas adotadas pelos militares e ao modelo econômico implantado por estes, através de editoriais veiculados na *Gazeta de Sergipe* e através do seu livro *Política de desenvolvimento econômico de Sergipe* (1974), onde afirma que os militares, ao assumir o poder, constituíram e montaram um sistema forte para enfrentar a inflação galopante, a desordem política e social (Dantas, 1974). Para ele, o governo militar tomou, entre os anos de 1964 e 1967, providências que vieram resolver problemas seculares, não resolvidos pela liberal democracia brasileira (Dantas, 1974). Mas não deixa de apontar pontos negativos desse governo, como por exemplo, o favorecimento ao enriquecimento de empresas construtoras.

Com tudo isso, temos que convir que se opor ao regime militar significava prejuízos materiais, censura e o provável empastelamento do jornal. Talvez, defender as metas políticas e econômicas era, nesse momento, a posição mais acertada para a imprensa como forma de garantir a sobrevivência da empresa (Luft, 2005).

Não afirmamos aqui que a *Gazeta de Sergipe* não tivesse feito oposição ao governo, pois ela o fez. Segundo o jornalista Ivan Valença, a posição político-ideológica expressa nos editoriais do jornal foi motivo de apuração de inquéritos policiais a partir de 1964.³⁵

Como bem lembra o Sr. Luiz Antônio Barreto (2004), ex-redator e editor da *Gazeta de Sergipe*, o periódico denunciou crimes, apurou abusos, fiscalizou administrações, e por isso enfrentou a ira dos criticados e principalmente a suspeita dos governos militares, chegando a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Ainda de acordo com Barreto (2004), o jornal teve suas oficinas invadidas e suas páginas empasteladas.

“Com a deposição e prisão do governador Seixas Dória a Gazeta de Sergipe e Orlando Dantas foram alvos de censura e de constrangimentos, com a prisão de muitos dos jornalistas e colaboradores do jornal”
(Barreto, 2004).

Nesse período estavam em atividade em Aracaju a *Gazeta de Sergipe*, com publicação diária; o jornal semanal *Folha Popular*, pertencente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); o *Correio de Aracaju*, periódico da UDN e de circulação esporádica; e o *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, que saía irregularmente. Para Dantas (1997) reside aí a força que a *Gazeta de Sergipe* exercia na opinião pública, pois se tratava do único jornal diário do Estado, fato que proporcionou um maior trabalho aos militares.

De acordo com Dantas (1997), os militares ocuparam a *Gazeta de Sergipe* e somente após reunião realizada entre o Alto Comando Revolucionário de Sergipe, decidiu-se pela sua continuidade, até porque não havia outro jornal diário que divulgasse os atos do regime. Em contrapartida, o periódico estaria propenso à censura prévia das matérias, no qual passaria a função da Polícia Federal em 1968. Para esse autor, logo a imprensa passou a ser controlada e coagida.

Conforme Dantas (2004), em inícios de 1967 a estrutura do autoritarismo estava implantada em Sergipe e as instituições viviam sob o acompanhamento dos órgãos de

³⁵ Os dossiês do Dops foram enviados para o setor responsável da Marinha de Salvador-BA e Recife-PE. Não tivemos condições de acessar tais informações.

informação.³⁶ Podemos afirmar que tanto a sociedade política quanto a civil estavam quase inteiramente subjugadas ao regime. Segundo Dantas (1997), na administração de Garrastazu Médice o regime predominou como “entidade impessoal, onipotente, onipresente e irresponsável perante os direitos civis mais elementares”.

Assistimos nessa fase iniciativas de apoio ao Estado Autoritário, o que veio a contribuir para sua crescente legitimidade. Segundo Ibarê Dantas (1997) essas iniciativas partiam tanto da sociedade política quanto da civil. Surgiam ideólogos préstimos a defender e difundir o ideal autoritário na imprensa. Para Dantas (1997), “um nítido processo de acomodação aos padrões da nova ordem política e de aceitação do seu ideário”.

Uma possível abertura para um regime liberal-democrático foi vislumbrada com a posse de Figueiredo, em 1979. Este tinha como objetivo dar continuidade à abertura política, marcando o início da segunda fase do processo de transição do regime autoritário para o liberal-democrático.³⁷ Nesse ano foi promulgada a lei da anistia, que além de fortalecer o clima de distensão e apontar para o ingresso em novo momento político, proporcionou o retorno de exilados políticos que vieram somar com a luta em prol dos ideais ambientalistas.

Passadas mais de três décadas, o regime militar perde espaço para os governos democráticos. Em 15 de janeiro de 1985 foi eleito presidente da República pelo colégio eleitoral, Tancredo Neves. Abria-se assim uma nova fase da longa transição para a democracia. Mas a morte o surpreendeu, bem como a todos os brasileiros antes mesmo deste tomar posse. Para administrar a nova República assumiu o vice Sr. José Sarney, que empreendeu medidas democratizantes no sentido de completar o ciclo da transição política.

Acompanhar as características dos governos com os quais a *Gazeta de Sergipe* conviveu, assim como seu posicionamento a favor ou contra determinada posição econômica, política, social e cultural nos direcionou para uma melhor compreensão sobre a cobertura e a mensagem das matérias com temáticas ambientais divulgadas pelo periódico.

³⁶ Serviço Nacional de Informação (SNI) (Lei de Imprensa e Lei de segurança Nacional); Destacamento de Operações Internas (DOI); Comando Operacional de Defesa Interna (CODI). Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

³⁷ A primeira fase foi marcada por um processo liberalizante, formado pelo afrouxamento de normas repressivas e pela restauração de alguns direitos individuais e coletivos (Dantas, 1997).

Pensar a produção jornalística sob o signo das transformações históricas e estruturais que a condicionam, do ponto de vista tanto econômico quanto político e simbólico, foi essencial para o desenrolar do estudo.

4.2 – ORLANDO DANTAS

A história de vida do fundador e diretor do periódico pesquisado, assim como a compreensão do seu pensamento em torno das questões socioeconômicas que permearam os anos abordados foi de extrema relevância para a concretização do estudo. Aspectos de sua trajetória de vida possuem significados valiosos para o entendimento do todo.

Não esquadrihamos o homem, o político, o jornalista e o estudioso. Esses campos por muitas vezes confundiram-se uns com os outros. Buscamos, sim, demonstrar como a interação dessas quatro esferas veio a influenciar na produção do jornal, principalmente na divulgação de notícias com temáticas ambientais.

Uma antítese viva. Homem inquieto, ativo e contraditório. Declamado por muitos como “usineiro socialista”, Orlando Dantas realmente fez jus a esse título. O texto que se segue fornecerá os testemunhos dessa afirmação.

4.2.1 – Orlando Dantas: antes de tudo, homem!

Orlando Vieira Dantas (1900-1982) nasceu em meio a “senhores” de usinas de açúcar. Filho de Idalina Dantas e Manoel Correa Dantas – usineiro e político – Orlando Dantas pertencia a uma família tradicional e influente do Estado.

Na obra *A vida patriarcal de Sergipe* (1980) – onde reconstitui o patriarcalismo sergipano enfocando os elementos de sua formação – Orlando Dantas nos apresenta

nitidamente à sua vida quando criança, pois fez objeto do seu estudo dois engenhos de açúcar de Sergipe³⁸, nos quais passou sua infância.



Figura 4.4: Orlando Dantas com seus pais e irmão.

Fonte: *A vida patriarcal de Sergipe* (1980)

Nascido no município de Capela, no Engenho Palmeira, presenciou a vitalidade econômica emergente dos 110 engenhos de açúcar espalhados no Vale do Japaratuba. Presenciou também a atuação do seu pai em defesa constante dos interesses dos senhores do açúcar.

Manoel Correa Dantas foi presidente da Assembléia Legislativa durante o governo de Maurício Graccho Cardoso (1922-1926). Com a morte do presidente Cyro de Azevedo, o deputado Manoel Dantas conseguiu ser indicado a candidato pelo poder central e, após nova eleição realizada, tomou posse do governo de Sergipe em 1927, governando até 1930 (Dantas, 2004).

Identificado com a propriedade rural, durante seu mandato alterou o conteúdo do projeto de regularização fundiária iniciado pelo governo de Graccho Cardoso e acabou com a inspetoria de terras, matas e estradas, vindo com esses atos a beneficiar os grandes proprietários rurais.

³⁸ Engenho Porto dos Barcos e São Francisco de Vassouras.

Orlando Dantas, ao retornar do Rio de Janeiro, onde deixou inacabado o curso de engenheiro na Politécnica, acompanhou a trajetória do seu pai no governo do Estado e fez política, sendo eleito prefeito de Divina Pastora, em 1935, dando com isso início a uma série de mandatos.

De acordo com Barreto (2004), durante o Estado Novo, Orlando Dantas teve a oportunidade de firma-se no jornalismo e de participar ativamente da vida intelectual do Estado, vindo a tomar parte da criação do Centro de Estudos Econômicos e Sociais de Sergipe em 1944 e a publicar em 1945 o ensaio intitulado *O problema açucareiro de Sergipe*.

É conflitante um homem oriundo e herdeiro de família ligada à atividade agroindustrial canavieira e sempre presente na vida política do seu pai – constante defensor dos interesses dos grandes proprietários rurais - passar a defender ideais da esquerda democrática. Assim, Orlando Dantas funda, em 1945, a esquerda democrática em Sergipe, que mais tarde seria transformada no PSB de Sergipe.

Eleito deputado estadual em 1947, dedicou-se fortemente aos trabalhos constituintes, sendo segundo Barreto (2004), um dos parlamentares mais atuantes. Mas apesar da dedicação, ainda arranja tempo e força para fundar, em 1948, a *Gazeta Socialista* (órgão do PSB), na qual acumulou a função de fundador e diretor.

Não tardou muito a perceber que a vida política e a direção de um jornal não podiam ser conciliadas devido ao tempo e dedicação exigido pelas duas funções, com isso afasta-se da direção da *Gazeta Socialista* dando colaborações esporádicas.

Conforme Barreto (2004), o êxito do trabalho parlamentar quando deputado estadual abriu portas para a conquista de um mandato à Câmara Federal, na eleição de 1950.

Orlando Dantas se fazia ouvir através de editoriais, artigos e discursos proferidos na Assembléia Legislativa e posteriormente na Câmara Federal divulgados na folha do PSB, o que nos permitiu conhecer seus ideais políticos, econômicos, sociais e culturais.

Quando no período da *Gazeta Socialista*, defendia a causa socialista, a esquerda democrática, criticando com isso as democracias propostas pelos Estados Unidos da

América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); colocando-as como pilares da demagogia dos contrários e como duas falsas democracias. Não vislumbrava tais democracias como modelo para a nação brasileira, pois esta última teria que buscar uma democracia real, que viesse acolher diversas correntes de opinião, sem fazer uso de processos policiais e coercitivos.

Apesar de usineiro, via nas contradições do próprio sistema capitalista, na concentração de propriedades e na presença de uma minoria ansiosa por mais lucros os fatores da diminuição da produção agrícola e da redução da área agricultável em Sergipe. Para Orlando Dantas, a concentração de terras prejudicava as atividades de produção diversificada que comumente beneficiava a coletividade. Chegou a afirmar, em artigo *Aspectos da economia sergipana I*, que a “monocultura da cana-do-açúcar em Sergipe (...) vive da miséria do seu próprio povo”.³⁹

Defendia o monopólio estatal do petróleo brasileiro, devido aos lucros auferidos e à própria independência econômica, política e territorial da nação. Para ele, o Brasil tinha os meios necessários para a exploração do petróleo e deveria fazê-lo em prol da crescente melhoria econômica do país. Não obstante, teve atuação relevante na Câmara Federal, quanto aos debates sobre a Lei 2004, de 3 de outubro de 1953, que criou a Petrobras.

Participou também, segundo Barreto (2004), da discussão sobre o Museu de Arte Moderna e outros temas relevantes para o país.

Antes mesmo da mudança de nome do periódico para *Gazeta de Sergipe*, assistimos o engajamento desse homem nas causas do desenvolvimento do Estado. O envolvimento de Orlando Dantas com o desenvolvimentismo refletiu, conseqüentemente, nas folhas do jornal *Gazeta Socialista* e posteriormente *Gazeta de Sergipe*, um ideário vinculado ao desenvolvimento do Estado, apoiando ações e medidas que visavam atender a melhoria da produção e que qualificasse e protegesse o trabalho. Era um otimista no que diz respeito às potencialidades estaduais e regionais.

Orlando Dantas fazia dos editoriais, artigos e notas que redigia “uma tribuna, um instrumento de luta, uma ferramenta a serviço da construção de uma nova sociedade para Sergipe” (Barreto, 2004).

³⁹ *Gazeta Socialista*, Aracaju, 28 de agosto de 1948.

No plenário, quando deputado, lutava pelos mesmos ideais defendidos no jornal, debatendo os temas da atualidade nacional; defendendo os interesses de Sergipe; cobrando moralidade pública; enfatizando o desenvolvimento de Sergipe através da ação do próprio Estado na economia; defendendo a riqueza nacional, inclusive a sergipana; dentre outros. Como resultado da sua atuação na Câmara Federal temos o registro de um dos seus discursos intitulado *Aspectos da política sergipana* (1953).

A *Gazeta Socialista* entra em recesso em 1953, voltando a circular numa nova fase em 1956 quando Orlando Dantas já não exercia o mandato de deputado federal e pôde dedicar-se como um todo ao jornal e a suas pesquisas.

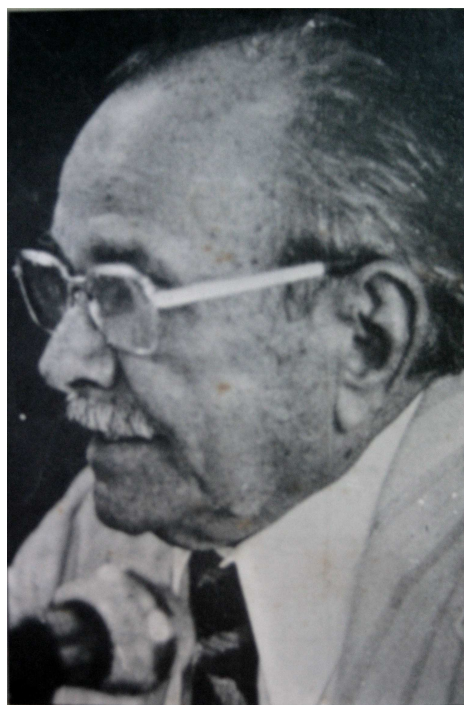


Figura 4.5: Orlando Dantas

Com a instauração do regime militar Orlando Dantas enfrenta perseguições, empastelamento e fechamento do seu jornal, já intitulado *Gazeta de Sergipe*. Mas uma contradição se revelou em 1969, quando com o Ato Complementar nº 54, que prorrogava o prazo de filiação partidária, Orlando Dantas ingressou na Arena – partido situacionista.

Nesse momento o discurso de Orlando Dantas versa, tanto no jornal quanto em seus livros, em favor e em apoio a certas medidas adotadas pelo regime militar, como podemos ver no livro *Política de desenvolvimento econômico de Sergipe*⁴⁰ (1974).

Para ele, Sergipe transformar-se-ia num exemplo de ordem econômica e social se viesse a praticar fortemente a política de desenvolvimento. Nesse livro Orlando Dantas alude ao revigoramento da economia nacional e à implantação, pelos “Governos revolucionários”, de diversas ações e medidas econômicas e sociais. Refere-se à criação do Programa de Redistribuição de Terras no Norte e Nordeste do País (PROTERRA) e do Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) como forma de combater a estagnação do Nordeste, bem como ressalta a iniciativa desses governos de aproveitarem plenamente o que o rio São Francisco já poderia ter provido, como irrigação para o favorecimento da produção.

Afirma o regime militar ter optado por uma política de produção para exportação e abastecimento do mercado interno em detrimento da reforma agrícola básica para a implantação do regime capitalista em toda sua plenitude. Segundo ele, o regime teria escolhido o primeiro como ponto de apoio da política de desenvolvimento e segurança, onde o econômico e social crescessem paralelamente na perseguição de uma política social democrática (Dantas, 1974).

A cobertura do jornal *Gazeta de Sergipe*, na divulgação de notícias sobre a Conferência de Estocolmo, refletiu esse posicionamento do seu proprietário e diretor. Mas essa ponte entre a cobertura noticiosa sobre meio ambiente e o posicionamento político, econômico e social de Orlando Dantas faremos no capítulo seguinte.

Orlando Dantas continuou atuando fortemente e combativamente no seu jornal - seja direcionando sua linha editorial, seja escrevendo editoriais - até os quatro dias que antecederam sua morte, em 09 de abril de 1982.

⁴⁰ Conferência realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe em 02 de Dezembro de 1973.

CAPÍTULO 5

O QUE AS NOTÍCIAS TÊM A DIZER

5.0 – O QUE AS NOTÍCIAS TÊM A DIZER

Fatores econômicos, políticos, sociais e ideológicos são determinantes na abertura de um espaço, nos meios de comunicação, para determinado assunto. Assim ocorreu com a temática ambiental. Atualmente o meio ambiente é um dos temas de maior relevância na sociedade, pois é algo que diz respeito a todos. É um assunto de interesse público, daí a ser um tema abordado pela imprensa.

A partir do momento em que a questão ambiental ficou mais evidente para os seres humanos, o tema e a discussão sobre o meio ambiente passou a ser de interesse social. O interesse público sobre determinado assunto remete aos meios de comunicação a conseqüente cobertura do tema. Mas será que a *Gazeta de Sergipe* soube perceber tal demanda? E se soube, será que a cobertura do jornal em relação ao tema foi efetiva? Iremos tentar responder essas questões mais adiante.

Por tudo isso, nosso objetivo foi identificar e analisar quantitativamente e qualitativamente o conteúdo informativo das matérias publicadas pelo periódico e a partir daí conhecer, historicamente, de que forma se deu a contribuição e qual o papel desempenhado pela *Gazeta de Sergipe* na divulgação da questão ambiental para a sociedade sergipana do período abordado.

Para tanto, investigamos e analisamos o espaço cedido a tais matérias, o que permitiu a realização de uma abordagem histórica do caminhar dessas notícias; identificamos as principais temáticas abordadas pelo jornal, observando também a preponderância ou não de determinadas subtemáticas; investigamos o nível de abrangência territorial dessas matérias; e por fim, observamos as fontes de informação acionadas para a produção da notícia.

Dessa forma, torna-se conveniente conhecer os fatores considerados no momento de produção de um jornal e da própria notícia.

O setor das empresas de comunicação, como qualquer outra atividade empresarial, possui interesses econômicos e atua na perspectiva e na lógica do mercado, tendo como

fim principal o lucro. Portanto, a produção de um jornal passa por uma triagem de interesses, guiada por um critério interno, que orienta a ocupação dos seus espaços, movidos por um sistema de troca e de uso (Ramos, 1996).

Cada jornal tem seus próprios meios para vencer a concorrência dos impressos e de outros meios de comunicação. Dentre estes cuidados encontra-se a seleção da notícia, assim como a forma de apresentá-la; os editoriais; a realização de pesquisas e planejamentos. Enfocaremos, no entanto, a discussão sobre a seleção da notícia a ser veiculada.

Para Mário L. Erbolato (2004), a notícia deve ser recente, inédita, verdadeira, objetiva, devendo ser publicada de maneira sintética e dando a noção correta do assunto abordado. A objetividade, porém, é um dos pontos mais controversos do jornalismo. A notícia deve ser de interesse público. “O noticiário deve ter utilidade pública para os leitores e influenciá-los pessoalmente, mostrando-lhes que devem ter um interesse no assunto divulgado” (Erbolato, 2004).

Como vimos, há um intercâmbio perceptível entre a opinião pública e os meios de comunicação, ora um influenciando o interesse do outro por determinado assunto.

Os estudiosos entendem que as notícias devem ser selecionadas de acordo com o interesse que possa despertar, e o interesse só é despertado quando o leitor se encontra na notícia, ou seja, quando a notícia faz parte do seu contexto diário. O receptor quer ler sobre si mesmo, quer sentir identificação com as informações veiculadas.

Nelson Traquina (2001) entende que as notícias são resultantes de um processo de produção definido como a percepção, a seleção e a transformação de uma matéria-prima informação num produto; a própria notícia.

Saber o que deve publicar é a primeira tarefa do jornalista. Ele deve fazer a seleção de inúmeras notícias que chegam à redação; posteriormente deve medi-las dentro do valor exato que possuam para a classe de leitores do jornal; e em seguida, deve dar um bom tratamento ao texto, buscando uma linguagem fácil e acessível ao leitor.

O jornalista convive e faz parte da sociedade, portanto, pode supor que tipo de informação gera audiência. Pesquisas de opinião e expectativas recíprocas entre jornais também auxiliam na escolha da notícia.

Não há critério fixo para se selecionar uma notícia que venha a ser bem aceita. De acordo com José Marques de Melo (1995) tais critérios variam de acordo com a classe e preferência dos leitores do jornal. Em resumo, os critérios de noticiabilidade variam no tempo, no espaço geográfico e de acordo com as empresas jornalísticas, tendo cada qual, critérios próprios e preferências por assuntos que variam de acordo com seu público leitor alvo (Erbolato, 2004).

Cada redação tem uma maneira de proceder quanto à escolha dos assuntos a serem abordados pelo impresso. A escolha das notícias é direcionada por critérios de noticiabilidade que venham a motivar o público leitor.

Erbolato expõe alguns critérios, dos quais podemos identificar os que mais se aproximam das matérias que remetem à questão ambiental. São eles: proximidade, marco geográfico, impacto, aventura e conflito, conseqüências, progresso, interesse pessoal, interesse humano, importância, política editorial do jornal, oportunidade, descoberta, invenções e repercussão (Erbolato, 2004).

A lista é grande, mas todos esses critérios estão interligados pelo fato da importância de que a notícia esteja contextualizada com a vida do leitor, que a notícia, de uma forma ou de outra, o afete diretamente.

Por tudo isso, acreditamos que a identificação do espaço fornecido pela *Gazeta de Sergipe* às temáticas ambientais é de fundamental importância, uma vez que espaço vale dinheiro e significa poder, pois a informação produz implicações de ordem política, social e ideológica. O mapeamento e abordagem histórica da divulgação dessa temática permitirão conhecermos as fases de maior e menor veiculação dessas notícias e suas prováveis causas.

A frequência com que determinada temática e subtemática foi veiculada é também uma informação relevante no processo de entendimento do meio e seus reflexos na sociedade. A forma como essas temáticas foram abordadas pelo jornal, ou seja, o estudo do conteúdo da mensagem imbuída em cada temática proporcionará um conhecimento sobre como o jornal manifestou-se acerca de idéias, valores, intenções, conceitos e preconceitos sobre o meio ambiente e a questão ambiental, e de certa forma proporcionará, como já dito, o conhecimento da evolução da problemática ambiental em Sergipe.

A abrangência territorial dessas notícias é de significativa importância para identificarmos se houve incomunicação⁴¹ por parte do jornal; se houve equilíbrio dos níveis territoriais; ou se houve a preponderância de um sobre o outro, bem como o que teria levado o jornal a priorizar um ao outro.

Ao mesmo tempo, o conhecimento das principais fontes de informação acionadas constitui um complemento importante no estudo, pois mostrará a trajetória da informação a partir do conhecimento das principais bases geradoras. A partir daí poderemos estabelecer uma relação entre a informação divulgada e os atores sociais que tiveram acesso ao meio de comunicação pesquisado e se fizeram representar.

5.1 – ESPAÇO CEDIDO, QUANTIDADE E FREQUÊNCIA – O CAMINHAR DAS NOTÍCIAS

Como já enfatizado, conhecer o espaço cedido às temáticas ambientais é de suma importância. O mapeamento e abordagem histórica da divulgação dessa temática fornecerão conhecimentos acerca da oscilação da veiculação dessas notícias pelo jornal, bem como suas prováveis causas, levando-se em consideração, o contexto político, econômico, social e ideológico das fases analisadas.

Foram pesquisadas edições de 01 de fevereiro de 1972 a 31 de dezembro de 1992, perfazendo, em 239 meses, um total aproximado de 6.290 exemplares. Destas edições foram selecionadas 608 matérias que abordaram questões ambientais referentes ao Estado de Sergipe e a nível nacional e internacional, que de alguma forma tenha afetado e/ou influenciado o Estado, sendo que estas apresentassem preocupações ambientais e não somente econômicas. Portanto, foram excluídas matérias que remetessem a outras regiões e matérias que não demonstraram uma relação direta com o Estado.

Quando falamos em matérias, nos referimos a todas as peças jornalísticas, tais quais: editoriais, artigos, notas, matérias de capa, matérias internas, entre outras.

⁴¹ Segundo Domenico de Gregório (s.d.), a incomunicação ocorre quando o cidadão conhece o que se passa em nações distantes, mas permanece alheio ao que acontece na sua cidade e estado.

O espaço cedido, a quantidade e frequência da temática ambiental foram observados e analisados através de determinados fatores, quais sejam: o acompanhamento da variação do formato dessas notícias e o espaço cedido a estes; a oscilação do gênero opinativo, representado por artigos e editoriais; e finalmente, os meses e anos que apresentaram um maior ou menor número de notícias de cunho ambiental, construindo com isso um caminho histórico dessas notícias.

5.1.1 – O formato das notícias

Devido à quantidade de matérias selecionadas (608) não fizemos a medição destas. Verificamos o espaço cedido a notícias relevantes ao meio ambiente através da quantidade de matérias veiculadas e da evolução do formato da matéria, ou seja, da peça jornalística.

Na Tabela 5.1 podemos acompanhar a distribuição anual dos formatos jornalísticos dedicados à temática, ao longo dos 20 anos abordados. Em resumo, a tabela nos dá notícia sobre o comportamento do jornal durante o período estudado com relação à divulgação dessas notícias.

Tabela 5.1 – Quantidade de matérias selecionadas (por formato) de 1972 a 1992

Ano	Matéria interna	Matéria de capa	Editorial	Artigo	Nota	Qtde
1972	12	4	2	2	18	38
1973	4	4	3	0	21	32
1974	5	4	4	0	17	30
1975	4	0	0	0	2	6
1976	2	0	4	1	2	9
1977	5	1	0	1	2	9
1978	2	3	0	1	1	7
1979	9	2	0	1	3	15
1980	2	1	0	0	3	6
1981	8	1	0	1	2	12
1982	16	7	1	4	1	29
1983	13	2	0	2	3	20
1984	19	7	2	1	1	30
1985	10	3	0	2	0	15
1986	25	11	0	0	2	38
1987	26	1	1	2	3	33
1988	37	6	1	0	1	45
1989	50	2	0	0	7	59
1990	42	2	3	1	0	48
1991	22	2	0	3	0	27
1992	86	3	2	7	2	100
Total	399	66	23	29	91	608

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

Dentre as matérias selecionadas foram identificados cinco formatos ou tipos de peças jornalísticas, tais quais: notas, matérias informativas, editoriais, artigos e matérias de capa.

José Marques de Melo (1994), a partir da classificação dos gêneros do jornalismo brasileiro feita por Beltrão, propôs sua própria classificação. É por ela que nos nortearmos.

As notas e matérias informativas (notícia, reportagem e entrevista) estão enquadradas no gênero informativo.⁴² Já os editoriais e artigos enquadram-se no gênero jornalístico opinativo.⁴³

O termo matéria de capa foi uma opção nossa, no intuito de informar o leitor quanto à publicação de uma notícia (matéria informativa) na capa do periódico, sem que

⁴² O gênero informativo está relacionado à reprodução do real, ou seja, a descrição do real jornalisticamente a partir do atual e do novo. Trata-se da observação da realidade e da descrição do fato (Melo, 1994).

⁴³ No gênero opinativo há a leitura do real, a valoração do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos. Em suma, é a análise da realidade e a sua avaliação (Melo, 1994).

esta tivesse sido retomada na estrutura interna do mesmo. Portanto, trata-se de uma matéria informativa veiculada somente na primeira página de um jornal.

Por nota entende-se o relato de acontecimentos que estão em processo de configuração. Como já dito, trata-se de uma matéria informativa e são encontradas em colunas dedicadas aos mais variados assuntos (sociedade, economia, política, geral). No caso do jornal *Gazeta de Sergipe* a nota apresentou essa caracterização feita por Melo (1994), no entanto, algumas delas demonstraram a opinião da instituição.

A matéria interna engloba - além da nota - a notícia, a reportagem e a entrevista. Melo (1994) considera notícia um relato integral que eclodiu no organismo social. Já a reportagem refere-se a um relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações percebidas. A entrevista trata-se de um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer. Tivemos, dentre as matérias internas, todas estas categorias, no entanto, não foi necessário para a pesquisa fazer a distinção destas.

O artigo é caracterizado pela necessidade da explicitação da autoria do colaborador, bem como de uma angulagem determinada pelo critério de competência dos autores na busca de valores nos fatos que analisam. Já o editorial não pressupõe autoria pelo fato de se tratar da opinião da instituição sobre determinado assunto imediato, ou seja, sua angulagem é temporal e exige continuidade e imediatismo (Melo, 1994).

Após essa breve e necessária caracterização das peças jornalísticas selecionadas, passemos então à análise quantitativa e qualitativa da produção de notícias.

Ao observarmos a Figura 5.1 percebemos que nos primeiros três anos (1972, 73, 74) a *Gazeta de Sergipe* deu uma maior abertura para a veiculação de notas (em colunas intituladas: “Informe GS”, “GS Brasília” e “Gazeta no Interior”) em detrimento aos demais formatos já aludidos, perfazendo uma média de 18 notas para os três anos. Por outro lado, o número de matéria interna foi bem menor que o primeiro formato, sendo que somente em 1972 esse número foi superior, devido à CNUMAH, ocorrida em Estocolmo (Suécia). Das 12 matérias internas publicadas, seis versaram sobre o evento. O formato matéria de capa manteve a média de quatro publicações para os primeiros três anos.

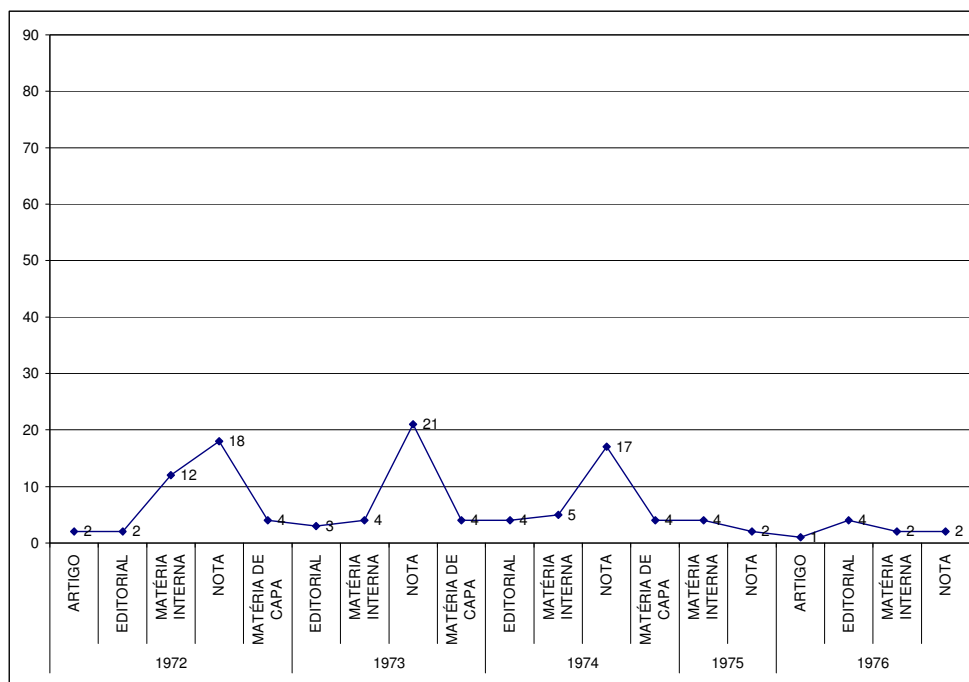


Figura 5.1 – Curva de desempenho dos formatos (1972-1976)

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

Como visto, o impacto da Conferência de Estocolmo na mídia foi mínimo, mas existiu, apesar do conteúdo das notícias versarem quase que exclusivamente sobre o posicionamento do Brasil e sua liderança no grupo dos países em desenvolvimento que viam no aumento das restrições ambientais uma inferência nos planos nacionais de desenvolvimento.

No que diz respeito a essa afirmação, esse tipo de cobertura não ocorreu de forma diferente em outros meios impressos. Ao pesquisar inserções sobre o meio ambiente nas revistas *Veja* e *Isto É*, nos anos de 1972 e 1992⁴⁴, Antônio Teixeira de Barros (2001) constatou apenas uma inserção sobre a Conferência de Estocolmo na revista *Veja*, enquanto que na *Isto É* não houve menção ao evento. Ainda alertou para a limitação da matéria publicada na *Veja* por apenas resumir os argumentos da delegação brasileira no evento, o que não diferenciou do conteúdo da *Gazeta*. No entanto, a *Gazeta de Sergipe* apresentou um número de matérias superior (6) às revistas mencionadas.

A partir de 1975 nota-se uma queda brusca na quantidade de nota, sendo que o número de matéria interna é mantido, ou seja, continua baixo, tratando-se assim de um período de baixo índice de divulgação de matérias com temáticas ambientais (Observar

⁴⁴ Foram pesquisados os meses de abril, junho, setembro e dezembro.

Tabela 5.1). Podemos arriscar a afirmação que o direcionamento do governo de Sergipe no sentido do desenvolvimentismo - promovido por Rolemberg Leite - somado ao privilégio excessivo dado pela imprensa local a temas políticos (Dantas, 2004), proporcionaram esse baixo índice de matérias sobre o meio ambiente. Fato interessante ocorre em 1976, ano em que o número de gêneros opinativos (editoriais e artigos) superam as matéria interna e nota.

A Figura 5.2 mostra que entre os anos de 1977 e 1981 houve uma preponderância das matérias internas em relação às notas, sendo que em determinados anos (1978 e 1980) as matérias internas chegam a igualar-se com o outro formato. Nos demais anos as matérias internas mantiveram seu nível superior às notas, mas ainda baixo em comparação aos anos seguintes.

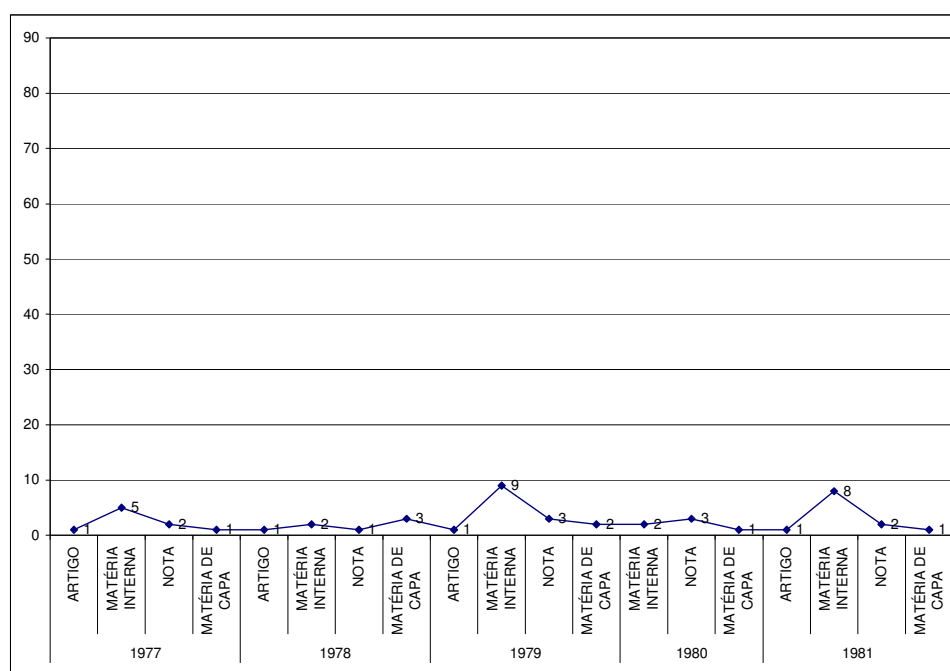


Figura 5.2 – Curva de desempenho dos formatos (1977-1981)

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

Isso revela que a substituição das matérias internas – de formato maior e, portanto, com maior espaço para a divulgação de informações sobre o meio ambiente - pelas notas, não foi abrupta, mas gradativa, seguindo a maré da relação mídia e meio ambiente ocorrida no país.

O período de 1970 é marcado pela apresentação de inúmeros relatórios científicos sobre a situação socioambiental do nosso planeta e a responsabilidade do ser humano nesse processo; pelo crescimento de ONG's voltadas para questões ambientais nos países do Norte; pela criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); pelo "reconhecimento" dos governos no que se refere à problemática ambiental; entre outros acontecimentos e processos. Com a globalização dos problemas ambientais, a imprensa passou a noticiar gradativamente questões ligadas ao meio ambiente, mas ainda sem gerar debates mais profundo na sociedade brasileira.

Para continuarmos a análise não podemos deixar de levar em consideração que a anistia política, em 1979, foi um importante marco para que o meio ambiente viesse a ganhar pauta nos noticiários jornalísticos. Estes homens, influenciados por ideais ambientalistas, chegaram para somar com entidades ambientalistas já estruturadas no país ou para fundar novas entidades a favor da causa. Com esse acontecimento, consequentemente e gradativamente, houve uma maior pressão a favor das causas ambientais, o que influenciou no aumento de uma consciência ambiental, principalmente em setores de uma classe média emergente. Essa nova classe média crescente, passando a se interessar cada vez mais por assuntos ligados ao meio ambiente e à qualidade de vida, incitou a reformulação de critérios de noticiabilidade nas redações jornalísticas.

Dando respaldo a essa afirmação, observamos que de 1982 em diante a matéria interna firma-se como formato primordial para a divulgação de matérias de caráter ambiental. Como podemos ver na Figura 5.3 e 5.4, as notas quase não aparecem, girando em torno de 1,8 notas por ano, nos 11 anos restantes.

Apesar do destaque à matéria interna, esta oscila entre aumento e queda entre os anos de 1982 e 1986. Entretanto, a partir de 1986 ela só tende a aumentar, sofrendo pequena queda em 1990 e 1991. Supomos que tais quedas tenham ocorrido devido ao privilégio que o noticiário político pode ter recebido nesses dois anos, em detrimento às demais temáticas. Nestes anos ocorreram as primeiras eleições diretas depois de 20 anos de ditadura militar: em 1990, para governador e em 1991, para presidente da República.

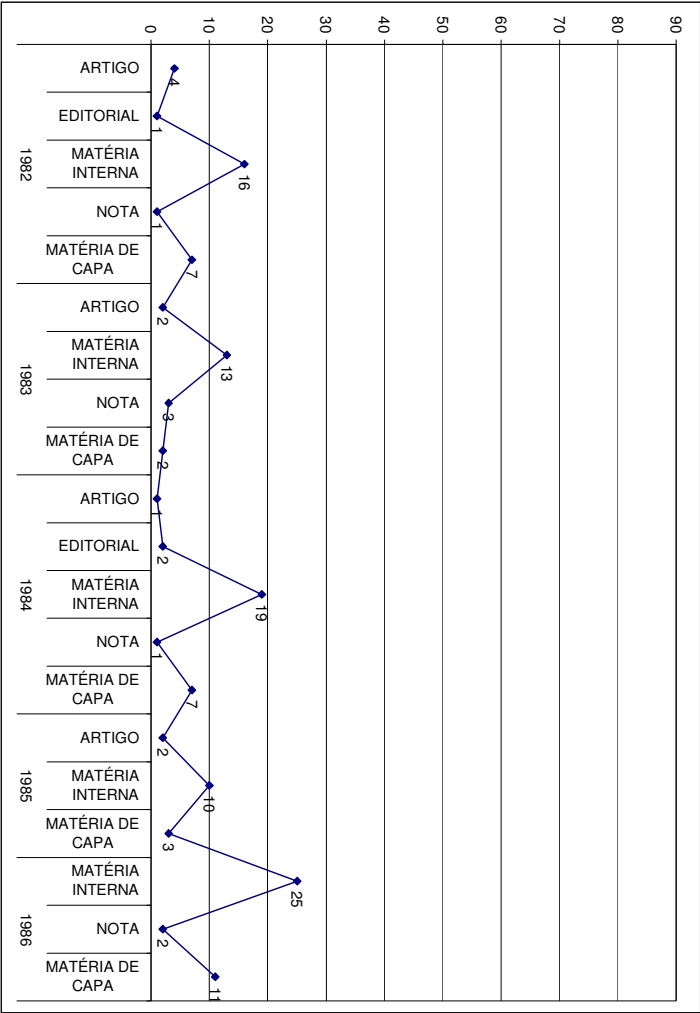


Figura 5.3 – Curva de desempenho dos formatos (1982-1986)

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

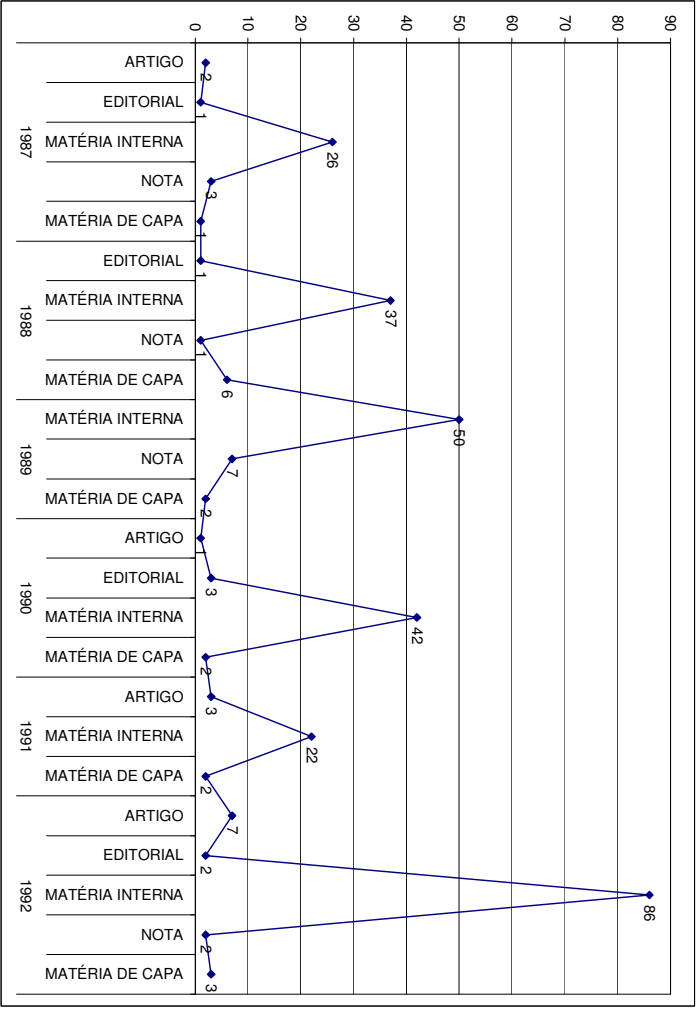


Figura 5.4 – Curva de desempenho dos formatos (1987-1992)

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

A quantidade de matérias internas no ano da CNUMAD (1992) foi exorbitante, se comparada aos anos anteriores. O número de notas foi infimamente pequeno; somente duas.

Concluímos, com base no exposto, que houve um predomínio inicial de pequenas notas sobre o meio ambiente e o aumento gradual da veiculação destas matérias em matérias de capa e principalmente em matérias internas, indicando uma desatenção inicial à questão ambiental emergente. Entretanto, a pesquisa comparativa entre a *Gazeta de Sergipe* e o *Jornal da Cidade* - outro periódico sergipano - revelou a superioridade quantitativa de publicações de notícias de cunho ambiental feita pelo primeiro (Campello, 2005).

Tomando por base a cobertura jornalística de dois eventos importantes para o meio ambiente (a Conferência de Estocolmo e a Rio-92) constatamos que a *Gazeta de Sergipe* também se mostrou superior a revistas como *Veja* e *Isto É* e a jornais diários como o jornal *Diário da Tarde*, de Ilhéus-BA. Segundo a primeira pesquisa, Estocolmo foi mencionada apenas uma vez na *Veja*, enquanto que na *Isto É* não houve matérias sobre o evento. Sobre a Rio-92, a *Veja* teria publicado seis matérias e a *Isto É* somente duas (Barros, 2001). As revistas apresentaram um baixo índice de inserção se comparado ao jornal sergipano - Estocolmo (6) e Rio-92 (44). De acordo com a segunda pesquisa mencionada o jornal apresentou duas matérias sobre Estocolmo e oito sobre a Rio-92 (Sousa et al., 2004).

Como visto, a partir de 1975 ocorreu um processo de queda de notas e do aumento oscilante de matérias internas e de matérias de capa dedicadas a essas questões, sendo constatada a evolução da importância dada às notícias de cunho ambiental. A análise demonstrou um acompanhamento do jornal no que se refere à evolução da discussão ambiental no país.

Quanto aos editoriais e aos artigos, estes receberam um enfoque isolado na pesquisa. Por serem espaços dedicados à valoração das notícias e à exposição de diferentes pontos de vista, a oscilação do gênero opinativo, representado pelos formatos editorial e artigo, tem muito a dizer sobre a abertura do espaço e a importância dada, pela mídia pesquisada, à discussão ambiental. No entanto, a abertura de espaço no impresso pesquisado acerca da discussão ambiental não representa, de imediato, uma posição favorável e de ruptura com o modelo de desenvolvimento posto em prática até então.

Começamos pelos editoriais. Como já enfatizado, o editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial do jornal diante dos acontecimentos de repercussão no momento de sua publicação. Melo (1994) afirma que em instituições de pequeno e médio porte, que é o caso do periódico pesquisado, o controle financeiro encontra-se nas mãos de um proprietário ou de sua família. Por isso, os interesses do proprietário terminam guiando a opinião do jornal sobre determinado assunto.

Por ser um espaço de contradições em que as articulações políticas são postas através do discurso, por dirigir-se à coletividade e por pretender orientar a opinião pública é que a quantidade e variação dos editoriais e artigos sobre o meio ambiente publicados nos anos enfocados irão indicar a importância dada à temática ambiental pelo jornal.

A veiculação de editoriais representou 3,8% (23) do total das matérias selecionadas (608); menos que a publicação de artigos (29). Somados, editoriais e artigos representam 8,6% do total das matérias selecionadas, um número inexpressivo. É um número baixo se levado em conta os demais formatos⁴⁵, mas se considerarmos o contexto histórico do período veremos o porquê das poucas discussões sobre o meio ambiente em formatos opinativos.

Com a instauração da ditadura militar o modelo econômico vigente no Brasil foi bastante modificado, havendo um deslocamento do plano das condições sociais para um plano técnico-econômico desenvolvimentista, no qual a burguesia nacional aliou-se à burguesia internacional, abrindo as portas para capitais e investimentos estrangeiros. Foi sob a égide do capital internacional que o país alcançou o maior desenvolvimento industrial de sua História, num cenário onde as elites dominantes não tinham nenhum tipo de respeito pela natureza ou pelos trabalhadores (Gonçalves, 2005).

Foi uma passagem contraditória da História do Desenvolvimento e do Meio Ambiente no país, pois de um lado se encontrava toda uma política de desenvolvimento econômico prejudicial ao meio ambiente e depredadora de recursos naturais e do outro extremo a cobrança de medidas de caráter ambiental por parte dos países desenvolvidos. Essa contradição pode ser percebida na relação entre criação de instituições ambientais no país, medidas legais adotadas, criação de áreas de proteção ambiental e investimentos

⁴⁵ Matéria interna, com 65,6%; nota, com 15%; e matéria de capa, com 10,9%.

vultosos na construção de hidrelétricas e demais obras extremamente agressivas ao meio ambiente.

Para tornar a situação mais ambígua ainda temos em 1974, a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que propunha novas ênfases ao processo de desenvolvimento da economia brasileira através do ajuste da estrutura industrial do país, melhor dizendo, o desenvolvimento dos setores de bens de capital e insumos básicos e o fortalecimento da empresa privada nacional. O que ocorre é que com o II PND a indústria de bens intermediários – mais suja e mais intensiva em recursos naturais – começa a despontar, e que, segundo Haroldo da Gama Torres (1993), não pode ser dissociado de uma profunda reflexão a respeito do intenso impacto espacial-ambiental deste segmento.

Essa hipótese pode ser testada, para ser confirmada ou refutada, com uma pesquisa que se proponha a realizar a análise do discurso ou do conteúdo destes editoriais e/ou artigos. Não fizemos a análise desses editoriais e artigos, mas em leitura flutuante⁴⁶ desses formatos pudemos perceber que na maioria das vezes a posição do editor e do articulista recaía para a defesa do desenvolvimentismo proposto pelo regime militar.

De acordo com a Figura 5.5, o número de editoriais foi maior nos primeiros anos abordados pela pesquisa, ou se já, de 1972 a 1976. Sendo que entre 1977 e 1982 (ano da morte de Orlando Dantas) não houve editoriais sobre o meio ambiente. De 1982 em diante a oscilação em queda é visível. Nem o ano de 1992, o qual foi realizado a Rio 92, despertou o interesse da instituição na discussão sobre a questão.

⁴⁶ Segundo Bardin (1979) leitura flutuante diz respeito ao primeiro contato com os documentos. Uma leitura em que surgem hipóteses ou questões norteadoras em função de teorias conhecidas.

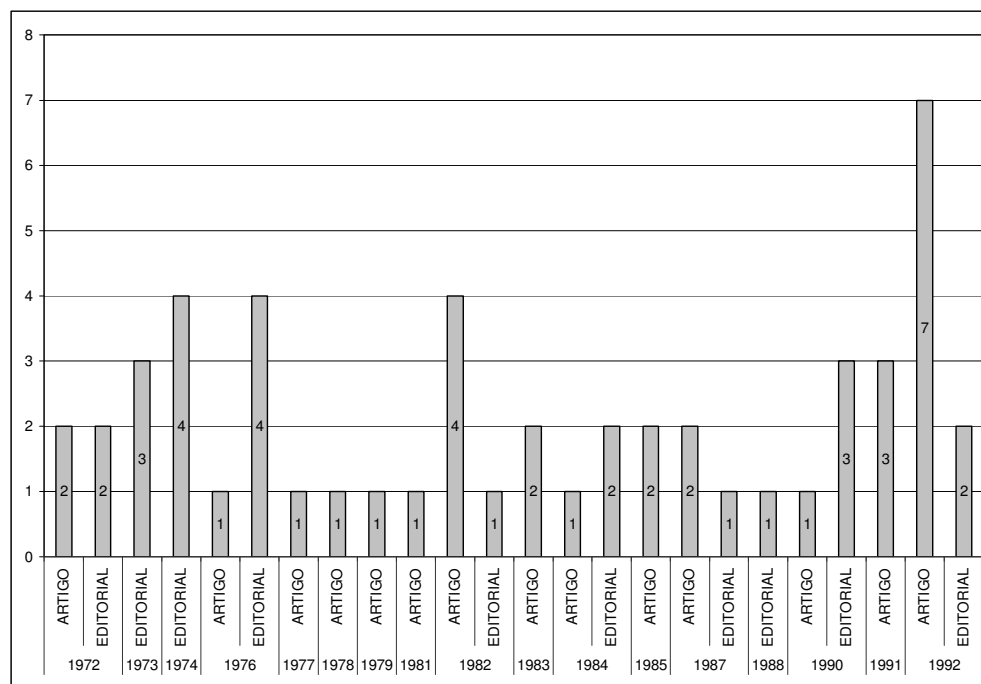


Figura 5.5 – Comparativo da publicação de editoriais e artigos (1972-1992)

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

A média de divulgação de editoriais demonstrou um maior equilíbrio na oscilação numérica em relação à publicação de artigos sobre a temática. É o que veremos a seguir.

Foram 29 artigos publicados no jornal ao longo dos 20 anos. No ano da Conferência de Estocolmo foram publicados dois artigos, que falavam sobre a importância e necessidade da arborização numa cidade e sobre a questão da poluição e da despoluição.⁴⁷

Entre 1973 e 1975 não houve abertura para tais artigos. Já entre 1976 e 1988 somente um artigo foi veiculado por ano. Fica a questão: não haviam colaboradores obstinados a levar para a população uma discussão sobre os problemas ambientais enfrentados ou o que não existia era uma abertura do jornal para artigos desse caráter?

Em 1982 esse número subiu para quatro, voltando a cair entre 1983 e 1990. Como que se para compensar o baixo número de artigos ao longo desses oito últimos anos, em 1992 foram veiculados sete deste formato. Não obstante, ocorria nesse ano a Rio 92, que sem sombra de dúvidas foi a grande motivadora dessa abertura.

⁴⁷ Ver “Arborização da cidade”, de Zózimo Lima. (*Gazeta de Sergipe*, 09 de fev. de 1972) e “Poluir e despoluir”, de Benedito Coutinho. (*Gazeta de Sergipe*, 06 de set. de 1972).

Mesmo constatando o baixo índice de editoriais e artigos em relação aos demais formatos, não podemos os qualificar como tal sem que realizemos uma pesquisa comparativa do jornal *Gazeta de Sergipe* com outros impressos. Somente dessa maneira podemos atribuir determinada qualificação quanto à abertura da *Gazeta de Sergipe* para tais formatos abordarem a temática ambiental.

Porém, constatamos a partir de outras pesquisas (dentro da limitação de cada uma) (Sousa et al., 2004; Campello, 2005) e do estudo comparativo destas com os resultados da pesquisa realizada por nós que, em relação ao *Diário da Tarde* (Ilhéus-BA)⁴⁸, a *Gazeta de Sergipe* deu pouca abertura para artigos em 1972 e uma maior abertura em 1992.⁴⁹

Percebemos algo interessante durante o estudo comparativo. Os dois jornais publicaram em datas diferentes o artigo “Miséria: a pior poluição”⁵⁰, de Luiz Antônio de Medeiros. Isso demonstra a conexão de jornais locais com agências de notícias, e talvez com jornais maiores.

Já em relação ao *Jornal da Cidade* (Aracaju-SE)⁵¹ a *Gazeta de Sergipe* cedeu maior abertura tanto para editoriais quanto para artigos.⁵²

O aspecto levado em consideração, no entanto, foi meramente quantitativo, pois não realizamos a análise dos conteúdos dos editoriais e artigos. Acreditarmos que a aplicação da análise do discurso se encaixaria mais adequadamente para essa função. Esse trabalho caberia a um estudo posterior.

Quanto aos profissionais que contribuíram às páginas da *Gazeta de Sergipe*, tivemos em grande parte, jornalistas e pesquisadores das Ciências Biológicas, da Geografia, da Engenharia Agrônômica e Química, dentre outros. O interessante notar é que todos estes especialistas faziam parte do quadro de docentes da universidade federal local,

⁴⁸ Levamos em conta somente os meses de maio e junho dos anos de 1972 e 1992, por se tratar da delimitação temporal da pesquisa utilizada.

⁴⁹ Em 1972 o *Diário da Tarde* publicou quatro artigos, enquanto que a *Gazeta de Sergipe* nenhum. Já em 1992 o *Diário da Tarde* apresentou três artigos e a *Gazeta de Sergipe*, quatro.

⁵⁰ Ver artigo “Miséria: A pior poluição”, de Luiz Antônio de Medeiros (*Gazeta de Sergipe*, 04 de jun. de 1992).

⁵¹ Levamos em consideração o ano de 1992.

⁵² Em 1992, o *Jornal da Cidade* veiculou apenas um editorial e dois artigos, enquanto que a *Gazeta de Sergipe* publicou dois editoriais e sete artigos.

a Universidade Federal de Sergipe (UFS), demonstrando a relação de diálogo existente entre a instituição jornalística e a universidade.

Determinados temas dentro da área ambiental receberam atenção por parte dos articulistas, devido não apenas a ligação com a formação específica de cada um para estudá-los, mas também por serem temas importantes perante as necessidades sociais e ambientais do momento.

Os temas mais discutidos pelos articulistas trataram do meio ambiente e da importância de sua proteção; da questão da poluição ambiental e novas tecnologias; a situação ambiental de nossas praias e rios; e a relação entre ecologia e educação. Ainda falaram sobre Estudos de Impactos Ambientais e desmatamentos.

Por que determinados temas foram objetos de atenção por parte desses estudiosos? O que teria motivado tais articulistas a escreverem sobre determinado assunto? De certo que o quadro socioambiental do Brasil e de seus estados demandavam, desde a Conferência de Estocolmo (1972), por uma discussão mais forte quanto a situação socioambiental no mundo, no país e em Sergipe. Além de que, a questão ambiental, desde a década de 70, foi entrando cada vez mais em, praticamente, todas as áreas de estudo, denotando com isso a necessidades de uma abordagem ambiental, complexa e sistêmica destas pesquisas.

5.1.2 – O caminhar das notícias

O acompanhamento da divulgação de matérias com temáticas ambientais, ao longo dos anos e dos meses enfocados pelo estudo, nos deu embasamento para a construção do caminhar destas matérias durante os 20 anos abordados e, a partir daí, sugerir um perfil histórico da evolução deste caminhar, demonstrando a oscilação destas matérias e sugerindo o porquê destas flutuações.

Entre os anos de 1972 e 1974 o número de notícias de cunho ambiental manteve-se em equilíbrio numérico, mas em queda (Ver Figura 5.6). No entanto, a média foi alta em relação aos sete anos subseqüentes (33 matérias para os primeiros três anos). É importante

relembrar que durante esses três anos foram priorizadas matérias com o formato de notas. Provavelmente essa veiculação maior nos três primeiros anos tenha ocorrido devido à crescente emergência do debate acerca da questão ambiental desde a década de 1960, somado a pressão feita por países economicamente desenvolvidos, após a Conferência de Estocolmo, a países em vias de desenvolvimento em relação à implantação de medidas de proteção ambiental e de controle da poluição.

O ano de 1972, dentre os três, foi o que mais apresentou veiculação de matérias. É suposto que esse aumento tenha ocorrido devido à realização da supracitada conferência; marco do debate ambiental no mundo e onde começou a serem discutidos e questionados os custos ambientais e sociais do desenvolvimento. O Brasil marcou presença nessa conferência.

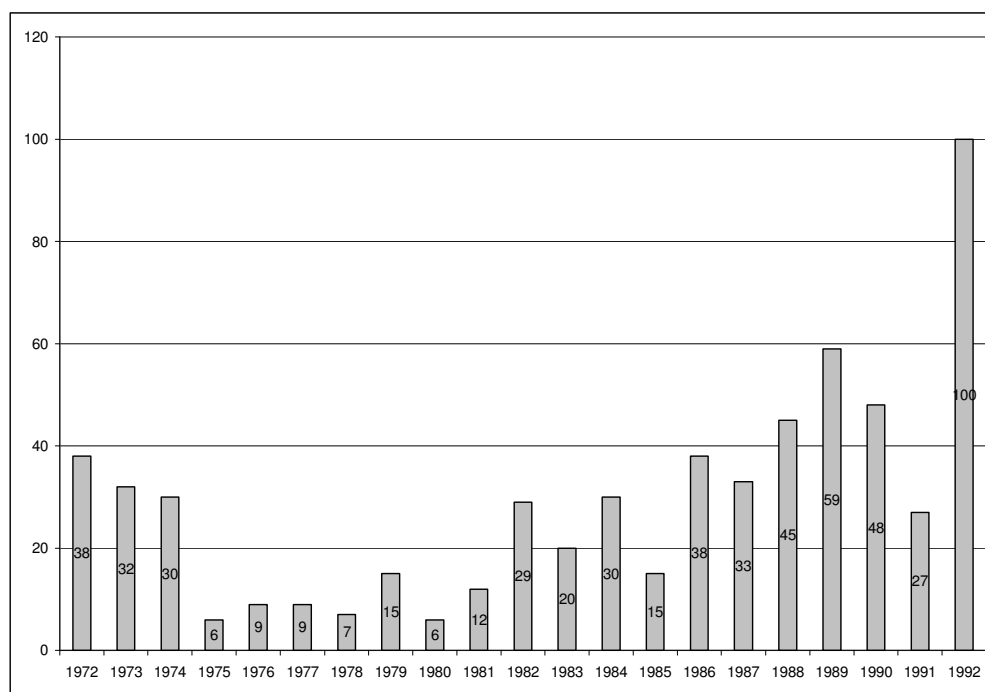


Figura 5.6 – Quantidade de matérias publicadas por ano (1972-1992)

Fonte: *Jornal Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

De 1975 a 1978 houve uma queda brusca na publicação das matérias, mantendo-se estas numa média de 7,7 para cada ano. Para se ter idéia, em 1975 ocorreu uma queda de 70% em relação ao ano anterior.

Observamos, durante a pesquisa, que em determinados meses e anos, as matérias referentes ao meio ambiente foram suprimidas por notícias sobre o cenário político

municipal, estadual e nacional. Esse respaldo ocorria em anos de decisões políticas para o cenário nacional, estadual e posteriormente, municipal.

Em novembro de 1974 assume a direção do país o general Ernesto Geisel e em 1978 mais uma vez o Brasil tem no seu comando outro general, Batista Figueiredo. Cabe aqui uma questão: por que o declínio dessas matérias justamente nesses quatro anos de governo Geisel, e concomitantemente, nos quatro anos de governo José Roldenbergl Leite em Sergipe?

Antes mesmo do governo de Geisel, o modelo econômico de crescimento ilimitado já vinha mostrando sinais de crise, sendo agravados com a crise do petróleo em 1973.⁵³ Segundo Warren Dean (1996), o resultado dessa crise foi o financiamento de projetos de desenvolvimento mais agressivos ao meio ambiente e à sociedade, como: sondagens de petróleo, construção de usinas nucleares, programa nacional do álcool (pró-álcool) e construção de usinas hidrelétricas; cada qual dando seu contributo para a degradação ambiental do país.

Em dezembro de 1974 é lançada uma campanha contra a estatização da economia; buscavam-se investimentos externos, agredindo ainda mais o meio ambiente com a exploração e depredação de recursos naturais. Somado a isso - embora a partir de 1975 a censura à imprensa tenha diminuído - a repressão persistia.

Nesses tempos o governo do Estado de Sergipe estava sob a administração de José Roldenbergl Leite, que governou prioritariamente para o atendimento de questões técnicas voltadas para o desenvolvimento do Estado (Dantas, 2004). O Estado, nesses idos, caminhava para uma forte industrialização, com o aproveitamento de recursos naturais minerais como o petróleo, o salgema, e demais minérios; sem falar dos vegetais, como fibras, frutos, raízes e tubérculos. A instalação de indústrias de grande porte e potencial poluente, como as usinas de açúcar, as indústrias de celulose, cimento, têxteis, etc. se fez presente nesse período.

⁵³ A consequência da elevação do preço do petróleo no mercado internacional para o Brasil foi ruínosa, pois a produção nacional atendia somente 23% de uma demanda crescente de 753 mil barris por dia. Em 1975 essa demanda cresceu para 874 mil, enquanto que a produção de petróleo decrescia 20%.

Com todo esse cenário não é difícil arriscar a conclusão do porquê da inexistência de matérias ligadas ao meio ambiente durante esses anos (1975-78). O desenvolvimento não podia parar por causa de meras questões ambientais.

Ora, o jornal tinha como proprietário e diretor um homem envolvido com a política sergipana e nacional, e que teria aderido, em 1969, a ARENA (partido situacionista). Estudioso da economia sergipana e defensor do desenvolvimento econômico a todo custo, Orlando Dantas era favorável ao direcionamento econômico que o governo militar vinha impondo ao país.⁵⁴ Com o exposto, como tal periódico poderia ir de encontro à proposta econômica do governo, se seu proprietário compartilhava de seus ideais?

Diversos artigos e editoriais podem confirmar essa questão. O título poderia carregar a temática ambiental, mas o conteúdo defendia certos programas adotados no período e posições do governo em relação ao meio ambiente.

Sabemos que o modelo de desenvolvimento econômico desenvolvido durante o período militar, com exceção da criação “ambígua” de parques e reservas, não reservou espaço algum para a questão ambiental, ou seja, não pensou nas limitações do meio ambiente natural e na capacidade de suporte de despejos poluentes.⁵⁵

Essa postura foi comprovada durante a Conferência de Estocolmo, onde o Brasil liderou os países em vias de desenvolvimento, defendendo uma postura contrária ao proposto na conferência. O debate travado em Estocolmo associou o desenvolvimento econômico vigente à crise ecológica eminente. O governo brasileiro respondeu reativa e defensivamente a tal debate, não encarando a dinâmica econômica como a origem dos problemas socioambientais e afirmando que a proteção ambiental não passava de um objetivo secundário para países em desenvolvimento (Neder, 2002).

O regime militar separou as decisões desenvolvimentistas de qualquer dimensão conservacionista ou de preservação do escopo ecológico dos empreendimentos. Após a Conferência de Estocolmo, a ênfase das políticas governamentais sobre os recursos

⁵⁴ Cf. *Política de desenvolvimento econômico de Sergipe*, 1974.

⁵⁵ Conforme Neder (2002) o estabelecimento de unidades de conservação no país teve grande impulso entre as décadas de 1970-80. O autor afirma que tal zelo conservacionista – “acelerado ironicamente durante os governos militares” - reproduziu a ótica da episteme dos povos industrializados do Norte, onde a natureza correspondia a zonas selvagens nas quais era permitida a presença de moradores e comunidades. (Neder, 2002)

renováveis foi a constituição de estruturas administrativas do governo voltadas para a gestão ambiental. De acordo com Ricardo Toledo Neder (2002) seu foco buscou ampliar a agenda conservacionista clássica e difundir o uso racional de recursos naturais.

Durante esses quatro anos (1975, 76, 77 e 78) foram veiculados apenas quatro editoriais e dois artigos a respeito da questão ambiental, que na sua maioria versaram sobre aspectos ambientais sergipanos, como: a necessidade de áreas verdes na cidade; a poluição do rio Sergipe e São Francisco; a relação entre o urbanismo e a poluição em Aracaju; e a importância dos cuidados com a flora sergipana.⁵⁶

Em 1979 houve um aumento de 157% na veiculação de matérias em relação a 1978, oscilando até 1981, quando em 1982 sofre outro aumento (123%) e mantém uma média de 26,3 matérias para cada ano até 1984. Ou seja, de 1979 para 1984 houve um aumento considerável na publicação dessas notícias (Conferir Figura 5.6, p. 87).

Esse fenômeno de aumentos seguido por um equilíbrio de publicações pode ser explicado pelo fato de o período de 1979 a 1985 ter sido marcado pelo processo de abertura política e redemocratização, sendo aprovada, em 1979, a Lei de Anistia, a qual possibilitou o retorno de exilados políticos para o Brasil. Como já dito, estes exilados, influenciados por ideais ambientalistas europeus, se somaram ou formaram movimentos ambientalistas, bem como o Partido Verde (PV) brasileiro, fazendo assim maior pressão a favor das causas ambientais e influenciando no aumento de uma consciência ambiental, principalmente em setores de uma classe média emergente.

Em novembro de 1982 foram realizadas eleições diretas para governador, deputados e vereadores, mês que não apresentou matérias de cunho ambiental, voltando com isso a confirmar nossa hipótese de preponderância da notícia política em detrimento da ambiental (Ver Figura 5.7). De fato, no computo geral, o mês de novembro foi o que apresentou um número menor de publicação na área do meio ambiente, fazendo-se seguir pelo mês de dezembro; mês de festividades.

⁵⁶ Ver “Áreas verdes na cidade”, editorial. (*Gazeta de Sergipe*, 12 de fev. de 1976); “Nosso rio é cloaca”, de Clarêncio Fontes. (*Gazeta de Sergipe*, 15 e 16 de fev. de 1976); “Um rio inapreciável”, editorial. (*Gazeta de Sergipe*, 07 de ago. de 1976); “Urbanismo e poluição”, editorial. (*Gazeta de Sergipe*, 12 de mai. de 1976); e “Ressuscitação da flora”, de Cristina Teti. (*Gazeta de Sergipe*, 28 de nov. de 1978).

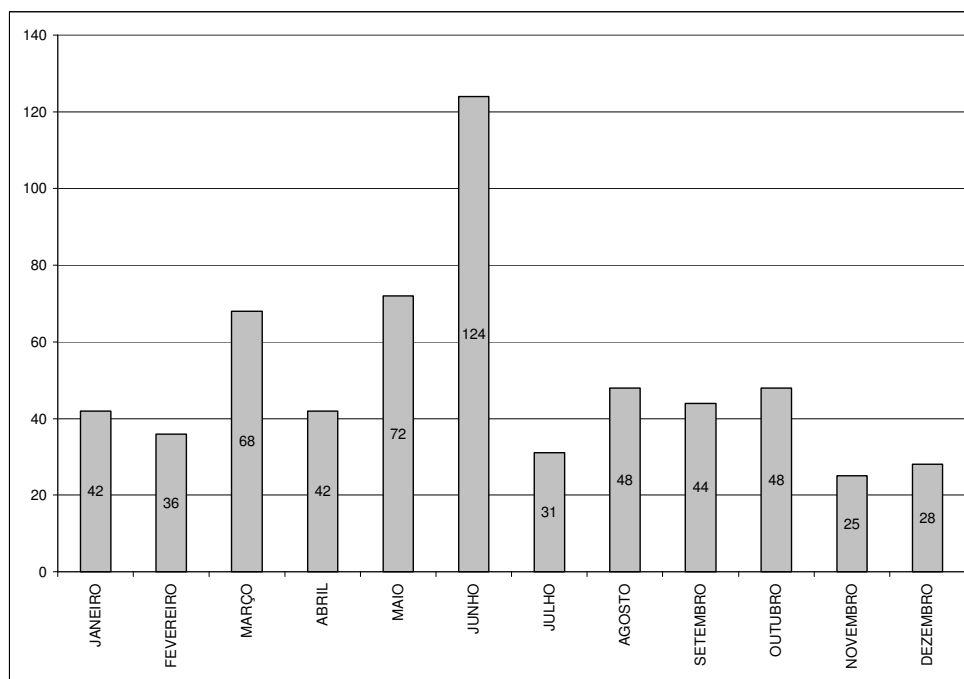


Figura 5.7 - Quantidade de matérias publicadas por mês (1972-1992)

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

Se levarmos em conta o processo de produção jornalística, encontraremos aí a resposta por que o mês de junho recebeu mais divulgação sobre o meio ambiente. Neste mês é comemorada a Semana do Meio Ambiente, realizada entre os dias 04 a 11. Em se tratando de comemorações ligadas à área ambiental, não podemos esquecer também do Dia da Árvore, o qual mobilizou diversas inserções de matérias, principalmente sobre a importância das árvores no meio ambiente urbano. Essas discussões foram esquecidas nos meses seguintes, voltando a ser discutidas no ano vindouro.

Tomando como base 1984, uma queda de 40% na publicação da temática é sentida em 1985 - ano no qual Tancredo Neves vence as eleições indiretas. No mês da sua eleição (janeiro) não foi publicada matéria alguma sobre meio ambiente. Teria a discussão em torno da questão política, anulado discussões sobre outras áreas? O ano de 1985 foi turbulento, ano no qual Tancredo falece. Antes mesmo de sua morte - por motivo grave de doença - não pôde assumir a presidência, sendo empossado seu vice José Sarney. Como todo primeiro ano de governo, este é dedicado possivelmente à nomeação de ministros, definição das agendas política, econômica e social do país, entre outros.

Um aumento de 126% é observado no ano de 1986 e a partir daí observamos um equilíbrio na divulgação de matérias de cunho ambiental até 1990, perfazendo uma média de 44,6 matérias por ano; bom número se comparado aos anos anteriores. Durante esses cinco anos o país passou por uma fase de reestruturação política, econômica e social, no qual o processo de transição democrática foi cumprido com tranquilidade.

Em fins da década de 80 e início de 90 o discurso ambiental já era reconhecido pela opinião pública brasileira, consequência também de uma maior abertura dos movimentos ambientalistas para as questões sociais (o socioambientalismo) e o engajamento com movimentos sociais (Jacobi, 2003).

Em 1991 a divulgação de notícias voltadas para a questão ambiental sofre uma queda de 42%. Volta a subir, logicamente, no ano de 1992, com a preparação e realização da CNUMAD, no Rio de Janeiro. Esse evento proporcionou o aumento de 244% das matérias de temática ambiental, sendo publicadas 100 matérias durante o ano. Tais matérias se concentraram, praticamente, nos meses de maio e junho, meses da preparação intensiva do evento seguido do mês de sua realização.

A presença da mídia na Rio-92 foi enfatizada por Ramos (1995) como sendo superior à Conferência de Estocolmo. O autor destaca a participação dos meios de comunicação de massa nos dois eventos: enquanto em Estocolmo participaram cerca de mil jornalistas, para o Rio foram cadastrados mais de sete mil jornalistas, fotógrafos e técnicos.

No que diz respeito ao jornal *Gazeta de Sergipe*, chamamos atenção para a queda de notícias após o evento: de 35 matérias veiculadas somente no mês de junho para uma média de 2,5 matérias por mês e até o término do ano. Devemos ressaltar que mesmo com a queda brusca da publicação dessas matérias nos meses seguintes à conferência, a *Gazeta de Sergipe* chegou a publicar até mais que outros jornais pesquisados, como por exemplo, o *Jornal da Cidade* (SE) e o jornal *Diário da Tarde* de Ilhéus (BA).

Acreditamos que somado ao fator de imediatismo, o processo de *impeachment* movido contra o presidente Fernando Collor contribuiu para o esmorecimento da temática ambiental não só na *Gazeta de Sergipe*, mas na maior parte dos jornais de todo o país.

Como percebido, o caminhar da publicação de notícias com temáticas ambientais sofreu influências constantes – mas nem sempre explícitas – da situação política, econômica, social e cultural por qual passava o país e a sociedade brasileira desde 1972 a 1992. Décadas que conheceram um regime ditatorial já consolidado, bem como o período de distensão política rumo à democratização. É importante enfatizar que dentro de todo esse contexto situava-se o Estado de Sergipe e nele sua sociedade.

Não podemos esquecer também que fatores exógenos, ou seja, que ocorriam no mundo, afetou direta e indiretamente nosso país. O despontar da questão ambiental contemporânea, percebida em escala global e discutida em conferências mundiais, bem como seus reflexos na construção de políticas públicas, na criação de novos órgãos voltados para o meio ambiente, na tomada de decisões políticas, na feitura de novas leis e remodelagem de antigas, dentre outros.

Como espaços de socialização de informação e conhecimentos, os jornais impressos – de acordo com a posição partidária, social e ideológica do seu proprietário – posicionaram-se acerca de determinado assunto em pauta. Portanto, o caminhar dessas matérias está diretamente ligado a todos esses fatores e não podemos desviar nossos olhos no momento da análise.

5.2 – TEMÁTICAS VEICULADAS

Com a análise das 608 matérias selecionadas pudemos estabelecer categorias temáticas referentes ao meio ambiente, divulgadas pela mídia impressa pesquisada.

Para tanto, fizemos uso do método de Análise de Conteúdo, método comumente utilizado pelas ciências sociais e que implica comparações contextuais devido à relação entre os dados das mensagens analisadas (Franco, 2003).

Uma das finalidades da Análise de Conteúdo é inferir de forma lógica conhecimentos que ultrapassem o conteúdo manifesto nas mensagens e que podem estar associados a elementos como o emissor, condições de produção, etc. (Franco, 2003).

Dentre as unidades de análise existentes na Análise de Conteúdo (unidades de registro e unidades de contexto) fizemos uso da unidade de registro, considerada a menor parte do conteúdo. Segundo a autora, as unidades de registro podem e devem ser combinadas para a realização de análises mais amplas. Assim sendo, fizemos uso de dois tipos de unidades de registro, o tema e o item.

Conforme Franco (2003), o tema como unidade de registro é uma asserção sobre determinado assunto; no nosso caso, uma afirmação, uma declaração sobre o meio ambiente. Essa unidade é indispensável no estudo sobre valores, conceitos, representações sociais e opiniões acerca de determinado tema. Já o item é utilizado quando um texto, artigo, matéria são caracterizados a partir de alguns atributos definidores, melhor dizendo, algumas qualidades definidoras como: assuntos, do que trata a matéria, etc.

Como já colocado, o critério de categorização usado foi o semântico, ou seja, categorias temáticas. Por exemplo, temas que significavam qualquer tipo de poluição foram agrupados na categoria temática poluição e assim por diante.

Optamos pela definição das categorias a posteriori (Franco, 2003), que se fizeram emergir dos discursos analisados. Essa opção implicou constantes idas e vindas na análise do material e gerou uma grande quantidade de categorias. Tais implicações fizeram com que recorrêssemos ao uso de categorias amplas ou molares (Franco, 2003).

Alguns critérios foram levados em consideração no momento da categorização das temáticas, foram eles: a exclusão mútua, a pertinência, a objetividade e a fidedignidade do material (já comentados no capítulo sobre a opção metodológica da pesquisa).

O conhecimento dessas categorias temáticas nos remeterá aos assuntos mais abordados pelo jornal, embora diversos dos assuntos identificados componham o universo da problemática ambiental com estreito relacionamento entre si. Essa análise nos fornecerá um conhecimento sobre como o jornal manifestou-se sobre o meio ambiente e a questão ambiental, assim como um conhecimento mais aprofundado do caminhar da problemática ambiental no Estado.

Na Tabela 5.2 apresenta-se a frequência das temáticas ambientais identificadas, fornecendo com isso uma visão geral sobre a predominância dos assuntos na mídia impressa pesquisada.

Tabela 5.2 – Temáticas ambientais noticiadas no jornal *Gazeta de Sergipe* (1972 a 1992)

Temáticas identificadas	Qtde	Porcentagem
Poluição	218	35,9%
Eventos	71	11,7%
Convênio/Projeto/Estudo	69	11,3%
Devastação	66	10,9%
Urbanização	45	7,4%
Rio 92	45	7,4%
Fauna e Flora	35	5,8%
Legislação Ambiental	26	4,3%
Campanhas	14	2,3%
Unidades de Conservação	9	1,5%
Conferência de Estocolmo	6	1,0%
Movimentos ambientalistas	4	0,7%
Total	608	100%

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

5.2.1 - Poluição

Vemos, à luz da análise quantitativa dos dados, uma predominância de matérias com temática sobre poluição (218). A hegemonia dessa temática é visível (35,9%) quando a comparamos ao total de matérias selecionadas (608).

Entraram na categoria temática ‘Poluição’ matérias que versaram sobre a questão da poluição, nas suas mais variadas formas. Matérias que, de uma forma ou de outra, centraram seu foco de atenção no problema da poluição, seus aspectos e conseqüências para o meio ambiente e para a população sergipana.

Certamente, a proeminência dessa categoria se justifica por, nesse período, a questão ambiental ter estado diretamente associada aos danos causados pelos poluentes, principalmente nos principais centros urbanos. A contaminação por mercúrio na baía de Minamata no Japão, em 1951, colocou a problemática ambiental dos rejeitos dentro da dimensão política.

Essa discussão foi travada em livros que voltaram seu enfoque para agentes poluentes, como: *A Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson; *Crimes contra a natureza*, uma série de conferências compiladas por Hans-Joachim Netzer; entre outras obras.

Somado a isso, tivemos na primeira década analisada a Conferência de Estocolmo, que inaugurou um marco conceitual sobre meio ambiente, colocando em pauta uma visão abrangente sobre a má utilização da biosfera pelos modelos de desenvolvimento e industrialização, pondo finalmente, no centro dos debates, metas de controle da poluição, de proteção à natureza e de conservação de recursos naturais.

No entanto, de acordo com Neder (2002), o planejamento e as políticas governamentais sobre meio ambiente, no país, deixaram a desejar no que se refere às recomendações feitas em Estocolmo. Como já dito, o governo se concentrou na criação de agências ambientais nos estados, sob o “(...) enfoque ambíguo tanto do conservacionismo clássico, quanto da gestão ambiental reduzida ao controle da poluição (...)” (Neder, 2002).

Em Sergipe, os governos de Paulo Barreto de Menezes (1971 a 1975) e Rolemberg Leite (1975 a 1979) foram fortemente voltados para o desenvolvimento do Estado e para a criação de agências ambientais, a exemplo da ADEMA, concebida durante o governo de Rolemberg. Tempo em que a produção de petróleo estava em pleno crescimento, com sondagens em diversos pontos do Estado, com suas conseqüentes ondas de poluição. O jornal *Gazeta de Sergipe* veiculou frequentemente matérias sobre vazamentos de petróleo e também de vinhoto, gerado por usinas de açúcar. Além disso, foram revelados nesse período, descobertas e exploração de recursos minerais. Segundo Dantas (2004): “Um tempo de otimismo e muita confiança no desenvolvimento do Estado”.

A cobertura da temática ‘Poluição’ foi ampla e diversificada, abrangendo praticamente todas as formas de poluição presentes nos centros urbanos e rurais do país. Identificamos assim quatro subtemáticas sobre os tipos de poluição (Ver Tabela 5.3).

Tabela 5.3 – Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Poluição’

Tipos de poluição identificadas	Qtde
Ar	92
Água	70
Geral	53
Sonora	3
Total	218

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

Dentre os poluentes observados nas matérias podemos destacar na poluição aérea, o pó exalado por fábricas de cimento, gesso e torrefações de café, e o mau cheiro exalado por fábricas de sabão e de sebo; na poluição aquática, a poluição de mares e rios por derramamento de óleo e de caxixe; e por fim, na poluição sonora, o abuso excessivo de altos falantes no centro comercial de Aracaju, etc.

O tipo de poluição qualificada pela pesquisa como ‘Geral’ diz respeito, na sua maioria das vezes, a artigos, editoriais e entrevistas nos quais foram discutidas temáticas ligadas à poluição, à industrialização, ao desenvolvimento econômico e ao meio ambiente, apresentando assim suas relações.

A grande maioria dessas matérias carregou o tom de denúncia e dramaticidade sobre situações de risco à população devido determinado tipo de poluição, bem como situação de risco ao meio ambiente, geralmente ecossistemas de rios e manguezais. Aliás, tom bem à moda da ética do denunciismo apontada por Melo (1995) como predominante no jornalismo brasileiro.

Os argumentos são categóricos e apelativos, no sentido de instigar a ação anti-poluição, como se vê nos trechos abaixo:

“(...) a fumaça é tanta que a rua fica escurecida em certas horas do dia (...)” (“Fumaça prejudica comércio”, *Gazeta de Sergipe*, 11 de mar. de 1972);

“(...) nada ainda se faz para conter o crescimento dos agentes poluidores (...)”. (“Poluição”, *Gazeta de Sergipe*, 09 de nov. de 1972);

“Já os bairros localizados nas adjacências da Fábrica são prejudicados e diariamente vê-se enterros de criancinhas que não suportam a poluição”. (“Poluição: doenças entre os presos, morte para as crianças”, *Gazeta de Sergipe*, 19 de dez. de 1972);

“De sábado para domingo o povo estanciano teve oportunidade de chegar às margens do Piauitinga e assistiu, aterrorizado, mas sem surpresa, o rio altamente poluído. Tinturado de preto, a água revolta exalava odor pútrido e nauseabundo (...)”. (“Poluição do rio Piauitinga”, *Gazeta de Sergipe*, 09 de jun. de 1979);

“(...) Aracaju, terra que se polui sem qualquer fiscalização ou norma controladora”. (“Poluição”, *Gazeta de Sergipe*, 29 e 30 de jul. de 1973).

Todavia, quando denunciada e argumentada determinada situação de poluição, o jornal não expôs dados estatísticos ou baseados em documentos oficiais, mas informações superficiais, transmitidas por envolvidos na situação. Foi o caso da matéria “Poluição: doenças entre os presos, morte para as crianças”⁵⁷, na qual o jornal - baseando-se nos assistentes sociais locais - informou: “o índice de mortalidade infantil vem sendo de grande escala naqueles bairros”, afetados pela poluição da fábrica de cimento. O jornal não forneceu, porém, dados oficiais sobre tais mortes, nem procurou outras fontes de informação em busca de provas oficiais sobre a incidência de mortes pelo alto teor de poluição do local.

É raro encontrarmos nessas matérias explicações de especialistas sobre determinada forma de poluição, salvo informações técnicas sobre o funcionamento de filtros eletrostáticos que seriam instalados na Fábrica de Cimento Portland de Sergipe, como medida minimizadora da poluição. Portanto, informações sobre como determinado resíduo poluente age no meio ambiente afetado; sobre as alterações que determinados poluentes provocam no ecossistema envolvido, e suas conseqüências; bem como as alterações que provocam no organismo do ser humano, não são discutidas nas reportagens.

As informações sobre como tais agentes poluentes agiriam no organismo do homem foi resumido em descrições sobre a situação de saúde da população afetada, como: inflamação nas gargantas, irritação nos olhos, problemas respiratórios (falta de ar), problemas de pele (micoses) e pneumonia.

Os efeitos maléficos sofridos pelos moradores do Bairro América e adjacências podem ser observados na citação abaixo:

⁵⁷ Ver “Poluição: doenças entre os presos, morte para as crianças” (*Gazeta de Sergipe*, 19 de dez. de 1972).

“(...) as doenças mais comuns de que são vítimas os moradores daquela área são: irritação ocular, doenças do aparelho respiratório, problemas dermatológicos, verminose e finalmente possíveis casos de câncer na pele e nos pulmões (...)”. (“Estudantes pesquisam poluição de fábrica de cimento”, *Gazeta de Sergipe*, 17 de jun. de 1980).

O Secretário da Saúde, Sr. José Machado de Souza, quando entrevistado por estudantes afirmou que:

“70% dos problemas de saúde existentes no bairro América são decorrentes da poluição”. (“Estudantes pesquisam poluição de fábrica de cimento”, *Gazeta de Sergipe*, 17 de jun. de 1980).

Mas, mesmo sem apresentar dados estatísticos e explicações mais aprofundadas de especialistas de como se dá e como age a poluição atmosférica, a cobertura constante da imprensa estimulou, de certa maneira, o engajamento das comunidades afetadas na luta contra a poluição. E isso se observa através da formação de diversas Associações de Bairros, como por exemplo, a Associação de Moradores e Amigos do Bairro América (AMABA).

É o próprio jornal que afirma a importância dos meios de comunicação na luta contra a poluição:

“(...) não é de agora que os órgãos da imprensa falada, escrita e televisionada trabalham no sentido de sensibilizar as autoridades competentes para que seja tomada uma providência enérgica conforme exige os efeitos negativos da poluição (...)”. (“Estudantes pesquisam poluição de fábrica de cimento”, *Gazeta de Sergipe*, 17 de jun. de 1980).

O tom de ironia também pode ser observado nas matérias sobre poluição, como:

“Os moradores da rua Acre e do Bairro América (...) já não agüentam de comer tanto pó que sai das chaminés da Fábrica de Cimento”. (“Reclamações”, *Gazeta de Sergipe*, 04 de jan. de 1973);

“A sessão de poluição começa pontualmente, todos os dias, às 16 horas”. (“Poluição”, *Gazeta de Sergipe*, 15 de out. de 1975).

É interessante observar a relação do formato inicial dessas matérias e seu título. Inicialmente, como já colocado, prevaleceram as notas em detrimento das matérias de capa e interna. Pois bem, a grande maioria destas notas carregou como título o termo ‘Poluição’, ou ainda o tipo de poluição abordada, como por exemplo: ‘Sonora’. Isso denote talvez a percepção e consciência sobre a demanda desse assunto pela opinião pública, pois mesmo as matérias internas e de capa - com títulos maiores - a palavra poluição estava presente. Tratando-se talvez de um chamariz para o interesse e leitura da matéria.

A poluição do ar é remetida pelo jornal como um grave problema e por isso um assunto palpitante no seio da população sergipana. Em 1972 já afirmava, em nota publicada, que tal problema consistia em “objeto de estudo, por parte das autoridades sanitárias do Estado (...)”, bem como remetia a existência de uma “legislação específica que chega até ao fechamento (...) das indústrias que não estejam dentre as especificações adotadas pelas autoridades responsáveis”.⁵⁸

Sobre a entrada da temática na pauta de discussão pública, o jornal afirma que “o tema poluição do ar tomou conta de todas as conversas, em todas as camadas sociais (...)”.⁵⁹ Essa colocação confirma a entrada da discussão ambiental na sociedade sergipana. Mas quais teriam sido os fatores causadores dessa demanda? Arriscamos a hipótese de que a afetação de fatias da sociedade antes não atingidas pelo processo foi uma das causas que fez com que a temática caísse nas graças da opinião pública.

Autores como Maurício Waldman (1997) defende que o silêncio histórico que pesou sobre a questão ambiental encontra sua justificativa no fato de a classe operária ter sido por muito tempo a vítima exclusiva da degradação ambiental. Defende ainda que a “crise ecológica” passa a ganhar espaço nos meios de comunicação a partir do momento em que vastos segmentos da pequena burguesia são afetados e em que a degradação crescente impediu o ocultamento da discussão.

⁵⁸ Ver “Poluição” (*Gazeta de Sergipe*, 19 de mai. de 1972).

⁵⁹ Ver “Poluição” (*Gazeta de Sergipe*, 23 de mai. de 1972).

A mensagem da *Gazeta de Sergipe* ilustra em palavras essa hipótese, quando afirma que a poluição “agora não investe somente contra os pobres moradores do Bairro América, mas também contra toda a Cidade, numa travessia que parece neblina”.⁶⁰ E ainda:

“o bom do negócio é que também o centro da cidade já está começando a sentir os efeitos do pó de cimento, **o que dá uma esperança** (grifo nosso) de que dentro de alguns dias as pressões aumentam e os filtros sejam colocados”. (“Desafio II”, *Gazeta de Sergipe*, 05 e 06 de ago. de 1973).

Esse trecho demonstra claramente que a partir do momento em que algo de negativo, nesse caso a poluição atmosférica, afeta o centro econômico de determinado local e as classes mais abastadas deste, tem-se esperança de que o poder público tome uma atitude mais enérgica quanto ao problema.

Não obstante, a temática referente à poluição foi a que mais apareceu dentre as matérias selecionadas.

A fumaça era referida nas matérias através de inúmeros adjetivos, tais quais: o “sinal branco da poluição”, a “incômoda poeira”, “o pó branco do calcário”, entre outros. Era a poluição dando sinal de que estaria chegando para ficar em Aracaju, cidade onde “se polui sem qualquer fiscalização ou norma controladora”.

Sobre a abertura do impresso para depoimentos de fontes populares, até janeiro de 1981 não o houve. Até esse ano foram ouvidos somente os diretores da fábrica, a direção e os técnicos dos órgãos responsáveis pela questão e parlamentares do Estado. Os relatos sobre como a população estava enfrentando o problema, sobre as consequências da poluição para estas pessoas, eram transmitidas sem a citação do depoimento do envolvido direto do problema (a comunidade). Somente em fevereiro de 1981 os moradores dos bairros afetados por poluição atmosférica passaram a ser ouvidos como fontes a serem citadas.

Vejamos alguns desses depoimentos:

“As crianças da rua Acre continuam a ter problemas de pele e respiração devido ao pó expelido pela fábrica de cimento. É preciso que as autoridades tomem as devidas

⁶⁰ Ver “Poluição” (*Gazeta de Sergipe*, 28 de jun. de 1973).

providências transferindo a fábrica do local, pois caso contrário muitos aqui morrerão”. (Depoimento de Maria Neide dos Santos à matéria “Poluição, uma questão de debate no Siqueira”, *Gazeta de Sergipe*, 13 de fev. de 1981).

E ainda:

“(…) é insuportável o pó expelido pelas chaminés”. (Depoimento de Maria Neide dos Santos à matéria “Poluição, uma questão de debate no Siqueira”, *Gazeta de Sergipe*, 13 de fev. de 1981).

E já em 1987, sobre a possibilidade da reativação da fábrica de cimento:

*“(…) a fábrica não deveria voltar a funcionar, depois de uma luta travada pela população para desativar as chaminés da fábrica (...) além do pó envenenado, o barulho dos equipamentos incomoda bastante, e até mesmo as plantas reviveram com a desativação dos fornos”. (Depoimento de Maria José Santos à matéria “Povo não quer reativação de uma fábrica que provocou morte de crianças e adultos”, *Gazeta de Sergipe*, 15 de jan. de 1987);*

“Ninguém da redondeza quer que a fábrica volte a funcionar, pois as crianças de agora vão sofrer como eu sofri”. (Depoimento de José Reinaldo de Jesus à matéria “Povo não quer reativação de uma fábrica que provocou morte de crianças e adultos”, *Gazeta de Sergipe*, 15 de jan. de 1987).

É interessante observar que a participação dos populares na construção das matérias (como fontes de informação) se deu quando estes, em coletividade, fundaram associações de moradores (AMABA) e, em grupo e com a ajuda de segmentos sociais dos mais variados, passaram a reivindicar pela transferência da fábrica.

Com o disposto, não podemos omitir a ligação que essa categoria temática teve com um importante conflito socioambiental ocorrido em Aracaju, que foi deslanchado a partir de problemáticas ligadas à poluição atmosférica: a intitulada “luta de Davi contra o gigante

Golias”, melhor dizendo, entre a Fábrica de Cimento Portland de Sergipe e a comunidade do Bairro América e adjacências (Campello, 2004)

Esse conflito não pode, de forma alguma, ser visto sem levarmos em conta o contexto socioeconômico do período em que foi deflagrado e desenvolvido. Conseqüentemente é importante apontarmos para as mudanças na estrutura industrial brasileira e o crescimento desse tipo de indústria, enquadrado nas indústrias de bens intermediários – altamente poluentes.

De acordo com Luis Enrique Sánchez (2003), na década de 1950 o calcário, juntamente com o ferro, o carvão e o ouro respondiam por 70% do valor da produção mineral brasileira. O autor aponta para um excepcional aumento da produção mineral a partir de 1960. Como pode ser visto na Figura extraída do capítulo *A produção mineral brasileira: cinco séculos de impacto ambiental*, de Luis Enrique Sanchez, a produção de cimento foi a que mais cresceu em relação às demais, da década de 1930 até o ano 2000 (Ver Figura 5.8).

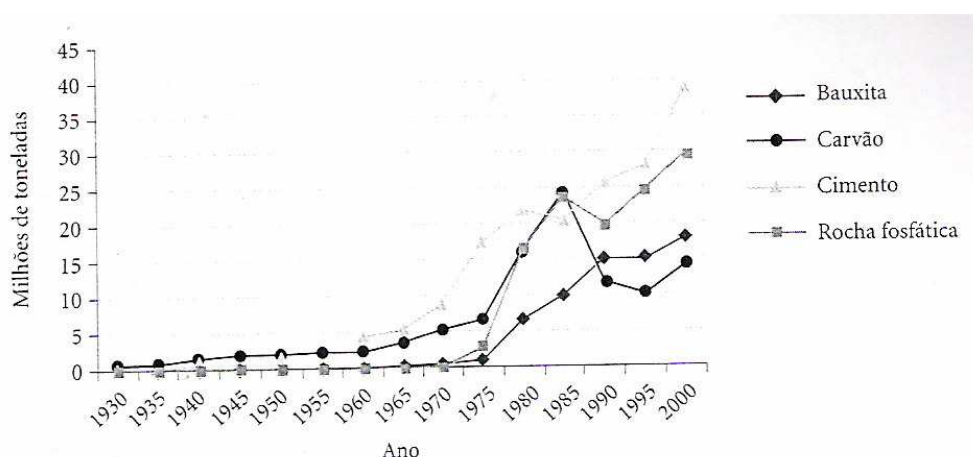


Figura 5.8 – Produção Mineral Brasileira – Bauxita, Carvão, Cimento e Rocha fosfática
 Fonte: SANCHEZ, L. E. A produção mineral brasileira: cinco séculos de impacto ambiental.
 In: RIBEIRO, C. W. (Org.). *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2003, p.135.

O calcário é usado para a fabricação de cimento e de cal, no qual é tratado termicamente em fornos, com adição de diferentes insumos, no caso do cimento. Dentre os impactos ambientais decorrentes da extração de rochas carbonáticas citamos a destruição total ou parcial de cavernas pela atividade minerária, a remoção da vegetação local (impactos considerados indiretos ou de “fortes impactos ambientais para trás”) e a poluição

atmosférica que a queima de combustíveis e que o processo de produção gera (Sánchez, 2003; Torres, 2003).

Dando continuidade à contextualização do período tratado, não podemos esquecer da crescente instalação de indústrias de cimento no Estado de Sergipe durante essa fase. Todas as indústrias, inclusive, recebendo incentivos fiscais do governo, como podemos observar neste trecho:

“O superintendente da SUDENE, general Evandro de Souza Lima, liberou ontem, mais recursos do sistema de incentivos fiscais 34-18 para 29 empresas industriais e agropecuárias de oito estados nordestinos”. (“SUDENE faz levantamento das matas do São Francisco”, *Gazeta de Sergipe*, 05 e 06 de nov. de 1972).

Dentre as empresas industriais beneficiadas estava a Cia. Paraibana de Cimento Portland, que recebeu Cr\$ 437 mil cruzeiros.

Segundo Sánchez (2003) a emissão de poeira pelas chaminés das fábricas de cimento representou um exemplo público da poluição industrial. Essa afirmação pode ser constatada através do conflito apresentado a seguir.

A peleja do povo contra a poluição emanada pela Fábrica de Cimento Portland de Sergipe teve início na metade da década 1970. As reivindicações apareceram, inicialmente, de forma tímida nas páginas do jornal *Gazeta de Sergipe* (através de notas nas colunas “Editorial” e “Informe GS”). Tal fábrica exalava diariamente um insuportável pó oriundo da produção do cimento e que passou a afetar seriamente a vida e a rotina das comunidades adjacentes à área. As queixas no meio de comunicação foram aumentando e com o tempo ganhando mais espaço na diagramação do jornal, chegando muitas vezes a ganhar espaço na primeira página.

Devido às pressões, medidas de controle da poluição foram tomadas, como por exemplo: a instalação de filtros eletrostáticos e depois um sistema de umedecimento do pó de cimento. Esse processo foi lento e não surtiu o efeito esperado pela população local, pois o filtro além de não acabar com a poluição, era desligado por longas horas do dia devido ao alto consumo de energia. Outro problema foi identificado pela Administração de Defesa do Meio Ambiente (ADEMA) e somado ao da exalação do pó do cimento: o

descarte do resíduo (pó do cimento), que vinha sendo acumulado em mediações próximas à fábrica (cerca de 400 quilos).

Comentários esdrúxulos dos diretores da fábrica de cimento foram incorporados às matérias sem sequer receber alguma crítica por parte do jornal.

Sobre o risco dos fatores poluentes expelidos ao meio ambiente pelas chaminés da fábrica estar causando a silicose, o Diretor Administrativo da fábrica, Sr. David Prudente, explicou o seguinte:

“(...) se provocasse mesmo a silicose as pessoas residentes nas áreas ao redor da fábrica de cimento já tinham morrido (...)”. (“Filtros funcionam, diz a fábrica”, *Gazeta de Sergipe*, 11 de dez. de 1979).

Essa problemática nos remete às conseqüências, no Brasil, das recomendações feitas em Estocolmo quanto ao planejamento e às políticas governamentais a serem estruturadas e postas em prática. Neder (2002) afirma que a posição do governo brasileiro na aplicabilidade destes planejamentos e políticas ficou aquém do recomendado. Segundo o autor, houve uma concentração na criação de agências ambientais nos estados sob o enfoque ambíguo do conservacionismo clássico e da gestão ambiental reduzida ao controle da poluição.

Como dito, a responsabilidade pelo controle da poluição industrial ficou a cargo do Estado, que através de órgãos como a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA-1973) tinha o objetivo de por em prática um rezoneamento industrial para a aplicação de uma política de localização industrial e um controle da poluição industrial por meio de normas punitivas e antipoluição. O Distrito Industrial de Aracaju (DIA) foi fruto dessa política.

No entanto, muitas tentativas de fechamento por parte de autoridades locais foram impedidas pelo governo federal, que frequentemente invocava o Decreto-Lei 1.413/75, que lhe atribuía competência exclusiva para determinar a suspensão das atividades de indústrias consideradas “de interesse à segurança nacional” (Sánchez, 2003). Através do estudo da *Gazeta de Sergipe* vimos que poucas fábricas foram interditadas, geralmente pequenas fábricas. A Fábrica de Cimento Portland de Sergipe arrastou o processo por anos, sendo interditada em 1984 após oito anos de luta da população. Fato este justificável por

esta empresa se tratar de um dos maiores e consolidados grupos empresariais do país – a Votorantin.

Neder (2002) nos mostra que a *rationale* desse enfoque partia da identificação do problema (a poluição aérea e por efluentes), para depois localizar o agente responsável pela poluição, ou seja, a indústria. Com isso, a agência responsável pelo controle da poluição de cada estado assumia o controle da situação, cobrando estratégias antipoluidoras através da instalação de equipamentos de controle da poluição, como foi o caso da fábrica de cimento enfocada no momento da análise. Multas então eram aplicadas caso a indústria não se adequasse às normas exigidas pelo órgão.

No entanto, muitas das vezes, esse processo não era concluído devido à incapacidade de se superar a negociação fechada entre a empresa e o Estado.

O ideal para Neder (2004) seria questionar aspectos chaves como a base técnica empregada nessas indústrias; a localização espacial da empresa, e principalmente; a não concentração exclusiva sobre efeitos ambientais de curto prazo, mas a priorização dos efeitos de longo prazo como, por exemplo, o caso de Cubatão. O que não foi efetivamente feito pela ADEMA no caso da Fábrica de Cimento Portland.

A transferência da empresa só foi consumada em 1984, quando passados oito anos de agressão ao meio ambiente urbano e conseqüentemente à comunidade aracajuana, os reflexos da poluição já tinham causado inúmeros estragos.

Podemos observar a partir dessa discussão a postura do jornal em relação ao uso da técnica no combate ao problema da poluição. Ao anunciar a compra dos dois filtros que seriam instalados nas chaminés de determinada fábrica poluidora, a *Gazeta de Sergipe* deixa claro sua postura em relação à tecnologia:

“Dentro de mais algumas semanas o grave problema de poluição do ar, provocado pela fumaça expelida pelas duas chaminés estará resolvido”. (“Filtros”, *Gazeta de Sergipe*, 14 e 15 de mai. de 1972).

Vemos, com esse trecho, a excessiva confiança do jornal em relação à técnica como uma espécie de fórmula mágica para se resolver todos os problemas ligados à poluição.

Vejamos mais alguns enxertos:

“(...) dentro de mais algumas semanas os filtros estarão montados, **acabando de uma vez por todas** (grifo nosso) com a poluição (...)”. (“Filtros”, *Gazeta de Sergipe*, 30 de jan. de 1973);

“Com a instalação dos filtros **será totalmente eliminada a poeira** (grifo nosso) que sai das chaminés da Fábrica”. (“Poeira da fábrica de cimento será eliminada: diz diretores”, *Gazeta de Sergipe*, 09 de fev. de 1973).

Apesar de anunciar com tanta certeza o final da poluição devido à instalação dos filtros, o jornal não informou em momento algum, como tais equipamentos funcionariam para a eliminação do pó de cimento. Informou apenas que serviriam para a captação de 90,33% do pó de cimento, número bastante preciso e por isso duvidoso, pois o jornal não relatou nenhum tipo de experiência com tais filtros no seu país de fabricação.

Dessa forma a técnica é vista pelo impresso, como mediadora entre sociedade e natureza, como se fosse uma esfera distinta. Entretanto, como afirma Gonçalves (2004), “(...) as técnicas se inscrevem como parte das relações dos homens (...) entre si e com a natureza”.

A *Gazeta de Sergipe* via a técnica como artefato para o aumento da produtividade e para resoluções de problemas causados pelos homens (a poluição). Na verdade, tais problemas são causados pelos homens através de outras técnicas construídas e aplicadas. Segundo Gonçalves (2004), não podemos aceitar a idéia de que os efeitos estejam dissociados das causas, como se as poluições fossem “meros efeitos colaterais que pudéssemos ficar com o lado bom desse processo científico e tecnológico e o absolvêssemos das conseqüências, muitas vezes trágicas, que ele acarreta”.

A superação do desafio ambiental em que vivemos exigirá técnica sim. Entretanto, tais técnicas abrigarão relações sociais e de poder, pois técnica é meio e pressupõe determinado fim.

Enfim, com o passar dos anos o jornal já não depositava a confiança inicial nos filtros como forma de resolver a situação. Passou então a ouvir fontes populares, que gritavam pela transferência da fábrica; único meio vislumbrado para o fim da poluição.

Quanto à cobertura dada pelo jornal a assuntos ligados à poluição, este deu uma cobertura maior a capital do Estado em detrimento a outros municípios. Não afirmo aqui a inexistência de matérias sobre poluição em outros municípios de Sergipe; estas existiram, mas a cobertura maior foi cedida para Aracaju. Concluímos assim que o jornal privilegiou aspectos da poluição ligados à vida urbana. A opção da direção e dos editores a esse aspecto pode ser explicada por esse jornal circular principalmente na capital do Estado. Assim, o critério de proximidade foi um dos critérios que pautou a cobertura sobre a poluição nesse impresso.

No que diz respeito ao acompanhamento dos acontecimentos noticiados, o jornal cobriu exaustivamente alguns casos (como o da Fábrica de Cimento) e abandonou outros, logo após tê-los noticiados.

Em algumas matérias o problema ligado à poluição atmosférica é basicamente econômico, pois a fumaça é apontada como prejudicial ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais do entorno e como causadora de prejuízos, tais quais: o afastamento dos compradores e a alteração da cor dos produtos expostos à venda.⁶¹

Ainda temos como exemplo disso a luta do povo laranjeirense pela instalação de uma fábrica de cimento no perímetro urbano da cidade de Laranjeiras, com o argumento da quantidade de emprego que esta empresa geraria na cidade. Órgão como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) lutou contra a instalação da indústria em local indevido, sendo que no final das contas a fábrica permaneceu na cidade, mas longe do perímetro urbano, devido ao alto grau de poluição que provocaria, mas principalmente devido ao patrimônio arquitetônico existente na cidade e que já estava em processo de restauração.

O antropocentrismo também é notório nas mensagens analisadas, que apesar de apresentar no título palavras que remetem à questão ambiental, não passam de chamariz para a matéria, pois não há uma preocupação equilibrada e interligada entre o meio ambiente e o homem afetados. Muitas das vezes o meio ambiente é citado rapidamente para dar vazão às consequências da poluição ao homem e ao seu meio de vida.

⁶¹ Ver “Fumaça das torrefações está causando mal-estar” (*Gazeta de Sergipe*, 02 de fev. de 1972).

Em uma coluna de notas⁶² dedicada à questão ambiental percebemos uma abordagem positiva do problema. Nesta, o problema da poluição local é citado na primeira nota, para na nota seguinte ser contextualizado com eventos e ações globais, como a Conferência de Estocolmo e a proposta do ecodesenvolvimento, como se pode ver no trecho destacado:

“(...) o que deve ser feito é atenuar os males da poluição, com providências eficazes, prevenção lógica, para **salvaguardar o futuro das populações** (grifo nosso)”. (“Problema”, *Gazeta de Sergipe*, 28 de jun. de 1973).

No entanto, não cita o conceito de ecodesenvolvimento, nem aprofunda a discussão.

Ainda nesse conjunto de notas questiona o progresso quando conclui:

“(...) assim caminhamos no progresso, arrastando toda a gama de problemas que ele nos traz”. (“Cheiros”, *Gazeta de Sergipe*, 28 de jun. de 1973).

Quanto à poluição aquática, o jornal noticiou desastres envolvendo a poluição de águas dos mares aracajuanos e rios sergipanos, bem como acompanhou através de reportagens a resolução dos acontecimentos envolvendo tais situações. Essa subtemática não retirou o homem do centro dos seus interesses, mas destinou um interesse maior em relação ao meio ambiente.

Sobre a poluição dos mares da capital, a *Gazeta de Sergipe* noticiou a respeito de vazamentos de óleo provocados pela Petrobras ou por petroleiros ancorados no Estado. O periódico acusa a empresa de omissão no que diz respeito à prestação de esclarecimentos ao povo sobre tais situações. Vejamos o trecho abaixo, que fala sobre a grande quantidade de óleo nas praias da cidade:

“A Petrobrás, **como sempre** (grifo nosso), não deu a menor informação ou satisfação ao povo sergipano”. (“Praia suja”, *Gazeta de Sergipe*, 20 de out. de 1976).

⁶² Ver “Poluição”, “Problema”, “Sonora”, “Cheiros”, e “Águas” (*Gazeta de Sergipe*, 28 de jun. de 1973).

Sobre a poluição dos nossos rios, o impresso cobriu e acompanhou casos de vazamentos de óleo nas proximidades de rios como o Siriri e de despejos de caxixe⁶³ em rios sergipanos, como foi o caso do Piauitinga, localizado no município de Estância.

O aspecto econômico mais uma vez foi posto em excessiva relevância em matéria sobre o vazamento de óleo no rio Siriri⁶⁴, no qual o enfoque principal foi a paralisação da Usina Proveito por oito dias e seu conseqüente prejuízo. Segundo a matéria foram despejados cerca de 300 barris de petróleo no meio ambiente, mas mesmo com essa informação o jornal não se sensibilizou com o afetamento do ecossistema atingido, muito menos com a situação das populações que retiravam do rio seu sustento diário.

Com isso o jornal demonstrou uma postura contraditória a respeito da questão ambiental, ora levando em consideração o meio ambiente e ora esquecendo-se desse em detrimento à fatores meramente econômicos.

O rio Piauitinga, localizado em Estância, foi bastante noticiado pelo periódico. Em todas as matérias o enfoque recaiu sobre a poluição do rio e sua possível morte, assim como as conseqüências destas para a comunidade local. As matérias “Poluição” e “Poluição do rio Piauitinga”⁶⁵ se referem ao despejo de caxixe de um alambique pertencente à Sociedade Anônima Manuel Aguiar Menezes (SAMAM) e que estaria causando, além da poluição do rio, a morte dos peixes e o afetamento no abastecimento de água para a cidade.

Sobre as matérias que trataram da poluição num enfoque mais abrangente (subtemática ‘Geral’), a sua maioria foram matérias internas no formato de entrevistas, artigos e editoriais que trataram da relação entre poluição, industrialização, meio ambiente, desenvolvimento econômico, etc.

Já é conhecida do leitor a postura econômica, política e ideológica do homem que fundou e dirigiu por 34 anos o jornal pesquisado. Portanto, não é de se estranhar o enorme espaço cedido a entrevistas cuja discussão girava em torno do desenvolvimento econômico do país e conseqüentemente sobre a industrialização deste. O meio ambiente

⁶³ Efluente líquido resultante da produção em usinas de cana-de-açúcar. Trata-se de uma substância altamente prejudicial quando vertida diretamente no meio ambiente.

⁶⁴ Ver “Petróleo no rio Siriri paralisa indústria” (*Gazeta de Sergipe*, 26 e 27 de jan. de 1974).

⁶⁵ Ver respectivamente *Gazeta de Sergipe* de 07 de jun. de 1979 e de 09 de junho de 1979.

provavelmente foi inserido nesse debate, devido pressões sofridas pelo governo brasileiro para que este levasse em consideração o aspecto ambiental no seu processo de desenvolvimento. Escolhemos a entrevista feita ao Senador Augusto Franco pela Agência Nacional, e divulgada pelo jornal, para exemplificar o disposto.

A matéria “Augusto Franco fala sobre poluição e desenvolvimento”⁶⁶ apresentou ao leitor do impresso a posição do senador da ARENA a respeito de uma questão em pauta no país: a relação da poluição com o desenvolvimento. Membro do partido situacionista - como também Orlando Dantas – Augusto Franco não desmereceu os aspectos negativos da poluição ambiental, ressaltando-os e citando também alguns agentes poluentes e seus efeitos; reconhecendo inclusive a relação e a importância entre os dois pontos. Mas defendeu que o processo de industrialização intensiva não poderia ser descartado pelo país, não sendo “possível frear o desenvolvimento”. Partilhou da postura que o Brasil tomou na Conferência de Estocolmo, defendendo com isso ser as nações mais desenvolvidas industrialmente as principais culpadas e responsáveis pela maior parte da poluição mundial. Para tanto, argumentou não ser novo o problema da poluição, exemplificando a antiga existência de leis ambientais em países industrialmente desenvolvidos. O senador ainda retomou José Bonifácio e suas considerações, ainda no século XIX, sobre a questão ambiental no Brasil.⁶⁷

Acreditamos que a abertura no jornal para a exposição do pensamento de Augusto Franco sobre a questão da poluição e do meio ambiente, mostra o compartilhamento com o pensamento exposto.

Apesar de o jornal afirmar: “Um aspecto até agora relegado em Sergipe da poluição é o sonoro”⁶⁸, este foi o tipo de poluição menos abordado pelo jornal. No entanto, as notas apresentaram exemplos de como esse tipo de poluição vinha sendo tratado em Estados como São Paulo e Rio de Janeiro e suas conseqüências ao homem.

⁶⁶ Ver “Augusto Franco fala sobre poluição e desenvolvimento” (*Gazeta de Sergipe*, 17 e 18 de fev. de 1974).

⁶⁷ Sobre o pensamento político e ambiental de José Bonifácio, conferir *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, de José Augusto Pádua, que retoma o pensamento desse grande nome da nossa história, bem como tantos outros.

⁶⁸ Ver: “Sonora” (*Gazeta de Sergipe*, 28 de jun. de 1973).

Segundo informações prestadas pelo jornal, estabelecimentos comerciais de Aracaju chegaram a ser autuados devido ao abuso de alto-falantes e do volume exagerado das caixas de som.

A divulgação desses acontecimentos pelo jornal demonstra o uso do meio de comunicação impresso para a viabilização de cobranças de maior atuação dos órgãos responsáveis e denúncias de situações ambientais calamitosas, de insalubridade e degradação da qualidade de vida de determinadas comunidades.

No entanto, é importante ressaltar que as reivindicações feitas pela população em relação à poluição, tiveram caráter quase que exclusivamente antropocêntrico, ou seja, as denúncias, reclamações, manifestações e solicitações eram feitas devido ao fato das consequências da poluição estar atingindo o homem.

O jornal apresentou muitas vezes um posicionamento ambíguo em relação a determinados conflitos socioambientais e denúncias de poluição ao meio ambiente artificial e natural. Ora veiculava matéria em tom denunciata e bastante crítico a algum tipo de poluição por parte de alguma indústria. Ora veiculava - às vezes na mesma edição - uma página inteira para a propaganda da mesma fábrica que denunciou ou uma matéria noticiando, em tom bastante otimista, o incentivo fiscal a uma nova fábrica de cimento, pontuando inclusive seus benefícios à sociedade sergipana.

5.2.2 – Eventos

Matérias jornalísticas que informaram sobre eventos realizados no Estado de Sergipe ou fora dele (mas que houvesse algum representante do Estado), bem como eventos comemorativos à Semana Mundial do Meio Ambiente e ao Dia da Árvore, compõem a categoria temática enfocada.

Ressaltamos que a Conferência de Estocolmo e Rio-92 não foram inseridos nesta temática devido ao fato de serem o marco temporal da pesquisa. Contudo, reservamos temática à parte para ambas, como veremos mais adiante.

Com 11,7% do total das matérias veiculadas, a temática em questão se destacou em segundo lugar dentre as demais.

As matérias sobre tais eventos foram do tipo informativa, na qual o órgão jornalístico cobria ou era acionado por algum órgão promotor do evento para noticiá-lo e/ou divulgá-lo.

O objetivo principal dessas matérias era, portanto, informar o leitor sobre assuntos ligados ao meio ambiente, que estariam sendo discutidos e mostrados em eventos.

O uso do jornal para a divulgação destes eventos para a comunidade demonstra o reconhecimento do meio de comunicação impresso, especificamente do jornal pesquisado, como um veículo reconhecido e utilizado pela população sergipana.

Toda a sorte de eventos foi divulgada e/ou coberta pelo jornal. Como pode ser visto na Figura 5.9, predominou matérias sobre eventos relacionados à preservação do meio ambiente, sendo seguidas por matérias sobre ecologia, árvore, educação ambiental, agricultura e meio ambiente, agrotóxicos, educação política ambiental, arte e meio ambiente, poluição, reflorestamento, mata atlântica, reciclagem, desmatamento e indústria e meio ambiente.

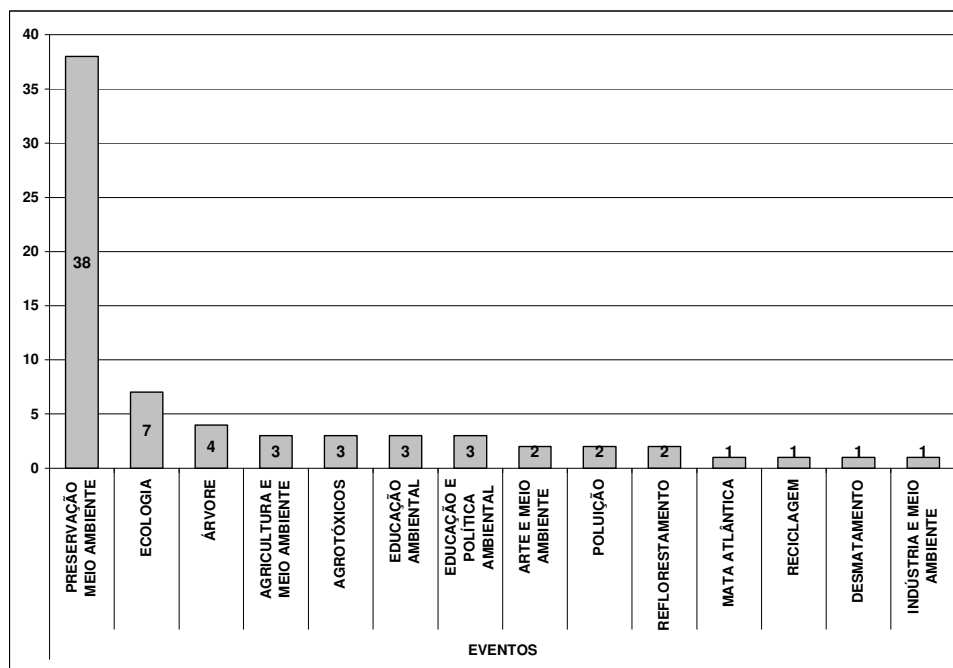


Figura 5.9 - Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Eventos’

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

No que se refere à subtemática ‘Preservação Meio Ambiente’, metade dela versou sobre eventos realizados durante a Semana do Meio Ambiente.

O conteúdo da maior parte dessas matérias informava sobre o tema do evento, quando e onde estava sendo ou seria realizado, quem era o promotor do evento, e por fim, a programação deste. Outras poucas matérias fizeram uma abordagem mais aprofundada do evento em questão, discutindo a problemática abordada pelo evento, como foi o caso do *I Seminário sobre Reflorestamento do Nordeste*, no qual a matéria abriu espaço para discutir sobre a temática do reflorestamento. Vejamos:

“Falando sobre reflorestamento o jornalista Orlando Dantas alertou que seria mais interessante que o reflorestamento fosse feito com espécies vegetais, que além de servirem de cobertura natural, produzam alimentos e combustíveis”. (“Seminário de Reflorestamento do Nordeste”, *Gazeta de Sergipe*, 17 de mai. de 1979).

E mais:

“(…) em grande parte do Estado é plantada a cana-de-açúcar para aproveitamento também do álcool, além do próprio açúcar”. (“Seminário de Reflorestamento do Nordeste”, *Gazeta de Sergipe*, 17 de mai. de 1979).

O entrevistado para falar a respeito da temática foi o proprietário do jornal pesquisado, Orlando Dantas, que se posicionou de forma a defender um reflorestamento de monocultura, como o da cana-de-açúcar. Ora, sabemos que Orlando Dantas era usineiro, sendo, porém, conveniente defender a produção da cana.

Em matéria intitulada “Debate sobre desmatamento florestal”⁶⁹ foi informado dados sobre o evento, mas também foi aberto espaço para informar sobre a situação da cobertura vegetal do Estado, com dados apresentados pelo biólogo e presidente da Associação Sergipana de Proteção Ambiental (ASPAM), Sr. Clóvis Roberto Pereira.

Como visto, a maior parte das matérias se valeram apenas em fornecer informações de direção e conteúdo do programa de eventos na área ambiental. No entanto, outras não se limitaram a isso, mas proporcionaram uma espécie de discussão ou panorama sobre a temática proposta pelo evento ou ainda, informações sobre situações ambientais do Estado.

⁶⁹ Ver “Debate sobre desmatamento florestal” (*Gazeta de Sergipe*, 21 de mar., 1984).

Talvez o objetivo fosse nortear o leitor sobre o assunto e com isso, atrair o leitor mais atento ao evento.

De acordo com a Figura 5.10, percebemos a predominância de eventos promovidos a nível estadual (59%). Eventos a nível nacional (21%) superaram eventos a nível municipal (14%). Isso demonstra que, embora a esfera municipal fosse palco de diversos eventos, estes não trataram de questões direcionadas ao município. A esfera regional se faz presente nessa temática, com 6%. São eventos envolvendo os estados do nordeste com a finalidade de discutir problemas da região.

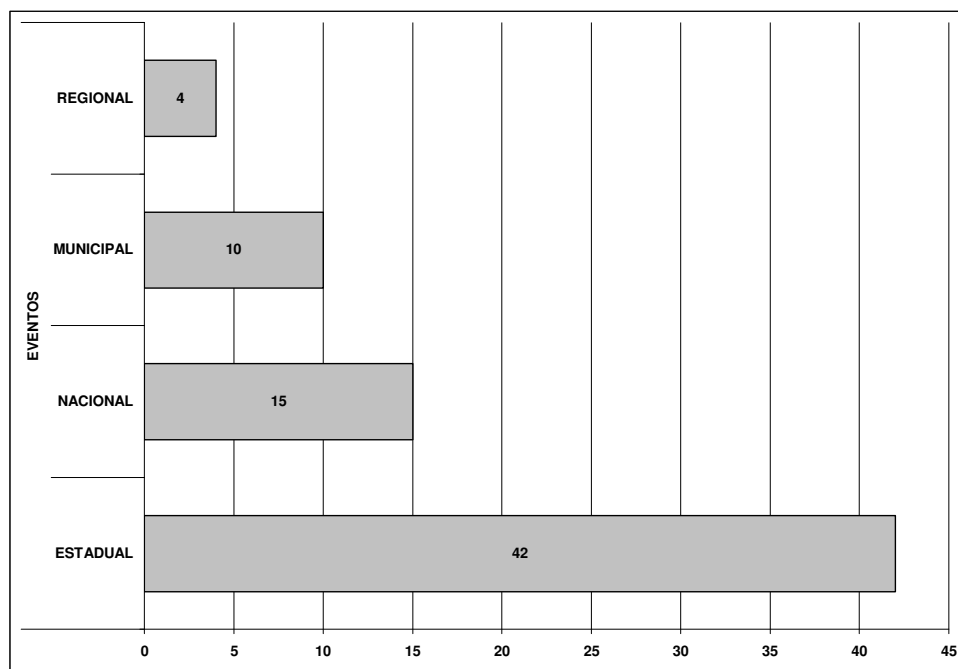


Figura 5.10 – Nível de abrangência dos eventos (1972-1992)

Fonte: *Jornal Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

É importante participar a abertura que o jornal deu a entidades ambientalistas do Estado e de fora dele, para a divulgação de eventos realizados ou apoiados por movimentos como a ASPAM, Movimento Popular Ecológico (MOPEC), Associação de Proteção da Fauna, Flora e Extensionismo Rural (APFFER), Serra Verde, entre outros, fizeram uso do jornal para a divulgação de seus eventos ou foram consultados pelo jornal para a cobertura destes.

A título de conhecimento buscamos saber sobre os meses em que mais se realizou eventos. Os meses de março, maio, junho, agosto e setembro foram os meses que mais

abrigaram eventos com temáticas ambientais. A presença do mês de junho e setembro não é mera coincidência, pois nesses meses são comemorados a Semana do Meio Ambiente e o Dia da Árvore.

5.2.3 – Convênio, Projeto e Estudo

‘Convênios, Projetos, Estudos’, pesquisas, levantamentos aparece como a terceira categoria temática mais divulgada pela *Gazeta de Sergipe* (11,3%). Tal categoria foi formada por matérias que trataram da divulgação de convênios e todos os tipos de estudos e projetos voltados para a área ambiental.

No que diz respeito a convênios, o enfoque das matérias recaiu sobre acordos efetuados entre órgãos governamentais e/ou empresas privadas sobre determinado assunto e com finalidades em comum.

Matérias trataram muitas vezes de convênios formados para realizar determinado estudo ou desenvolver certo projeto. Portanto, optamos por encaixar todos em uma única categoria temática.

O enfoque das matérias permeou problemas de engenharia técnico-científica, ou seja, experiências relativas a problemas concretos da vida; estudos minuciosos sobre determinada região e seus ecossistemas; estudos referentes à situação ambiental de rios e praias; dentre outros.

As notícias transmitiram uma visão otimista da aplicação de conhecimentos técnico-científicos para a solução dos problemas. Em notícia referente a um convênio firmado para controle da poluição das águas sergipanas, o jornal imprime essa visão otimista quanto à aplicação da tecnologia:

“(…) não podemos ficar indiferentes ao problema da poluição. Ele existe, mas com o avanço tecnológico, existente no Brasil, todos os meios devem ser atados para o combate à poluição”. (Depoimento do Diretor do Departamento de Portos e Costas, Vice-Almirante

Berutti à matéria “Berutti e Paulo Barreto assinam convênio: poluição e cemitério dos naufragos”, *Gazeta de Sergipe*, 12 de out. de 1972).

Aí o problema da poluição é reconhecido como tal, mas a proposta não é tentar minimizar os impactos ambientais, mas continuar poluindo e deixar que a tecnologia controle a poluição.

Poucas matérias ao noticiar, por exemplo, um projeto voltado para o reflorestamento ou florestamento de áreas do Estado, informaram sobre a situação da cobertura florestal de Sergipe de modo a deixar o leitor ciente da situação e provando com isso a relevância e necessidade urgente de tal convênio, projeto ou estudo.

Uma diferença foi notada em relação à temática subsequente (‘Devastação’). Aqui não há um tom denunciante e catastrófico. Quando a situação ambiental de certa área ou ecossistema é apresentado, é feito de modo objetivo e pragmático, como algo que deve e será, possivelmente, modificado com a ajuda tecnológica.

Vejamos um exemplo. Quanto à densidade florestal do Estado e a inexistência de um número oficial sobre o assunto, o Agrônomo e Delegado Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Sr. Roberto da Costa Barros afirmou:

“A densidade florestal sergipana apresenta um índice dos mais baixos (...)” podendo se tornar “(...) um dos mais problemáticos no tocante ao meio ambiente”. (“Clamorosa nossa situação florestal”, *Gazeta de Sergipe*, 19 de abr. de 1975).

Informa ainda que:

“(...) a densidade florestal em relação ao território sergipano é inferior mesmo ao índice de 1%”. (“Clamorosa nossa situação florestal”, *Gazeta de Sergipe*, 19 de abr. de 1975).

A matéria citada faz a seguinte estratégia: anuncia, desde o título, a situação da densidade florestal sergipana, para então noticiar que o Conselho do Desenvolvimento de Sergipe (CONDESE) está realizando um “trabalho de zoneamento florestal que vai revelar a densidade florestal das florestas no Estado de Sergipe”. Em seguida noticia também um

“trabalho de recuperação de florestas (...) desenvolvido no território sergipano, através da Delegacia Regional do IBDF”.⁷⁰

Uma informação e discussão importante são deixadas de lado nessa matéria. Para que servirá o conhecimento dessa densidade florestal? Quem fará uso desse conhecimento? O conhecimento será usado para quais fins?

As matérias, então, trazem características informativas, faz pouca discussão sobre o tema abordado, não polemiza de maneira alguma o assunto abordado e não trabalha com o conflito de idéias nas notícias. Certo que não, pois a grande finalidade destas notícias é divulgar a atuação permanente de órgãos nacionais, estaduais e municipais, e mostrá-los desempenhando muito bem seus papéis de protetores do meio ambiente. Na verdade trata-se de uma legitimação desses órgãos.

As conseqüências e dimensões econômicas de convênios, projetos e estudos são ressaltadas pelo impresso. Já as dimensões biológicas são de certa forma, marginalizadas e postas de lado. Na verdade, a maioria dos projetos e estudos foram encabeçados com finalidades mais para o lado econômico, que biológico.

Em nota falando sobre a importância do Projeto de Hortos Florestais desenvolvido pelo IBDF⁷¹, citações de palestra proferida por Orlando Dantas (diretor do jornal pesquisado) foram enxertadas na matéria. Orlando Dantas destacava o reflorestamento como sendo uma importante meta que qualquer governo deve levar em consideração, em prol do desenvolvimento econômico do Estado.

Em matéria “SEMA realiza estudos para controlar poluição” é colocado como preocupação básica do estudo, “compatibilizar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico e social, sem erros de avaliação que representam obstáculos ao progresso do país”.⁷²

Numa nota informando sobre o estudo básico para seleção de área prioritária para reflorestamento e florestamento, o jornal deixou claro o objetivo meramente econômico do estudo:

⁷⁰ Ver “Clamorosa nossa situação florestal” (*Gazeta de Sergipe*, 19 de abr. de 1975).

⁷¹ Ver “Horto” (*Gazeta de Sergipe*, 15 de fev. de 1974).

⁷² Ver “SEMA realiza estudos para controlar poluição” (*Gazeta de Sergipe*, 25 de mar. de 1975).

“O estudo visa a atualização da madeira para fins industriais (...)”. (“Reflorestamento”, *Gazeta de Sergipe*, 10 de ago. de 1977).

Em outra matéria sobre o mesmo assunto, o jornal informou que o estudo visa “selecionar áreas onde os empresários possam implantar projetos de reflorestamento contando para isso com a ajuda de incentivos fiscais”.⁷³ Acreditamos que, através desses enxertos de notícias, ficou claro que o que foi priorizado nesses projetos e consequentemente na mensagem do jornal foi a dimensão econômica desses estudos.

Como já colocado anteriormente, o jornal não polemiza o assunto abordado, nem apresenta conflitos de idéias acerca de tais projetos e estudos. Ele apenas informa. Portanto, escolhe apresentar as tendências positivas do projeto ou estudo, geralmente apelando para o desenvolvimento econômico de Sergipe, não apontando com isso, pontos negativos desses projetos.

Arriscamos a hipótese de que a finalidade das matérias com essa temática não era gerar discussões mais profundas e sim informar ao leitor sobre o trabalho desenvolvido por órgãos governamentais, legitimando assim sua existência.

Em se tratando de notícias sobre desenvolvimento e aplicação de estudos, projetos e formação de convênios para a implementação destes, nada mais justo que levantar a seguinte questão: a mensagem ambiental sobre tal temática deu relevância aos atores científicos envolvidos em tais projetos e estudos? Melhor dizendo, eles foram citados em algum momento da matéria?

Podemos afirmar, pela análise das notícias, que somente em 10 de agosto de 1977 o jornal citou pela primeira vez o responsável técnico por um estudo ou projeto. O autor científico citado foi a geógrafa Sr^a. Lílian Wanderlei, que nesse momento coordenava o Estudo Básico para Seleção de Área Prioritária para Reflorestamento e Florestamento.

A partir daí foi freqüente a citação dos estudiosos, pesquisadores, técnicos e especialistas envolvidos no trabalho, inclusive sendo ouvidos como fontes de informação. Pudemos, com isso, identificar as áreas científicas mais citadas. Foram elas: Geografia, Biologia, Engenharia Agrônômica e Química, com destaque para as duas primeiras.

⁷³ Ver “Programa de reflorestamento para Sergipe” (*Gazeta de Sergipe*, 23 de dez. de 1977).

Com o exposto, não fica difícil concluir que as principais fontes de informação acionadas pela *Gazeta de Sergipe* para a construção das matérias, logicamente foram fontes oficiais, ou seja, diretores dos órgãos envolvidos; e fontes qualificadas, ou seja, especialistas da área científica enfocada na notícia. No entanto, é bom deixar claro que os atores políticos e sociais que mais apareceram como protagonistas dessas matérias foram os diretores de órgãos governamentais e privados.

Algo importante a ser colocado diz respeito à ausência da contextualização ou da ligação desses estudos e pesquisas com a vida do cidadão. As matérias não procuraram demonstrar para o leitor a importância do noticiado para o seu dia-a-dia.

Convênios e estudos ligados à questão das matas foram os mais veiculados pelo impresso (Ver Figura 5.11). As matérias fizeram referência basicamente ao estudo da cobertura florestal do Estado de Sergipe para o desenvolvimento de projetos de reflorestamento e florestamento de áreas selecionadas, apontadas por esses estudos.

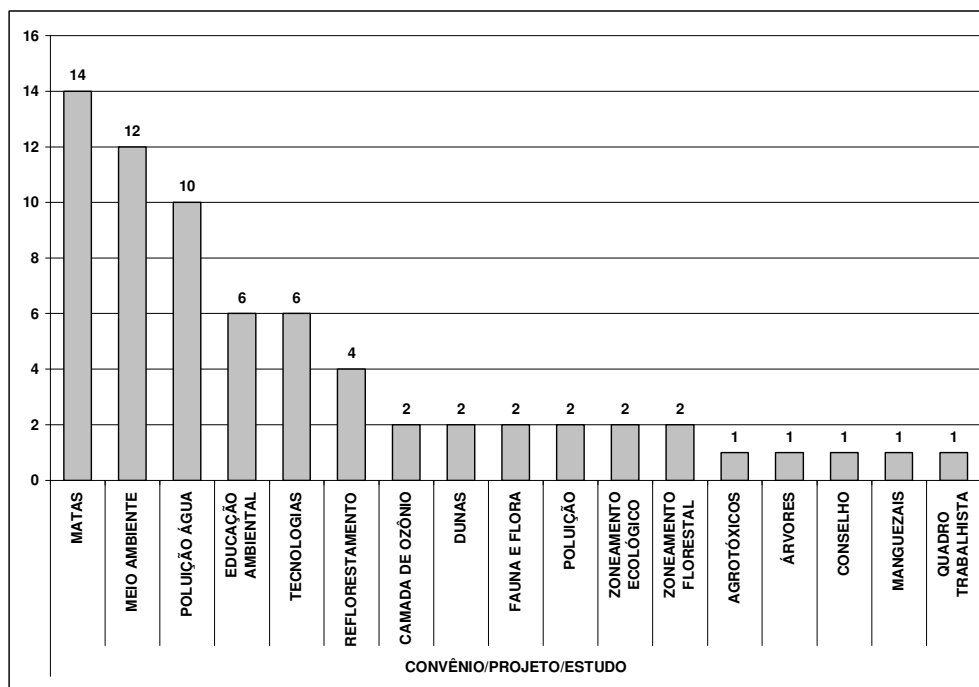


Figura 5.11 – Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Convênio, Projeto, Pesquisa’

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

Como demonstrado anteriormente, essas notícias carregaram um cunho totalmente antropocêntrico, voltado exclusivamente para a questão econômica.

Apesar de inúmeras ressalvas feitas por alguns estudiosos sobre a questão do reflorestamento o jornal não as explorou, ignorando a existência de pontos de vista diferentes sobre o assunto.

O posicionamento de Orlando Dantas em relação ao reflorestamento pode ter influenciado essa abordagem do jornal. Envolvido e preocupado desde o início com a discussão dos problemas econômicos de Sergipe e do Brasil, Orlando Dantas chegou a ceder um capítulo no seu *Política de desenvolvimento econômico de Sergipe* (1973) à questão ambiental, enfatizando a necessidade do reflorestamento das cabeceiras dos rios e dos morros, do combate à poluição e as barragens dos rios.

Isso não quer dizer que Orlando Dantas tivesse uma posição de defensor de um desenvolvimento ecologicamente equilibrado. Ele defendia o desenvolvimentismo proposto pelo regime militar.

Orlando Dantas coloca o reflorestamento como uma necessidade vital do Estado. Propunha a recuperação da vitalidade florestal “pelo fortalecimento dos mananciais, o aumento do volume das águas dos rios” (Dantas, 1973). Propunha o “cercamento dessas regiões para o crescimento das árvores nativas, enquanto se projetava planos de áreas de maior extensão” (Dantas, 1973).

“Essa política seria iniciada com a arborização dos centros populacionais, forma singela de tornar o ambiente saudável, pela demonstração do papel que os parques e florestas exercem em favor da saúde humana, na preservação dos mananciais, do abastecimento das cidades e na manutenção de volume hídrico para as pequenas lavouras”. (Dantas, 1973)

Convênios, projetos e estudos foram firmados e desenvolvidos visando também a proteção do meio ambiente, a proteção das águas dos rios e mares de Sergipe e a descobertas de novas tecnologias para a minimização da poluição por indústrias. Como podem ser observadas na Figura 5.12 essas três subtemáticas vem logo após da subtemática ‘Matas’.

Projetos e estudos voltados para a preservação do meio ambiente foram desenvolvidos visando - nas palavras da matéria “Preservação do meio ambiente tem ajuda do Projeto Rondon” - “tornar o mundo cada vez mais puro e a vida cada vez mais humana”, visando também “evitar a morte da natureza e tornar o ar mais respirável, ávida menos sombria e a paisagens menos densa”.⁷⁴

Nessa subtemática aparecem empresas particulares como a Nitrofértil e Petrofértil desenvolvendo iniciativas de projetos de proteção ao meio ambiente na área de entorno da instalação de uma nova fábrica de amônia e uréia. A ação dessas empresas são medidas compensatórias.

Sobre a ação dessas empresas o jornal informa:

“(...) a Petrofértil se prontifica a desenvolver um projeto de proteção do meio ambiente inclusive com a manutenção de uma área verde em torno da indústria e com relação a proteção das águas do rio Sergipe os serviços necessários já foram definidos junto a ADEMA”. (“Indústria mineral implantará proteção do meio ambiente”, Gazeta de Sergipe, 15 de mar. de 1980).

A subtemática em questão e a subsequente apresentaram, juntas, dimensões menos econômicas que a anterior (‘Matas’).

Seguindo uma abordagem menos econômica, a subtemática ‘Poluição Água’ apresentou o convênio para o estudo do nível de poluição das bacias do rio Sergipe, com o levantamento de controle e fiscalização das fontes poluidoras, visando solucionar o problema de poluição pelos diversos despejos nas águas.

Sobre estudo das condições ambientais dos rios sergipanos desenvolvido pela ADEMA, o jornal informou que o levantamento:

⁷⁴ Ver “Preservação do meio ambiente tem ajuda do Projeto Rondon” (*Gazeta de Sergipe*, 30 de set. de 1977).

*“dirá a todos as condições do rio inclusive, denunciará as indústrias mais poluidoras da Bacia, para que as autoridades, possam tomar as providências, no sentido de fazer por onde essas possam usar técnicas para diminuir o grau de poluição”.*⁷⁵

Aqui percebe-se que a preocupação recai exclusivamente na questão da poluição das águas de mares e rios sergipanos e a identificação de indústrias poluentes, para uma adoção de técnicas que minimizem a poluição desses rios.

Estudos de novas tecnologias em prol da preservação do meio ambiente ou da diminuição da agressão a este são encontrados na subtemática ‘Tecnologias’.

Na matéria “Vinhoto recebe tratamento”⁷⁶, vemos a divulgação de um estudo para a minimização da agressividade do agente poluente vinhoto no meio ambiente. Empresas privadas como Salgema Indústrias Químicas S.A. e Cia. Química da Recôncavo, somaram esforços com o Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe (ITPS) e a UFS para o estudo da “viabilidade de um processo de tratamento do vinhoto usando argilas ativadas”. As argilas ativadas seriam usadas como “veículos inibidores e redutores da elevada carga poluidora que tem o vinhoto”.

Evitar catástrofes ecológicas provocadas pelo vinhoto era o objetivo central do estudo, pois vários derramamentos de vinhoto ocorreram em rios sergipanos ao longo dos anos pesquisados.

Na matéria citada os pesquisadores e técnicos responsáveis pelo estudo não são citados, nem entrevistados, mas sim os diretores das instituições financiadoras do estudo.

Notícia sobre projeto de estudo da turfa, desenvolvido pela UFS e ITPS, demonstrou uma abordagem mais profunda que a matéria citada anteriormente, trazendo toda uma discussão do porquê do uso da turfa como forma de preservar o pouco que ainda resta das reservas florestais sergipanas. A matéria demonstrou ainda como a turfa seria utilizada, como podemos ver no trecho abaixo:

⁷⁵ Ver “ADEMA estuda bacia de dois rios” (*Gazeta de Sergipe*, 10 e 11 de out. de 1982).

⁷⁶ Ver “Vinhoto recebe tratamento” (*Gazeta de Sergipe*, 12 de abr., 1984).

*“(...) como fonte alternativa de energia, principalmente para pequenas e médias empresas (...) condicionador de solos, fertilizantes associados em horticultura e agricultura (...) utilizado como matéria-prima para outros produtos como observante de óleos vegetais e minerais. E filtro de metais pesados”. (“UFS desenvolve projeto de estudo da turfa”, *Gazeta de Sergipe*, 05 de jul. de 1986).*

As dimensões ecológicas do estudo foram mencionadas quando veiculado que o uso da turfa evitaria que as “reservas florestais continuem sendo devastadas para atendimento das necessidades de pequenas e médias empresas”.⁷⁷

A matéria consiste num relato da palestra proferida pelo professor Sr. João Sampaio d’ Ávila (articulista do jornal), o que favoreceu para o enriquecimento da mesma.

Subtemática que teve destaque foi a ‘Educação Ambiental’. O jornal informou e divulgou ações na área da Educação Ambiental que foram desenvolvidas com o objetivo de criar uma consciência ecológica na comunidade estudantil.

Uma dessas ações pode ser comprovada através da matéria “ADEMA cria programa de educação ambiental”, que tinha como objetivo abrir “espaços, dentro dos currículos normais das escolas, para a abordagem de trabalhos sobre aspectos ambientais”.⁷⁸

O destaque recebido pela subtemática ‘Educação Ambiental’ no jornal pode ser explicado pelo desenvolvimento e respaldo conquistado pela educação ambiental e assegurado por governos de todo o mundo. Em 1968 nasceu o Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido. Foi o pontapé para deflagrar uma série de conferências, encontros, programas, cursos, etc., em vários países do mundo.

Em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo (1972), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promoveu em 1975, em Belgrado (Iugoslávia), o *Encontro Internacional em Educação Ambiental*, onde foi

⁷⁷ Ver “UFS desenvolve projeto de estudo da turfa” (*Gazeta de Sergipe*, 05 de jul. de 1986).

⁷⁸ Ver “ADEMA cria programa de educação ambiental” (*Gazeta de Sergipe*, 21 de mai. de 1982).

criado o Programa *Internacional de Educação Ambiental* (PIEA). Esse programa norteou os princípios orientadores da educação ambiental. A educação ambiental, segundo o PIEA deveria ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. O PIEA propôs também a reforma dos processos e sistemas educacionais como alicerce para uma nova ética de desenvolvimento.

Ainda em 1977, com a *Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental* em Tbilisi (ex-URSS) (UNESCO e PNUMA), definiu-se os objetivos, características e estratégias da educação ambiental.

Os reflexos desses encontros e programas no Brasil podem ser observados através da obrigatoriedade da disciplina Ciências Ambientais em cursos universitários de Engenharia. A culminância, ao meu ver, ocorreu em 1979, quando o departamento do Ensino Médio, Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Centro de Tecnologia e Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) publicou o documento “Ecologia – uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus”.

Talvez o programa de educação ambiental referido na matéria e desenvolvido pela ADEMA tenha sido reflexo desse documento, juntamente com programas de mesmo perfil desenvolvidos anteriormente em Estados como o Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, etc.

A partir de 1985 alguns pareceres e portarias (819/85; 226/87; 678/91) foram baixados pelo MEC, determinando a inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva.

Projetos na área da educação ambiental tiveram um destaque maior do que assuntos anteriormente mais abordados, como manguezais e poluição atmosférica. A constatação de que subtemáticas como manguezais e poluição atmosférica foram quase nulas dentro da temática ‘Convênio, Projeto e Estudo’ nos remete à contradição na relação de demanda e atendimento destas pelo poder público. É contraditório, portanto, com tanta demanda para tais áreas, estas terem recebido tão pouca atenção de convênios, projetos e estudos realizados no Estado.

Em se tratando do nível de abrangência desses convênios, projetos e estudos, 68% das matérias selecionadas divulgaram estudos, pesquisas e projetos realizados ou financiados por órgãos do Estado, mostrando nitidamente a necessidade do Estado se fazer atuante em relação à causa ambiental, e talvez um maior envolvimento da *Gazeta de Sergipe* com a esfera estadual.

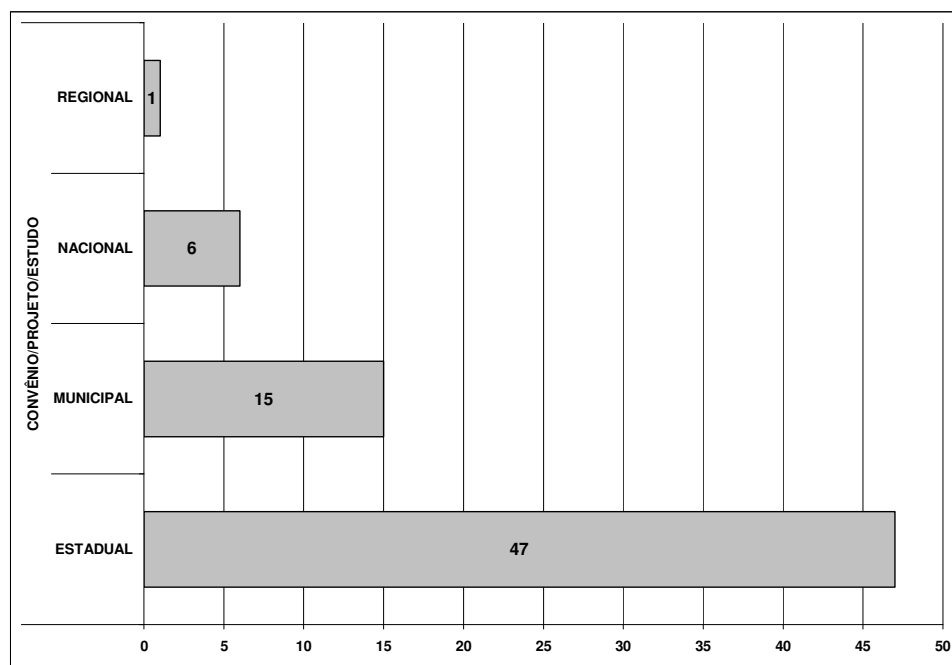


Figura 5.12 – Nível de abrangência territorial de convênios, projetos e estudos realizados em Sergipe

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

A divulgação de estudos e projetos realizados por órgãos ligados ao município de Aracaju (22%) superou o governo federal (9%), demonstrando um engajamento do município com a causa.

Nota-se também a participação de empresas privadas na realização de projetos e estudos na área ambiental. De tal modo, percebe-se a necessidade dessas empresas de repassarem tal fato para o público local, demonstrando assim responsabilidade ambiental e social para seus usuários.

Percebe-se com isso, uma grande preocupação em divulgar a atuação de órgãos nacionais e estaduais em relação à problemática ambiental.

Vejamos o que o jornal declarou sobre a iniciativa do governo federal, através da SEMA, de realizar estudos para controle da poluição:

“Este quadro de providências e de intenções demonstra que o governo está empenhado na formulação de uma política destinada a preservar o meio ambiente sem prejudicar o processo de desenvolvimento econômico e social do país”. (“SEMA realiza estudos para controlar poluição”, *Gazeta de Sergipe*, 25 de mar. de 1975).

Tomando como base essas matérias, podemos concluir que o Estado de Sergipe não esteve excluído do processo de ‘conscientização’ e de instalação de órgãos e entidades voltadas para o meio ambiente, bem como a exigência de estudos de impactos ambientais adotados mundialmente e nacionalmente.

5.2.4 – Devastação

A categoria temática ‘Devastação’ aparece em quarto lugar no cômputo geral das matérias (66), com 10,9% do total. Matérias que remetessem à devastação de qualquer ecossistema foi o critério de seleção utilizado para compor essa categoria temática. O termo devastar remete a destruir, assolar, arrasar o quer que seja. Pensamos seriamente em fazer uso do termo “desmatamento” para intitular tal temática, no entanto, dentre as subtemáticas encontradas não poderíamos aplicar tal termo à destruição de dunas do litoral sergipano, pois esta não se faz apenas com a remoção da vegetação, mas também com a retirada de areia para a construção de imóveis.

É importante ressaltar que algumas matérias informaram sobre estudos ou resultados de pesquisas ligadas ao ecossistema agredido. No entanto, isso não possibilitou sua inserção na temática ‘Convênio/Projeto/Estudo’, pois tais informações foram de cunho complementar, não o foco central da matéria.

Das 66 matérias, a maioria (35) tratou da devastação dos manguezais do Estado, principalmente os de Aracaju (Ver Tabela 5.4).

Tabela 5.4 – Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Devastação’

Ecosistemas agredidos	Qtde
Manguezais	35
Matas	25
Vários	4
Dunas	2
Total	66

Fonte: *Jornal Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

A situação dos manguezais sergipanos foi frequentemente exposta pelo impresso, que apontou os tipos mais variados de agressões promovidas a estes, demonstrando, de certa forma, a evolução da degradação destes ecossistemas. Tais matérias remeteram à importância ecológica e econômica do ecossistema de manguezais. Trataram também das consequências ecológicas e econômicas da intervenção do homem ao meio focado. Algumas matérias abriram espaço para a sugestão de medidas a serem providenciadas pelas autoridades responsáveis, outras abriram espaço para a menção de estudos e projetos em andamento ou concluídos.

Determinadas matérias versaram sobre denúncias de agressão a manguezais como as que ocorreram nos bairros Coroa do Meio, Orlando Dantas, Mosqueiro, 13 de Julho, entre outros. Na verdade, a maior parte das matérias se ateve sobre essas denúncias e o desenvolver desses conflitos, acompanhando minuciosamente casos de processos judiciais contra políticos acusados de agressão ao meio ambiente. Nesse ponto, a subtemática ‘Matas’ foi mais rica em abordagem.

Divulgação de passeatas e atos públicos contra a destruição dos mangues aracajuanos também foi noticiada.

O manguezal foi retratado pelo jornal como “berçário do mar”, “pois é dele que garante a renovação das espécies animais – peixes, crustáceos, moluscos – que procuram proteção em sua área na fase inicial de suas vidas, se precavendo contra a ação de outros animais predadores”.⁷⁹ Como um berço, esse ecossistema protege as mais diversas formas de vida durante a fase de vida mais frágil dessas espécies.

⁷⁹ Ver “Extinção dos manguezais preocupam a ADEMA: Carlos” (*Gazeta de Sergipe*, 03 de Out. de 1981).

Segundo Yara Schaeffer Novelly (1995), o manguezal é um ecossistema que “ocorre em regiões costeiras abrigadas e apresenta condições propícias para alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies animais”.

Para Arthur Soffiati (2004), o manguezal é um ecossistema situado entre a episnofera (ecossistemas terrestres), a limnosfera (ecossistemas aquáticos continentais) e a talassosfera (ecossistemas marinhos), mas não um ecossistema de transição entre eles, pois tem unidade e coerência interna. O manguezal organiza os elementos das três macro-esferas citadas e os reúne numa estrutura singular que o distingue dos demais ecossistemas.

Sobre a situação dos mangues sergipanos, o jornal apresentou um panorama pessimista:

“(...) o que está existindo em Sergipe é uma destruição dos manguezais (...)”. (“Extinção dos manguezais preocupam a ADEMA: Carlos”, *Gazeta de Sergipe*, 03 de out. de 1981);

“(...) os manguezais de Sergipe vêm sendo de forma progressiva destruídos”. (“Extinção dos manguezais preocupam a ADEMA: Carlos”, *Gazeta de Sergipe*, 03 de out. de 1981);

“(...) desmatamento generalizado e criminoso em duas áreas compreendidas pela Grande Aracaju: as margens do rio Poxim e Pitanga”. (“Desmatamento aparece como grave problema”, *Gazeta de Sergipe*, 29 de mar. de 1984);

“(...) Na verdade o manguezal no litoral sergipano está morrendo”. (“Nosso manguezal está morrendo”, *Gazeta de Sergipe*, 15 e 16 de jan. de 1989).

A ocupação do solo, a especulação imobiliária, a implantação de indústrias poluidoras nas margens de rios e das bacias estuarinas, a captura do Caranguejo Uçá, a extração de madeira para a construção de casas e para uso como combustível são os mais frequentes tipos de agressões identificadas pelo jornal.

Vejam os trechos:

“Os esgotos domésticos que são jogados na orla marítima pela população da Praia 13 de Julho e conjuntos adjacentes, é um dos principais fatores negativos”. (“Nosso manguezal está morrendo”, *Gazeta de Sergipe*, 15 e 16 de jan. de 1989);

“Uma outra agressão sofrida pelo manguezal é a retirada para lenha aliado a especulação imobiliária pelas construtoras e quando não acontece para servir de depósito de lixo”. (“Destruição dos mangues difícil de ser evitada”, *Gazeta de Sergipe*, 05 de jun. de 1991).

De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE em 1989, dentre os 74 municípios do Estado de Sergipe, apenas um possuía tratamento de esgoto; logicamente Aracaju. Para agravar mais o panorama, Aracaju possuía apenas uma estação de tratamento de esgotos e uma lagoa de estabilização.⁸⁰

No que se refere à especulação imobiliária e ocupação do solo dessas áreas ocorreu, no ano de 1990, um conflito ambiental de grande porte gerado pelo projeto de aterro da Praia 13 de julho: “Projeto Praia Formosa, 13 de Julho”. O conflito se deu contra projeto de lei, de autoria da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA), que previa a terraplanagem da margem direita do rio Sergipe, área de manguezal do bairro em questão. Houve reação imediata por parte de vereadores e parlamentares sergipanos, de grupos ambientalistas de Sergipe, ONG’s, ecologistas e associação de moradores do bairro envolvido no projeto.

Notícias sobre debates, manifestações e atos públicos contra o projeto marcaram as páginas do jornal *Gazeta de Sergipe*.⁸¹ O resultado do conflito foi a liminar que suprimia a execução do mesmo projeto.

De acordo com pesquisa desenvolvida por Fernanda Cordeiro de Almeida (2006), a tradição de aterros de manguezais aracajuanos surgiu em 1855, com a implantação da nova capital em Aracaju, e perdura até os dias atuais, como visto através da mensagem sobre devastação de manguezais publicada pela *Gazeta de Sergipe*.

Dos tipos de degradações sofridas pelos ecossistemas de manguezais no passado, Almeida (2006) aponta os aterros como a principal causa, tanto pela sua frequência quanto pela amplitude. Quanto à frequência “porque se estabeleceu no cotidiano das políticas públicas desde a fundação da cidade de Aracaju (1855) até o presente, atingindo também a esfera privada” (Almeida, 2006). Pela amplitude “porque os ecossistemas de manguezais

⁸⁰ Cf. Tabela 2 de: SANTOS, S. S. M. dos. Saneamento básico. In: CALDEIRON, S. S. (Coord.). *Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Pesquisa realizada em 1989 (Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico).

⁸¹ Ver “Debate na UFS sobre aterro na Praia 13 de Julho é conclusivo” (*Gazeta de Sergipe*, 05 de jul. de 1990); “Aterro vai ter passeata de protesto” (*Gazeta de Sergipe*, 06 de jul. de 1990); “Aterro tem hoje passeata de protesto” (*Gazeta de Sergipe*, 13 de jul. de 1990).

aterrados deixam de existir ou o que sobra, em termos ambientais, é muito pouco, comprometendo a vida das espécies e a sobrevivência de catadores de crustáceos” (Almeida, 2006).

A. F. Santos & J. A. Andrade (1992, apud Araújo, 2006) esboçam o mangue aracajuano de épocas idas: “O mangue era constituído de árvores de 15 a 20 metros de altura, entretanto, a sua utilização constante para combustível no abastecimento de padarias e pequenas indústrias transformou a espécie numa vegetação de 4 a 6 metros de altura”.

Segundo Maria Augusta Mundim Vargas (2002), a cidade de Aracaju “surgiu assim, derrubando e aterrando mangues (...) desmatando ‘apicuns’ e eliminando restingas”.

Os manguezais de Aracaju, segundo Schaeffer-Novelli (2006), passam por uma situação de degradação intensa devido aos despejos orgânicos, viveiros e despejos industriais, além de outras mais.

Conforme Hélio Mário de Araújo (2006), a cada instante os manguezais de Aracaju vêm sendo extintos para dar lugar a aterros e construções civis, seja através da iniciativa privada, com a implementação de grandes empreendimentos imobiliários, seja através do Estado, que iniciou tal processo na década de 1970, com a construção de conjuntos habitacionais, aterrando áreas e devastando a vegetação nativa referente aos ecossistemas terrestres e aquáticos.

Como visto, um dos tipos mais frequentes e agressivos de degradação sofrida pelo manguezal trata-se da ação desenfreada das empresas privadas através da especulação imobiliária que, de algumas décadas para cá, vem sendo a maior promotora de aterros, juntamente com as políticas públicas efetuadas em Aracaju. O ecossistema de manguezais, como afirma Almeida (2006), “não tem condições de competir com uma tradição tão arraigada”.

Dentre as consequências das agressões apontadas pelo impresso temos as de ordem ecológica e econômica. Em relação à primeira, cita a redução da sobrevivência de uma grande parte da fauna marinha diversificada. As consequências econômicas da destruição dos manguezais são a queda considerável no nível, qualidade e quantidade da pesca nos rios e no mar, a queda de determinadas espécies de grande valor protéico e econômico, a redução do volume das águas e afetamento no abastecimento de água para a cidade.

As matérias mostraram para o leitor o porquê destas conseqüências, ou seja, os motivos destas conseqüências. Percebemos aí um equilíbrio entre o enfoque antropocêntrico e biocêntrico da temática, o qual muito pouco ocorreu com a temática sobre ‘Poluição’.

Dentre as tantas medidas sugeridas e informadas pelo jornal para a preservação dos manguezais estão: “transferir os moradores das favelas (...) reorientar os esgotos sanitários da capital para outro local ou que pelo menos sejam submetidos a tratamento adequado”.⁸² Foi esquecida a poluição provocada pelas indústrias, que despejam efluentes líquidos poluentes nos rios do Estado, inclusive no Rio Sergipe, poluído intensamente por despejos de fábricas localizadas no Bairro Industrial.



Figura 5.13 - Despejo de efluente líquido poluente, por fábrica localizada no Bairro Industrial - Aracaju.

Acervo: Lorena Campêllo

Fotografia: Lorena Campêllo

⁸² Ver “Nosso manguezal está morrendo” (*Gazeta de Sergipe*, 15 e 16 de jan. de 1989).

Na maioria das vezes, estas matérias apresentaram algum estudo em desenvolvimento ou concluído sobre a questão. Destacaram-se órgãos e instituições como ADEMA, UFS, entre outros. As fontes de informações acionadas para falar sobre tais estudos foram as do tipo qualificadas, geralmente professores da UFS envolvidos nos estudos. Políticos do Estado (vereadores e deputados) foram fartamente ouvidos pela *Gazeta de Sergipe*.

Notícias sobre debates, manifestações e atos públicos contra o projeto “Praia Formosa, 13 de Julho”, marcaram as páginas do jornal *Gazeta de Sergipe*.⁸³ O resultado do conflito foi a liminar que suprimia a execução do mesmo projeto.

O tom denunciista das matérias pode ser observado nos trechos abaixo:

“A operação manguezais é criminosa, segundo o presidente da ASPAM, pois estão fazendo a derrubada para se obter inclusive lenha”. (“Mata nativa sergipana já está no fim”, *Gazeta de Sergipe*, 03 de abr. de 1984);

“Atenção ADEMA. Atenção Governo do Estado. Três caçambas brancas, modelo Ford Cargo, pertencentes ao [DFP], desde quinta-feira aterravam o mangue existente no fim de linha do Bugio (...)”. (“Manguezais”, *Gazeta de Sergipe*, 26 de mai. de 1992).

Em seguida, com 24 matérias, o problema da perda da cobertura florestal nativa de Sergipe foi destacado e discutido, bem como a devastação e o desmatamento de áreas de mata nativa, como a Serra de Itabaiana.

O enfoque das matérias foi quase que totalmente centradas na problemática das agressões à Serra de Itabaiana. Apenas três versaram sobre devastação das matas sergipanas como um todo; duas outras matérias enfocaram situações como, a preocupação do IBDF com a devastação das matas do Estado devido o aumento do gás de cozinha e a apreensão de motosserras em fazenda localizada no município de Santa Luzia do Itanhhy; e por fim, o conflito entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

⁸³ Ver “Debate na UFS sobre aterro na Praia 13 de Julho é conclusivo” (*Gazeta de Sergipe*, 05 de jul. de 1990); “Aterro vai ter passeata de protesto” (*Gazeta de Sergipe*, 06 de jul. de 1990); “Aterro tem hoje passeata de protesto” (*Gazeta de Sergipe*, 13 de jul. de 1990).

em relação ao assentamento de sem-terras em áreas de Mata Atlântica, portanto protegidas por lei.

Como já dito, notícias sobre ‘Matas’ mostraram mais riqueza na abordagem do assunto feita pelo jornal. Mas, enquanto que a subtemática ‘Manguezais’ enfocou várias situações relacionadas à devastação dos mangues, a temática discutida priorizou a devastação ocorrida numa única área: a Serra de Itabaiana. Como se a vegetação florestal do Estado estivesse centrada somente nessa área.

Tais matérias foram informativas e na maioria das vezes carregou o tom de denúncia. No entanto, apresentaram dados estatísticos sobre a situação florestal e forneceram informações sobre projetos e estudos que estariam sendo desenvolvidos na área.

O pessimismo foi notado quando se falava da situação do local noticiado e da falta de ação de órgãos governamentais responsáveis pela situação. Já o tom otimista pode ser percebido quanto à abertura para o diálogo e a união de forças entre entidades ambientalistas e órgãos governamentais, e quanto à apresentação de estudos e projetos voltados para a área.

Medidas adotadas por empresas foram citadas no jornal, apesar da não menção aos seus nomes:

“Já existem em Sergipe, empresas fazendo a reposição de árvores”. (“Para delegado, desmatamento é uma questão muito antiga”, *Gazeta de Sergipe*, 20, 21, 22 e 23 de abr. de 1984).

A situação da Serra de Itabaiana, bem como os tipos de agressão sofrida por ela foi exposta pelo jornal com um tom dramático, como podemos observar nos enxertos abaixo:

“(…) a destruição ecológica de que vem sendo vítima toda a área da Serra de Itabaiana, representando um grande desrespeito para com a natureza”. (“Apelo à defesa ecológica”, *Gazeta de Sergipe*, 26 de nov. de 1981);

“(…) a única estação ecológica de Sergipe está (...) em total abandono”. (“Professor da UFS denuncia estado de estação ecológica”, *Gazeta de Sergipe*, 02 e 03 de mar. de 1986);

“(…) A Serra de Itabaiana ainda continua sofrendo, devido a omissão das autoridades, grande desmatamento florestal (…”. (“Serra de Itabaiana: ecologistas denunciam omissão de autoridades”, *Gazeta de Sergipe*, 15 de abr. de 1986).

Nas notícias também encontramos os registros das formas de agressão provocadas na área compreendida pela Serra de Itabaiana. Tivemos notícias de:

“(…) retirada de areia e de plantas madeireiras que são feitas diariamente por caminhões que invadem o local (…”. (“Serra de Itabaiana: ecologistas denunciam omissão de autoridades”, *Gazeta de Sergipe*, 15 de abr. de 1986);

“(…) estão destruindo as árvores da redondeza, o banho das moças, acontecendo um verdadeiro desmatamento arbitrário (…”. (“Apelo à defesa ecológica”, *Gazeta de Sergipe*, 26 de nov. de 1981);

A importância ecológica da Serra de Itabaiana superou o viés econômico. Em relação ao último foi lembrado somente a questão das nascentes dos rios e o fornecimento de água para grande parte da população.

Talvez essa tenha sido uma das temáticas que carregou o cunho menos antropocêntrico em relação às já discutidas.

O caráter científico foi lembrado nas matérias. A serra é vista também como “laboratório onde se possam desenvolver estudos científicos para subsídios essenciais para a ecologia na região nordestina”.⁸⁴

Apesar de sua importância devido à riqueza ecológica e diversidade biológica que carrega, a problemática das dunas do litoral sergipano foi mencionada somente três vezes pelo jornal. As dunas costeiras ainda, de acordo com Rosemeri Melo e Souza (2003), desempenham serviços ambientais essenciais como, a proteção da costa contra ventos, a regularização da linha de alimentação das praias, a retenção da água nos aquíferos costeiros pelo aumento da superfície da captação de água pluvial, além da sua beleza cênica e potencial para atividades turísticas orientadas.

⁸⁴ Ver “Área da serra de Itabaiana será recuperada pela ADEMA” (*Gazeta de Sergipe*, 13 e 14 de ago. de 1989).

Em uma das matérias, a riqueza das praias e suas dunas são comparadas às riquezas geradas pelo Petróleo, Salgema e outros. Vejamos:

“Apesar do Petróleo, exploração do Salgema, Pólo Petroquímico e outros, a riqueza de Sergipe principalmente da Capital, está mesmo nas praias”. (“Estão acabando com as dunas de Aracaju”, *Gazeta de Sergipe*, 09 e 10 de jul. de 1989).

Após fazer tal comparação a matéria enaltece as praias do litoral sergipano e de Aracaju, para só então anunciar a situação das dunas do litoral aracajuano de forma catastrófica e denunciata. Observemos o trecho adiante:

“Mais para surpresa de todos que desfrutam do lindo panorama, dentro em breve está sujeita acabar. As dunas aos poucos estão se acabando sem nenhuma providência sendo tomada”. (“Estão acabando com as dunas de Aracaju”, *Gazeta de Sergipe*, 09 e 10 de jul. de 1989);

“(…) na calada da noite pessoas inescrupulosas estão destruindo as dunas levando-a em caminhões e carroças (...)”. (“Estão acabando com as dunas de Aracaju”, *Gazeta de Sergipe*, 09 e 10 de jul. de 1989).

Como visto, as formas de agressão mais decorrentes são a retirada de areia para diversas finalidades e a destruição da vegetação que as reveste.

Melo e Souza (2003) enumera os inúmeros outros tipos de agressão a esse ecossistema, como: o extrativismo animal e vegetal nos ecossistemas flúvio-marinhos e flúvio-lacustres; as infra-estruturas urbanas, portuárias, de turismo e lazer; a prática indiscriminada de agricultura, pastagens e silvicultura, entre outros.

A matéria “Prefeitura de Aracaju luta pela preservação das dunas”⁸⁵ fala sobre o processo de remoção destas vegetações e as conseqüências que vêm a acarretar. Segundo a matéria, as dunas quando desprovidas da vegetação tornam-se móveis, causando problemas como o depósito de areia na pista de rolamento, prejudicando assim, o tráfego da área.

Consideramos tal matéria como sendo a mais completa dentre as três veiculadas no impresso. A matéria apresenta um projeto em fase experimental que tem como objetivo

⁸⁵ Ver “Prefeitura de Aracaju luta pela preservação das dunas”, (*Gazeta de Sergipe*, 07 a 09 de out. de 1990).

“fixar as dunas existentes ao longo da rodovia José Sarney”.⁸⁶ Informa ainda como será alcançado esse objetivo e quais as técnicas seriam utilizadas: “A fixação das dunas, dar-se-á através da colonização por espécies herbáceas que compõem a vegetação (...)”.⁸⁷

O projeto é visto pelo jornal de forma bastante otimista, cuja finalidade seria evitar a deposição de areia na pista, impedir a invasão de loteamentos e a retirada da areia para diversos fins e preservar a beleza natural das praias aracajuanas.

A situação das dunas de outros municípios do Estado foi citada. Foi o caso de Estância (a devastação das dunas da Praia do Saco e do Abaís) e de Pirambu, informado pelo jornal em tom denunciante:

“Grupos de especuladores imobiliários estão cercando as dunas da Praia do Saco, em Estância, para loteamento da área (...)”. (“IBAMA apura depredação das dunas em Estância” *Gazeta de Sergipe*, 10 de abr. de 1991).

A matéria trata de uma denúncia feita pelo Sr. Deputado Venâncio Fonseca (PRN) e endossado pelo parlamentar Sr. Ivan Leite (PDC). A ação é vista como um crime contra a ecologia.

Como demonstra a matéria, no caso de Pirambu, a agressão parte da especulação imobiliária devido à valorização do local. Vejamos:

“(...) as dunas de Pirambu vêm sendo destruídas, sem que providências estejam sendo tomadas. Em Pirambu, os recantos naturais têm sido alvo da especulação imobiliária criminosa (...)”. (“IBAMA apura depredação das dunas em Estância” *Gazeta de Sergipe*, 10 de abr. de 1991).

O Sr. Venâncio Fonseca afirmou que o setor imobiliário faz parte da engrenagem progressista, mas alertou para o fato de que a especulação inconseqüente e irresponsável não pode ser tolerada e feita de forma a prejudicar a maioria da população. Ainda afirmou que “o caminho nunca deve ser o da destruição da natureza”.⁸⁸

⁸⁶ Ver “Prefeitura de Aracaju luta pela preservação das dunas”, (*Gazeta de Sergipe*, 07 a 09 de out. de 1990).

⁸⁷ Ver “Prefeitura de Aracaju luta pela preservação das dunas”, (*Gazeta de Sergipe*, 07 a 09 de out. de 1990).

⁸⁸ Ver “Prefeitura de Aracaju luta pela preservação das dunas”, (*Gazeta de Sergipe*, 07 a 09 de out. de 1990).

Apesar da dramaticidade e do tom denunciante da primeira matéria (julho de 1989), a segunda notícia foi veiculada somente em janeiro de 1990. Ou seja, não houve um acompanhamento da problemática das dunas pela mídia pesquisada. Ela apenas noticiou o fato, não cobrindo as páginas do jornal com reportagens subsequentes.

Apesar de as dunas costeiras serem, dentre os ecossistemas litorâneos, as que mais sofrem interferências nas suas características biofísicas; apesar de sua importância; apesar dos inúmeros serviços ambientais que desempenham, a cobertura do tema foi infinitamente pequena.

Segundo Melo e Souza (2006) - pesquisadora que desenvolve estudos na área de risco ambiental dos sistemas dunares - atualmente as dunas costeiras do Estado de Sergipe encontram-se fortemente antropizadas, devido mecanismos de natureza socioeconômica de caráter predatório como, expansão urbana e industrial descontrolada, usos e ocupação do solo, intensificação do turismo desordenado, entre outras.

No que diz respeito à temática em geral, os problemas abordados e discutidos pelo jornal foram extremamente relevantes e pertinentes para a sociedade sergipana e em círculos acadêmicos na época. Prova disso é a grande quantidade de fontes de informação qualificada, acionadas para a construção das notícias.

As matérias foram, na sua maioria, informativas. Não obstante, algumas tematizaram a questão abordada – se entendermos por tematizar, colocar determinado problema na ordem do dia da atenção pública, dando-lhe relevo adequado, salientando a sua centralidade e o seu significado em relação ao fluxo da informação não tematizada (Wolf, 1995).

Denúncias de agressões aos ecossistemas sergipanos foi o objeto central da maior parte das notícias, sendo que o mote das notícias esteve mais para o aspecto ecológico que para o econômico, no entanto, os dois foram relevantes. No caso da subtemática ‘Manguezais’, em algumas matérias foi esquecida a dimensão ecológica da questão e privilegiada a dimensão policialesca do assunto.

Como demonstrado através de trechos, as matérias apresentaram registros das formas de agressão ao meio ambiente tematizado.

A depender da subtemática foi enfatizada a área urbana ou a rural. No caso da temática ‘Manguezais’ o enfoque recaiu mais sobre os mangues da área urbana, pois Aracaju ainda possui uma área modesta de manguezais. Em relação às ‘Matas’ a atenção se voltou para a zona rural, logicamente por não haver resíduos de Mata Atlântica na zona urbana do Estado, a não ser o Morro do Urubu, situado na região inicial da cidade.

O homem, em algumas matérias, foi visto como violentador da natureza, uma espécie de assassino que vem “reduzindo substancialmente a sobrevivência de uma grande parte da fauna marinha”.⁸⁹

5.2.5 – Urbanização

A palavra “meio ambiente” reúne dois substantivos redundantes: meio, do latim *mediu*, que significa tudo aquilo que nos cerca, espaço onde o homem também se encontra inserido; e ambiente, palavra composta por dois vocábulo latinos: a preposição *amb(o)* (ao redor, à volta) e o verbo *ire* (ir). Ambiente significa tudo que vai à volta.

Segundo o *Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais* (1999), meio ambiente é “um conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles”.

Vejamos seu conceito legal, contido no art. 3º, inc. I da Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente, 1989), o qual dispõe que “meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. É um erro confundi-lo com apenas a fauna e a flora, e mais, excluir o homem do meio em que vive.

José Afonso da Silva (1989) propõe a análise do conceito ‘meio ambiente’ de três formas: Meio ambiente artificial, Meio ambiente cultural e Meio ambiente natural. Na visão do autor, meio ambiente artificial é aquele formado pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações (espaço urbano fechado) e dos equipamentos públicos (ruas, praças, áreas verdes: espaço urbano aberto). Meio ambiente cultural é

⁸⁹ “IBAMA apura depredação das dunas em Estância” *Gazeta de Sergipe*, 10 de abr. de 1991

aquele integrado pelo patrimônio histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, que, embora artificial, em regra, como obra do homem, difere do anterior pelo sentido de valor especial que adquiriu. Finalmente, o meio ambiente natural; aquele constituído pelo solo, a água, o ar, a flora, enfim, pela interação dos seres vivos e seu meio, onde se dá a correção recíproca entre as espécies e as relações destas com o ambiente físico que ocupam.

Em estudo realizado por Samira Crespo (2003), intitulado de *O que o brasileiro pensa da ecologia* (1991), observamos o primeiro painel nacional mapeador de idéias, conceitos e opiniões sobre o que viria a ser ecologia para nós brasileiros. Foram realizadas 3.650 entrevistas domiciliares em todo o território nacional e o painel de resultados obtidos foram divididos em dois blocos, sendo que o que nos interessa é o que se refere ao entendimento do conceito de meio ambiente predominante na mentalidade dos brasileiros. O resultado foi o seguinte: predomina uma visão “natural”, “romantizada” e “edênica” do meio ambiente, ou seja, o meio ambiente é considerado como sinônimo de fauna e de flora. Para a maioria dos entrevistados, ser ambientalista é defender a “natureza”. Quando perguntados sobre o tipo de entidade ambientalista que gostariam participar foram apontadas as que protegem animais e plantas.

Para a população brasileira, o homem e as suas criações se encontram fora do imaginário de “meio ambiente”. Temáticas como, saneamento básico em áreas periféricas da cidade, destinação do lixo, etc., não são remetidas ao meio ambiente (Crespo, 2003).

A relação entre a questão urbana e o meio ambiente apareceu como parte do problema ecológico apontado pela *Gazeta de Sergipe*, demonstrando uma visão menos restrita do jornal sobre o meio ambiente.

Excluímos, porém, matérias que informaram ou pediram providências em relação ao acúmulo de lixo em determinado logradouro, ou ainda denúncias sobre a existência de esgotos a céu aberto em certos locais da cidade. Essa exclusão se justifica pela grande quantidade de notas sobre esses assuntos, versando de maneira a não trazer contribuições maiores para a pesquisa.

A temática ‘Urbanização’ abarcou, portanto, matérias que falaram sobre áreas verdes (geralmente parques) dos municípios do Estado, sobre a necessidade de uma maior arborização na cidade de Aracaju e de matérias que noticiaram problemas urbanos e

socioambientais mais complexos, como o caso da instalação e permanência de lixeiras a céu aberto em áreas de perímetro urbano (Ver Tabela 5.5).

Tabela 5.5 – Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Urbanização’.

Ecosistemas agredidos	Qtde
Áreas verdes	8
Árvores	8
Habitação	1
Lixo	28
Total	45

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992.

Em relação às subtemáticas ‘Áreas Verdes’ e ‘Árvores’ concentramos nossa atenção em como estas foram tratadas e vistas, bem como suas principais funções apontadas pelo jornal.

Trataram-se, em sua grande parte, de matérias no formato de notas. Eram notas de apelo ao apoio da comunidade aracajuana na preservação e manutenção das árvores já existentes na cidade e nas novas mudas plantadas pela PMA.

A ligação entre arborização, civilização e saúde, é visível em trechos de notas sobre as subtemáticas analisadas:

“Cidade arborizada é cidade civilizada”. (“Arborização” *Gazeta de Sergipe*, 03 de jun. de 1972);

“Cidade arborizada é cidade com menos poluição”. (“Árvores” *Gazeta de Sergipe*, 26 de ago. de 1972).

Dentre as funções desempenhadas pelas árvores, o jornal aponta para sua importância como pulmão do mundo, prevenindo a humanidade de doenças provocadas pelo ar poluído das áreas urbanas. As árvores e áreas verdes são vistas pelo jornal como uma espécie de filtro de um ar cada vez mais poluído. As áreas verdes proporcionariam, segundo o periódico, conforto e segurança dos habitantes da cidade de Aracaju, já que amenizariam o calor e depuram o ar.

Vemos, a partir da mensagem do jornal, a conscientização de que a melhoria da qualidade de vida estaria atrelada à presença do “verde”.

Em nota intitulada ‘Árvores’, a importância residente nas áreas verdes chega a ser comparadas à importância da água para a nossa sobrevivência:

“A falta que as árvores fazem é somente comparável a falta de água”. (‘Árvores’ *Gazeta de Sergipe*, 14 de mar. de 1973).

No tocante às matérias que noticiaram e cobriram problemas urbanos e socioambientais de instalação e permanência de lixões em áreas urbanas, a grande maioria abordou o conflito ocorrido devido à lixeira da Soledade – vazadouro a céu aberto, onde a disposição final do lixo coletado é lançado em bruto sobre o terreno sem qualquer técnica especial.

Em 1989, de acordo com dados do IBGE, dentre 74 municípios sergipanos, a coleta de lixo era realizada somente no distrito sede de 73 municípios. No entanto, o problema maior residia na destinação final desse lixo. Segundo o mesmo instituto de pesquisa, eram 71 vazadouros a céu aberto e três em áreas alagadas. Não havia, portanto, aterros sanitários e usinas.⁹⁰

Os dados apresentados justificam a predominância da subtemática ‘Lixo’ sobre as demais, por isso a ênfase da análise recairá praticamente sobre ela.

O nosso foco de atenção se dará sobre o conflito socioambiental ocorrido no Bairro Soledade em relação à existência e permanência da lixeira da capital próxima à área de habitação e ao Rio do Sal; citado inclusive como “principal meio canalizador dos meios de sobrevivência da comunidade”.⁹¹

Pois bem, a primeira notícia sobre o problema da lixeira da Soledade foi publicada em 11 de fevereiro de 1981 com o título “Poluição leva Machado a advertir o Prefeito”. Nesta matéria, o problema foi transmitido para a população sergipana com uma declaração do próprio Secretário de Saúde, Sr. José Machado de Souza:

⁹⁰ Cf. Tabela 3 e Tabela 4 de: SANTOS, S. S. M. dos. Saneamento básico. In: CALDEIRON, S. S. (Coord.). Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Pesquisa realizada em 1989 (Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico).

⁹¹ Ver “Rio do Sal rumo ao perecimento” (*Gazeta de Sergipe*, 18 de mai. de 1982).

“__ Assim que tomei conhecimento da poluição acentuada existente no Rio do Sal e numa área do bairro Soledade, onde a Prefeitura coloca lixo orgânico, entrei em entendimento com a ADEMA (...).” (“Poluição leva Machado a advertir o Prefeito” *Gazeta de Sergipe*, 11 de fev. de 1981).

Nessa declaração, o Secretário de Saúde já anuncia a situação geral do problema: o acúmulo de lixo na área, a poluição acentuada do Rio do Sal e em área onde vive parte da comunidade.

A matéria forneceu dados de quantas toneladas de lixo eram jogados diariamente no local: 180 toneladas. Ainda informou sobre conseqüências maiores caso o problema não fosse resolvido: um surto epidêmico.

Tratou-se de uma matéria curta e informativa. Não teve um caráter de denúncia, mas de reconhecimento do próprio município da inviabilidade da permanência da lixeira no local.

O jornal não deu continuidade na cobertura do caso, caindo este no esquecimento. Quando, em 10 de maio de 1982 (um ano e três meses depois), o problema ressurgiu com uma chamada de capa, uma notícia interna de quase uma folha, cinco fotografias e um grande problema sendo noticiado: um surto epidêmico provocado pela proliferação de moscas no local.⁹²

A partir desta grande notícia, bem encorpada e rica em abordagem, o jornal não cessou em cobrir o problema. Dessa vez a questão foi transmitida para a população de forma mais consciente, informando a situação do lugar, explicando as conseqüências que o povo estava sofrendo.

Fontes populares foram bastante acionadas desde a matéria “Lixo, o drama do norte da cidade”, que teve quatro depoentes. Vejamos alguns destes depoimentos dando um sinal do que aquela comunidade estava passando:

“(...) as autoridades deviam tomar as providências sobre esse problema que chega a ser até um desrespeito à população, uma pessoa ter a 300 metros de sua casa o depósito de lixo de

⁹² Ver “Lixo, o drama do norte da cidade” (*Gazeta de Sergipe*, 09 e 10 de mai. de 1982).

toda a cidade”. (Depoimento de Darnival Gomes à matéria “Praga das moscas ataca e prejudica a população” *Gazeta de Sergipe*, 09 e 10 de mai. de 1982);

“Enquanto eu coloco água no copo e levo a boca, é tempo suficiente para que as moscas invadam o copo. Nossa situação aqui é de fazer dó a qualquer pessoa”. (Depoimento de Josefa dos Santos à matéria “Praga das moscas ataca e prejudica a população” *Gazeta de Sergipe*, 09 e 10 de mai. de 1982);

“(…) impossível combater as moscas, pois a todo instante espalha inseticida na casa, porém as moscas nem diminuem”. (Depoimento de Maria Diva dos Santos à matéria “Praga das moscas ataca e prejudica a população” *Gazeta de Sergipe*, 09 e 10 de mai. de 1982);

“É mais fácil se tirar a lixeira dali ou enterrar os lixos, do que toda a população se mudar”. (Depoimento de Antônio Marques à matéria “Praga das moscas ataca e prejudica a população” *Gazeta de Sergipe*, 09 e 10 de mai. de 1982).

Essa atenção às fontes populares nos remete a um grande diferencial em relação à cobertura de um outro conflito fartamente mencionado nesse capítulo, o da fábrica de cimento. Enquanto que na cobertura do conflito mencionado, demoraram cinco anos para fazer uso de fontes populares, já na segunda matéria sobre o problema da lixeira da Soledade esse tipo de fonte foi usada abundantemente.

Sobre isso uma hipótese pode ser arriscada. Acreditamos que o período de tempo no qual ocorreram os dois conflitos diz muito sobre essa diferença. O conflito da fábrica de cimento foi mais antigo que o da lixeira, além do que não existia nesse momento uma associação de bairro organizada. A AMABA foi formada somente em 1983, ano em que a população passou a ser citada como fonte de informação. No caso da lixeira da Soledade, já havia uma associação de bairro formada, o que acreditamos ter ajudado nesse aspecto.

Uma associação de moradores de bairros dá corpo e representatividade a uma comunidade, permitindo a representação dos habitantes do bairro em defesa dos interesses coletivos da comunidade face aos poderes públicos e privados. Talvez essa seja uma das razões procuradas por nós.

O tom de denúncia e a dramaticidade são perceptíveis desde o título das matérias: “Lixo, o drama do norte da cidade”⁹³, “Lixo da Prefeitura obriga morador do Soledade comer com mosquito”.⁹⁴

Vejam alguns trechos no qual o caráter denunciista e dramático estão presentes e que descrevem a situação da população desses bairros:

“Toda a cidade está sendo afetada com a chamada ‘praga das moscas’, causadas pelas lixeiras da Prefeitura (...)”. (“Praga das moscas ataca e prejudica a população” *Gazeta de Sergipe*, 09 e 10 de mai. de 1982);

“O lixo recolhido está sendo despejado num bairro da cidade sem que a Prefeitura tome nenhuma medida para combater as moscas e outros insetos provenientes do acúmulo de lixos”. (“Praga das moscas ataca e prejudica a população” *Gazeta de Sergipe*, 09 e 10 de mai. de 1982);

“Uma prova incontestável do descaso está no fato da localização nas proximidades do rio do Sal, principal elemento canalizador dos meios de sobrevivência de uma comunidade”. (“Rio do Sal rumo ao perecimento” *Gazeta de Sergipe*, 18 de mai. de 1982).

Dentre as consequências sofridas pela comunidade e pelo Rio do Sal podemos perceber, respectivamente, sérios prejuízos à saúde da população e a diminuição da vida animal no rio.

Como visto, além de resultar graves problemas ambientais, devido a possibilidade de contaminação das águas superficiais e subterrâneas pela ação do chorume, o lixo disposto no solo sem qualquer controle é responsável pela formação de vetores e pela transmissão de doenças. Ainda há o problema da sobrevivência de populações dos arredores destes lixões, que vivem da recolha do lixo em condições insanitárias.

A preocupação com o ecossistema do Rio do Sal diz respeito à dependência que a comunidade tem do rio como fonte de alimento e de renda, já que “várias são as famílias

⁹³ Ver “Lixo, o drama do norte da cidade” *Gazeta de Sergipe*, 09 e 10 de mai. de 1982).

⁹⁴ Ver “Lixo da Prefeitura obriga morador do Soledade comer com mosquito” (*Gazeta de Sergipe*, 12 de abr. de 1983).

que vivem exclusivamente da comercialização do peixe do rio do Sal”.⁹⁵ Vemos aí matérias totalmente antropocêntricas e de cunho meramente econômico.

Notícias subseqüentes surgem para informar sobre negociações a respeito da transferência da lixeira, denúncias e pronunciamentos de parlamentares e políticos do Estado, que de certo modo, pareceu fazer uso da situação como mote para suas campanhas.

Vejamos alguns pronunciamentos do Sr. Raul Andrade (PDS), Sr. Bosco Mendonça (PMDB) e Sr. Gilton Garcia (candidato a prefeito de Aracaju no ano de 1985), sobre o problema:

“(...) as autoridades competentes precisam adotar providências urgentes no sentido da transferência da lixeira que constitui um verdadeiro atentado à saúde da população (...)”. (Pronunciamento de Raul Andrade à matéria “Moscas e insetos transformam Bairro Soledade, afirma Raul” *Gazeta de Sergipe*, 15 de mar. de 1985);

“(...) a Câmara Municipal de Aracaju precisa adotar urgentes providências no sentido de exigir o cumprimento das atribuições da administração do Município”. (Pronunciamento de Bosco Mendonça à matéria “Lixeira da Soledade é um crime contra o povo” *Gazeta de Sergipe*, 17 de mai. de 1985);

“(...) a industrialização do lixo através de uma usina de beneficiamento, se torna necessário, eliminando este grave problema e criando alternativas de nova fonte de renda para os que ali sobrevivem de forma sub-humana”. (Pronunciamento de Gilton Garcia à matéria “Para Gilton, a lixeira deve mudar de lugar” *Gazeta de Sergipe*, 30 de jul. de 1985).

Como pode ser percebido, órgãos responsáveis, juntamente com a população e parlamentares locais foram os principais protagonistas dos fatos noticiados, atuando na maioria das vezes como porta-vozes da causa.

Os movimentos ambientalistas pouco se manifestaram sobre a problemática, concentrando-se em celeumas como a devastação de meio ambientes naturais e problemas diretamente ligados à poluição do ar. Essa constatação pode ser endossada pela afirmação de Jacobi (2003, p. 521) quando sustenta que:

⁹⁵ Ver “Rio do Sal rumo ao perecimento” (*Gazeta de Sergipe*, 18 de mai. de 1982).

“questões diretamente ligadas aos problemas de agravamento da degradação ambiental, tais como crescimento populacional e déficit de saneamento, não faziam parte da agenda dessas organizações, contribuindo para uma visão limitada da realidade”.

5.2.6 – Rio 92

A temática ‘Rio-92’ está entre as mais noticiadas pelo jornal, o que pode ser justificado devido à importância e magnanimidade do evento.

Antes de adentrarmos nesta análise temos que esclarecer uma questão a respeito do critério de escolha da categoria temática. A opção de excluir a CNUMAD (Rio-92) da temática ‘Eventos’ se justifica pela importância da conferência quanto evento e por ser um dos marcos temporais do estudo desenvolvido. Com isso, tivemos a necessidade de realizar uma análise direcionada e particular sobre a mensagem ambiental acerca da Rio-92.

A partir da análise dessa temática e da sua comparação com nosso outro marco temporal: a Conferência de Estocolmo conheceremos a abertura conquistada na mídia pelas notícias com temáticas ambientais.

Mas, antes de qualquer coisa, o que foi a Rio-92? O que motivou a realização de tal conferência e o porquê de sua realização no Brasil? Quais os objetivos do evento? Que importância teve e o que foi produzido? Como foi a relação do evento com a mídia?

A CNUMAD, mais conhecida como Rio-92, foi uma reunião de cúpula de todos os governos filiados à Organização das Nações Unidas (ONU), sobre meio ambiente e desenvolvimento. Sem sombra de dúvidas foi um evento sem precedentes na história da humanidade tanto pelos assuntos discutidos quanto pelo gigantismo do evento, com 180 países participantes reunidos para discutir a temática ‘Desenvolvimento sustentável enquanto concepção de economia política’.

Realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 4 e 11 de Junho, a Rio-92 se concretizou através de duas iniciativas que se completaram: a CNUMAD (evento oficial que ocorreu no Riocentro) e o Fórum Global (organizado pela sociedade civil).

A Rio-92 ocorreu por força dos resultados do Relatório Nosso Futuro Comum, resultante da Comissão Brundtland, formada com o objetivo de avaliar os resultados da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972.

É importante também enfatizar que a Rio-92 foi realizada três anos após a queda do Muro de Berlim e o fim da bipolarização política mundial. Podemos perceber tal discurso em algumas matérias sobre a temática abordada.

A escolha do Brasil como país sede do evento certamente se deu devido à divulgação pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) de densos desmatamentos da floresta Amazônica e ao assassinato de Chico Mendes, tornando-se o país, protagonista obrigatório na discussão. Não obstante, o Brasil, em termos ambientais, não foi o mesmo após tal evento.

De acordo com Neder (2002), a Rio-92 evidenciou um marco de uma fase de intenso envolvimento de organizações não-governamentais ambientais, socioambientalistas, além do empresariado, com a questão ambiental. Além do que, foi um dos fatores (a Rio-92) que impulsionaram o fluxo de consciência pública que despontou nos anos 1990 no Brasil. É Crespo (2003) quem vai afirmar que a Rio-92 proporcionou, ao Brasil, um salto de qualidade nos movimentos ambientalistas e sobre a consciência da população de um modo geral.

Para Fábio Feldmann (2003), objetivamente falando, a Rio-92 produziu alguns produtos importantes. O evento produziu a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica e sobre Mudanças Climáticas Globais, respectivamente mais conhecidas como: a Convenção da Biodiversidade e a Convenção do Clima. Tais convenções discutiram, respectivamente, sobre o empobrecimento da vida no planeta, pela extinção de espécies e degradação de ecossistemas, bem como a distribuição equitativa de benefícios entre os países detentores dos recursos genéticos e os que detêm os conhecimentos científicos e tecnológicos para manejá-los; e sobre as mudanças climáticas globais devido o aquecimento global.

Construir uma espécie de constituição planetária contendo os princípios fundamentais a serem seguidos na relação da humanidade entre si e com o planeta foi o grande objetivo do que se chamou de Declaração do Rio.

A Agenda 21 foi outro documento importante produzido no evento. Nela contém um repertório das iniciativas e ações a serem postas em prática num período de poucos anos, com o objetivo de transformar o desenvolvimento vigente no desenvolvimento sustentável.

Como veremos mais adiante, a conferência teve, no Brasil, seu brilho ofuscado pelo processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor. De acordo com Crespo (2003) nesse período sobreveio uma fase de decantação, onde os assuntos de meio ambiente voltaram a ser cobertos pelas editorias de ciências.

Ainda conforme a autora, após o evento, as mídias impressa e eletrônica aumentaram fortemente os espaços direcionados aos assuntos do meio ambiente, podendo, uma nova geração de jornalistas, encontrarem um mercado mais arejado e menos preconceituoso no que se refere aos assuntos ambientais (Crespo, 2003). Pode-se dizer que esse foi o legado da Rio-92 para a mídia.

Dando início à discussão da temática ‘Rio-92’, dividimos a temática analisada em três subtemáticas (Ver Tabela 5.6).

Tabela 5.6 – Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Rio-92’

Subtemáticas ‘Rio-92’	Qtde
Discussão	6
Evento	32
Pré-Discussões	7
Total	45

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

No que se refere à subtemática ‘Pré-Discussões’, selecionamos matérias que trouxeram opiniões de parlamentares sergipanos sobre o evento e matérias que informaram sobre o evento antes de seu acontecimento.

A necessidade de mobilização e engajamento sergipano na Rio-92, bem como a importância da presença de Sergipe na conferência foram assuntos postos em discussão por parlamentares sergipanos.

O Sr. Deputado Ivan Leite (PDC) é um deles:

“O parlamentar está propondo uma discussão ampla dos sergipanos sobre a questão da natureza, para que sejam elaboradas propostas e encaminhadas para ECO 92, que acontecerá no Rio de Janeiro”. (“Ivan defende debate amplo em Sergipe sobre ecologia” *Gazeta de Sergipe*, 07 de jan. de 1992).

Ivan Leite continua:

“(...) essa discussão tem que ser ampla e Sergipe não pode ficar de fora, por isso, estou propondo o debate com os segmentos da sociedade (...)”. (“Ivan defende debate amplo em Sergipe sobre ecologia” *Gazeta de Sergipe*, 07 de jan. de 1992).

A proposta feita pelo Sr. Ivan Leite é importante e foi feita dentro de um prazo generoso em relação à data do evento (junho). O deputado lembrou, ainda em janeiro de 1992, do valor do evento e da necessidade da presença do Estado neste, bem como a importância de uma prévia discussão, tanto pelo setor político quanto pela sociedade civil sergipana.

Matéria divulgando os resultados do *Projeto Sergipe/Brasil 92: perfil ambiental e estratégias* é importante a ser destacada. A notícia informa sobre o uso dos resultados deste projeto para a elaboração de documento a nível nacional que será apresentado pelo governo brasileiro durante a Rio-92.

É interessante observar que, apesar de notícias sobre os mais diversos aspectos de agressão ao meio ambiente, o projeto apontou para um resultado bastante otimista em relação à situação dos aspectos ambientais em Sergipe. É o Assessor da ADEMA, Sr. Sérgio Melo, quem faz a seguinte declaração:

“A nível de aspectos ambientais, Sergipe é um Estado que assume uma posição privilegiada no solo brasileiro por não possuir problemas mais agravantes em áreas de grande porte ocasionados pela depredação”. (“Sergipe participará da Eco-92” *Gazeta de Sergipe*, 12 de mai. de 1992).

O interessante é que o projeto noticiado foi desenvolvido por 14 técnicos da ADEMA, IBAMA, UFS, Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA),

Petrobras, Federação de Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), entre outros órgãos governamentais. O resultado é ambíguo quando comparado aos problemas que vimos noticiados nas páginas do jornal *Gazeta de Sergipe*. E mais, problemas reconhecidos por estes mesmos órgãos que concretizaram tal projeto.

No relatório do projeto é tecida comentários sobre o histórico da situação ambiental no Estado, da política ambiental desenvolvida em Sergipe e ainda aponta para a evolução da política ambiental brasileira.

Sobre tais assuntos o jornal divulga ter o Estado “(...) melhores condições já que é um Estado pioneiro na região Nordeste na elaboração de uma legislação do meio ambiente”⁹⁶, remetendo ao convênio firmado na década de 1970 entre Ministério da Marinha e Governo de Sergipe, sobre as primeiras normas de proteção e preservação ambiental.

No que se refere à história do sistema ambiental, os técnicos envolvidos no projeto apontaram, em consonância com o que foi divulgado pela *Gazeta de Sergipe*, como “principais agentes da depredação, as áreas industriais e a inexistência de um sistema de esgoto no interior e em 30% da capital”.⁹⁷ Podemos remeter aqui às temáticas ‘Poluição’ e ‘Devastação’.

Mesmo assim, o coordenador do projeto afirma na matéria que “dentro da área industrial, os aspectos de poluição são localizados e sem grandes expressões”⁹⁸, destacando como agentes poluentes as indústrias de “suco, petrolífera, torrefação de café, usinas de açúcar e destilaria de álcool”.⁹⁹ Apesar dos técnicos da Petrobras fazerem parte do projeto, a empresa é citada como uma das maiores poluidoras. Todavia, um dos maiores agentes poluentes do Estado é totalmente esquecido pelo Sr. Sérgio Melo: fábricas de cimento, que como visto, foi uma das mais poluidoras do Estado.

Mas qual teria sido o motivo da não citação das fábricas de cimento, inclusive a Portland, nesse processo de depredação do meio ambiente sergipano? O fato pode está

⁹⁶ Ver “Sergipe participará da Eco-92” (*Gazeta de Sergipe*, 12 de mai. de 1992).

⁹⁷ Ver “Sergipe participará da Eco-92” (*Gazeta de Sergipe*, 12 de mai. de 1992).

⁹⁸ Ver “Sergipe participará da Eco-92” (*Gazeta de Sergipe*, 12 de mai. de 1992).

⁹⁹ Ver “Sergipe participará da Eco-92” (*Gazeta de Sergipe*, 12 de mai. de 1992).

correlacionado ao grande poder econômico e político do grupo empresarial citado, pois se tratava de um dos maiores grupos industriais do país.

O relatório aponta no que diz respeito à política ambiental, para 20 projetos de pesquisa e de atividades permanentes a serem executados pela ADEMA de 1993 a 1995. Pudemos observar o histórico da política ambiental sergipana através da temática ‘Convênio, Projeto, Estudo’.

Dentre as sete matérias inseridas na subtemática ‘Pré-Discussões’, duas divulgaram a opinião de dois políticos do Estado: Sr. Ivan Leite e Sr. Luciano Prado. As demais matérias informaram sobre reuniões preparatórias, sobre a participação do reitor da UFS no evento, sobre a quantidade de delegados brasileiros na conferência, etc.

Em meio aos setores da sociedade que se fizeram ouvir nessa subtemática percebemos a presença de parlamentares, partidos políticos e agências governamentais, como a ADEMA. Apenas uma matéria teve como fonte de informação agências nacionais de informação: foi a matéria “Brasil tem 156 delegados para Eco-92”.¹⁰⁰

A ausência dos movimentos ambientalistas no processo de discussão sobre o evento foi notada. Entidades ambientalistas bastante atuantes no Estado (ASPAM e MOPEC) não foram ouvidas ou não se pronunciaram sobre o evento. O que foi uma perda na discussão, já que paralelo ao evento ocorreu o *Fórum Global* das ONGs, que reuniu cerca de 4.000 dessas organizações da sociedade civil.

A subtemática ‘Evento’ foi a maior, pois tratou basicamente da preparação e realização da Rio-92. Tais matérias informaram o que ocorreu no evento; desde sua abertura no dia 03 de junho de 1992, pelo presidente Fernando Collor; perpassando por matérias informativas sobre o caminhar das convenções, declarações e agendas; e culminando no encerramento e desfecho do evento.

Como colocado por André Trigueiro (2003), televisões, jornais, revistas e rádios repetiram à exaustão que o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, não assinaria documentos importantes formulados durante a conferência. Não foi diferente no

¹⁰⁰ Ver “Brasil tem 156 delegados para Eco-92” (*Gazeta de Sergipe*, 30 de mai. de 1992).

jornal *Gazeta de Sergipe*, até porque a maioria das matérias tiveram como fonte de informação agências de notícias nacionais.

Diversas matérias apresentaram a visão do presidente Collor em relação à importância do evento e do que seria produzido, assim como sua interpretação sobre a problemática ambiental. Algumas destas matérias trouxeram parte de discursos proferidos por Collor.

Vejamos abaixo alguns trechos do que representou a Rio-92 e a Crise ambiental para o Sr. Fernando Collor:

“(...) não podemos ter um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto. São objetivos que se completam, em cada comunidade, em cada país, em todo o globo”. (“Collor quer ajuda dos ricos para justiça social” *Gazeta de Sergipe*, 04 de jun. de 1992);

“Aqui, todos poderão perceber de forma clara que o inimigo mais encarniçado e o adversário mais persistente são a pobreza e a falta de oportunidades”. (“Collor quer ajuda dos ricos para justiça social” *Gazeta de Sergipe*, 04 de jun. de 1992);

“Ela (a Rio-92) deverá significar o nascimento de um novo contrato social internacional, capaz de conduzir-nos, sãos e salvos, para além do fim deste século e deste milênio”. Pois “as pequenas negligências de hoje podem representar danos irreparáveis amanhã”. (“Collor quer ajuda dos ricos para justiça social” *Gazeta de Sergipe*, 04 de jun. de 1992);

*“Hoje, estamos conscientes de que os problemas ambientais assumiram proporções globais, exigindo, portanto, tratamento global. Hoje, sabemos que a busca do processo deve estar associada à conquista do bem-estar e da felicidade de todos os homens. Hoje, compreendemos que não será possível equacionar a questão ambiental se não equacionarmos o dramático panorama social que afeta quatro quintos da humanidade, porque a miséria é causa e conseqüência da degradação da natureza”. (“Collor pede ousadia nos modelos de desenvolvimento” *Gazeta de Sergipe*, 06 de jun. de 1992).*

Algumas matérias arriscaram a criticar o conteúdo do discurso proferido por Fernando Collor:

“Collor referiu-se de maneira discreta a guerra que ameaça dividir a Rio-92, a discrepância dos níveis de vida entre o Norte e o Sul do planeta (...) O presidente, entretanto, evitou o confronto direto”. (“Collor quer ajuda dos ricos para justiça social” *Gazeta de Sergipe*, 04 de jun. de 1992);

“Em seu discurso Collor parece não se preocupar com a divergência de opiniões que marcou as posições das várias nações nos períodos preliminares a Rio-92”. (“Collor assina em primeiro lugar a convenção do clima” *Gazeta de Sergipe*, 05 de jun. de 1992).

A Rio-92, citada pelo jornal ora como Rio-92 ora como Eco-92, foi vista para além de um encontro formal entre chefes de Estado e de governo para assinatura de documentos já concluídos. Foi colocada como “uma sessão crítica de negociações”.¹⁰¹ E realmente o foi, como noticiado pelo jornal *Gazeta de Sergipe*, que informou toda a discussão e embates que ocorreu em torno dos cinco documentos produzidos no evento: as Convenções da Biodiversidade e do Clima, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Declaração do Rio e a Agenda 21.

A Convenção do Clima é vista como “um momento feliz para as relações internacionais”¹⁰², mas que ficou “aquém do que gostariam os que anseiam por políticas mais concretas de preservação ambiental”¹⁰³, possuindo porém, “mecanismos que abrem campo para aprimoramentos posteriores das obrigações que contém”.¹⁰⁴ Foi o que ocorreu cinco anos mais tarde com o Protocolo de Quioto.

A única matéria que trouxe a manifestação opinativa de uma entidade ambientalista foi “Texto do tratado do clima é bastante criticado no Rio”.¹⁰⁵ Tratou-se do *Greenpeace*, que considerou o documento fraco e impreciso, alegando que a convenção “não fixa metas

¹⁰¹ Ver “Rio 92 será aberta hoje e Collor será o presidente” (*Gazeta de Sergipe*, 03 de jun. de 1992).

¹⁰² Ver “Collor assina em primeiro lugar a convenção do clima” (*Gazeta de Sergipe*, 05 de jun. de 1992).

¹⁰³ Ver “Collor assina em primeiro lugar a convenção do clima” (*Gazeta de Sergipe*, 05 de jun. de 1992).

¹⁰⁴ Ver “Collor assina em primeiro lugar a convenção do clima” (*Gazeta de Sergipe*, 05 de jun. de 1992).

¹⁰⁵ Ver “Texto do tratado do clima é bastante criticado no Rio” (*Gazeta de Sergipe*, jun. de 1992).

quantitativas que possam concretizar a estabilização dos gases-estufa e ignora a importância energética e do uso de fontes renováveis de energia (...).¹⁰⁶

Houve, portanto, uma inexpressiva abertura às entidades ambientalistas, contado com o fato de que ocorria paralelamente ao evento o *Fórum Global*.

Em relação à Convenção da Biodiversidade, o jornal pecou por não esclarecer o significado do termo biodiversidade e sua importância para o planeta. As notícias giram em torno de informações acerca das decisões políticas sobre a convenção, assim como das discordâncias entre os países detentores dos recursos genéticos e os detentores do conhecimento científico e tecnológico.

Os demais documentos tiveram o mesmo formato de cobertura e de conteúdo informativo, ou seja, sendo privilegiado as decisões e negligenciados a discussão da importância destas decisões e o esclarecimento de termos fundamentais para a compreensão de todo o debate gerado pelo evento.

Ainda dentro dessa subtemática, matérias se concentraram na posição política de líderes de governo de outros países. O encerramento do evento foi noticiado, dando conta das resoluções das declarações, convenções e agendas seguidas de uma última matéria apresentando uma breve e superficial avaliação do evento para países como o Brasil, os Estados Unidos, a Comunidade Européia, o Japão e países africanos. O Brasil foi apresentado como:

*“um dos grandes vencedores da Rio-92”, pois “(...) saiu fortalecido em seu papel de articulador dentro do grupo de países em desenvolvimento. Conseguiu se livrar da má fama ambiental ao relacionar desmatamento à pobreza e à necessidade de desenvolvimento”.*¹⁰⁷

As agências de notícias foram as fontes de informação mais acionadas nessa subtemática. Mais uma vez os movimentos ambientalistas não se fizeram representar na discussão em torno do evento.

¹⁰⁶ Ver “Texto do tratado do clima é bastante criticado no Rio” (*Gazeta de Sergipe*, jun. de 1992).

¹⁰⁷ Ver “Quem perdeu e quem saiu ganhando com os acordos” (*Gazeta de Sergipe*, 14 e 15 jun. de 1992).

O *Fórum Global* não foi mencionado pelo jornal. O papel dos movimentos ambientalistas não foi abordado, nem ao menos mencionado. Dentre tantos eventos paralelos à Rio-92, o jornal parece ter se interessado somente sobre a conferência discutida.

A última subtemática, 'Discussão', versou sobre comentários e opiniões feitos durante e após a conferência, acerca de possíveis resultados desta. Foi representada somente a classe política do Estado, como o Sr. Deputado Ivan Leite, que criticou a desatenção dos organizadores da Rio-92 para com os legisladores e exclusão destes do debate acerca dos problemas nacionais; o Sr. Deputado Federal Djenal Gonçalves; e o Sr. Deputado Luciano Prado.

Na temática 'Rio-92' vimos que os assuntos mais explorados foram os relacionados aos documentos produzidos e aprovados no evento. Conclui-se com isso, que o enfoque maior recaiu para o período de realização da conferência, sendo publicadas uma grande quantidade de notícias sobre o evento num curto espaço de tempo. Esse fator talvez não tenha contribuído para uma compreensão mais profunda da Rio-92, pois tantas informações ao mesmo instante sobre um único acontecimento pode ter influenciado para esse fenômeno. Além do que muitos termos importantes da área ambiental foram renegados e não explicados para o leitor, deixando-os muitas vezes informados, mas sem entendimento da questão.

Em suma, o jornal deu mais espaço para o acompanhamento do evento, do que para discussões que ocorreram durante o evento.

O assunto mais noticiado pelo jornal foi referente aos acordos voltados para os documentos produzidos durante a conferência. Talvez o fato de os EUA ter se negado a assinar tais documentos tenha direcionado uma maior visibilidade para a cobertura destes.

Os aspectos ambientais, econômicos, políticos do evento foram abordados nas matérias selecionadas, demonstrando certo equilíbrio entre eles.

Foi através da observação das matérias da temática 'Evento' que percebemos como a Rio-92 repercutiu em Sergipe. A repercussão do evento no Estado e na sua capital foi das melhores, tendo sido realizados eventos que abarcaram as mais variadas formas de comunicação, desde palestras, exposições fotográficas e de artes plásticas.

5.2.7 – Fauna e Flora

A fauna e a flora do Estado de Sergipe foram noticiadas pelo jornal. A temática foi beneficiada com 5,8% das matérias veiculadas.

Matérias que versaram sobre qualquer tipo de proteção a nossa fauna e flora foram inclusas nessa categoria, tenha ocorrido ela através de um projeto ou ação de fiscalização. Portanto, não se trata apenas de campanha educativa e de conscientização, mas de ações efetivas realizadas por órgãos governamentais responsáveis, a exemplo do IBDF.

A preocupação com a fauna e a flora sergipana foi priorizada pelo impresso, entretanto, constituiu o foco de cobertura do jornal a fauna em detrimento da flora sergipana, que é lembrada apenas uma vez pelo jornal. É interessante observar que a não cobertura de ações para a proteção da flora pode sugerir a não cobertura desse tema pelo jornal ou a ausência de medidas de proteção à flora. Ficamos com a segunda hipótese.

As demais matérias abordaram a fauna do Estado, no entanto, o jornal noticiou quase que exclusivamente ações voltadas para a proteção da tartaruga marinha do litoral sergipano (Ver Figura 5.14).

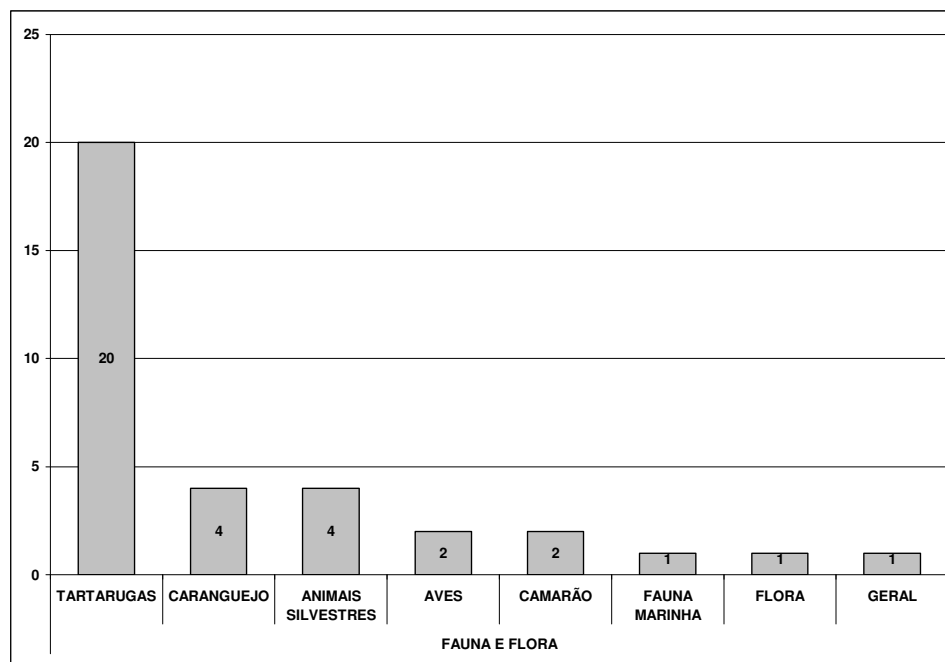


Figura 5.14 – Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Fauna e Flora’ (1972-1992)

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

Observamos através da Figura 5.14 que várias espécies foram alvo de proteção, contudo, foram poucas as ações viabilizadoras destas proteções. O destaque maior, como dito, recaiu sobre as ações protecionistas desenvolvidas pelo IBDF voltadas para as tartarugas marinhas, com o projeto *Tartarugas Marinhas* (TAMAR).

O jornal manifestou interesse por iniciativas em prol da preservação de espécies ameaçadas de extinção. Foi o caso das tartarugas marinhas das espécies tartaruga-meio-pente (*Caretta caretta caretta*) e tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata imbricata*).

No tocante à subtemática ‘Tartarugas’, as matérias fizeram um paralelo constante entre a proteção dessas espécies e consequentemente sobre o IBDF, órgão governamental responsável pela formulação e execução de políticas de proteção da fauna e da flora, consequentemente responsável pelo desenvolvimento do *Projeto TAMAR*. Como veremos a seguir, as matérias não fizeram separação entre um e outro, chegando na maioria das vezes a priorizar a divulgação das ações por si mesmas em decorrência da própria importância da espécie para o meio ambiente e para o ecossistema marinho e de sua proteção.

No decorrer da análise pairou a dúvida: será que a prioridade da notícia foi a preservação da espécie e sua importância ou esta não passou de um detalhe para a divulgação da atuação do IBDF? Tentaremos responder nosso questionamento até o final desse item.

Apesar de o *Projeto TAMAR* existir desde meados da década de 80, o jornal só veio noticiá-lo em 20 de outubro de 1984. Observamos que de início as notícias carregaram um tom denunciata:

“(...) os predadores da fauna marinha estão agindo à vontade, na praia de Pirambu. Quem está sofrendo com essa ação nefasta é a tartaruga – que no presente momento se encontra em fase de desova”. (“Tartarugas” *Gazeta de Sergipe*, 20 de out. de 1984).

Em matéria “Proteção total para tartarugas de Pirambu” é divulgada a ação do projeto de proteção à espécie marinha, o TAMAR, informando a meta e o processo utilizado para a proteção:

“(...) nos próximos dois meses, no mais tardar, aproximadamente seis mil ovos de tartarugas marinhas estarão sendo despejados nas praias de Pirambu (...)”. (“Proteção total para tartarugas de Pirambu” *Gazeta de Sergipe*, 06 de dez. de 1984);

“Eles serão acolhidos nas 35 chocadeiras elaboradas pelo IBDF para terem o crescimento perfeito e normal e, em seguida, devolvidos ao mar”. (“Proteção total para tartarugas de Pirambu” *Gazeta de Sergipe*, 06 de dez. de 1984).

O Projeto TAMAR é mais bem explicado nas próximas matérias. Divulgando as ações do IBDF, o jornal informa sobre o projeto e sua existência há meia década. Vejamos:

*“Em Sergipe, há meia década que o IBDF vem desenvolvendo um programa de proteção a fauna (...) Trata-se do Projeto TAMAR, cujo principal objetivo é preservar as tartarugas marinhas do litoral sergipano, garantindo o retorno da espécie ao mar, após o período da desova”. (“IBDF proíbe caça em todo o Estado e protegerá tartaruga marinha” *Gazeta de Sergipe*, 01 e 02 de jan. de 1986);*

“Consiste, basicamente, na coleta de ovos nas praias, de onde são levados para cercados de incubação mantidos pelo órgão”. (“Novas tartarugas são lançadas no mar: IBDF” *Gazeta de Sergipe*, 03 de abr. de 1986);

“O objetivo (...) é justamente o de preservar a vida dos animais, contando com a colaboração da população nativa”. (“IBDF desenvolve o Projeto TAMAR” *Gazeta de Sergipe*, 28 de abr. de 1988).

Dentre as ações realizadas o órgão encontrou viabilidade na afixação de cartazes de alerta para a comunidade sobre a proibição de caça às tartarugas; a realização de campanha sistêmica de conscientização dos pescadores e moradores da região; a exibição de filmes e slides; e a organização de exposições fotográficas.

O papel da população no processo e para o alcance do sucesso do projeto é enfatizado em algumas matérias, que destaca a relação importante entre preservação e conscientização da população local. Enfim um trabalho de educação ambiental voltado para a inserção da comunidade no processo e não de exclusão. Vejamos:

“O IBDF tem como meta principal preservar a natureza em todos os sentidos, conscientizando o homem a participar e colaborar com a ecologia. Somente assim haverá equilíbrio na natureza”. (“IBDF preserva tartarugas” *Gazeta de Sergipe*, 13 e 14 de abr. de 1986);

“(...) este processo não encontra mais resistência da população, que hoje já está conscientizada que não deve recolher os ovos para servir de alimentos”. (“Proteção total para tartarugas de Pirambu” *Gazeta de Sergipe*, 06 de dez. de 1984);

“(...) preservar a vida dos animais, contando com a colaboração da população nativa”. (“IBDF desenvolve o Projeto TAMAR” *Gazeta de Sergipe*, 28 de abr. de 1988);

“(...) realizando um programa de conscientização das comunidades próximas ao habitat natural das tartarugas”. (“IBDF desenvolve o Projeto TAMAR” *Gazeta de Sergipe*, 28 de abr. de 1988);

“O trabalho que nós estamos desenvolvendo está sendo positivo, pois até o presente momento não houve

*nenhuma destruição no cercado de incubação dos ovos e nas placas de marcação da praia, sendo essa a única razão pela qual quero que o trabalho de conscientização seja realizado durante todo o ano”. (“Reiniciado o projeto de preservação das tartarugas pelo IBDF” *Gazeta de Sergipe*, 27 de ago. de 1988);*

“O crescente número de tartaruguinhas lançadas ao mar, é atribuído pelo delegado à conscientização dos moradores e banhistas que não mais carregam os ovos para se alimentar”. (“IBDF lançará mil tartarugas ao mar depois desativará projeto” *Gazeta de Sergipe*, 11 de abr. de 1987).

Sendo o trabalho desenvolvido entre os meses de outubro e março, quando as tartarugas sobem no sentido da praia para reproduzir, o jornal anualmente informou sobre a abertura e a finalização do projeto. As notícias sobre a reabertura do projeto geralmente continham as mesmas informações, ou seja, objetivo e importância do projeto, período de realização e metas a serem cumpridas. Já as matérias sobre o encerramento do projeto apresentavam os resultados do mesmo, com dados estatísticos oficiais sobre a quantidade de tartarugas lançadas ao mar.

Vejamos alguns trechos que indicam a afirmação acima:

“O Projeto TAMAR (...) será iniciado, em Sergipe, a partir de primeiro de outubro, na reserva ecológica Santa Isabel, numa área de 27,6 milhões de metros quadrados abrangendo os municípios de Pirambu e Pacatuba (...)”. (“Projeto para preservação das tartarugas tem início marcado” *Gazeta de Sergipe*, 18 de set. de 1987);

“O projeto de conservação das tartarugas marinhas no município de Pirambu, será reiniciado no próximo mês de setembro, no qual se estenderá até março do ano que vem”. (“Reiniciado o projeto de preservação das tartarugas pelo IBDF” *Gazeta de Sergipe*, 27 de ago. de 1988);

“Com um total de 5 mil 287 filhotes lançados ao mar, foi encerrada mais uma etapa do programa de defesa das tartarugas marinhas, que, periodicamente, vem sendo executado em Sergipe, pelo IBDF, ao longo de 40 quilômetros da costa estadual”. (“Novas tartarugas são lançadas no mar: IBDF” *Gazeta de Sergipe*, 03 de abr. de 1986);

*“O projeto anual de lançamento ao mar dos filhotes de tartarugas do litoral sergipano (...) terminará no próximo dia 31. (...) durante todo o período o IBDF recolheu, na praia de Pirambu, (...) 19.529 ovos que foram colocados em 105 ninhos tecnicamente preparados pelo órgão. Desse total foram atirados ao mar 7.467 filhotes, esperando-se que a eclosão dos 12.062 ovos restantes ocorra até o final do mês”. (“Projeto Tartaruga termina no final do mês diz o IBDF” *Gazeta de Sergipe*, 12 de mar. de 1987).*

O jornal não explorou, no momento da coleta das informações com o responsável pelo IBDF, conhecimentos acerca da tartaruga marinha quanto espécie e sobre sua importância para o ecossistema. Apenas uma matéria apresentou profundidade na abordagem em relação ao animal objeto de atenção. Nela o jornal informou que:

*“(...) as tartarugas marinhas existem há cerca de 150 milhões de anos e sobreviveram às mais drásticas mudanças da terra sendo atingidas apenas depois da chegada do homem moderno”. (“Projeto IBDF proíbe caça em todo Estado e protegerá tartaruga marinha” *Gazeta de Sergipe*, 01 e 02 de jan.1986).*

A fonte de informação mais acionada pelo periódico foi em uníssono o IBDF, devido ao fato de ser o órgão responsável pela preservação da natureza. Essa afirmação pode ser endossada pela constatação da inexistência de fontes de informação qualificada em todas as matérias. Nenhum técnico especialista ou pesquisador foi entrevistado para falar da espécie alvo da proteção.

Podemos destacar ainda matérias que versaram sobre a proteção e preservação do caranguejo e de animais silvestres. Sobre o primeiro tivemos matérias que trataram da importância da proteção do caranguejo em seu período de desova e matérias sobre um embate entre entidades ambientalistas e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); agência que no momento em questão promovia um festival de consumo do caranguejo, justamente no seu período de desova. Foram matérias de caráter denunciante e de embates de idéias.

Em relação aos animais silvestres foram veiculadas matérias sobre blitzes realizadas, em ação conjunta do IBDF e a Polícia Federal (PF), em feiras livres de Aracaju, casas comerciais e feiras livres de municípios do interior do Estado, como Itabaiana, Lagarto, Propriá, Simão Dias, entre outros, que estariam comercializando pássaros e animais de outras espécies para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

As demais subtemáticas não tiveram relevância no jornal.

Destacou-se nessa temática, mais do que as tartarugas, o IBDF, seus atos e projetos, principalmente os direcionados à proteção da tartaruga marinha, talvez por ser um projeto já bem estruturado, desenvolvido também em outros estados brasileiros e reconhecido nacionalmente, inclusive recebedor de recursos financeiros da Fundação para a Conservação da Natureza.

Mesmo com a escassez de estudos pertinentes, Brazão et. al (1993) arriscam afirmar que a situação em que hoje se encontra a fauna brasileira é de franco decréscimo das populações de um elevado número de espécies.

5.2.8 – Legislação Ambiental

A formulação de projetos de leis, a efetivação de decretos de lei e a proposta de criação de conselhos direcionados às questões ambientais tiveram espaço no impresso, com 4,3% (26) do total das matérias selecionadas.

Fazem parte dessa temática, matérias que noticiaram propostas de projetos de leis e a efetivação de decretos de leis ligados ao meio ambiente no Brasil, em Sergipe e em Aracaju.

Legislação ambiental consiste em todo um conjunto de normas que tratam acerca do meio ambiente. Não é de hoje que há preocupação com o meio ambiente e sua depredação. A proteção ambiental vem sendo objeto de preocupação desde tempos longínquos, tenha sido ela realizada através de ritos, mitos e manifestações culturais de

determinados povos, tenha sido ela realizada através de normas disciplinadoras acerca do meio ambiente.

Reflexões ecológicas que motivaram práticas inerentes pertencem a todas as épocas da história da humanidade. A literatura antropológica demonstra diversos exemplos de procedimentos culturais aplicados, visando resultados de certa harmonia entre o homem e a natureza. Lago (1991) remete a um esquema freqüente para se aliviar a pressão sobre um tipo de vegetal ou de animal: a divisão da tribo em grupos totêmicos. Cada grupo adotava uma proibição específica de comer determinado animal ou vegetal totêmico. Para o autor esse esquema demonstra “uma forma embrionária de regulamentação de atividades humana, que objetiva conter excessiva carga de utilização de determinados recursos escassamente disponíveis no ambiente”. (Lago, 1991)

Podemos observar, através de estudos desenvolvidos por Edson Carneiro (1956, apud Lago, 1991) sobre o povoamento da Amazônia brasileira, a existência de inúmeras contenções devido superstições impostas pelo próprio amazônida. Uma forma primitiva de Código Florestal que delimita a pesca em determinados lugares e em certas épocas do ano.

Já em relação ao sistema de normas escritas, disciplinadoras acerca do meio ambiente, podemos remontar às Ordenações Afonsinas, editadas sob o reinado de Dom Afonso IV, que já tipificavam o corte de árvores como crime de injúria ao rei. Podemos retomar também as Ordenações Manuelinas¹⁰⁸, mais avançadas em termos de matéria ambiental, que proibiam o emprego de instrumentos que causassem dor ou sofrimento na caça de animais como a lebre, o coelho e a perdiz. O conceito de poluição pode ser vislumbrado nas Ordenações Filipinas¹⁰⁹, que proibiu a poluição de rios e lagoas.

Podemos ver que desde os tempos do Brasil colônia os governos conjecturaram de proteger as florestas, alertados inicialmente pela devastação do pau-brasil, e posteriormente pela devastação das nossas matas para o plantio da cana-de-açúcar e outras monoculturas, e para a extração de minérios.

Toda essa ordenação dispersa, acentuava a necessidade de atualização das regras e normas voltadas para o meio ambiente, problema solucionado com a promulgação, em 1º

¹⁰⁸ Ordenações do reinado de Dom Manuel.

¹⁰⁹ Ordenações aprovadas em 1603 por Dom Felipe II e obrigatórias no Reino português e em suas colônias, devido ao domínio espanhol.

de janeiro de 1916, do Código Civil brasileiro, nosso primeiro diploma legal com preocupações ecológicas.

Mais para frente, com a realização e influência da Conferência de Estocolmo, diversos diplomas legais, voltados para a proteção do meio ambiente começou a penetrar todos os níveis de poder público. Foi editada a Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, trazendo consigo o conceito legal de meio ambiente e instituindo um Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e a Lei nº. 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública como instrumento processual específico para a defesa do meio ambiente.

A promulgação da Constituição brasileira, em 1988, trouxe capítulo dedicado ao meio ambiente, considerado um dos textos mais avançados de todo o mundo.

A realização da Conferência de Estocolmo também estimulou no Estado de Sergipe a elaboração de projeto de leis e decretos de leis. O jornal deu destaque a estas propostas.

Matérias de teor informativo deram notícia de propostas de projetos de leis acerca do meio ambiente, elaborados por vereadores aracajuanos, parlamentares sergipanos e de outros estados da federação.

De acordo com tais matérias foram propostos projetos de lei voltados para a sustação de incentivos fiscais a empresas industriais poluidoras; para o estabelecimento de uma política que defendesse e protegesse a cidade de Aracaju contra a poluição, inclusive com o estabelecimento de alvarás de funcionamento somente a empresas que adotassem dispositivos minimizadores da poluição; para o estabelecimento de normas de controle da poluição das águas sergipanas; para a obrigatoriedade da instalação de tubos de escapamento nos ônibus da cidade de Aracaju; entre outras. Tais projetos, como percebido, versaram exclusivamente sobre a questão da poluição atmosférica e aquática.

No entanto, outros projetos de leis foram propostos visando a proteção da arborização pública; a inclusão das disciplinas Ecologia e Educação Ambiental nos currículos do 1º grau da rede municipal de ensino; a criação de um fundo para áreas verdes e de normas para edificações em áreas rurais; dentre outros.

A proposta da criação de um Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA) foi noticiada pelo jornal de maneira positiva, quando este afirma que:

“As constantes agressões, que vem sofrendo o ambiente natural em nosso Estado, principalmente Aracaju e, sobretudo com relação à poluição do ar e ataques aos manguezais poderão acabar com o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Meio Ambiente (...)”. (“Aracaju vai proteger seu meio ambiente” Gazeta de Sergipe, 09 de jul. de 1988).

Tal conselho foi acatado e criado através da Lei nº. 1.394, com o objetivo de orientar a política municipal do meio ambiente.

O jornal abordou a temática de forma otimista, vendo nessas propostas uma maneira de enfrentar a crise ambiental. Apoiou tais iniciativas e acompanhou-as com o passar dos anos. Vejamos como o jornal aborda a questão da crise ambiental e o papel que cabe a Sergipe para o seu enfrentamento:

“O maior inimigo da natureza é o progresso, sobretudo, quando ele é devastador e especulativo. A maioria dos Estados se desenvolverão sem qualquer preocupação com a natureza, causando sérios danos à qualidade de vida, por isso, Sergipe percorrerá outro caminho e seu desenvolvimento (...) está preocupado em manter o equilíbrio ecológico”. (“Sergipe se desenvolverá preservando a ecologia” Gazeta de Sergipe, 14 de dez. de 1989).

Os próprios títulos das matérias já dão uma prévia da visão positiva do jornal acerca desses projetos de lei: “Aracaju vai proteger seu meio ambiente”¹¹⁰, “Sergipe se desenvolverá preservando a ecologia”¹¹¹, “Sergipe não esqueceu controle ambiental”¹¹², “Conselho protegerá a natureza”.¹¹³

¹¹⁰ Ver “Aracaju vai proteger seu meio ambiente” (*Gazeta de Sergipe*, 09 de jul. de 1988).

¹¹¹ Ver “Sergipe se desenvolverá preservando a ecologia” (*Gazeta de Sergipe*, 14 de dez. de 1989).

¹¹² Ver “Sergipe não esqueceu controle ambiental” (*Gazeta de Sergipe*, 12 de ago. de 1990).

¹¹³ Ver “Conselho protegerá a natureza” (*Gazeta de Sergipe*, 07 e 08 de jan. de 1990).

O Estado de Sergipe, para o impresso, não podia ficar de fora de todo o processo de combate à poluição ambiental, pois através das palavras do Secretário Especial do Meio Ambiente – Sr. Paulo Nogueira Neto, e fortemente creditadas pelo jornal:

“Desenvolvimento econômico dissociado da proteção ambiental perde o seu sentido, já que o homem ao invés de ter melhoria na sua qualidade de vida com o desenvolvimento, é agredido se não houver a proteção do meio ambiente”. (“Sergipe não esqueceu controle ambiental” *Gazeta de Sergipe*, 12 de ago. de 1979).

Sobre projeto de lei dispondo sobre a poluição das águas estaduais, o jornal afirma:

“O Estado não poderia ficar de fora nesta batalha de nossos dias, visto que a poluição é um dos mais graves problemas que a humanidade enfrenta e que (...) atinge a todos, com conseqüências desastrosas”. (“Poluição” *Gazeta de Sergipe*, 07 e 08 de out. de 1973).

A poluição é tratada pelo jornal como um dos problemas mais graves na dinâmica socioeconômica de nossos dias, que deve ser tratada com conscientização, para que tais problemas não atinjam a nós e aos nossos descendentes. Vemos nesse discurso uma influência do conceito e dos princípios do ecodesenvolvimento propostos por Ignacy Sachs e abordada pela Conferência de Estocolmo, em 1972.

Ao noticiar a proposta ou efetivação de um projeto ou decreto de lei, o jornal enfatizou o projeto de lei em si, ou seja, o conteúdo do projeto, destacando seu objetivo, suas normas e penalidades, o que este viria a acrescentar e a alterar na vida da população e as conseqüências de tal proposta. O proponente do projeto de lei era citado, mas o foco de atenção voltou-se exclusivamente para a proposta em si, o que foi um ponto positivo da cobertura jornalística.

No tocante ao nível de abrangência desses projetos e decretos de lei se destacou a esfera municipal, com 42%. Todavia, percebemos um equilíbrio maior entre as esferas.

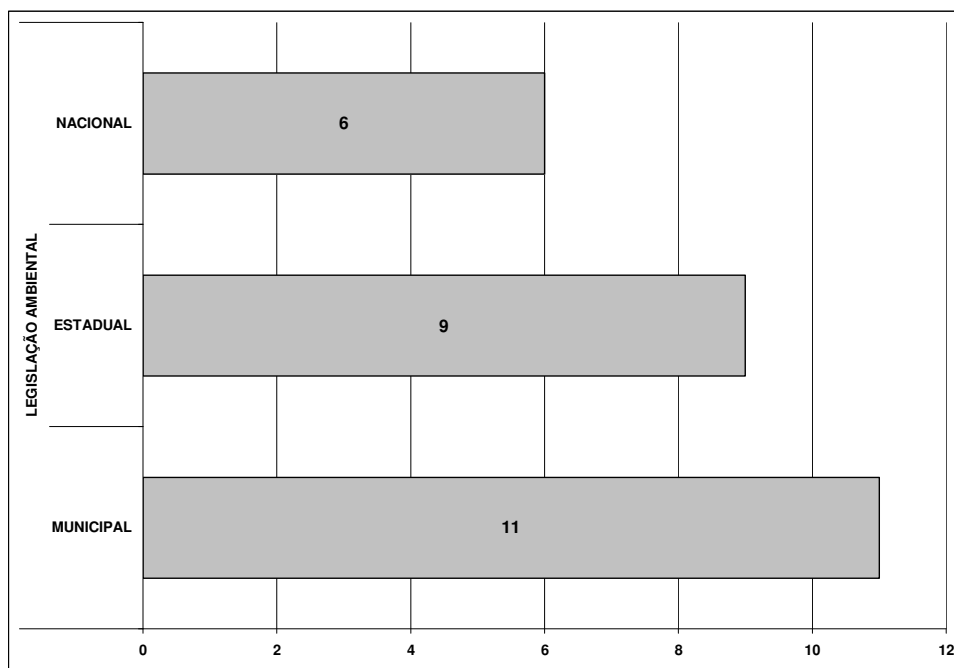


Figura 5.15 – Nível de abrangência de Projetos e Decretos de Lei (1972-1992)

Fonte: *Jornal Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

As fontes de informações acionadas foram, logicamente, os proponentes de tais projetos de lei. A partir daí chegamos aos atores sociais e políticos que protagonizaram essas iniciativas, e aí as esferas políticas nacional, estadual e municipal entraram em cena. Destacaram-se no Estado de Sergipe, Sr. Jorge Araújo, Sr. Edvaldo Nogueira, Sr. Sérgio Bezerra, entre outros.

Os projetos e decretos de lei souberam atender a demanda social, pois foram expressivos os projetos voltados para o controle da poluição, da preservação das matas e dos manguezais sergipanos.

5.2.9 – Campanhas

A divulgação de campanhas voltadas para a área ambiental e promovidas a nível nacional, estadual e municipal foi efetuada pela mídia pesquisada.

A temática demonstrou um maior equilíbrio no que diz respeito aos assuntos abordados, melhor dizendo, o direcionamento das campanhas foram mais equilibradas que temáticas já vistas, como ‘Eventos’ e ‘Convênio, Projeto, Estudo’.

No entanto, de acordo com a Tabela 5.7 podemos perceber que prevaleceram campanhas voltadas para o meio ambiente natural, às quais consideramos aquelas voltadas para a preservação da natureza no seu todo. Enfim, campanhas mais amplas e com menos definição quanto a um foco específico, como as demais subtemáticas.

Tabela 5.7 – Subtemáticas referentes à categoria temática ‘Campanhas’

Direcionamento das Campanhas	Qtde
Fauna e Flora	2
Manguezais	3
Matas	4
Meio Ambiente	5
Total	14

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

Em seguida, vieram campanhas direcionadas para os manguezais e as matas do Estado. A primeira versou sobre a importância da preservação e contenção dos abusos provocados aos manguezais sergipanos e aracajuanos. A segunda foi direcionada para a prevenção e combate a incêndios florestais, ao desmatamento e à promoção do recobrimento florestal, com a preservação e recuperação de áreas verdes. Enfim, campanhas de conscientização e de cunho educativo.

As matérias sobre tal temática foram meramente informativas e de caráter divulgacional. Seguindo os moldes das matérias que compuseram a temática ‘Eventos’, o conteúdo destas informou frequentemente sobre o órgão promotor da campanha, seus objetivos e metas, sua relevância, bem como as ações a serem desenvolvidas em prol do foco de preservação.

O objetivo principal dessas matérias era, assim sendo, informar o leitor sobre campanhas ligadas ao meio ambiente, que estariam sendo desenvolvidas por determinados órgãos e com determinados objetivos.

As fontes de informação consultadas foram consequentemente, os órgãos ou empresas promotores das campanhas, a exemplo da ADEMA e do IBDF/IBAMA¹¹⁴ - órgãos responsáveis pelo meio ambiente em Sergipe.

Como podemos observar na Figura 5.16, as campanhas foram direcionadas quase exclusivamente para a esfera estadual (92,9%), demonstrando com isso que as problemáticas enfocadas diziam respeito, se não a todo o espaço geográfico sergipano, pelo menos a toda população do Estado, que interage direta e indiretamente com tais áreas.

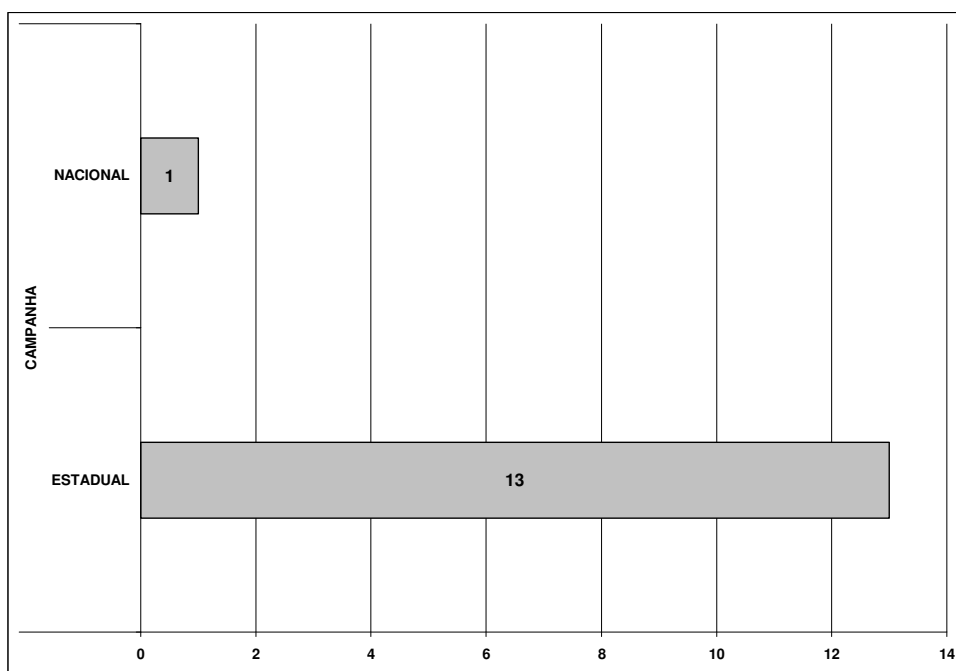


Figura 5.16 – Nível de abrangência de campanhas voltadas para o meio ambiente (1972-1992)

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

A concentração de campanhas em torno da preservação e recuperação do meio ambiente natural, como áreas florestais e ecossistemas de manguezais e restinga, acabou por demonstrar a característica dominante dos movimentos ambientalistas e das políticas públicas ambientais brasileiras: o conservacionismo.

A desarticulação entre os problemas sociais e ecológicos é notória nessa temática, pois mesmo em campanhas voltadas para o meio ambiente natural, quando o enfoque recaiu sobre centros urbanos, a questão foi centrada superficialmente em *slogans* como

¹¹⁴ Criado em 1967, o IBDF foi extinto e substituído pelo IBAMA em 1989.

‘Não jogue lixo nas ruas’ ou ‘Lugar de lixo é no lixo’, nos incitando a jogar o lixo que consumimos diariamente no lixo e não a repensar no nosso consumo exacerbado. Como visto, o enfoque da questão era superficial, evitando atingir o cerne do problema.

Embora muitas vezes com objetivos bem intencionados, a mídia apresentou e ainda apresenta um ecologismo ingênuo, convidando-nos a cuidar do nosso lixo, a proteger determinada espécie em extinção ou proteger certas áreas, como se a parte de cada um de nós na injustiça ambiental fosse igual para todos, como se a responsabilidade de uma dona de casa fosse semelhante à responsabilidade de um dono de uma indústria. Como bem afirma Porto-Gonçalves (2004), o todo não é a soma das partes.

Apesar de meramente divulgacional e informativa, o apoio que estas campanhas receberam da mídia foi de extrema importância para sua efetivação, para um maior engajamento popular e para o sucesso destas.

5.2.10 – Unidades de Conservação

As matérias que se reportaram diretamente a assuntos sobre unidades de conservação apareceram de forma pulverizada e, conseguinte, em 11º lugar no cômputo geral das temáticas verificadas.

Devido à quantidade de matérias (9) não vimos a necessidade de estipular subtemáticas. A temática ‘Unidades de Conservação’ abarcou matérias que informaram sobre a existência ou não de unidades de conservação no Estado, assim como empunharam cobranças a respeito da implementação destas em Sergipe.

O alvo das notícias foram as áreas da Serra de Itabaiana e da já existente Reserva Biológica de Santa Isabel. Quanto à primeira, tratou-se de matérias denunciando e criticando o descaso e desinteresse por parte da SEMA e ADEMA em relação à instalação de uma Estação Ecológica na área da Serra de Itabaiana e seu entorno, e cobrando consequentemente a instalação desta.

Outras matérias cujo alvo foi a Serra de Itabaiana foram publicadas pelo impresso, porém estas se referiram à devastação ocorrida na região e não sobre a possibilidade da criação de uma modalidade de unidades de conservação.

A Reserva Biológica de Santa Isabel foi citada apenas uma vez e em matéria de cunho informativo, já que, segundo dados do IBGE¹¹⁵, até 2005 constituíam-se na única unidade de conservação do Estado e amplamente utilizada pelo *Projeto TAMAR*.

Mas, qual o sentido do termo conservação? O que é uma unidade de conservação e qual o intuito de sua criação? Como ela é criada? Quais os tipos de unidades de conservação e suas subdivisões? Acreditamos ser importante respondermos tais questões para fundamentar nossa análise.

Conservação é a utilização racional dos recursos naturais objetivando uma produção contínua dos recursos renováveis e um aproveitamento máximo dos recursos não-renováveis. Conforme Jorge Pádua (1978) foi com o objetivo de garantir melhores condições de vida às presentes e futuras gerações que o governo criou um plano de sistema de unidade de conservação, objetivando a utilização planejada e controlada dos recursos naturais.

Entende-se por unidade de conservação da natureza espaços territoriais de áreas contínuas ou não, onde se objetiva a preservação da fauna, flora e belezas naturais, e ainda o meio ambiente como um todo através de legislação específica visando à perpetuação do referido espaço (Une & Louro, 1992).

Para a unidade de conservação ser criada é necessário tramitar por três importantes etapas sucessivas e complementares: a criação da unidade de conservação em si, a implantação e a manutenção destas. A primeira etapa é a mais simples, bastando um decreto governamental para ocorrer. Apesar de ser considerada a mais simples etapa, o Estado de Sergipe esperou em média 27 anos para assistir o decreto governamental assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela ministra do Meio Ambiente Marina Silva criando o Parque Nacional da Serra de Itabaiana, em junho de 2005.

¹¹⁵ Cf. Tabela 1 – Unidades de conservação da natureza, parques e reservas, com indicação da área total e dos municípios abrangidos, por unidades da federação – 1991, em UNE, M. Y.; LOURO, Z. C. L. Áreas especiais. In: CALDEIRON, S. S. (Coord.). *Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

É importante enfatizar que de nada significará o decreto caso não haja continuidade das ações, provendo-se os recursos humanos e financeiros necessários para a tomada de medidas efetivas de proteção e manutenção dos parques e reservas criados. Segundo Mitiko Yanaga Une e Zuleica Carneiro Lucas Louro (1992), é o processo de implantação que tornará a unidade de conservação concreta aos olhos da comunidade onde ela se situa.

A manutenção é a terceira e última etapa. É nela que cabe a guarda e proteção dos seus limites, evitando assim o uso inadequado da terra e de recursos naturais, bem como a presença de atividades não condizentes com os objetivos propostos.

Une & Louro (1992) apontam para quatro grupos de unidade de conservação: as unidades de conservação nas quais é vedado qualquer tipo de uso e alteração da cobertura vegetal, são as Áreas de Preservação Permanente; as unidades de conservação nas quais o uso do seu interior é regulado de modo a compatibilizá-lo com os objetivos da conservação ambiental; as unidades de conservação nas quais é permitida a exploração racional dos recursos florestais através de manejo; e as unidades de conservação nas quais é permitida a ocupação humana em todo o seu território, com seleção do uso de solo e de atividades econômicas. A Reserva Biológica de Santa Isabel e o atual Parque Nacional da Serra de Itabaiana estão inseridos no segundo grupo apresentado.

Sociedades de vários períodos da História escolheram espaços para transformá-los em áreas especiais de proteção, independentemente dos objetivos destas. De acordo com Une & Louro (1992) cada momento respondeu pela eleição de um tipo de área. São quatro os períodos, ao longo do século XX, nos quais áreas especiais foram criadas: até 1960, compreendendo a criação de Terras Indígenas como Colônias e Reservas e Unidades de Conservação como Parques e Florestas; de 1961 a 1980, com a criação de Reservas Florestais e Biológicas e de Parques Indígenas e Áreas Indígenas; após 1981, com o surgimento de Áreas de Proteção Ambientais (APA), Reservas e Estações Ecológicas; e a partir de 1988, com a criação da Reserva Extrativista (Une & Louro, 1992).

O primeiro parque nacional do país foi criado juntamente com legislação específica em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia. A partir daí vários outros foram criados, chegando ao auge em 1961, quando foram criados oito parques em um só dia.

De acordo com Neder (2002) o estabelecimento das unidades de conservação teve um grande impulso entre as décadas de 1970 e 1980, onde 2.098 unidades federais foram criadas. Segundo o autor tal zelo conservacionista, acelerado durante os governos militares, reproduziu a ótica cultural as epistême dos povos industrializados do Norte, onde a natureza correspondia a zonas selvagens nas quais eram exclusas a comunidades locais.

A Reserva Biológica de Santa Isabel foi criada no segundo período da criação de áreas especiais de proteção, de 1961 a 1980. A reserva foi criada com a finalidade de salvaguardar um ou mais ecossistemas e de proteger belezas cênicas da depredação do homem. Constitui-se em área não perturbada por atividades antrópicas, onde só é permitido o desenvolvimento de atividades científicas, devidamente autorizadas e controladas. São vedadas a esse tipo de unidade de conservação a utilização do solo, a caça, a retirada e introdução de espécies da flora e da fauna silvestre local ou domésticas (Une & Louro, 1992).

Como visto em temáticas como ‘Fauna e Flora’, a referida reserva era utilizada pelo IBDF para o desenvolvimento do *Projeto TAMAR*, com amplo envolvimento de especialistas e da comunidade acadêmica. A população foi amplamente envolvida, sensibilizada e conscientizada para o entendimento da importância da reserva e dos projetos realizados nela.

O jornal veiculou somente uma matéria direcionada à Reserva Biológica em si. Portanto, tratou-se de matéria informativa e ligada ao *Projeto TAMAR*. Podemos ter uma idéia melhor da utilização de tal reserva se atentar-nos às matérias da temática ‘Fauna e Flora’, que indiretamente trazem informações sobre a área.

De acordo com as matérias selecionadas que trataram da problemática da criação de uma Estação Ecológica em Sergipe, podemos apontar para o tom denunciante, crítico e de cobrança destas notícias. O próprio título de uma delas demonstra o tom de cobrança que carrega: “Vamos cobrar uma promessa? Dr. Paulo Nogueira, e a Estação Ecológica?”.¹¹⁶ Nelas o jornal opina abertamente sobre a situação abordada, como podemos ver no trecho

¹¹⁶ Ver “Vamos cobrar uma promessa? Dr. Paulo Nogueira, e a Estação Ecológica?”, (*Gazeta de Sergipe*, 30 de nov. de 1982).

abaixo sobre a alegação da ADEMA acerca da falta de verbas para a implantação da estação:

“Problemas de verbas é que não deve ser, pois se a SEMA tem verbas para anunciar todos os anos tantas Estações é porque esse não é o caso”. (“Sergipe sem Estação Ecológica” *Gazeta de Sergipe*, 02 de jun. de 1982).

Sobre a demora da criação da Estação Ecológica, o jornal opina:

*“(...) nesse vai e vem passaram nada menos de três anos e meio e nada saiu do lugar, com a exceção de tudo que já foi retirado e depredado na serra. A ridícula placa que a ADEMA colocou na Serra chamando atenção para o fato de que a mesma vai ser propriedade pública e as divulgações de declarações do Secretário da SEMA se fizeram aguçar a cobiça de pessoas proprietárias ou não das terras da Serra acelerando a devastação”. (“Vamos cobrar uma promessa? Dr. Paulo Nogueira, e a Estação Ecológica?” *Gazeta de Sergipe*, 30 de nov. de 1982).*

Vemos no trecho acima a presença do tom denunciista e da tomada de partido por parte do jornal em relação à causa. O jornal se mostrou, de forma explícita, a favor da implantação de uma Estação Ecológica na área da Serra de Itabaiana. Nesse caso em particular, órgãos do Estado foram criticados e tiveram uma imagem negativa passada para a população, como podemos observar abaixo:

“A ADEMA, órgão atualmente encarregado, não se pronuncia sobre o assunto, limitando-se a dizer, quando procurado, que o processo está em andamento”. (“Sergipe sem Estação Ecológica” *Gazeta de Sergipe*, 02 de jun. de 1982);

“Enquanto isso não se viu até agora uma atitude reivindicatória da ADEMA, nem manifestação pública de um real interesse do Governo do Estado para criação de uma área de preservação no Estado”. (“Vamos cobrar uma promessa? Dr. Paulo Nogueira, e a Estação Ecológica?” *Gazeta de Sergipe*, 30 de nov. de 1982).

O projeto de criação de uma possível Estação Ecológica no Estado e em área da Serra de Itabaiana tramitou por 26 anos na SEMA, à espera de aprovação e assinatura de decreto de criação da mesma. Em 1978, o projeto foi elaborado e concluído pelo CONDESE e Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e entregue à ADEMA, para que junto à SEMA cuidasse da aprovação, liberação de verbas para indenização das terras e demais providências quanto às medidas de implantação. Fato este que foi concretizado somente em junho de 2005, com a assinatura do decreto de criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, que abrange as serras de Itabaiana, Comprida e Cajueiros, ocupando uma área total de 7.966 hectares nos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'Ajuda e Campo do Brito.

Criado pelo Poder Público Federal, o Parque Nacional da Serra de Itabaiana tem como finalidade “resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos” (Une & Louro, 1992). Estes tipos de atividades já vinham sendo desenvolvidos há anos no local, inclusive com forte participação de colégios da rede estadual e municipal e da UFS.

Resta saber se as duas etapas seguintes à da criação, ou seja, a implementação e a manutenção do Parque serão efetuadas ou se acompanharemos em pesquisas futuras a cobertura de determinado jornal sobre a problemática do Parque Nacional da Serra de Itabaiana.

5.2.11 – Conferência de Estocolmo

Situada no final da Tabela 5.2 (p. 95), a posição da temática ‘Conferência de Estocolmo’ expressa a importância ainda não atribuída à questão ambiental como assunto merecedor de mais destaque pelos meios de comunicação.

Anteriormente afirmamos que poderíamos conhecer a evolução da abertura de pautas na mídia para temáticas acerca do meio ambiente, através de uma análise comparativa entre a cobertura dada pela *Gazeta de Sergipe* à Conferência de Estocolmo (1972) e a Rio-92 (1992). O que podemos afirmar é que a temática ambiental era vista,

ainda em 1972, com ressalva por parte dos meios de comunicação, recebendo atenção mínima e tendo destaque, mais do que as discussões voltadas para a questão ecológica, o posicionamento político do Brasil no evento. O acento foi posto em questões de ordem política. Percebemos com isso um significativo aspecto que diz respeito à imprensa: os fatos ambientais transformados em notícia são, na maioria das vezes, aqueles vinculados a questões de mérito político.

A CNUMAH, ocorrida em Estocolmo-Suécia, em 1972, foi suscitada pela Suécia em 1969, durante a *XXIII Assembleia Geral da ONU*. Naqueles idos a degradação ambiental já era tema de discussão e foco de preocupações gerais em círculos acadêmicos e ONG's, mas foi o desastre ecológico na Baía de Minamata, no Japão, que instigou a solicitação sueca de que a ONU votasse resolução a favor de uma conferência internacional sobre o meio ambiente.

A Conferência de Estocolmo - como é mais conhecida - tratou-se do primeiro encontro diplomático entre estados-nações de caráter global sobre a crise do meio ambiente humano, já com a participação de ONG's voltadas para a questão. Tal evento é visto, por muitos (Lago, 1991; Feldmann, 2003; Neder, 2002), como marco da tomada de consciência da dimensão planetária dos problemas ambientais e como uma agenda política que abriu o debate ideológico em torno da crise ambiental como processo desigual de produção e consumo do industrialismo contemporâneo.

Segundo Neder (2002):

“Estocolmo inaugurou um marco conceitual sobre meio ambiente: das metas limitadas de proteção da natureza, conservação de recursos naturais e controle de poluição – e antecipou timidamente os elementos de uma visão mais abrangente sobre a má utilização da biosfera pelos modelos de desenvolvimento e industrialização”.

É importante ressaltar que o período histórico em que foi realizada a conferência foi marcado pela intitulada ‘Guerra Fria’, uma guerra política bipolar entre capitalismo e socialismo e que de certa forma gerou conseqüências profundas para o Brasil: a instalação

do Regime Militar - fortemente apoiado pelos Estados Unidos. Ocorria também naqueles tempos toda uma revolução comportamental, apoiada numa grande insatisfação, por parte da juventude, do estilo de vida americano e dos valores da sociedade urbano-industrial.

Além do que, o Brasil – desde as reuniões preparatórias da conferência – vivia seus anos de ‘milagre econômico’, fundado em altos investimentos externos e no desenvolvimento econômico a todo o custo. A consequência disso vai influenciar profundamente no posicionamento do Brasil durante as discussões travadas no evento em foco.

Podemos observar esse posicionamento nas seis matérias veiculadas pelo impresso sobre a Conferência de Estocolmo. Como já enfatizado as matérias trataram mais do posicionamento político do Brasil do que da própria conferência e documentos discutidos nela. Dentre as seis matérias, cinco foram veiculadas via fontes de informação de agência de notícias.

A matéria que abre a seção de seis notícias sobre o evento informou sobre a conferência, apontando a questão em pauta e o reconhecimento das diferenças de prioridades de países ricos e pobres, informando uma possível divisão de opiniões dentro do evento. O que ocorreu. O Brasil manifestou desacordo em relação às propostas dominantes, que propunham a parada do crescimento econômico e a constituição dos recursos naturais em patrimônio comum da humanidade.

De acordo com Selene Carvalho Herculano (1992), os enviados brasileiros ao *Painel de Desenvolvimento e Meio Ambiente* (Founex, 1971) declararam que o compromisso prioritário do Brasil era com o desenvolvimento acelerado e que a recuperação de desequilíbrios ambientais deveria ser responsabilidade dos países desenvolvidos, também colocando-se contra a possibilidade de tornar os recursos naturais patrimônio da humanidade.

Dentre as finalidades da Conferência de Estocolmo foram postas pelo jornal:

“(...) resolução apresentando uma série de estudos de combate e apresentando meios contra a poluição, que proporcione a todos os povos sistemas adequados de esgoto, de água e a eliminação de desperdícios, com a

*elaboração de um plano internacional, no sentido de ser feito um ataque em grande escala a poluição”. (“ONU terá estudos sobre poluição” *Gazeta de Sergipe*, 07 de jun. de 1972).*

O jornal *Gazeta de Sergipe* manifestou sua opinião na única matéria cuja fonte não foi agência de notícia:

“(…) está correta a posição brasileira de que o nosso país ainda não pode designar soma fabulosa para defender o ambiente se tem problemas mais sérios e inadiáveis para resolver”. (“Poluição” *Gazeta de Sergipe*, 08 de jun. de 1972).

Os problemas “mais sérios e inadiáveis” de que o jornal fala trata-se da promoção do desenvolvimento econômico do país a todo o custo. É de se esperar tal posicionamento do jornal acerca de semelhante discussão, pois seu proprietário – Orlando Dantas – corroborava com a idéia de crescimento econômico ilimitado proposto pelo governo militar.

A posição do Brasil na conferência foi relatada nas matérias:

“(…) países subdesenvolvidos e os em processo de desenvolvimento, como o Brasil, não concordaram em arcar com o mesmo ônus no combate à poluição, concluindo que os mais industrializados seriam os mais responsáveis pela poluição mundial”. (“Conferência de Estocolmo não chega a acordo: Poluição” *Gazeta de Sergipe*, 17 de jun. de 1972);

“As teses brasileiras apresentadas à conferência foram vitoriosas. A principal, apresentada pelo Ministro Costa Cavalcanti, do Interior, indica que existem dois tipos de poluição: a do desenvolvimento e a da pobreza”. (“Posição do Brasil na conferência contra a poluição” *Gazeta de Sergipe*, 24 de jun., 1972).

Como podemos observar tanto o desenvolvimento quanto a pobreza levaria ao caminho da poluição, ambos comprovados tanto pelos países desenvolvidos quanto pelos países subdesenvolvidos. Portanto, por que não optar pelo caminho do desenvolvimento, já que este erradicaria o segundo caminho? Como se fosse realmente erradicar a pobreza. Como se o desenvolvimento acelerado fosse distribuir as riquezas arrecadadas pelo país, promovendo uma melhor qualidade de vida para a população.

Não podemos afirmar que a posição do Brasil tenha sido derrotada em Estocolmo, pois apesar de ter-se assumido na conferência que proteção ambiental era objetivo essencial - ao contrário do posto pelo Brasil, tratando-a como objetivo de segunda ordem para países em desenvolvimento – o Brasil conseguiu influenciar alguns princípios consignados pela Declaração de Estocolmo, como o Princípio 8, que defendia o desenvolvimento econômico como essencial e derrotando a proposta de crescimento zero.

5.2.12 – Movimentos ambientalistas

Apesar de estar no final da grade de temáticas noticiadas (Ver Tabela 5.2, p. 95), movimentos ambientalistas sergipanos tiveram grande abertura no jornal, tanto opinando sobre algum assunto em pauta quanto divulgando eventos e principalmente servindo como fonte de informação para demais temáticas.

Como já colocado, foram poucas as matérias direcionadas exclusivamente a movimentos ambientalistas, mas estas entidades estiveram presentes em temáticas como ‘Poluição’, ‘Devastação’ e ‘Unidades de Conservação’, na forma de atores sociais e políticos.

Percebe-se a partir do envolvimento destas entidades ambientalistas com determinadas temáticas, que o foco central dos movimentos era o meio ambiente natural e a questão da poluição; corroborando assim com a visão proposta por Jacobi (2003), de que os movimentos ambientalistas desse período não estavam ligados à problemática da pobreza e à satisfação das necessidades básicas dos homens como: saneamento básico, habitação, transportes e educação. Pelo contrário, predominou inicialmente no ambientalismo brasileiro uma definição estrita da problemática ambiental que o restringiu, basicamente, a combater a poluição e a apoiar a preservação de ecossistemas naturais, o que provocou um distanciamento de diversas entidades em relação ao tema da justiça social. (Viola & Leis, 1992)

5.3 – FONTES DE INFORMAÇÃO

Um dos papéis do jornalista ao preparar uma matéria e noticiar um acontecimento – a depender da temática – é procurar as pessoas corretas ou mais indicadas para esclarecer determinado fato ou assunto. Enfim, é saber buscar e ouvir, na melhor das hipóteses, os atores sociais mais indicados para a configuração da matéria.

O jornalista constrói, através da matéria-prima informação, a notícia jornalística. Essa matéria-prima é fornecida por outros indivíduos sociais, como representantes diretos de órgãos governamentais e empresas privadas, movimentos sociais, os populares, parlamentares, dentre outros. São estas as fontes de informação de que trataremos adiante.

As fontes de informação determinam a qualidade da informação, pois transmitem dados aos jornalistas – intermediários entre as fontes e os leitores. Portanto, as fontes são definidores primários da informação, sendo os jornalistas definidores secundários, agindo a partir do que as fontes transmitem.

A notícia depende da fonte de informação, pois nela reside a origem do acontecimento ou até um melhor esclarecimento de determinado assunto. O papel do jornalista nesse sentido é avaliar a relevância da informação, certificando-se sobre a fonte.

Existem critérios que levam o jornalista a escolher suas fontes, são eles: a oportunidade antecipadamente revelada, melhor dizendo, a facilidade em relação à fonte; a credibilidade da fonte (que exija o mínimo de controle posterior); a produtividade, que forneça imensa quantidade de informação de interesse público; a garantia, ou seja, o comprometimento da fonte com a informação prestada; a respeitabilidade ou a imagem da fonte perante a sociedade, geralmente fontes oficiais em posição de autoridade institucional. Há quem inclua a pertinência como mais um critério a ser considerado. O jornalista deve perceber com coerência se há uma adequação entre a fonte e o objeto da matéria. Trata-se da escolha mais acertada das fontes e do autoquestionamento sobre a suficiência da fonte contatada.

Buscamos conhecer vários tipos de classificação de fontes de informação (Lage, 1987; Schuch, 2000, 1999; ANDI). Não optamos por nenhuma das tipificações propostas

por inteiro, mas utilizamos aspectos de cada uma, adaptando-os às necessidades do conjunto das matérias divulgadas pelo jornal e às características do impresso.

Primeiramente optamos por dividir as matérias constituídas por fontes simples e fontes compostas (Ver Tabela 5.8). Criamos tal classificação com o intuito de verificar se o jornal deu abertura para mais de uma fonte na construção da notícia.

Tabela 5.8 – Caracterização das fontes de informação simples

Fontes Simples	Características
Órgãos Governamentais	Representantes oficiais de Órgãos federais, estaduais e municipais.
Parlamentares	Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Ministros, Presidentes.
População	Pessoas anônimas da sociedade.
Empresas	Representantes de Empresas Particulares.
Contratadas	Agências de Notícias.
GS	Equipe do jornal <i>Gazeta de Sergipe</i> .
Qualificadas	Especialistas, Pesquisadores, Técnicos em áreas científicas.
Colaboradores	Articulistas
Movimentos	Movimentos Sociais, Entidades Ambientalistas, Associações de Bairros.
Editor	Editor responsável do jornal.

Tabela 5.9 – Caracterização das fontes de informação compostas

Fontes Compostas	Características
E/P = Empresas/População	Geralmente conflito de idéias.
E/OG = Empresas/Órgãos Governamentais	Quase sempre conflito de idéias.
M/OG = Movimentos/ Órgãos Governamentais	Nem sempre conflito de idéias.
P/OG = População/ Órgãos Governamentais	Nem sempre conflito de idéias.
P/Q = População/Qualificadas	Quase nunca conflito de idéias
Q/OG = Qualificadas/ Órgãos Governamentais	Registro de fato.

Deste modo, prevaleceram as fontes de informação simples ou as compostas? Quais as fontes de informação mais ouvidas pela *Gazeta de Sergipe* acerca da questão ambiental?

Quanto à primeira questão podemos afirmar que as fontes de informação simples constituíram a maior parte das matérias veiculadas, com 97,4% do total. Ou seja, a maior parte das matérias foi construída a partir de uma única fonte de informação, o que não vem a exprimir algo positivo, devido a não importância remetida a outros atores sociais que poderiam ter enriquecido a matéria. Pelo exposto, o critério da pertinência não foi utilizado muito bem pelos jornalistas do impresso, que possivelmente nortearam-se pelos outros cinco critérios já destacados.

O uso de mais de uma fonte de informação para a composição das matérias foi pouco freqüente (2,4%), demonstrando, portanto, pouca abertura para um possível conflito de idéias dentro da notícia.

Notícias constituídas somente com uma fonte de informação, na maioria das vezes são matérias exclusivamente informativas e de registro do fato, geralmente pobres em relação ao questionamento do acontecimento noticiado. Nesse caso, muitos atores sociais deixaram de ser ouvidos em detrimento de um único e, às vezes, a depender da temática, de um majoritário ator, como foi o caso da temática 'Fauna e Flora', em que foi ouvido somente o IBDF.

No que se refere às informações simples esse ator majoritário foram os órgãos governamentais, que representaram uma fatia de 35,7% (217) dentre as fontes consultadas (Ver Figura 5.17). Todos os órgãos governamentais do período voltados para o meio ambiente foram ouvidos como fonte.

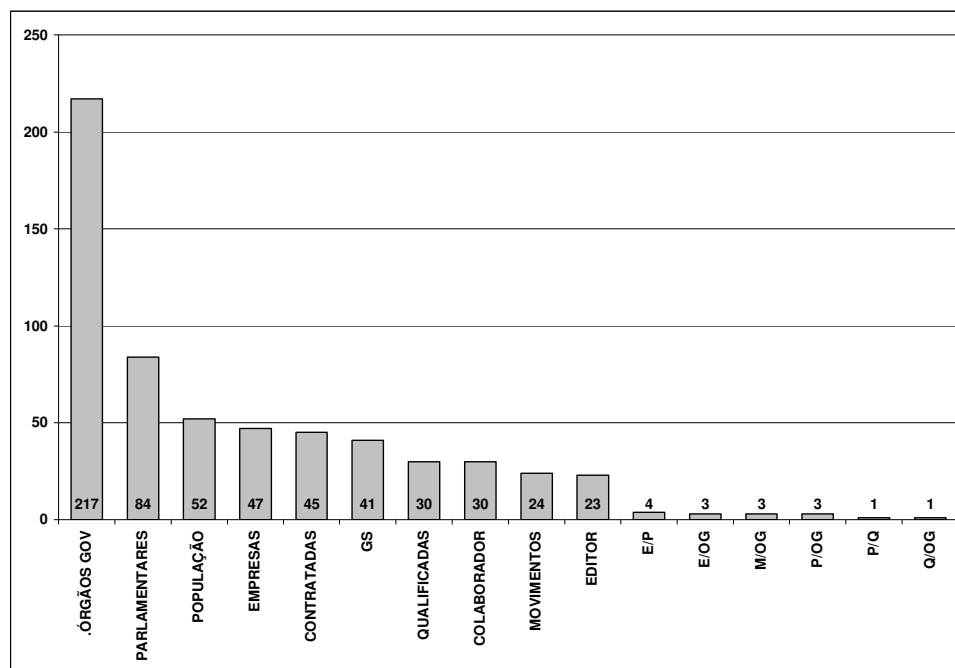


Figura 5.17 – Fontes de informação consultadas pelo jornal Gazeta de Sergipe (1972-1992)

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

A partir do exposto, não ocorreu, por parte do jornal, uma maior iniciativa crítica ao que era noticiado.

Não houve, por assim dizer, um equilíbrio de fontes de informação para a constituição das notícias. Porém, as matérias não se concentraram em poucas fontes, o que seria negativo por não diferenciá-las.

Logo após as fontes governamentais vieram, com 13,8% (84), os parlamentares, que apresentaram grande diferença em relação à primeira, mas tiveram destaque em relação às subseqüentes. Tais fontes eram geralmente acionadas em pronunciamentos na Câmara Municipal e Assembléia Legislativa, e compuseram amplamente as matérias de temáticas voltadas para a questão socioambiental, como ‘Poluição’, ‘Urbanização’ e ‘Devastação-Mangue’. Logicamente seu grande alvo eram os futuros eleitores.

Essa postura demonstrou uma predisposição do impresso a permitir a participação desses atores políticos nas celeumas ocorridas no Estado.

As fontes populares foram acionadas em terceiro lugar. Estas fontes compuseram primordialmente as matérias ligadas aos conflitos socioambientais citados nas temáticas

‘Poluição’ e ‘Urbanização’. Há uma forte ligação entre a fonte de informação popular e o jornalismo denunciata. É importante reforçar a observação feita anteriormente a respeito do peso que os movimentos e associações de bairros tiveram para que tais fontes começassem a ser notadas.

Empresas particulares foram ouvidas em temáticas como ‘Poluição’, ‘Eventos’ e ‘Convênio, Projeto, Estudo’. No primeiro caso - de acordo com a tipificação adotada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) - a empresa se apresentava como uma fonte Autorizada do tipo II, ou aquela que é acionada por mecanismos que não promovem o fato. Em relação as duas últimas temáticas, as empresas fizeram parte da fonte Autorizada I, que promove as ações.

Embora em determinadas temáticas como a ‘Rio 92’ e ‘Conferência de Estocolmo’ a fonte de informação contratada, ou seja, as agências de notícias tenham prevalecido, o jornal não fez uso abundante destes serviços no que diz respeito às matérias com temáticas ambientais, demonstrando uma maior priorização para os assuntos e acontecimentos do Estado.

As fontes qualificadas poderiam ter sido mais acionadas pelo impresso, principalmente em matérias com temáticas sobre a questão da poluição, a problemática da destinação final dos lixos, a crescente devastação de importantes ecossistemas sergipanos, entre outras. Como podemos perceber na Figura 5.17 (p. 184), as fontes qualificadas foram uma das menos acionadas pelo jornal, apesar de sua grande contribuição para uma informação mais profunda e complexa do assunto informado, abordado ou discutido. Elas estiveram presentes em temáticas como ‘Convênio, Projeto, Estudo’ e ‘Devastação’.

Houve uma relação entre o jornal pesquisado e a academia científica, no entanto esta poderia ter sido mais intensa, pois a questão ambiental incita a união de diversos campos do saber em prol da revisão de como a sociedade vem se relacionando com a natureza e como tal relação poderia mudar.

Os movimentos sociais, dentre eles associações de bairros e entidades ambientalistas, foram ouvidos em 4% do total das matérias. Uma das possíveis causas da baixa procura destes movimentos como fonte para as notícias é a dispersão destes, gerando a desproporção da notícia. Os movimentos sociais foram ouvidos em temáticas como

‘Poluição’, ‘Devastação’ e ‘Convênio, Projeto, Estudo’. Os convênios, projetos e estudos divulgados pelo jornal tiveram em suas grades, professores pesquisadores da UFS e membros de movimentos ambientalistas do Estado, como a ASPAM. Isso nos remete a uma característica importante do perfil dos líderes e dos movimentos ambientalistas do Estado; eram, na sua maioria, intelectuais e pesquisadores ligados à academia.

Com a preponderância das matérias constituídas de uma única fonte, podemos afirmar que houve mais registro de fatos que conflitos de idéias.

Observamos, através das figuras apresentadas, que a cobertura da temática ambiental, apesar de ter apresentado um leque diversificado de fontes, foi praticamente gerada por uma única fonte de informação: a governamental. Ainda assim o impresso demonstrou alterações e desdobramentos sobre a realidade do Estado.

Na maior parte das matérias, o jornal tomou posição favorável ao Estado. Isso pode ser comprovado com o prevalecimento das fontes ligadas a órgãos governamentais. Estas matérias tenderam a repercutir pautas oficiais e a transmitir, muitas vezes, uma visão favorável do governo acerca do meio ambiente.

5.4 – ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DAS NOTÍCIAS

A análise do nível de abrangência das matérias selecionadas tem por objetivo conhecer sobre quais esferas territoriais (municipal, estadual, regional, nacional, internacional e global) as matérias centraram seu foco, assim como no que determinada escolha pode ter influenciado. A incidência de uma esfera sobre outra dirá muito sobre a cobertura do jornal *Gazeta de Sergipe* às notícias com temáticas ambientais.

Na Figura 5.18 temos o nível de abrangência das 608 matérias selecionadas. Como podemos observar, os níveis estadual (41,9%) e municipal (38,7%) destacaram-se em relação aos demais. As duas esferas mantiveram certo equilíbrio, sugerindo uma cobertura equitativa para ambas.

É importante ressaltar que o resultado geral dos níveis de abrangência não pode ser aplicado de forma isolada às temáticas analisadas. Nem todas as temáticas demonstraram tal equilíbrio entre as esferas estadual e municipal. Daremos alguns exemplos.

A temática ‘Evento’ apresentou 59% das matérias direcionadas para eventos ocorridos no Estado e onde o nível nacional superou em 7% o nível municipal. (Conferir Figura 5.10, p. 115) Já na temática ‘Convênio, Projeto, Estudo’, apesar de a esfera estadual manter-se à frente, o nível municipal despontou com 13% de vantagem em relação ao nível nacional. (Conferir Figura 5.12, p. 126) O nível de abrangência municipal foi o destaque da temática ‘Legislação Ambiental’ com 42% do total. (Conferir Figura 5.15, p. 168)

No caso de temáticas como ‘Urbanização’ não foi necessária a tabulação, por ser visível o direcionamento da cobertura para Aracaju. Já a temática ‘Devastação’ percebemos oscilações dos níveis de abrangência dentro das próprias subtemáticas, no qual a subtemática ‘Mangues’ priorizou a esfera municipal e a subtemática ‘Matas’, o nível estadual.

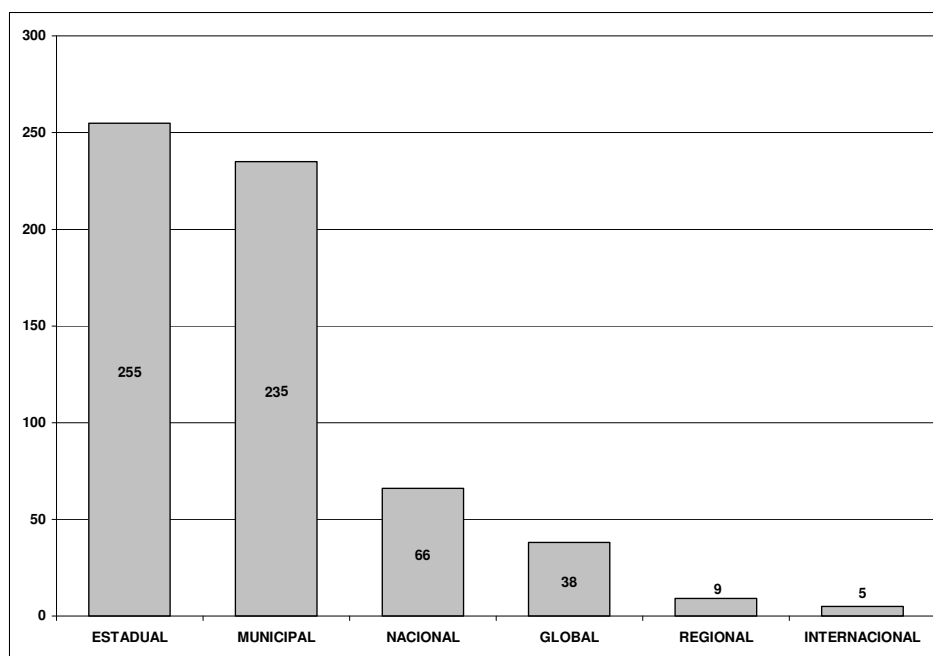


Figura 5.18 – Nível de abrangência das 608 matérias selecionadas (1972-1992).

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992.

O nível municipal tratou de matérias exclusivamente voltadas para a capital de Sergipe (Aracaju). Já a esfera estadual diz respeito a matérias que noticiaram fatos de

outros municípios sergipanos ou da própria capital, mas tenha apresentado interesse para todo o Estado.

O nível nacional aparece em terceiro lugar (10,9%), mas muito tímido em relação aos primeiros níveis de abrangência.

Podemos inferir a partir daí, que não houve incomunicação por parte do jornal, já que somados, os níveis estadual e municipal dominaram 80,6% do total das matérias. Assim, os volumes de assuntos locais divulgados foram preponderantes, com 490 matérias. O leitor da *Gazeta de Sergipe* encontrou-se intimamente ligado aos acontecimentos de sua cidade e de seu Estado em detrimento a notícias sobre outros Estados brasileiros e outras nações.

A incomunicação ocorreria se o nível nacional, global (6,3%) ou internacional (0,8%) tivesse apresentado um destaque maior que os demais. Isso demonstraria a opção do impresso por levar ao conhecimento dos seus leitores acontecimentos de espaços não pertencentes a eles. Como não ocorreu podemos afirmar que os critérios de proximidade e marco geográfico foram fortemente levados em conta pelo impresso.

O que vimos foi um equilíbrio importante entre as esferas estadual e municipal, nos levando a crer que o jornal fez jus ao nome que carregou: *Gazeta de Sergipe*, informando fatos ocorridos em Aracaju e acontecimentos importantes do/e para o Estado, noticiando inclusive vários municípios sergipanos (Ver Figura 5.19).

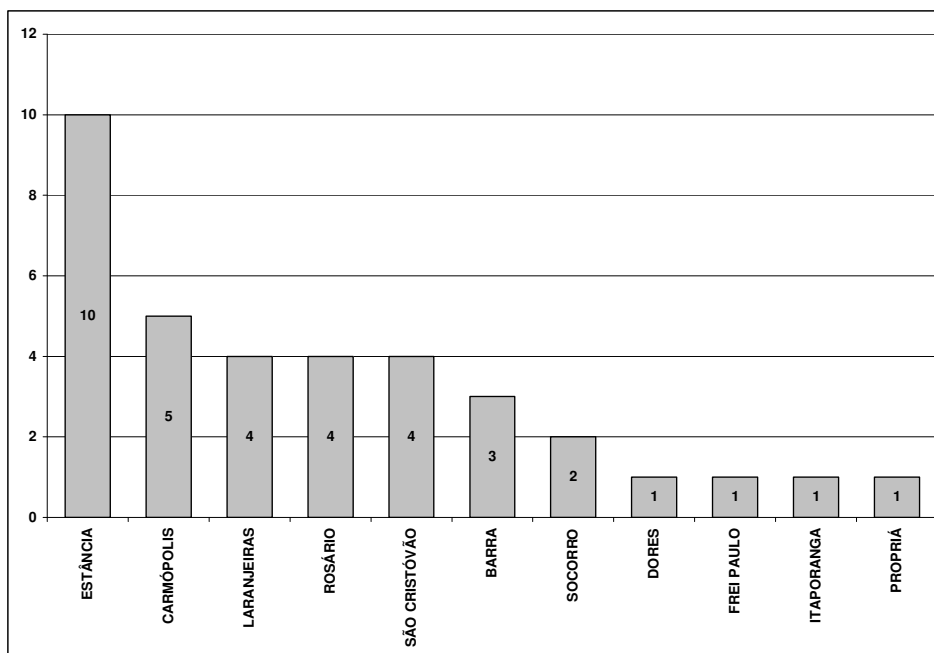


Figura 5.19 – Municípios noticiados (1972-1992)

Fonte: Jornal *Gazeta de Sergipe*, 1972-1992

Dentre os municípios notificados na Figura acima, a cidade de Estância foi a mais noticiada. Além de ser uma cidade economicamente importante para o Estado, uma das razões para seu destaque nas páginas da *Gazeta de Sergipe* pode ser encontrada nas constantes ondas de poluição por caxixe e outros efluentes provenientes de indústrias instaladas nas margens de rios da região, como o Piauitinga.

A cobertura de fatos ocorridos no município de Carmópolis veio em seguida, demonstrando com isso a força da extração de Petróleo no local e os desastres ecológicos provocados por esta empresa ou subsidiárias desta.

Acreditamos que por estarem próximos à cidade de Aracaju, os municípios de São Cristóvão, Laranjeiras e Rosário do Catete receberam cobertura da folha. A Barra dos Coqueiros surge devido à poluição das praias da Atalaia Nova.

Como visto a maior parte das notícias ligadas a tais municípios versaram sobre poluição aquática e atmosférica, mas principalmente da água, devido à existência de uma grande soma de rios e braços de rios no interior do Estado e a presença crescente de empresas instaladas ao longo das margens destes rios.

As esferas global e internacional diferenciam-se no sentido de que a primeira abarcou assuntos de interesse da humanidade, sem ocorrência em lugar específico. Já a segunda remeteu a acontecimentos ocorridos em determinado país, mas que veio a afetar diretamente o Brasil e consequentemente o Estado de Sergipe. Tratou-se de notícias sobre eventos importantes acerca da questão ambiental e de discussões abertas sobre determinados temas ambientais.

É importante ressaltar que o resultado geral dos níveis de abrangência não pode ser aplicado de forma isolada às temáticas analisadas. Nem todas as temáticas demonstraram tal equilíbrio entre as esferas estadual e municipal. Daremos alguns exemplos.

A temática ‘Evento’ apresentou 59% das matérias direcionadas para eventos ocorridos no Estado e onde o nível nacional superou em 7% o nível municipal. (Conferir Figura 5.10, p. 115) Já na temática ‘Convênio, Projeto, Estudo’, apesar de a esfera estadual manter-se à frente, o nível municipal despontou com 13% de vantagem em relação ao nível nacional. (Conferir Figura 5.11, p. 120) O nível de abrangência municipal foi o destaque da temática ‘Legislação Ambiental’ com 42% do total. (Conferir Figura 5.15, p. 168)

No caso de temáticas como ‘Urbanismo’ não foi necessária a tabulação, por ser visível o direcionamento da cobertura para Aracaju. Já a temática ‘Devastação’ percebemos oscilações dos níveis de abrangência dentro das próprias subtemáticas, no qual a subtemática ‘Mangues’ priorizou a esfera municipal e a subtemática ‘Matas’, o nível estadual.

Como visto, o jornal *Gazeta de Sergipe* optou pela cobertura de acontecimentos locais, não deixando, portanto, de veicular assuntos e fatos referentes ao restante do país e até mesmo ao mundo.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

6.1 – CONCLUSÕES

O jornal *Gazeta de Sergipe* levou à sociedade sergipana, discussões latentes do período trabalhado (1972-1992). Jornal tradicional do Estado (1948-2003) a *Gazeta de Sergipe* se sustentou dentro de uma das mais turbulentas páginas da história do Brasil.

A tomar como ponto de análise esse obscuro período e constatando que o jornal manteve-se em circulação nessa fase, nossa tendência é considerá-lo como um sobrevivente da ditadura. Que para tanto, era necessário manter uma postura mais tradicionalista e conservadora. A sobrevivência da *Gazeta de Sergipe* deu-se também à grande diplomacia do seu fundador e diretor, Orlando Dantas; personalidade bastante influente e atuante nas esferas política, econômica e social de Sergipe.

Podemos afirmar, através da análise quantitativa e qualitativa, que o jornal *Gazeta de Sergipe* percebeu a existência de uma demanda gradativa por temáticas ambientais e discussões acerca do meio ambiente. No entanto, a cobertura jornalística ao tema não foi totalmente efetiva; referimo-nos aqui a permanente divulgação dessas temáticas, pois tiveram meses inteiros (em 1976, os meses de março, abril, junho, julho, setembro, novembro e dezembro não foram contemplados; em 1978, tiveram matérias com temáticas ambientais somente nos meses de fevereiro, novembro e dezembro; e assim por diante) no qual o meio ambiente não foi abordado por matéria alguma. Tivemos assim um ritmo irregular da divulgação da temática ambiental.

Foi identificada, durante a leitura das matérias selecionadas, a presença de cinco tipos de peças jornalísticas, ao que chamamos de formato: matérias informativas, notas, editoriais, artigos e matérias de capa.

Mediante a análise quantitativa concluímos que houve um predomínio inicial de pequenas notas sobre o meio ambiente e o aumento gradual da veiculação destas notícias em matérias internas, indicando uma desatenção inicial à questão ambiental emergente. Todavia, em relação a outros periódicos, a *Gazeta de Sergipe* revelou superioridade quantitativa de publicações de notícias de cunho ambiental. Atentamos para o ano de 1972,

quando o número de matéria interna foi superior, devido à CNUMAH, ocorrida em Estocolmo (Suécia).

A partir de 1975, observamos um processo de queda de notas e do aumento oscilante e gradativo de matérias internas e de matérias de capa dedicadas a essas questões, sendo constatada a evolução da importância dada às notícias de cunho ambiental. A análise demonstrou um acompanhamento do jornal no que se refere à evolução da discussão ambiental no país.

A veiculação de editoriais e artigos que trataram do meio ambiente representaram juntos, uma fatia de 8,6% do total das matérias selecionadas. A impressão que fica é que, por serem espaços dedicados à valoração das notícias e exposição de pontos de vista acerca de determinado assunto, houve poucas discussões sobre o meio ambiente nestes formatos opinativos, não conquistando um maior espaço nas páginas do jornal. Mesmo sem realizar uma análise mais apurada desses formatos, percebemos que na maioria das vezes, a posição do editor e do articulista recaía para a defesa do desenvolvimentismo proposto pelo regime militar.

Como visto, o estudo realizado não pode dar conta de tanta informação, portanto fica o convite a outros estudiosos para que testem a hipótese acima - confirmando-a ou refutando-a - com uma pesquisa que se proponha a realizar a análise do discurso ou do conteúdo destes editoriais e/ou artigos.

Nos três primeiros anos enfocados pelo estudo, o número de notícias de cunho ambiental manteve-se em equilíbrio numérico, mas em queda. Essa veiculação maior nos três primeiros anos tinha ocorrido devido à crescente emergência do debate acerca da questão ambiental desde a década de 1960, somado à pressão feita por países economicamente desenvolvidos, após 1972, a países em vias de desenvolvimento em relação à implantação de medidas de proteção ambiental e de controle da poluição.

De 1975 a 1978 houve uma queda brusca na publicação das matérias ligadas ao meio ambiente em decorrência de uma administração, tanto nacional quanto estadual, direcionada para o atendimento de questões técnicas voltadas para o desenvolvimento do Estado. Observamos também que em determinados meses e anos, as matérias referentes ao meio ambiente foram suprimidas por notícias sobre o cenário político municipal, estadual e

nacional. Esse respaldo ocorria em anos de decisões políticas para o cenário nacional, estadual e posteriormente, municipal.

Houve um aumento considerável na publicação dessas notícias do ano de 1979 ao de 1984. Acreditamos que esse fenômeno de aumento seguido por um equilíbrio de publicações deu-se devido ao processo de abertura política e redemocratização, sendo aprovada a Lei de Anistia (1979), a qual possibilitou o retorno ao Brasil de exilados políticos influenciados por ideais ambientalistas europeus.

Observamos um equilíbrio na divulgação de matérias de cunho ambiental de 1986 até 1990. Acreditamos que a fase de reestruturação política, econômica e social por qual o país passou durante esses cinco anos - cumprindo com tranquilidade a transição democrática - veio a influenciar tais números.

Concluimos com isso que em fins da década de 80 e início de 90 o discurso ambiental já era reconhecido pela opinião pública sergipana, consequência também de uma maior abertura dos movimentos ambientalistas para as questões sociais e o engajamento com movimentos sociais.

Com a preparação e realização da CNUMAD (Rio 92) o número de matérias acerca da questão ambiental cresceu bastante, sendo publicadas 100 matérias durante todo o ano. Configurando-se o ano em que mais se veiculou matérias sobre o meio ambiente. Tais matérias se concentraram, praticamente, nos meses de maio e junho, meses da preparação intensiva do evento seguido do mês de sua realização. A impressão que nos deu é que houve, principalmente nesses meses, uma superexposição da temática meio ambiente, vindo em seguida um período escasso de matérias que viessem a abordar a problemática ambiental.

Acreditamos que somado ao fator de imediatismo, o processo de *impeachment* movido contra o presidente Fernando Collor contribuiu para o esmorecimento da temática ambiental não só na *Gazeta de Sergipe*, mas na maior parte dos jornais de todo o país. Com isso devemos ressaltar que mesmo com a queda brusca da publicação dessas matérias nos meses seguintes à conferência, a *Gazeta de Sergipe* chegou a publicar até mais que outros jornais pesquisados, como por exemplo, o *Jornal da Cidade* (SE) e o jornal *Diário da Tarde*, de Ilhéus (BA).

Não foi somente no ano de 1992 que o mês de junho concentrou grande parte dessas notícias. Junho foi o mês que recebeu mais divulgação sobre o meio ambiente. Se levarmos em conta o sistema de funcionamento da imprensa na nossa sociedade capitalista, o qual trabalha com a informação imediata, encontraremos aí a explicação: nesse mês é comemorada a Semana do Meio Ambiente, o qual mobilizou diversas inserções de matérias. Na maioria das vezes, essas discussões foram esquecidas nos meses seguintes, voltando a ser discutidas no ano vindouro.

Isso nos remete à forma com que a imprensa vem tratando a questão ambiental; como uma moda que sempre tem seu tempo para passar, não reconhecendo com isso a discussão ambiental como resultado de um processo histórico e que deve ser tratado como tal, e com isso de forma abrangente. Esse tratamento remete à exploração comercial da temática ambiental, que desvinculada do contexto histórico é vista como de fácil assimilação pela população.

A conduta do jornal *Gazeta de Sergipe* não desfavoreceu questões ambientais que fizeram parte do importante tripé sócio-econômico-ambiental que sustentou a sociedade sergipana durante os 20 anos pesquisados, contudo forneceu uma cobertura isolada às temáticas ligadas ao meio ambiente. Essa postura da imprensa contribuiu para um entendimento fragmentado e parcial da questão ambiental por parte da sociedade.

A categorização temática aplicada às matérias nos forneceu informações importantes, como a presença da oscilação das temáticas, apontando com isso para a inexistência de uma política editorial efetiva no jornal. Determinados assuntos tiveram uma participação significativamente maior do que outros nas páginas do jornal *Gazeta de Sergipe*.

A forte presença de temáticas voltadas para a poluição demonstrou a profunda ligação entre a questão ambiental e os danos causados pelos poluentes, principalmente nos principais centros urbanos. A Conferência de Estocolmo deu sua contribuição para essa discussão no momento em que colocou no centro dos debates, metas de controle da poluição, de proteção à natureza e de conservação de recursos naturais. Além do que em Sergipe crescia a produção de petróleo, a exploração de minerais e a implantação de indústrias de bens intermediários, como cimento, papel, etc.; consideradas altamente poluentes.

A privilegiada posição das categorias temáticas ‘Eventos’ e ‘Convênio, Projeto, Estudo’ demonstrou o uso do jornal para a divulgação de acontecimentos relacionados ao meio ambiente. O uso do jornal para a divulgação destes eventos para a comunidade demonstrou o reconhecimento do meio de comunicação impresso, especificamente do jornal pesquisado, como um veículo reconhecido e utilizado pela população sergipana. O objetivo dessas matérias era, portanto, informar o leitor sobre assuntos ligados ao meio ambiente, que estariam sendo discutidos e mostrados em eventos.

A temática ‘Convênio, Projeto, Estudo’ teria recebido certo respaldo pelo jornal devido a importância de se divulgar a atuação permanente de órgãos nacionais, estaduais e municipais, e mostrá-los desempenhando muito bem seus papéis de protetores do meio ambiente. Na verdade tratou-se de uma legitimação desses órgãos.

A quarta posição da temática ‘Devastação’ apontou para o forte entendimento do jornal de que a natureza, a questão ambiental estaria intimamente ligada com os problemas de devastação de áreas verdes e de ecossistemas como o de manguezais. A temática ‘Fauna e Flora’ reforça a relação entre meio ambiente e animais em extinção ou não.

No entanto, o jornal não ignorou que problemas de saneamento básico estão ligados à questão ambiental. Vemos a temática ‘Urbanização’ fazendo frente até mesmo a temáticas como ‘Fauna e Flora’. Esse fato não apaga a visão do jornal de que meio ambiente estaria fortemente atrelado a áreas verdes e animais. De acordo com a análise de conteúdo observamos que a grande veiculação de matérias sobre urbanismo estaria vinculada à limitação do jornalismo brasileiro de noticiar denúncias e acompanhar casos que exploram sérios conflitos sociais.

A partir da análise de conteúdo das matérias selecionadas, detectamos algumas características importantes da cobertura feita pela *Gazeta de Sergipe* sobre o meio ambiente:

- Ao que sabemos não houve omissão e difusão indiscriminada de mensagens ambientais pelo jornal *Gazeta de Sergipe*, com exceção da temática ‘Rio 92’, a qual foi veiculada indiscriminadamente e de forma viciada, já que baseou-se em fontes de informação contratadas (agências de notícias);

- O jornal veiculou matérias que versaram sobre problemas ambientais ocorridos em ambientes urbanos e rurais do Estado, porém sua maior cobertura centrou-se no contexto urbano. Alguns focos de poluição ocorridos na zona rural foram noticiados pelo jornal, a devastação de áreas verdes abrangeu somente a zona rural e a discussão sobre unidades de conservação remeteu a áreas não urbanas. A predominância do contexto urbano pode ser explicada devido à localização da redação do jornal em área urbana, Aracaju, tendenciando a cobertura para essa localidade;

- A maior parte das notícias concentrou-se no registro do fato em si, não havendo uma contextualização do assunto e expansão deste ao quadro nacional e até mesmo internacional. Essa característica nos remete ao empobrecimento da abordagem jornalística voltada para temáticas ambientais, denotando um conhecimento pouco profundo do objeto enfocado e da área temática noticiada;

- Houve uma predominância de matérias informativas em detrimento de matérias opinativas, interpretativas e investigativas. Não observamos uma frequência satisfatória de conflitos de idéias nas matérias veiculadas;

- As matérias não se limitaram ao denunciismo dirigido a segmentos sociais determinados, porém temáticas como ‘Poluição’, ‘Urbanização’ e ‘Devastação’ foram predominantemente de caráter denunciista e policialesca, como o acompanhamento de conflitos socioambientais e processos judiciais; inclusive cobrando atitudes mais concretas de setores responsáveis pela proteção do meio ambiente natural e urbano;

- Não notamos editoriais especificamente voltados para o meio ambiente, o que sugere a falta de consciência da importância de manter espaços mais amplos e que trabalhe de forma mais abrangente esse tipo de matéria;

- O tom alarmante, de dramaticidade e irônico foram observados em temáticas como ‘Poluição’, ‘Urbanização’ e em alguns casos na temática ‘Devastação’. Tom possivelmente usado para obter o envolvimento da população com a questão e para conseguir atrair a atenção de setores sociais mais influentes;

- O otimismo é percebido em matérias voltadas para a divulgação de projetos, estudos e convênios direcionados para a área ambiental e para a divulgação de projetos de lei acerca do meio ambiente. O otimismo também é notado quando o jornal se refere a

alguma técnica a ser desenvolvida ou implantada, apostando e confiando na técnica como a provedora das soluções dos problemas ambientais. Com isso o jornal defende o investimento de curto prazo e evita uma discussão profunda sobre um modelo de desenvolvimento menos agressivo ao meio ambiente e mais voltado para a redução das desigualdades sociais;

- O interesse econômico e o jogo em torno destes foi, de certa maneira, prioritário na mensagem ambiental veiculada pelo jornal, que muitas vezes deixam de lado o caráter ecológico do assunto;

- O meio ambiente demonstrou ter lugar estável em determinadas temáticas, enquanto que em outras ele permaneceu obscuro e ofuscado por questões meramente econômicas e antropocêntricas;

- O jornal não se preocupou em fazer uma contextualização da notícia veiculada à vida da população, ou seja, não demonstravam à sociedade a ligação daquela notícia com o seu dia-a-dia;

- Houve uma dicotomia em relação denúncia *versus* exaltação da atividade estatal; ora o jornal denunciava o descaso de órgãos públicos incumbidos de proteger o meio ambiente, ora reificava tais órgãos e suas ações.

Algumas fontes de informação tiveram uma participação mais contundente no processo de construção da notícia com temática ambiental, refletindo deste modo a predominância de alguns setores da sociedade e a manifestação de seus interesses. A fonte de informação que prevaleceu foi a fonte governamental (35,7%), ficando claro a falta de interesse das classes dirigentes e do próprio jornal em assumir publicamente posições mais definidas acerca da questão ambiental. A participação minoritária de outros setores da sociedade é refletida na presença limitada de assuntos de interesse para a discussão ambiental e na pouca profundidade de abordagem dos temas.

Como pudemos observar no sub-capítulo 5.4 (*Abrangência territorial das notícias*) prevaleceu o enfoque local, com 80,6% das matérias voltadas para acontecimentos ocorridos ou voltados para a capital (Aracaju) e o estado de Sergipe no geral. Não houve com isso incomunicação.

A idéia de meio ambiente transmitida pelo jornal para o leitor foi a de um meio ambiente ligado profundamente a áreas verdes e à fauna. Apesar de noticiar meio ambiente atrelado a saneamento básico, essa ligação foi muito frágil, não transmitindo profundamente para a população que meio ambiente trata-se também do nosso meio ambiente urbano. Medidas de proteção e de preservação, atitudes ética e ambientalmente ‘corretas’ apontadas como solução dos problemas ambientais foram superficiais, não atingindo o cerne da problemática ambiental e não propondo maiores transformações.

Como em tantos outros jornais, o meio ambiente não foi tratado com relevância quantitativa necessária para a discussão aprofundada e possível enfrentamento da problemática ambiental. Qualitativamente a abordagem do meio ambiente pelo jornal foi pouco profunda, ou seja, não procurou contextualizar historicamente o problema e não divulgou, nem propôs alternativas transformadoras. Tratou-se de uma abordagem fragmentada, por não fazer a ligação entre os assuntos e problemas abordados.

Percebemos durante o desenvolvimento e com a conclusão do trabalho de pesquisa que o caminhar da publicação de notícias com temáticas ambientais sofreu influências constantes – mas nem sempre explícitas – da situação política, econômica, social e cultural por qual passava o país e a sociedade brasileira do ano de 1972 a 1992. Sofreu influência também de fatores exógenos, que afetaram direta e indiretamente nosso país.

O jornal *Gazeta de Sergipe*, apesar de tudo, desempenhou importante papel na divulgação da problemática ambiental para a sociedade sergipana a partir do momento em que não renegou fechou os olhos para a existência de uma demanda por estas informações e que - apesar do ritmo irregular - veiculou uma quantidade razoável de matérias, superior a outros jornais locais e de outros Estados. A *Gazeta de Sergipe* contribuiu para a divulgação de problemas acerca do meio ambiente, fazendo com que a população se interessasse mais e mais pelo assunto. Contribuiu também para a resolução de conflitos socioambientais na medida em que cobriu exaustivamente certos conflitos, apoiou posições favoráveis ao meio ambiente natural e urbano do Estado e forneceu grande abertura aos movimentos ambientalistas locais.

6.2 - SUGESTÕES

Em uma sociedade profundamente desigual e que se caracteriza pela degradação compulsória do meio ambiente, é urgente a formação de uma identidade conceitual da questão ambiental de maneira sistêmica. Desse modo, é necessário que somado a outras entidades que representam a sociedade civil, os meios de comunicação e nesse caso o jornalismo impresso se esforçassem na busca incessante do aperfeiçoamento da qualidade da mensagem ambiental, pois esta contribuirá amplamente para a consolidação de uma percepção fragmentada ou sistêmica, disciplinar ou interdisciplinar; desintegradora ou integradora, da problemática ambiental.

Como visto, a formação dessa visão e postura está fortemente ligada aos meios de comunicação. O jornalismo impresso tem sua importância nesse desafio, pois a depender do conteúdo que veicula em matérias relativas ao meio ambiente - principalmente à problemática ambiental - a sociedade interiorizará conceitos, valores e concepções fragmentadas ou interligadas, superficiais ou complexas; enfim, o jornalismo impresso tem grande encargo de tratar a temática ambiental com responsabilidade, ética e de forma complexa e sistêmica. É a partir de determinado tratamento que poderemos almejar e promover uma compreensão profunda e crítica, da sociedade em relação ao novo modelo de desenvolvimento que se propõe: o desenvolvimento sustentável.

Numa época de revisão do processo histórico de dominação da natureza, do modelo econômico de desenvolvimento e das relações entre homem e meio ambiente, ou seja, numa época em que a questão ambiental está latente, o jornalismo impresso tem importante papel na construção de uma nova sociedade baseada no estreitamento das relações entre homem e natureza.

Tudo isso demanda uma nova postura do jornalismo, melhor dizendo, demanda um jornalismo mais avançado, pois os temas ambientais demandam certa complexidade, interdisciplinaridade e diversidade de opiniões. Portanto, rogamos por um jornalismo que abarque mais o conflito de idéias e deixe mais de lado o registro do fato por si mesmo, que seja ágil, comprometido, profundo e responsável. Necessitamos de um jornalismo que não

esteja voltado para manutenção da sociedade, mas sim para a transformação desta “a partir dos conflitos que dela decorrem” (Luft, 2005).

Necessitamos de um jornalismo que faça uma abordagem inteiramente nova, que perceba a realidade de forma nova, pois a dimensão ambiental trabalha com o caráter multidisciplinar que permeia todas as áreas do conhecimento, induzindo uma leitura da realidade onde tudo está interligado e relacionado e não de forma fragmentada, compartimentada em áreas que não se comunicam.

O jornalismo precisa urgentemente levar em conta os processos de transformação histórica, cultural, social e ambiental. Precisa levar em conta a participação e emancipação humana e incluir parcela da sociedade que mais sofre as consequências da degradação.

Mas transformar a complexidade dos fatos numa notícia atrativa e rentável trata-se de um dos maiores desafios do jornalismo na atualidade. Implica na adoção de medidas inovadoras pela empresa jornalística.

A respeito dessa questão existem trabalhos importantes que sugerem várias posturas, medidas e ações concretas para serem levadas em consideração pelas empresas jornalísticas. Mas tais trabalhos não descartam a possibilidade de outros estudos e novas sugestões.

Baseando-me na discrepância existente entre imprensa e meio ambiente, principalmente nos jornais populares, acreditamos que uma abordagem que mostrasse a importância da notícia, do assunto para a vida das pessoas, poderia atrair gradativamente o interesse pela temática. Falamos aqui de uma abordagem que trabalhe com a contextualização da notícia com o dia-a-dia da comunidade consumidora do seu produto.

Através do estudo realizado pudemos desenvolver uma metodologia voltada para o tratamento de fontes impressas na pesquisa em meio ambiente. Lançamos com a pesquisa em mãos uma proposta metodológica acerca do estudo do terceiro nível de pesquisa da História Ambiental: o estudo do pensamento e, por conseguinte da mensagem ambiental veiculada por homens que representaram numa folha diária, suas concepções, seus desejos, seus ideais e seus valores. Lançamos, ao mesmo tempo, o desafio de se questionar tal metodologia, com o objetivo de aperfeiçoá-la e promover um aprofundamento no estudo do meio ambiente na área de conhecimento da História.

Como falamos anteriormente, o estudo realizado não descarta em hipótese alguma uma nova abordagem sobre as mesmas fontes impressas ou até sobre outras fontes impressas. Uma instigante sugestão de pesquisa é o estudo comparativo entre dois ou mais jornais referentes a veiculação do conteúdo noticioso sobre o meio ambiente, ou até sobre as imagens utilizadas pelo jornal.

Os aportes de uma História Ambiental da mensagem referente ao meio ambiente, veiculada por um meio de comunicação impresso, foi deslanchado com tal estudo. Esperamos que outros contribuam para o melhoramento do trabalho ou novas bases para o desenvolvimento de trabalhos na mesma linha de pesquisa que a apresentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. A. de. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALMEIDA, F. C. de; FREIRE, E. O. de L. Entre a terra e o mar: a tradição de aterros dos ecossistemas de manguezais aracajuanos – Sergipe (1955-1923). In: Encontro da ANPPAS, 3., 2006, Brasília. **Anais eletrônicos do III Encontro da ANPPAS**. Brasília: publicação, 2006. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT5.html. Acesso em: 10 de set. de 2006.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. 9 ed. São Paulo: Graal, 2003.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1981.

ALVES, A. **Os desafios do jornalismo ambiental**. 2002. Disponível em: <http://www.jornaldigital.com/noticias.php/8/97/0/5557/>. Acesso em: 14 nov. 2004.

ARAÚJO, H. M. de. Elementos componentes do sistema ambiental físico de Aracaju. In: ARAÚJO, H. M. de et al. (Orgs). **O ambiente urbano**: visões geográficas de Aracaju. São Cristóvão: Departamento de Geografia da UFS, 2006. p. 15-44.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRETO, L. A. Orlando Dantas. **Memórias de Sergipe**: personalidades sergipanas, Aracaju, n. 13, p. 1-10, 05 dez. 2004. Edição Especial do jornal Correio de Sergipe.

BARROS, A. T. **Ecologia em revistas**: análise de conteúdo das revistas Veja e IstoÉ nas décadas de 1970 a 1990. Ciberlegenda, v. 4, n. 4, 2001.

BELTRÃO, L.; QUIRINO, N. de O. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.

BERQUÓ, E. S. **Bioestatística**. São Paulo: EPU, 1981.

BLOCH, M. **Introdução à história**. 4. ed. Lisboa: Europa/América, 1977.

BRAZÃO, J. E. M.; SANTOS, M. M.; SILVA, Z. L. da. Vegetação e recursos florísticos. In: CALDEIRON, S. S. (Coord.). **Recursos naturais e meio ambiente**: uma visão do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. p. 59-88.

BUCHT, C.; VON FEILITZEN, C. Recepção e influência da mídia. In: BUCHT, C.; VON FEILITZEN, C. **Perspectivas sobre a criança e a mídia**. Brasília: UNESCO, ESDH/Ministério da Justiça, 2002. p. 79-90.

CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988. p. 19-36.

CAMARGO, A. L. de B. **Desenvolvimento Sustentável**: Dimensões e Desafios. Campinas: Papirus, 2003.

CAMPELLO, L.O.S. A Rio-92 nas páginas dos jornais da Cidade e Gazeta de Sergipe. In: Caderno de resumos GT's, GD's, mesas, minicursos e comunicações, 2005, São Cristóvão. **Anais do XXV Encontro Nacional dos Estudantes de História**, São Cristóvão, 2005. p. 15.

CAMPELLO, L.O.S. Conflitos sociais e meio ambiente em Sergipe: levantamento de fontes impressas para a história ambiental de Sergipe. In: Caderno de Resumos do VI Congresso de Iniciação Científica, 2004, São Cristóvão. **Anais do VI Congresso de Iniciação Científica**. São Cristóvão: 2004. p. 422.

CARDOSO, C. F. S. **Uma introdução à história**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1990.

CMMAD – Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento. **O Nosso Futuro Comum**. Lisboa: Meriberica/Líber, 1987.

CRESPO, S. Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 59-73.

CRESPO, Samira. **O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade**. Brasília: MMA/Mast/ISER, 1997. Relatório Parcial

CROIX, d'A.; GUYVARC'H D. La presse. In: CROIX, d'A.; GUYVARC'H D. **Guide de l'histoire locale** Paris: Éditions du Seuil, 1990. p. 121-130.

DANTAS, J. I. C. **História de Sergipe**: República (1989-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, J. I. C. **A tutela militar em Sergipe (1964/84)**: partidos e eleições num Estado autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DANTAS, O. V. **O problema açucareiro de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1944.

DANTAS, O. V. **Política de desenvolvimento econômico de Sergipe**. Aracaju: Edição Gazeta, 1974.

DANTAS, O. V. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DANTAS, O. V. **Aspectos da política sergipana**. Rio de Janeiro: s.e., 1953.

DEAN, W. **A ferro e a fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DEFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. Etapas da evolução da comunicação humana. In: DEFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. Porto Alegre: Globo, 1967.

DOSSE, F. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. 3. ed. Campinas, SP: Ensaio/EdUNICAMP, 1992.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DRUMMOND, J. A. Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 26, p. 13-31, jan. 2002.

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5 ed. São Paulo: Ática, 2004.

FELDMANN, F. A parte que nos cabe: consumo sustentável? In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 143-157.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciado em 02 de dez. de 1970. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

GLÉNISSON, J. **Iniciação aos estudos históricos**. 5 ed. São Paulo: Bertrand, 1986.

GOMES, M. R. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker, 2003.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GREGORIO, D. de. Informazione e grande città. In: **La Comunicación em la Gran Ciudad**. Barcelona: Instituto de Ciências Sociales, s.d..

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (Org.). **Ecologia, ciência e política**: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 9-48.

HERRERA, G. C. História ambiental (feita) na América Latina. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 26, p. 35-45, jan. 2002.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: COSTA, W. (Org). **Patrimônio ambiental brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 519-543.

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

LAGO, A.; PÁDUA, J. A. **O que é ecologia**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LAGO, P. F. **A consciência ecológica**: a luta pelo futuro. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1991.

LEFF, E. Vetas y vertientes de la historia ambiental latinoamericana: uma nota metodológica y epistemológica. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 3, p. 17-31, jan. 2005.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

LIMA-E-SILVA, P. P. de et al. (Orgs.). **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. Rio de Janeiro: Thex, 1999.

LUFT, S. **Jornalismo, meio ambiente e amazônia**: os desmatamentos nos jornais *O Liberal* do pará e *A Crítica* do Amazonas. São Paulo: Annablume, 2005.

MAIMON, D. **Passaporte verde**: gestão ambiental e competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MELO e SOUZA, R.; OLIVEIRA, A. C. A. Risco ambiental nos sistemas dunares de Aracaju. In: ARAÚJO, H. M. de et al. (Orgs.). **O ambiente urbano**: visões geográficas de Aracaju. São Cristóvão: Departamento de Geografia da UFS, 2006. p. 181-195.

MELO e SOUZA, R. Indicadores biofísicos para monitoramento socioambiental na APA de Piaçabuçu-Alagoas. **Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário**. IX., 2003, Recife, CD-ROOM. Recife: ABEQUA, 2003.

MELO, J. M. de. **Comunicação, opinião, desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1971.

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELO, J. M. de. Ética da comunicação no Brasil: denunciismo, ceticismo e interesse público. In: PERUZZO, M. K.; KUNSCH, M. M. K. (Orgs.). **Transformações da comunicação: ética e técnicas**. São Paulo: Intercom, 1995. p. 67-76.

MEMÓRIAS empoeiradas da Gazeta de Sergipe. Direção: Flávia Martins. Roteiro: Flávia Martins. Direção de edição: Joana Cortês. São Cristóvão: UFS, 2003. VHS, son., color.

MENDES, J.M.A. **A história como ciência: fontes, metodologia e teorização**. 3. ed. Lisboa: Coimbra Editora, 1993.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo – II: necrose**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

NEDER, R. N. **Crise socioambiental: estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

NELSON, T. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.

NISBET, Robert. **História da idéia de progresso**. Brasília: Editora da UnB, 1985.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PETERSON, Jensen e Revers. **Os meios de comunicação e a sociedade moderna**. Rio de Janeiro: GRD, 1966, p.35-6.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RAMOS, L. F. A. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1995.

- SACHS, Ignacy. **Ecodensenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANCHEZ, L. E. A produção mineral brasileira: cinco séculos de impacto ambiental. In: RIBEIRO, C. W. (Org.). **Patrimônio ambiental brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2003. p. 125-163.
- SANTOS, A. F.; ANDRADE, J. A. O quadro natural. In: SANTOS, A. F.; ANDRADE, J. A. **Delimitação e Regionalização do Brasil semi-árido**. Aracaju: UFS, 1992. p. 57-?.
- SANTOS, S. S. M. dos. Saneamento básico. In: CALDEIRON, S. S. (Coord.). **Recursos naturais e meio ambiente**: uma visão do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. p. 100-112.
- SALMON, Pierre. **História e crítica**. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezal**: ecossistema entre terra e mar. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.
- SCHUCH, H. A. Informação jornalística: uma abordagem através de jogos. In: Doris Fagundes Haussen. (Org.). **Mídia Imagem & Cultura**. Porto Alegre - RS: EDIPUCRS, 2000, v. , p. 77-90.
- SCHUCH, H. A. Apostila **para a disciplina COM 5068 Tópicos Especiais em Jornalismo XI** (Pautas e Fontes da Informação Jornalística) do Curso de Jornalismo da UFSC. 1999 (Apostila).
- SERAPIONE, M. **Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em Saúde**: algumas estratégias de integração. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p.
- SILVA, C. E. L. da. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1990.
- SOFFIATI, A. Manguezais e conflitos sociais no Brasil colônia. In: Encontro da ANPPAS, 2., 2004, São Paulo. **Anais eletrônicos do II Encontro da ANPPAS**. São Paulo: ANPPAS, 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/index.html#16. Acesso em: 05 jan. 2005.

SOUSA, A. L. de; BARRETO, B.M.V.B.; ALBUQUERQUE, E.C.P.T. Jornalismo e meio ambiente: a cobertura das conferências de Estocolmo 72 e Rio 92 no jornal Diário da Tarde de Ilhéus, Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2, Salvador, 2004. **Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Salvador: SBPJor, 2004. Cd room.

TÔRRES, A. **Imprensa em Sergipe**. Brasília: Poder Legislativo Senado Federal, 1993.

TORRES, H. G. Indústrias sujas e intensivas em recursos naturais: importância crescente no cenário industrial brasileiro. In: George Martine. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e inconsistências. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, v. , p. 43-68.

TRIGUEIRO, André. Meio ambiente na idade média. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 75-89.

UNE, M. Y.; LOURO, Z. C. L. Áreas especiais. In: CALDEIRON, S. S. (Coord.). **Recursos naturais e meio ambiente**: uma visão do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. p. 113-154.

VARGAS, M. A. M. A paisagem urbana e o meio ambiente de Aracaju, **Revista GEOUFS**, São Cristóvão/SE, v. 1, nº 1, p. 9-17. 2002.

VIEIRA, M. do P. de A.; PEIXOTO, M.do R. da C.; KHOURY, Y. M. A. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

VIEIRA, F. L. R. Desenvolvimento sustentável: a história de um conceito. **Revista de História Saeculum**, João Pessoa, nº 10, p. 79-112, 2004.

VIOLA, E. **O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991)**: da denúncia e conscientização pública para institucionalização e o desenvolvimento sustentável. s.a. Disponível em: <http://www.memoriadomeioambiente.org.br/biblioteca/down/viola.doc>. Acesso em: 4 nov 2003.

VIOLA, E.; LEIS, H. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o

desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.; VIEIRA, P. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

WALDMAN, M. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.